



# **Ciganos Portugueses:** **olhares cruzados e interdisciplinares** **em torno de políticas sociais e** **projectos de intervenção** **social e cultural**

**Olga Magano e Maria Manuela Mendes**  
**(Orgs.)**

**Título:**

Ciganos Portugueses: olhares cruzados e interdisciplinares em torno de políticas sociais e projectos de intervenção social e cultural

**Edição:**

Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais/CEMRI

Universidade Aberta

SEDE | Palácio Ceia

Rua da Escola Politécnica, 147

1269-001 Lisboa – PORTUGAL

Tel.: +351 213916300 • Fax: +351 213916515

E-mail: [cemri@uab.pt](mailto:cemri@uab.pt) / [uab@uab.pt](mailto:uab@uab.pt) • Sítio: <http://www2.uab.pt/cemri/>

**Organização:**

Olga Magano

Maria Manuela Mendes

**Créditos:**

Capa: Rui Tomás (TrêsDê, Lda.) e Elsa Rodrigues

**Revisão:**

Elsa Rodrigues

L<sup>A</sup>T<sub>E</sub>X editor: Elsa Rodrigues  
using L<sup>A</sup>T<sub>E</sub>X's 'confproc' package, version 0.8 by V. Verfaillie.

**Edição digital:**

ISBN: 978-972-674-729-1

uri: <http://hdl.handle.net/10400.2/2525>

Lisboa, Novembro 2013

**Ciganos Portugueses:  
olhares cruzados e interdisciplinares  
em torno de políticas sociais e  
projectos de intervenção  
social e cultural**

**Organização**

Olga Magano  
Maria Manuela Mendes



## Lista de autores

- Allen, Paula** – Associação para o Planeamento da Família (APF) – Delegação Regional Norte.
- Carvalhais, Glória** – Coordenadora da Zona Norte e Centro do Programa Escolhas.
- Certal, Catarina** – Projeto Geração Tecla, Programa Escolhas, Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Braga.
- Coelho, Carla Magalhães** – Centro Multicultural da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.
- Cruz, Ana Ribeiro** – Projecto Interligar, SOS Racismo.
- Falcão, José** – SOS Racismo.
- Farmhouse, Rosário** – Alta Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI).
- Fernandes, João** – Enfermeiro, Mestre em Comunicação em Saúde e Presidente da Direcção da Associação Portuguesa de Enfermeiros.
- Fonseca, Tânia** – Mediadora Sócio-cultural, Projecto Multivivências, CERCI de Espinho.
- Gonçalves, Susana** – Projeto GIRO, Programa Escolhas, Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Braga.
- Henriques, Joana** – Jornalista do *Público*.
- Magano, Olga** – Professora Auxiliar na Universidade Aberta, no Departamento de Ciências e Sociais e Gestão e investigadora do CEMRI, Centro de Estudo das Migrações e de Relações Interculturais da Universidade Aberta (CEMRI-UAb).
- Marques, Vítor** – União Romani Portuguesa.
- Mendes, Manuela** – Professora Auxiliar na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica e de Lisboa e investigadora no Centro de Investigação de Estudos de Sociologia - Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL).
- Montenegro, Mirna** – Instituto das Comunidades Educativas.
- Neves, Céu** – Grande repórter do *Diário de Notícias*.
- Oliveira, Bruno** – Mediador Sócio-cultural, Hospital Pediátrico D. Estefânia.
- Rodrigues, Paulo** – Agente da Polícia de Segurança Pública e Presidente da Associação dos Profissionais da Polícia de Segurança Pública.
- Santos, Rosa** – Câmara Municipal de Coimbra, Departamento de Habitação.
- Seabra, João** – Mediador Sócio-cultural, Câmara Municipal de Aveiro.
- Silva, Sandra Sofia Brito da** – Técnica do Projeto *RomaniArt in Europe*, Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento, Idanha-a-Nova.
- Teixeira, Nuno** – Associação para o Planeamento da Família (APF) – Delegação Regional Norte.
- Valente, Idalina Martins** – Centro Novas Oportunidades Ensignaia – Educação e Formação Sociedade Unipessoal, Lda.
- Vaz, Vera** – Projeto GIRO, Programa Escolhas, Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Braga.
- Vicente, Maria José** – Licenciada em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Desenvolve a sua atividade profissional, desde 2003, na EAPN Portugal fazendo parte do Departamento de Desenvolvimento e Formação.

## **Agradecimentos**

O nosso primeiro agradecimento dirige-se a todos os oradores que participaram nas duas sessões do Seminário Internacional, Ciganos Portugueses: Olhares Plurais e Novos Desafios numa Sociedade em Transição e que se realizou nas cidades do Porto e de Lisboa e especialmente aos que nos enviaram o seu texto que é a matéria-prima desta publicação, permitindo assim a disseminação de experiências pessoais, de saberes e de práticas profissionais com incidência em diversas áreas de intervenção sócio comunitária no contexto da sociedade portuguesa.

Os agradecimentos estendem-se ainda às instituições que patrocinaram este evento: Câmara Municipal de Lisboa, Fundação para a Ciência e Tecnologia, Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Centro de Investigação e Estudos em Sociologia- Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL) e Centro de Estudos das Migrações e Relações Interculturais, Universidade Aberta (CEMRI-UAb), bem como aos colegas provindos de diferentes instituições e cuja contribuição foi crucial para a concretização das iniciativas realizadas. Finalmente, um agradecimento particular ao CEMRI/UAb, na medida em que disponibilizou o apoio necessário à produção desta publicação.

# Índice

- 1 Nota de abertura  
*Rosário Farmhouse*
- 2 Introdução  
*Olga Magano, Manuela Mendes*

## Dossiê 1

### ***Políticas sociais, projectos e intervenções***

- 9 Aprender a ser Cigano hoje: empurrando e puxando fronteiras  
*Mirna Montenegro*
- 30 Programa Escolhas  
*Glória Carvalhais*
- 39 Projecto Geração Tecla: uma referência na inclusão da etnia cigana  
*Catarina Certal*
- 52 Projecto Giro – Gentes, Identidades, Respostas e Opções  
*Susana Gonçalves, Vera Vaz*
- 60 Oportunidades iguais para realidades diferentes  
*Idalina Martins Valente*
- 62 Construção de um processo de integração social – A experiência do Parque Nómada como Centro de Estágio Habitacional  
*Rosa Santos*
- 64 As Comunidades Ciganas e a Saúde: um primeiro retrato nacional  
*Maria José Vicente*
- 77 O doente de etnia cigana  
*João José Santos Fernandes*
- 86 Abordagens sobre a saúde dos/as ciganos/as: um dos retratos (Biquinha/Matosinhos)  
*Paula Allen*
- 89 Relato de práticas – discussão de projectos de intervenção: trabalho com pessoas Roma em Matosinhos  
*Nuno Teixeira*
- 94 Ultrapassar fronteiras unindo culturas  
*Carla Magalhães Coelho*
- 106 A intervenção social com vista ao combate do abandono escolar  
*Ana Ribeiro Cruz*
- 111 A Integração Social dos Ciganos através da Promoção Cultural e Artística – O Projeto *RomaniArt in Europe*  
*Sandra Sofia Brito da Silva*

## Dossiê 2

### ***Práticas de mediação sócio-cultural e de outras práticas profissionais***

- 133 Discriminação da comunidade cigana  
*José Falcão*
- 154 Projecto Multivivências  
*Tânia Fonseca*
- 156 Projecto-piloto Mediadores Municipais  
*João Seabra*
- 166 Mediação sociocultural na área da saúde  
*Bruno Oliveira*

- 169 «Sim. . . mas não à nossa porta!»  
*Céu Neves*
- 178 De igual para igual  
*Joana Henriques*
- 182 O associativismo como barreira ao Racismo e à Xenofobia  
*Vítor Marques*
- 188 Minorias étnicas: relação entre os profissionais da política e a comunidade cigana  
*Paulo Rodrigues*
- 191 **Lista de Autores**

## Nota de abertura

A situação dos ciganos portugueses é ainda difícil e precisa de novos impulsos para uma mudança que lhes traga uma melhoria de vida e os torne cidadãos mais felizes e participativos.

Este seminário cumpriu dois objetivos de extrema importância: por um lado chamou a atenção para o que ainda falta fazer a nível das políticas de intervenção, realistas e ajustadas, capazes de quebrar o ciclo de pobreza e precariedade que envolve estas populações e, por outro, o que de positivo se tem vindo a promover, dando resposta às diferenças e criando novas soluções para problemas antigos.

As dinâmicas de carácter inclusivo, que abrem espaço ao diálogo intercultural, são promotoras da participação dos ciganos no desenrolar do seu próprio destino, refletem os seus anseios e valorizam a sua cultura. A criação de laços de confiança, tendo o outro como ponto de partida, é a arma indispensável para superar obstáculos e desconstruir as representações sociais mútuas, potenciadoras do distanciamento histórico entre portugueses ciganos e não ciganos.

As práticas aqui relatadas dão a dimensão de um trabalho continuado e persistente, revelador do envolvimento experienciado por todos os intervenientes, com sucessos e fracassos. Estes são muitas vezes inspiradores de mudanças que, não raras vezes, levam ao caminho certo.

A reflexão feita em torno da problemática que envolve as comunidades ciganas, veio mais uma vez confirmar que, hoje mais do que nunca, é preciso criar políticas sociais que lhes sejam dirigidas, passíveis de lhes fornecer instrumentos que melhorem os seus níveis de educação e saúde, facilitem a sua inserção no mundo do trabalho e promovam o exercício da sua cidadania ativa.

É o equilíbrio entre estes princípios que promove a integração, que evita situações de discriminação e que promove e valoriza a cultura cigana.

Esperemos que momentos de reflexão como este seminário possam ser inspiradores para continuarmos a promoção social das comunidades ciganas!

Felicito, por isso mesmo, as organizadoras Manuela Mendes e Olga Magano pela realização deste evento.

*Rosário Farmhouse*

Alta Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural

# Introdução

*Olga Magano\**

*Manuela Mendes†*

Esta publicação intitulada *Ciganos Portugueses: olhares cruzados e interdisciplinares em torno de políticas sociais e projectos de intervenção social e cultural* procura, justamente, desvelar alguns dos resultados debatidos no Seminário Internacional, *Ciganos Portugueses: Olhares Plurais e Novos Desafios numa Sociedade em Transição*, co-organizado pelo Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL), o Centro de Estudos das Migrações e Relações Interculturais da Universidade Aberta (CEMRI-UAb) e o Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (IS-FLUP). Seguindo uma lógica de descentralização de eventos científicos, este seminário subdividiu-se em duas sessões, uma no Porto, a 5 de Março de 2012, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e a outra a 15 de Março de 2012, em Lisboa, no ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.

Este evento constituiu um desafio ao colocar em diálogo intervenientes com *backgrounds* teóricos e experienciais muito distintos, o que proporcionou uma reflexão multidimensional sobre o actual quadro de vida em que se movem os ciganos portugueses. Conseguimos trazer a debate um conjunto diversificado de experiências e projectos de intervenção centrados em domínios tão díspares como o associativismo cigano e as lideranças, as mobilidades, a religião e novas religiosidades, o racismo e a discriminação, a representação política, o acesso à justiça, a educação e formação, o acesso ao emprego, à habitação e à saúde por parte dos ciganos. Esta publicação constitui, assim, um contributo relevante que vem colmatar a necessidade sentida por muitos investigadores e técnicos de intervenção de haver uma maior troca e circulação de saberes sobre abordagens e práticas de intervenção sócio-cultural, bem como, sobre manifestações culturais

---

\*Professora Auxiliar na Universidade Aberta, no Departamento de Ciências Sociais e Gestão e investigadora do CEMRI, Centro de Estudo das Migrações e de Relações Interculturais da Universidade Aberta (CEMRI-UAb).

†Professora Auxiliar na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa e investigadora no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia - Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL).

dinamizadas pelos próprios ciganos. Os textos que agora se dão à estampa são da inteira responsabilidade dos seus autores.

Participaram, no seu conjunto, cerca de 60 oradores nacionais, 2 oradores internacionais de várias áreas do saber, com intervenções diferenciadas e em registos escritos mais longos ou mais curtos, mais profundos ou mais extemporâneos tendo-se optado, mesmo assim, por integrar todos os documentos que conseguimos reunir nesta edição.

Um denominador comum aos dois eventos foi a grande adesão por parte dos participantes (mais de 500), incluindo estudantes de pós-graduação, técnicos da área social, investigadores, agentes das forças policiais, membros da comunidade cigana, jornalistas, estudantes e público em geral, o que demonstra o interesse e curiosidade em aceder a conhecimentos científicos e técnicos nesta área de intervenção, o que por outro prisma, pode também funcionar como factor de alavancagem para a realização de outras iniciativas neste domínio.

Mais relevante do que aferir sobre a adesão ao evento, parece-nos tão importante quanto interessante reflectir sobre a acessibilidade e sobre os circuitos e dispositivos de difusão de informação que normalmente são usados para disseminar conhecimentos e saberes sobre o domínio da prática, sobretudo entre técnicos e outros agentes enquadrados em projectos de intervenção e em serviços de proximidade. A disponibilização desta publicação em formato *e-book* procura corresponder ao mote «Melhor conhecer para melhor intervir», congregando intervenções centradas em projectos e práticas de intervenção, procurando-se assim facilitar o acesso à informação de forma eficaz e rápida por parte de interventores, decisores e público em geral.

As contribuições que agora se dão a conhecer evidenciam processos emergentes e dinâmicas em curso no interior dos ciganos portugueses, fruto da implementação de programas de política social, tais como o Rendimento Social de Inserção, o Programa Novas Oportunidades, o Programa Escolhas, os Programas TEIP e PIEF e os programas dos mediadores municipais mas com impactos pouco conhecidos nas condições e trajectórias de vida de indivíduos e famílias ciganas. É ainda dado relevo à «mudança silenciosa» que está a ocorrer no papel da mulher e nas relações de género, fruto do maior empoderamento da mulher cigana e de uma maior sistematicidade de programas de intervenção precoce junto de crianças, adolescentes e jovens ciganos. De ressaltar que por parte das famílias ciganas começa a ser sentida uma maior necessidade de escolarização pelo desejo de integração social, ou por falta de alternativas ocupacionais que

não envolvam o domínio dos saberes escolares, ou ainda por dinâmicas de emancipação e autonomização face ao *ingroup*. Subsiste em alguns dos textos a tensão entre movimentos contraditórios e que se intersectam: a discriminação histórica e socialmente consistente face aos ciganos e a sua capacidade de ajustamento e de resistência social e cultural.

Os autores adotam uma pluralidade de pontos de vista, sendo possível organizar esta publicação em torno de dois eixos de análise correspondentes a dois dossiês: o primeiro, mais extenso, consagrado à reflexão e debate em torno das *Políticas sociais, projectos e intervenções* em contexto nacional, o segundo, centra-se em experiências de *Práticas de mediação sócio-cultural e de outras práticas profissionais* como a de jornalistas e membros associativistas.

O dossiê *Políticas sociais, projectos e intervenções* promove a partilha de experiências em domínios tão diversos como a educação (Mirna Montenegro), refletindo sobre o que é ser cigano hoje, enquanto «ser de fronteira», resultado de processos contraditórios mas que se complementam e que se situam entre «*aciganar*» («à maneira cigana») e «*apayonar*» («à maneira dos senhores»); a formação de adultos por via do Programa Novas Oportunidades e do Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências Profissionais (RVCC) no Bairro da Biquinha em Matosinhos (Idalina Martins Valente) e por via de projetos desencadeados que têm apostado claramente em actividades de certificação formal e de educação não formal (CEF e PIEF) de jovens em situação de vulnerabilidade e mulheres ciganas (Carla Coelho). No âmbito dos Programas Escolhas é debatido o papel da educação não formal no combate ao abandono, absentismo e insucesso escolar numa perspectiva mais macro e abrangendo o território nacional (Glória Carvalhais) e numa perspectiva mais micro, localizada em Braga (Catarina Certal), Vila Verde (Susana Gonçalves e Vera Vaz) e Bairro da Ameixoeira/Lisboa (Ana Ribeiro Cruz). É possível ainda encontrar um contributo no domínio da habitação com uma breve apresentação do projecto Parque Nómada – Centro de Estágio Habitacional, enquanto base do «Modelo Integrado de Actuação com a População Cigana» implementado pela Câmara Municipal de Coimbra (Rosa Santos).

No domínio da saúde pública, os constrangimentos associados ao exercício do direito à saúde e as dificuldades em aceder a estes serviços são denunciados por Maria José Vicente no diagnóstico ainda que exploratório sobre as condições de saúde dos ciganos portugueses. Neste domínio, é ainda de sublinhar a partilha do ponto de vista de um enfermeiro a propósito da sua experiência profissional com pessoas ciganas (João Fernandes) procurando desvelar estereótipos recorrentes

entre os enfermeiros hospitalares, bem como o de dois técnicos da Associação para o Planeamento Familiar do Norte (Nuno Teixeira e Paula Allen). Para estes dois técnicos, no Bairro da Biquinha em Matosinhos algumas mudanças estão em curso, a saber: uma maior adesão dos ciganos ao planeamento e vigilância da gravidez, assim como, à saúde materno-infantil de cariz preventivo com menor recorrência aos serviços de urgência e conseqüente assunção de comportamentos de prevenção (maior aceitação em relação ao adiar da primeira gravidez e a planeamento do número de filhos que pretendem ter).

A arte e a cultura também são abordadas enquanto eixos estratégicos do Projecto *RomaniArt in Europe* para a promoção da integração das comunidades ciganas não só em Portugal, mas também na Europa (Sandra Silva).

Sob o mote *Práticas de mediação sócio-cultural e outras práticas profissionais* reúnem-se no segundo dossiê as experiências profissionais de José Falcão e do SOS Racismo que já há várias décadas procura dar visibilidade e questionar a discriminação e ciganofobia face aos ciganos, pondo em questão a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC). Tânia Fonseca, João Seabra e Bruno Oliveira testemunham a sua experiência como mediadores em áreas tão diversas como a educação, a habitação e a saúde, respectivamente. Tânia Fonseca relata a sua experiência singular como mulher cigana e dinamizadora comunitária do Projecto Multivivências a funcionar no concelho de Espinho. João Seabra, mediador no Projecto-piloto Mediadores Municipais, na Câmara Municipal de Aveiro, não confina o seu papel profissional como mediador ao domínio da habitação, aliando esta área de intervenção com o sector-chave da educação como domínio fundamental para o exercício da cidadania plena. Por seu lado, Bruno Oliveira, é mediador na área da saúde num hospital pediátrico, assumindo-se como um facilitador de comunicação exercendo o papel de «filtro» entre utentes e profissionais de saúde.

Por último, com os contributos de Maria do Céu Neves e Joana Henriques, explora-se as mundividências de duas jornalistas e o papel dos média, sobretudo da imprensa neste domínio de análise. Há ainda espaço para a perspectiva de um activista, representante da União Romani Portuguesa, Vítor Marques, e também para a de um agente da Polícia de Segurança Pública que assume funções acrescidas como Presidente da Associação dos Profissionais da PSP, Paulo Rodrigues. Estes testemunhos, de diferentes perspectivas, elucidam sobre questões de racismo e discriminação que se continuam a fazer sentir sobre os ciganos em Portugal. Céu Neves, denuncia num registo jornalístico as condições de habitação a partir da sua visita a acampamentos e bairros sociais de ciganos, concluindo que os ciganos vivem na periferia das cidades, das aldeias e

das localidades, em terrenos sem rentabilidade, junto a zonas industriais e de difícil acesso, paredes-meias com lixeiras e animais, acantonados em bairros sociais murados e de má construção e em barracas de zinco sem as mínimas comodidades ou em contentores. Numa perspetiva de complementaridade, Joana Henriques reflete sobre um debate inacabado e que se focaliza sobre a relação média, minorias e discriminação. Vítor Marques assume um discurso de denúncia sobre os vários domínios em que os ciganos ainda são discriminados em Portugal, realçando a capacidade de sobrevivência dos ciganos, corporizada na sua cultura, história e tradição. Por seu turno, Paulo Rodrigues assume que os polícias actuam num domínio de fronteira de extrema complexidade, onde a incompreensão das diversas partes (ciganos, polícias, sociedade em geral) poderá condicionar o próprio trabalho das forças policiais.

Em síntese, esta publicação visa dar a conhecer a um público especializado, mas também a um público mais vasto, vários testemunhos sobre saberes e práticas em diversas áreas da intervenção social no contexto da sociedade portuguesa, o que constitui um contributo para desocultar e conferir maior visibilidade aos ciganos em Portugal.

Terminamos recordando o poema *Ciganos* de Pedro Homem de Mello:

### **Ciganos**

Ciganos! Vou cantar, não a beleza  
Dos vossos corações que não conheço.  
Mas esse busto de medalha e preço  
Que nem é carne vã, nem alma acesa!  
Saúdo em vós o corpo, unicamente,  
Desumano e cruel como o de um bicho!  
Em vós, saúdo a graça onnipotente  
Do lírio que ainda é flor por entre o lixo.  
Eu vos saúdo, pela poesia,  
Que nasceu pura e não se acaba mais.  
E pelo ritmo ardente que inebria  
Meus olhos como fios que enlaçais!  
A vossa vida não pertence ao rei.  
Não mutilaste estradas verdadeiras.  
Quem ama a liberdade odeia a lei

Que deu à terra a foice das fronteiras!  
E, enquanto o aroma e a brisa e até as almas  
Ficam irmãs das pérolas roubadas,  
As mãos dos homens que vos são negadas  
Tremem quando passais. Mas batem palmas.

(Pedro Homem de Mello, 1948)

## **Dossiê 1**

# **Políticas sociais, projectos e intervenções**

# Aprender a ser Cigano hoje: empurrando e puxando fronteiras

*Mirna Montenegro\**

O estudo que se apresenta consta de um processo autobiográfico de reconhecimento, validação e certificação de adquiridos, ancorados na aprendizagem experiencial (de 20 anos) com as pessoas ciganas com quem tenho tido o privilégio de conviver.

Por ser uma tese de doutoramento é obviamente longo apresentá-la, por isso, cinjo-me a apresentar os tópicos que estruturam o estudo (parte A), mas de modo um pouco mais longo, as possíveis conclusões (parte B) a que vou chegando, num processo ainda inacabado.

## A - Estrutura do estudo

### 1 Itinerário de partida ou contexto(s) da viagem

«A viagem não começa quando se percorrem distâncias mas quando se atravessam as fronteiras interiores...»

---

(Mia Couto, in *O Outro pé da Sereia*, 2006, Editorial Caminho)

#### 1.1 Abordagem autobiográfica e a construção do olhar e da escuta (Abordagem metodológica) (Cap. 1)

Motivações, afetos e convicções. Cruzamentos de fronteiras, complexidades e identidades

O objetivo central do estudo é perceber «como se aprende a ser cigano hoje?», identificando as dinâmicas e os movimentos, endógenos e exógenos, que estruturam a ação de «*aciganar*» e de «*apayonar*» elementos culturais ciganos

---

\*Instituto das Comunidades Educativas.

e não ciganos.

1. Compreender e desocultar como as pessoas ciganas percecionam os processos de apropriação de elementos da cultura maioritária, tornando-os seus, isto é «à maneira cigana» («aciganar»), e de transformação de elementos da(s) Cultura(s) Cigana(s) tornando-os «à maneira dos senhores» («apayonar») identificando, descrevendo e explicitando esses processos de trocas e empréstimos culturais.
2. Compreender e desocultar os processos de «arranjos» que as pessoas ciganas percecionam, experienciam e implementam num processo mais vasto de adaptação aos contextos sociais, económicos e culturais onde estão inseridas.
3. Compreender e desocultar processos de negociação inerentes à aplicação da(s) Cultura(s) e da Lei Cigana(s), nomeadamente em tempos de crise e de mudanças sociais, atualizando e reconfigurando práticas sociais e culturais.

## **1.2 Fronteiras e etnicidade (Problemática do estudo) (Cap. 2)**

Da ideia de fragilidade à ideia de escolha seletiva. . .

A corrida da Lebre e da Tartaruga:

– Algumas das «regras do jogo» da Tartaruga: a Lei e a Cultura Cigana (regras do jogo implícitas e explícitas, formais e informais, de uma cultura ágrafa e de uma lei consuetudinária).

– Algumas das «regras do jogo» da Lebre: políticas sociais RMG/RSI, PER e Escolaridade Obrigatória.

## **1.3 Processos de construção das identidades: socialização, aprendizagem experiencial e mudança social (Campo de acção – Educação/Formação de adultos) (Cap.3)**

Socialização, processos educativos e formativos; transformar a experiência em consciência. Cruzamentos de olhares: educadora de infância, formadora de adultos, interventora social e investigadora em Ciências da Educação.

Caracterização do modelo de «aprendizagem guiada», conceitos de «aprendizagem experiencial» e de «aprendizagem ao longo da vida».

Analogia com o modelo de «ecoformação» (2003), isto é, aprender com os contextos físicos e sociais.

Consequências na construção identitária e nos processos de mudança social, endógenos e exógenos ao grupo (nas comunidades ciganas).

## 2 Aprender a ser cigano hoje ou quadro de chegada

«A viagem termina quando encerramos as nossas fronteiras interiores. Regressamos a nós mesmos, não a um lugar.»

---

(Mia Couto, in *O Outro pé da Sereia*, 2006, Editorial Caminho)

### Reconfigurações identitárias (Cap. 4)

#### 1. Breve apresentação das pessoas ciganas entrevistadas

Nove pessoas permitiram gravação áudio; quatro responderam, por escrito, ao guião e enviaram por e-mail; uma não permitiu registar em áudio. De cinco pessoas tomaram-se notas de campo por se considerar que o gravador inibia a conversa; com oito pessoas mantemos uma conversação assídua na rede social *Facebook* (nomeadamente no grupo «*Ciganinhos do Valor*» para o qual fui convidada pelo Paulo e pelo Bento; e «*Portugueses ciganos e seus amigos*», página da qual fui coadministradora).

Das dezanove pessoas inquiridas, cinco são solteiras, dez são casadas pela Lei Cigana e três são casadas com não ciganos, tendo optado pelo fugimento (uma variante legitimada do casamento cigano); duas têm o 4º ano de escolaridade, um tem o 5º ano, quatro têm o 6º ano, oito têm o 9º ano, três têm o 12º ano e um tem um curso superior; elaboraram-se perfis de catorze pessoas, tendo as outras cinco sido apenas mencionados nas notas de campo, aquando das observações «com presença» realizadas aos acampamentos.

Visitaram-se **sete acampamentos** (Elvas, Moura, Sobral de Adiça, Idanha-a-Nova, Tomar, Olhão, Beja) e **três bairros sociais** (Setúbal, Elvas, Seixal).

2. Identidade pessoal e social: ser eu, cigano(a) e português(a);
3. As pessoas significativas (familiares, vizinhos, professores, formadores, pastores);
4. Acontecimentos e vivências no processo de construção da(s) identidade(s);

5. Ser cigano é...

### **Modos de viver a ciganidade (Cap. 5)**

1. A heterogeneidade dos grupos ciganos: unidade na diversidade;
2. Afinal, o que é educar à maneira cigana?
3. Passemos, então, às tradições ciganas...
4. Explicitação de algumas mudanças identificadas;
5. «*Aciganar*» e «*apayonar*»: conceitos a resgatar?

## **B - Conclusões (Cap.6)**

Uma síntese possível para «*aprender a ser cigano hoje*», em Portugal, é saber manejar as fronteiras, empurrando-as e puxando-as, conforme se quer distinguir e distanciar ou assemelhar e aproximar do Outro. Sendo que a decisão dessa aproximação ou distanciação reside no indivíduo, ainda que condicionada pela pressão do grupo, seja o grupo de pertença cigana, seja o grupo de pertença não cigana, que legitimam, ou não, as normas e a moral.

E essas fronteiras existem efectivamente, pois «há aquela barreira que nunca passa, senhor aqui, cigano ali» (Leandro), tanto nas mentes das pessoas ciganas entre si (veja-se as diversas distinções internas – chabotos, malteses, seminómadas, etc.), mas consideradas fora do grupo restrito, isto é, fora da linhagem de pertença, como em relação aos Outros, não ciganos da sociedade maioritária. Podem, contudo, revelar-se elásticas e porosas e que, em determinadas situações e contextos, podem rigidificar-se e noutras, flexibilizar-se. As condições que determinam a sua flexibilização residem nos espaços e tempos que favoreçam a aproximação física e psicoafectivas, propiciadora da miscigenação, através do reconhecimento mútuo das diferenças mas também das semelhanças, em que seja óbvio a manifestação do respeito pelas diferenças do Outro sem juízos de valor e sem, contudo, deixar de ser interpeladora.

É através dos contactos entre diferentes que se conhecem novas formas de estar, de ser e de pensar, a que as pessoas podem aderir por afectos – mexendo nos valores mais profundos – ou aderir por modas – mexendo apenas nas práticas sem pôr em causa os valores subjacentes.

No caso das comunidades ciganas, as mudanças observadas têm sido sobretudo superficiais, mexendo nas práticas sociais que impliquem a adopção de mudanças técnicas (Hall, 1996), as quais, com continuidade e constância, podem penetrar no núcleo mais recôndito dos valores culturais dos indivíduos, que, por sua vez, podem ir alterando as tradições culturais, mantendo-as e renovando-as. É nesse aparente paradoxo, que se constroem equilíbrios instáveis, que se pode

também designar por «arte e engenho de ser cigano evoluído», fruto de um trabalho reflexivo sobre si próprio – «É assim que levo as minhas vidas de senhor e de cigano, em cima de uma corda» (Leandro), permeáveis às aprendizagens com o Outro, às trocas mútuas – «Querer aprender e conhecer a cultura do Outro. Vocês aprendem connosco e nós aprendemos com vocês.» (Jaime) – mas que dão origem a uma maneira cigana de fazer – «A gente vai tirando um bocadinho a cada um e vamos aprendendo e fazendo à nossa maneira (...), com aquele *swing*.»<sup>1</sup>(Cláudio) A maneira de ser cigana é também mais fácil de ser apreendida pelos não ciganos – «Fico bastante surpreendida ao observar como a nossa cultura é tão envolvente. Acho imensa graça aos senhores que convivem connosco, pois não demoram muito a ganhar certo sotaque, certos hábitos, maneiras de pensar.» (Tatiana)

Mas essa *maneira cigana de fazer* ainda que, neste caso, se situe na cultura de superfície, pode contribuir para uma outra conotação da palavra «*aciganar*», resgatando-a (reabilitando, libertando) da sua carga pejorativa.

Quanto à reabilitação (requalificação) da palavra «*apayonar*» (ou «*apayar*»), parece ser mais difícil, porque na mente cigana, «ter maneiras de senhor» é sinónimo de perder um pouco o «orgulho de ser cigano» ou a «segurança para a acção» (Casa-Nova, 2009). Contudo, as novas gerações, ao demonstrarem «maneiras de senhor», conservando e renovando as tradições ciganas, contribuem para uma conotação menos negativa de «*apayonar*». «O senhor adapta-se muito mais rápido à nossa maneira do que um cigano à maneira do senhor. Mas influência há sempre.» (Tatiana) Mas, «quando se diz *apayonao*, não quer dizer que se deixou de ser cigano, quer dizer que tem maneiras de senhor.» (Rafael), assenta no famoso «orgulho em ser cigano», e que ao que parece, «a sociedade maioritária não suporta na comunidade cigana.» (Soraia) Será este orgulho, que continua a erguer barreiras e distâncias, uma forma de resistência? Para Cláudio, o facto de os não ciganos os considerarem atrasados pode explicar a menor influência que os ciganos podem exercer sobre os não ciganos. «No fundo, a influência é muito maior de um lado, porque o senhor nos acha errados.» No entender de Bento, por exemplo, não vislumbra «cruzamentos senão pela força da imposição de uma das partes ou pela necessidade de uma delas. . . » (Bento) Será essa imposição, sentida como vinda do exterior, e essa necessidade, como vinda do interior, ou serão elas coexistentes de ambos os lados, consoante as circunstâncias, dando sentido à imagem dinâmica (o tal *swing*, gingar, menear) de «empurrar e puxar fronteiras»?

Ao longo da explanação do quadro teórico colocou-se a hipótese de, efectivamente, se operarem mudanças nas práticas culturais ciganas, as quais foram sendo confirmadas através da exposição dos dados empíricos, nomeadamente no quarto e quinto capítulo. Retomam-se aqui apenas aquelas que se propôs desvelar nos objectivos propostos.

---

<sup>1</sup> O significado desta palavra inglesa é equivalente a gingar, em português, e a menear em castelhano, querendo dizer um certo jeito de ancas, um certo jogo de cintura. A imagem de movimento corporal é com frequência também, por analogia, atribuída à dinâmica que é preciso imprimir às relações sociais, reveladora de grande flexibilidade e de equilíbrio dinâmico atribuídos às pessoas que aprenderam a lidar com os Outros diferentes ou com os constrangimentos da vida.

Confirma-se que as três medidas sociais implementadas pós 25 de Abril – PER, RSI e escolaridade diria antes «compulsiva» (uma vez que a escolaridade era já obrigatória antes do 25 de Abril) – trouxeram algumas mudanças nas práticas sociais tradicionais ciganas.

– O alojamento social e a sedentarização, sobretudo nas grandes cidades, obrigaram a adaptar a lei cigana da gestão dos territórios, tanto na prevenção de descatos como na sua resolução. Trouxe também uma maior aproximação física e obrigou a uma coexistência, também ela compulsiva, nem sempre pacífica na gestão das diferenças de práticas e hábitos sociais.

– A escolarização «compulsiva», sobretudo o seu prolongamento até aos 15 anos, e mais recentemente aos 18, trouxe algumas mudanças nas práticas familiares e nas ambições e expectativas das crianças e jovens face à «vida de cigano». Nesse sentido, foi sobretudo promotora de convívio com outras maneiras de pensar e de fazer que favoreceu um aumento de casamentos mistos, por um lado, e por outro, contribuiu para abrir os horizontes das mulheres que por sua vez, no privado, foram introduzindo silenciosamente mudanças de comportamentos nos homens; e também a flexibilização da lei cigana, no que diz respeito à gestão dos fugimentos, dos casamentos e do papel atribuído às mulheres.

– O rendimento social de inserção, a par da redução dos nichos de trabalho tradicional (feiras, mercados e trabalhos agrícolas sazonais), arrastaram consigo expectativas frustradas face à inserção laboral e social na sociedade maioritária, introduzindo uma nova postura de passividade, contrária ao que era comumente reconhecida como uma força nas comunidades ciganas, como o empreendedorismo, ainda que fosse mais visível na economia informal. Nesse sentido, esta medida é também vista negativamente pelas comunidades ciganas, se não forem introduzidas, a par, medidas efectivas de inserção laboral, uma vez que contribui para alimentar o estigma de parasitismo social, como tão bem ilustra o testemunho do Leandro.

– Há ainda a considerar, com o aumento da penetração da Igreja Evangélica, uma estratégia para trazer «civilização», entendida como civilidade e docilidade, que aos olhos das comunidades ciganas seria promotora de uma maior e melhor inserção na sociedade maioritária, contribuindo para reduzir o estigma de serem «violentos e agressivos», na óptica da sociedade maioritária. Esta estratégia, contrariamente ao que supunha, parece não trazer mudanças na hierarquia social cigana, pelo menos, assim é encarada pela maioria dos entrevistados.

– Todavia, um novo fenómeno, o qual desconhecia a sua amplitude, foi descoberto ao longo do trabalho empírico, mas também por força das minhas relações pessoais com as pessoas ciganas entrevistadas, e que parece ter influência nas comunidades ciganas, nomeadamente nas gerações mais jovens. Trata-se da emergente comunidade virtual cigana, contribuindo para a experimentação de novas identidades, ainda que virtuais, com algumas repercussões na vida real, como nos foi alertado por Paulo (Fonte 2).

Do exposto, julga-se que os três objectivos específicos, enunciados no capítulo um, no qual são explicitados o olhar e a escuta com que a investigadora observa

e interpreta a realidade, foram alcançados.

Esses três objectivos deram corpo à questão central do estudo formulada «como se aprende a ser cigano hoje» tendo implícita a hipótese de partida de que as comunidades ciganas têm vindo a sofrer mudanças aceleradas há mais de três décadas, isto é, sobretudo desde a implementação da democracia em Portugal.

Assim, e tentando sintetizar as respostas a estes três objectivos, apresenta-se um conjunto de **indicadores endógenos de mudança**, encarados como efeitos visíveis de mudanças:

- um aumento de casamentos mistos;
- uma transformação do papel do negócio tradicional (a venda e o trabalho agrícola sazonal) que enforma a «vida de cigano»;
- adaptações em relação à expressão e vivência do luto e do casamento (e dos fugimentos) que remetem para
  - a transformação da censura social, permitindo rupturas individuais, indiciando alguma fragilidade na coesão social cigana; transformação que vai
    - permitindo um crescente individualismo;
    - um crescente número de divórcios;
    - um novo papel da mulher que, silenciosamente, vai «mexendo» no papel do homem;
    - o aparecimento de um novo regulador endógeno das práticas sociais e culturais que é o culto evangélico cigano;
    - a construção de uma classe média capaz de fazer a necessária síntese entre tradição e modernidade no que diz respeito aos costumes ciganos e práticas culturais;
    - o fortalecimento da consciência colectiva dos ciganos e progressiva geração de novos conceitos como o da adolescência e o de juventude (antes passava-se directamente da infância para a vida adulta, através do casamento) por um lado, e, por outro lado, a emergência da problemática da 3<sup>a</sup> idade (aparecimento de velhos adoentados que precisam de ser acompanhados através de apoios domiciliários ou mesmo internados em lares);

– e, finalmente, o emergente espaço virtual manejado e utilizado para comunicação e divulgação de aspectos renovados da cultura, indutores de exploração de mais espaços de liberdade «fora do controlo social».

Continuando na construção de uma síntese, apresentam-se alguns **factores exógenos dessas mudanças**:

– Uma alteração profunda das condições económicas de vida tendo duas consequências: i) a crise do mundo rural e das actividades rurais levando a um acentuado movimento migratório, com deslocações maciças para as periferias urbanas; ii) alterações das condições do exercício dos negócios nos mercados e feiras, com o aparecimento da ASAE (referido por Bernardo) e consequente controlo administrativo e financeiro das actividades tradicionais ciganas.

– A escolarização, no âmbito da qual só se coloca a questão da escolarização das raparigas a partir do momento em que o ensino é tornado «compulsivo», sobretudo por via da implementação do RMG/RSI, assim como a formação profissional, nomeadamente das mulheres. Trata-se de um dos palcos de incompreensões, conflitualidade e de interpelação, mas também de oportunidades e de desafios, assente em lógicas diferentes entre duas culturas obrigadas, por decreto e/ou imposição, a conviverem, mais do que a coexistirem, como acontece nos espaços de alojamento social.

– A multiplicação dos espaços de encontro da comunidade cigana com Outros, nomeadamente nos bairros sociais, nas escolas, nos hospitais, nos centros de saúde, etc. que resultam do. . .

– . . . desenvolvimento da democracia. Para além das liberdades de expressão conquistadas com a democracia, vêm associadas a ela as condições de igualdade. Nunca como hoje se discute a necessidade de igualdade de oportunidades, o que obriga a um conjunto de estratégias, por parte do Estado, que multiplicam os factores de contactos entre as diversas comunidades, por força de algumas regras fundamentais de um Estado democrático. A regra da distribuição sem discriminação é uma regra imposta pela própria democracia que é exercida de forma «cega», uma vez que não se organiza para responder às diferenças mas sim para impor semelhanças. Esta lógica de organização vai conflitar com todas as diferenças que aparecem, criando novos espaços de tensão ou de (des)encontro com as diversas comunidades. É nesta lógica que se insere a escola que impõe a lógica da semelhança como uma obrigação da democracia. Restanos perceber que a «verdadeira» democracia deve aprender a organizar a diferença, interagindo com ela de forma desigual, quando é necessário que seja desigual, e igual, quando se mostra imperioso que seja igual, como referiu Boaventura Sousa Santos, em 1996, uma frase sintética que se tornou famosa: «Temos o direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza e a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza».

– A emergência de novas sensibilidades e abordagens, por parte da sociedade maioritária. Efectivamente, encontramos hoje interventores sociais mais conscientes, mais solidários, em que a luta contra a discriminação étnica (ou discriminação da mulher, do pobre, do doente com SIDA, do homossexual, etc.) é relativamente recente, tem 20/30 anos, dando origem à consciência cidadã, por parte da sociedade maioritária, que tem efeito nas políticas que vão sendo adoptadas em relação às comunidades ciganas, e que, por sua vez, produz as suas próprias mudanças, nomeadamente tornando-as mais reivindicativas, e, por isso, também mais incómodas para a sociedade maioritária.

– Medidas coercivas produzem também mudanças [imposição (da democracia)/necessidade (do cigano) – Bento], em especial as medidas coercivas de natureza democrática porque são aquelas que aparecem legitimadas e, por isso, têm um poder transformador maior do que a medida coerciva não democrática (a força bruta da GNR antes do 25 de Abril *versus* a persuasão da «polícia de proximidade»), ainda que a lógica da submissão e da ordem esteja subjacente nas duas formas de coerção.

– A força atractiva (possibilitada pelos contactos) de certas possibilidades oferecidas pela sociedade maioritária – a comodidade, o conforto, o bem-estar material – desafia a lei cigana, nomeadamente na regulação dos conflitos interno, nas sanções atribuídas, como por exemplo na divisão dos territórios por via das dos contrários, na separação dos casais muito jovens ou de casais mistos com filhos, etc. ...

– A Igreja Evangélica de Filadélfia tem tido um papel subterrâneo, muito acentuado, não se fazendo ainda sentir, aparentemente, na hierarquia cigana, mas «mexendo» nas suas práticas sociais («perdoando os contrários», por exemplo) e tornando os pastores potenciais interlocutores para resolução de conflitos e fonte de prestígio, «mexendo» também na psicologia cigana (aumento da consciencialização da etnicidade/ciganidade e do seu poder político).

– A incidência efectiva dos meios de comunicação, nomeadamente das novas tecnologias e das redes sociais, que vieram trazer transformações que também atingem as comunidades ciganas, referidas por quase todos os entrevistados, nomeadamente pelo Paulo. Por exemplo: i) no *You Tube*, existem inúmeras imagens de festas, casamentos, grupos musicais, *sketches*; ii) nos blogues ciganos<sup>2</sup> que divulgam músicas, injustiças, discriminações e alimentam debates sobre a evolução das práticas sociais ciganas; iii) nas redes sociais, acontecem trocas de identidades para se adentarem nos grupos não ciganos e ciganos e participar nos debates e conversas (*chats*

---

<sup>2</sup> Inclusive, recentemente (julho 2012), foi construída uma página sobre violência doméstica por um jovem cigano (<http://gipsyisma.wix.com/violenciadomestica#!home/mainPage>), contribuindo para desmontar o estereótipo de que o cigano é violento.

*on-line*).

– A emergência de uma nova metodologia de intervenção no campo educativo e social, assente na valorização da articulação entre educação formal e informal e no convívio intercultural. São disso exemplo os projectos locais do programa Escolhas e do programa TEIP, dos quais alguns dos entrevistados fazem parte.

O que nos remete para a análise da questão **como é que as pessoas ciganas lidam com estas mudanças?**

A forma como se relacionam com as mudanças é **tomando consciência** de que existem (são unânimes em referi-las e têm consciência de haver mudanças), seja por as considerarem benéficas, seja por as considerarem nefastas e, nesse sentido, mostram querer controlar os seus efeitos, tornando-se numa **mudança gerida e controlada**.<sup>3</sup> Eventualmente, podem recluir aqui ou ali não controlá-la e esta ir para além do desejável, mas estando conscientes desse perigo, também encaram-no como uma oportunidade de afirmação e de enriquecimento da própria cultura («capacidade de ter sonhos com a minha cultura» – Tatiana, Bento, Soraia, Paulo), **mostrando capacidade de ver na mudança, embora uma ameaça, também uma oportunidade**; não tanto para se libertarem da comunidade cigana mas como uma oportunidade de a reforçar, tornando-a mais sólida, mais estruturada, mais consciente da sua própria etnicidade/ciganidade. A ideia que perpassa as diversas narrativas é que antes, muitas das dimensões culturais das comunidades ciganas eram sentidas espontaneamente, e que agora, são sentidas conscientemente. Desta forma, as mudanças ocorridas acabam por constituir factores de fortalecimento da sua própria cultura (Jaime, Rafael, entre outros) e não tanto da sua fragilidade, como vaticinaram alguns investigadores, nomeadamente Daniel Seabra Lopes (2008), ou até a sua diluição na opinião de Manuel Costa (2006). Para essa diferente perspectiva contribui, sem dúvida, o facto dos entrevistados deste estudo terem estudos académicos mais elevados do que as pessoas ciganas estudadas pelos autores atrás referidos. O que nos remete para a questão de se estar perante uma mudança paulatina, à medida que as novas gerações forem sendo alvo de escolarização, conseqüente qualificação profissional.

À medida que ganham consciencialização, mais se torna patente **o orgulho de ser cigano**, exaltando as virtudes do povo cigano em confronto com a sociedade dos *paitos*, com valores que nós já perdemos e em que se sentem superiores (referidos por quase todos menos pelo Leandro).

Quanto mais desenvolvidos intelectualmente (patentes nos discursos dos que detêm mais escolaridade e maior convívio com não ciganos, ou seja, os mais «*apayonados*», maior consciência vão tendo da sua *ciganidade*, elegendo aspectos que têm a ver com os valores (nível estrutural da mudança) e não tanto

---

<sup>3</sup> «Os ciganos possuem uma vantagem cognitiva decisiva sobre os paitos: tem o poder de agir com eles permanecendo de fora deles.» (Olivera, 2012, p. 460)

os aspectos que têm a ver com os usos e costumes (nível circunstancial da mudança), desvalorizando as mudanças dos usos e costumes e sobrevalorizando a perenidade dos valores. Não deixando, contudo, de haver interacção entre usos e costumes e valores, porque alguns dos usos e costumes são expressão de valores (honra e vergonha e virgindade da rapariga no casamento, por exemplo).

Esta gestão da mudança vem confirmar a tese da cultura enquanto cultura de fronteira (1º e 2º capítulos). As comunidades ciganas gerem os limites das fronteiras, estando numa permanente relação de tensão com as fronteiras que as delimitam. E é na definição das limitações da cultura e do seu quadro de referência, que se posicionam face ao quadro cultural da cultura maioritária, e que vivem, sobrevivem, existem e são felizes. As mudanças vieram alargar e mexer nas fronteiras sem as abolir, deslocando-as mais adiante ou mais próximas, mas continuando a viver dentro delas. Digamos que o ser cigano desloca-se com as fronteiras, que maneja mas não ultrapassa. Nestes movimentos centrípetos e centrífugos, podem surgir contextos propiciadores à geração de pessoas híbridas (Paulo), miscigenas (Leandro), que conseguem elaborar e sintetizar fusões (Joaquim e Soraia), dando origem a reconfigurações identitárias, contribuindo para uma ciganidade renovada.

E é aqui que entram os conceitos de *aciganar* e *apayonar*, conceitos que não são aceites pelos entrevistados devido às suas conotações pejorativas inscritas nos dicionários. Conceitos frutos antes, diria, de uma construção social da investigadora. Será de os resgatar? Será de os requalificar, atribuindo-lhes um significado mais positivo?

Com o conceito de *aciganar* procura-se dar conta da capacidade das comunidades ciganas se requalificarem, mantendo o essencial daquilo que as define e caracteriza, assimilando, transformando e adaptando a realidade que as circunda à sua própria cultura e maneira de viver, dando forma à *ciganidade*. Será a capacidade de **ressignificar a realidade** que dá forma à palavra *aciganar*, ressignificando a própria cultura.

*Apayonar* toca na parte superficial e técnica (Hall, 1996) da pessoa cigana, nos seus modos de ser «urbanizada», «civilizada», «educada»; conseguem *apayonar-se* – falar e ter modos de *paíto* – com os *paítos* e quando querem, porque dominam as duas culturas, optando por uma delas, em casos limites.

Por isso, considera-se um erro tratar as comunidades ciganas como sendo uniformes e monolíticas, como tão bem fizeram questão de o sublinhar nas diversas narrativas. São heterogéneas e estratificadas por linhagens, por territórios, urbano/rural, sedentário/nómadas, evangelizadas/católicas, escolarizadas ou não.

Está, portanto, claramente excluída qualquer hipótese de encarar as comunidades ciganas numa lógica de menosprezo e de desvalorização. Trata-se de comunidades pró-activas. O «problema cigano» não existia há 30/40 anos porque era invisível, porque as comunidades ciganas estavam guetizadas. Foram encaradas como um «problema» quando vieram «mexer» na ordem social, na medida em que a sociedade maioritária foi obrigada, pelas próprias regras da democracia, a interagir com elas. São, portanto, bem pelo contrário, pessoas

dotadas de dignidade, de valores morais, éticos e estéticos profundos, que lhes conferem uma maneira de pensar e de sentir específicas que Sérgio [Rodriguez \(2011\)](#) designa de ciganidade e que tentou sintetizar na definição que se apresenta:

*«Ser cigano é configurar a própria existência, consciente e criticamente, segundo um sistema de compreensão de tipo realista, sensitivo, intuitivo e pragmático; uma concepção da realidade que prima a vida e a independência comunitária e que ordena o tempo e o espaço em função de referentes afectivos; um código de conduta baseado em valores como o respeito, a fraternidade, a coerência, a liberdade e a eficácia; e uma forma de expressão que privilegia a emoção subjectiva partilhada no seio da própria comunidade; nos quais a pessoa sente que alcança a sua plenitude na medida em que se consagra aos demais membros da sua comunidade, cujo bem-estar se antepõe ao próprio, com quem partilha um mesmo referente histórico-geográfico e uma mesma vontade de sobreviver» (...) «Tudo o que se situa fora desta definição, que marca os limites do mundo cigano, é o que a cultura qualifica de “coisas de payos”. Ser cigano viria definido como uma disposição a configurar conscientemente a própria existência de acordo com um sistema de pensamento, uma cosmovisão e um sistema de valores. É o que os ciganos formularam baseando-se na relação entre a palavra ciganidade e o binómio sentimento/conduta. Mais do que uma soma de elementos, como formulam alguns ciganos, ser cigano baseia-se na forma de interpretar estes elementos. Nesse sentido assemelha-se a um caleidoscópio, a um estilo de vida.» ([Rodriguez, 2011](#), pp. 368-369)*

Por sua vez, [Martin Olivera \(2012\)](#), colocou a dúvida sobre a existência de uma ciganidade construída uma vez por todas, considerando-a um processo inacabado sempre em construção, acompanhando a evolução dos tempos.

*«Ser cigano é uma totalidade em movimento que não tem limites e, desde logo, não pode ser apreendido se não do interior, não pelas “coisas” (concretas ou abstractas) que o definem, mas pelos “factos”. Não se funda nem sobre uma substância isolável e essencial, nem mesmo sobre um contexto estabelecido uma vez por todas. O ser cigano é um desabrochar nunca acabado e contudo sempre já lá.» ([Olivera, 2012](#), p. 24)*

Esta afirmação vem confirmar o que [Olívia](#) me tem confidenciado ao longo dos anos, utilizando um provérbio bem português, para definir os limites movernos do ser cigano: «Nem tudo o que parece é, nem tudo o que é parece», afirmando que «a mesma palavra pode ter significados muitos diferentes, bastando para isso que saia ou entre uma pessoa num determinado contexto; o que é pode ser deixar de ser, num instante.»

Resta-me devolver os meus sentimentos sobre algumas das **potencialidades e fragilidades do presente estudo**.

Assim, julgo que este trabalho veio reforçar as conclusões de vários investigadores sociais que, mais recentemente, pesquisaram sobre grupos ciganos em Portugal, dos quais se destacam [Abílio Amiguinho](#), [Alexandra Castro](#), [Ana Maria](#)

Magalhães, Daniel Seabra Lopes, José Gabriel Pereira Bastos, Lurdes Nicolau, Manuela Mendes, Maria José Casa-Nova, Olga Magano, Rui Llera Blanes, entre outros. Nesse sentido, procurou-se articular os saberes produzidos, conferindo-lhes actualidade, através das narrativas aqui partilhadas pelas diversas pessoas ciganas inquiridas, oriundas de diversas regiões do país. E nessa actualização, desocultou-se emergentes comunidades virtuais ciganas, podendo constituir-se numa área de investigação posterior, enformando uma metodologia específica (Hine, 2004) de investigação etnográfica, abordada na metodologia do estudo (capítulo 1). Efectivamente, existe um vasto leque de produções virtuais ciganas a serem exploradas e analisadas, tanto a nível de páginas, de blogues, como de pequenos *sketches* filmados, músicas e casamentos colocados no *You Tube* e nas redes sociais, tanto a nível nacional como mundial.

Por outro lado, a ligação afectiva e emocional que tenho (e pretendo continuar a ter) com as pessoas inquiridas, pôde perscrutar sentires e pensares indizíveis e/ou invisíveis, não apenas aquando da recolha da informação, mas também no seu tratamento optando, deliberadamente, por observar e divulgar algumas das práticas culturais ciganas, em detrimento de outras. Mas este facto que assumo é sobretudo coerente com a forma como me reconheço enquanto investigadora e, simultaneamente interventora social, comprometida com as pessoas (tema explicitado tanto no 1º como no 3º capítulos, como alertado na introdução) daí me ter esforçado por reabilitar conceitos como «*aciganar*» e «*apayonar*», querendo com eles realçar o carácter fluido, flexível e instável das fronteiras que separam mas também que unem as pessoas, sendo esse movimento impulsionado por afectos tecidos e redes construídas ao longo da vida de cada indivíduo, a braços com os seus contextos de vida, mas é também um movimento carregado de dignidade na sua *ciganidade*. Com este estudo, pretendeu-se exaltar o carácter voluntário e consciente com que as pessoas ciganas gerem as mudanças que, embora possam ser sentidas como ameaçadoras, não deixam, no entanto, de ser, também, fontes de oportunidades que lidam e manejam dentro dos limites das fronteiras em movimento que delimitam para si e que são características e definidoras da(s) cultura(s).

No que diz respeito à **relação desta investigação com a área das ciências da educação**, e, mais especificamente, com a formação de adultos (nomeadamente de profissionais de educação) retira-se que «nada se ensina, tudo se aprende», na forma como as pessoas ciganas implementam a sua «maneira cigana de educar e de aprender», demonstrando serem pró-activas nos processos de aprendizagem ao longo da vida, sendo gestoras conscientes da sua aprendizagem, da sua autopromoção e do seu autodesenvolvimento. Retira-se também a sua capacidade de gerir o processo educativo pelo qual incutem os seus valores, os quais enformam as suas práticas sociais, processo que se manifesta de modo informal, integrador e intergeracional. Neste processo educativo, assente em processos de socialização, salientam-se alguns pontos importantes a ter em conta quando se pretende implementar sistemas educativos incluindo as pessoas ciganas e que têm a ver com os modos como as crianças, jovens e adultos ciganos aprendem. Os elementos que se pretendem realçar, e que continuam actuais foram por mim experienciados ao longo dos vários anos de intervenção e convívio intercultural, reunido no artigo «*O que aprendi com as crianças e famílias ciganas*» (Montenegro, 2001). Curiosamente, tomei recentemente co-

nhecimento de dois autores: o francês Bernard Formoso (1986) que fez uma pesquisa sobre o processo de socialização das crianças e jovens em grupos *gitanos*, *sinti-manouches* e *roms*, e a catalã Begoña Garcia Pastor (2005) que fez uma pesquisa sobre a educação da infância entre a escola e o bairro de uma comunidade cigana de Valência, e nas suas páginas encontrei muitas semelhanças com as minhas «impressões» construídas isoladamente. O que demonstra que muitas similitudes e regularidades podem ser encontradas em grupos ciganos diferentes, separados até geograficamente e cujos contextos socioeconómicos são bastantes diversos.

Seguem-se então alguns dos **princípios educativos a ter em conta no sistema educativo** português, quando se pretende fazer face à diversidade cultural das crianças e jovens ciganos, através de uma educação intercultural:

– Permitir que a criança aprenda por si própria e em interacção com as situações, autonomamente, permanecendo o adulto simultaneamente vigilante e observante, dando poucas ordens verbais, as quais não podem ser transgredidas. «Para disciplinar os filhos é preciso 50% de amor e 50% de firmeza.» (Raimundo Maia)

– Acreditar que a brincar a criança aprende a conhecer o mundo e que, ao imitar os outros, ela aprende a mover-se nele. A criança não aprende se estiver quieta, sossegada, sem mexer nas coisas, permanentemente reprimida e repreendida. . . Ela tem de explorar o mundo que a rodeia. São as consequências dos seus actos que a educam mais do que os sermões ou as prescrições. Todos os pequenos sucessos das crianças são valorizados com entusiásticas manifestações de agrado. É importante fortalecer a autoconfiança da criança contribuindo para a construção da sua autoestima, neste caso, do orgulho em ser cigana.

– Acreditar que as crianças se educam entre si, integradas em grupos naturais e heterogéneos. Os irmãos e os primos são elementos primordiais na transmissão de regras sociais e culturais e inibidores de comportamentos transgressores e/ou menos apropriados. Para além disso, é-lhes inculcido não apenas o cuidado pelo outro, nomeadamente porque os mais velhos têm obrigação social e moral de cuidar e proteger os mais novos, mas também o respeito pelo saber dos mais velhos, pela sabedoria que a experiência de vida traz a cada um.

– O que se diz e transmite à criança e a forma como são geridos e resolvidos os conflitos que surgem entre si é decisivo, daí que os pais não deleguem a outros a transmissão de valores aos seus filhos (educação *versus* instrução) a não ser que tenham confiança nessa pessoa tendo, para isso, demorado um certo tempo (às vezes bem longo) a observar, a analisar e a avaliar o modo como os adultos lidam com as crianças e como gerem os conflitos (conceito de justiça muito apurado e de respeito pela hierarquia de idade e género).

– O que a criança venha, eventualmente, a aprender na escola tem de lhe ser útil para a sua função familiar e social, caso contrário, os pais procuram evitar que os filhos vivam constrangimentos que os humilhem ou ainda que sejam uma pura perda de tempo porque desaprendem o que a família tem por obrigação ensinar. Para os pais é no seio da família, o lugar privilegiado onde se aprende

as coisas mais importantes da vida, porque é imitando os mais velhos (avós, pais e tios) que personificam a sabedoria da vida, que se aprende as coisas mais importantes, nomeadamente o saber ser, o saber fazer e o saber estar cigano (aprende fazendo através de uma aprendizagem guiada). Para a família cigana é importante que a criança adquira competências sociais, saiba conviver e ter muitas relações sociais que a prestigiem enquanto ser socialmente integrado e querido por todos.

As implicações destas práticas educativas para a construção e reinvenção da escola são várias mas realçam-se, acima de tudo, duas.

A primeira tem a ver com a **organização dos grupos**. A condição essencial para que as crianças se sintam felizes e aceitem momentos de separação da família (ou do contexto familiar), é que elas não se sintam presas, fechadas, escondidas aos olhos dos seus, vivendo descontinuidades e rupturas que comprometam a construção da sua identidade. . . Por um lado, para que os pequeninos se sintam serenos e em segurança, disponíveis para a aprendizagem, é imprescindível permitir que perto deles estejam os seus irmãos. E, por outro lado, para que as famílias possam avaliar da idoneidade do profissional que está com os seus filhos, saber se é merecedor da sua confiança ao ponto de lhe confiar o seu bem mais precioso, é necessário dar espaço e tempo para que possam presenciar e partilhar em tudo quanto se proporciona às crianças. As famílias confiam mais facilmente nas pessoas que não se escondem delas, entre quatro paredes (ou por detrás dos portões fechados da escola), sob todo e qualquer o pretexto. . . Se não há nada a esconder não haverá nada a temer. . . Portanto, há que aproveitar a predisposição das famílias ciganas em querer participar activamente na educação dos seus filhos, enquanto coformadores.

Daí as iniciativas a que chamo «escola com paredes de vidro», para tornar visível e compreensível o que se passa no território da Escola. Ou seja, a Escola não é só edifício, a Escola é sobretudo a sua função de organização e gestão dos saberes e capacitação e emancipação das pessoas.

A segunda tem a ver com a **metodologia pedagógica**. É necessário aproveitar a predisposição que as crianças já trazem em ser activamente exploradoras do meio envolvente. Organizar os materiais, os espaços e os tempos de modo a que a criança exercite a sua inesgotável energia, curiosidade e prazer em experimentar o mundo. Mas como não é fácil para o docente (ou técnico de serviço social, de resto) perder a «mania» (diria deformação profissional) de querer controlar tudo e todos, há também que aproveitar a predisposição que as crianças mais velhas têm em tomar conta e responsabilizar-se pelos mais novos tornando-os, também eles, coformadores dos seus colegas mais novos.

As vantagens destas formas de reorganizar os espaços e tempos pedagógicos são várias, mas vou apenas salientar duas:

- A efectiva participação das famílias na vida da escola (ou qualquer outro espaço educativo e/ou pedagógico), transformando-a e apropriando-se dela enquanto espaço verdadeiramente público e comunitário (pertença

de todos e de cada um), e não apenas pertença de uma elite intelectual, a dos incluídos e vencedores (brancos, urbanos, católicos, de classe média).

– A efectiva vivência de processos democráticos de partilha de saberes e de poderes, a tão apregoada cidadania activamente democrática.

É claro que estas duas mudanças, no nosso sistema educativo (e não só) burocrático e tecnocrático, exigem do profissional uma mudança profunda e radical, comprometida socialmente, adaptando uma atitude genuína em não se atribuir o direito de diminuir a cultura/pertença do outro a pretexto de esta não coincidir com a sua, e não se julgar no direito de querer controlar tudo e todos, apenas porque é detentor de um qualquer poder público. Digo genuína, porque não há traidor mais eficaz das nossas verdadeiras intenções do que uma falsa atitude positiva/empática que, num momento limite, emerge à superfície de forma devastadora. Ser-se genuína e convictamente democrata exige uma profunda crença no outro, uma profunda vontade em contribuir para um mundo mais justo e equitativo. A nossa democracia trouxe liberdade de pensamento e de associação, mas também trouxe a massificação e normalização das pessoas, para já não falar da globalização e consequentes homogeneização e fragmentação da sociedade. E nós (de memória curta) esquecemos que, felizmente, somos pessoas diferentes umas das outras e que qualquer pessoa não só merece como tem o direito a ser tratada com dignidade e justiça social. Digo mundo equitativo e não igualitário e normalizador, pois não somos todos iguais e gostamos que respeitem as nossas especificidades. Como alguém já disse, é preciso igualdade para viver e diversidade para conviver (Montenegro, 2001, pp. 281–286).

Estas «impressões» e «intuições» pedagógicas encontraram também eco no estudo de Rodriguez (2011) que encontrei recentemente, revendo-me nele. Mas este autor vai mais longe e adentra-se na forma como a apreensão e a construção das aprendizagens são realizadas. Forma que também intuía, ao conviver com as crianças e suas famílias tanto no CAIC–Centro de Animação Infantil e Comunitária da Bela Vista como nas feiras e mercados ou na rua. Efectivamente, as manifestações culturais ciganas, tendo uma função socializadora, transmitem-se na quotidianidade através de celebrações eminentemente visuais e sonoras, através:

– da espontaneidade, do improvisado e do «duende»<sup>4</sup> (momento de inspiração). A espontaneidade será diferente da improvisação por ser mais intimista, encarnando a improvisação como algo que, ainda assim, requiere um mínimo de planificação, enquanto a espontaneidade exige a vontade de expressão, podendo culminar no «duende», no qual, segundo Rodriguez (2011, p. 276) estaria patente a importância da sinceridade como valor moral cigano.

<sup>4</sup> Este encontro com o Duende tive-o inesperadamente, quando iniciei a minha aprendizagem do flamenco em 2006 com uma das entrevistadas com quem tive aulas, durante 3 anos, mas também construí uma amizade assente numa profunda admiração. Actualmente, contínuo com aulas de flamenco com uma outra mediadora cigana da AMUCIP, filha de uma das entrevistadas. E devo dizer que a sensação que tive foi de um «*déjà vu*», isto é, uma sensação inebriante de inspiração, liberdade, de autocontrolo e de sintonia com o mundo que permitiu o fluir pedagógico e socioeducativo quando animava os mercados e a rua.

– do movimento, da hipérbole ou da metáfora, do ritmo, da gesticulação e das aliteraões que traduzem a intensidade e a densidade, as mudanças de espaços e de tempos, coerente com o valor do respeito.

– da naturalidade, que privilegia a visão no processo cognitivo (psicologia gestaltista).

Ora estes elementos constitutivos «do estar e ser à maneira cigana», salientados por [Rodriguez \(2011\)](#), pude comprová-los experienciando-os aquando da minha intervenção nas animações nos mercados e na rua, na dinamização dos grupos culturais ciganos, na participação nos vários tipos de celebrações e que tentei partilhar abordando o conceito de ecoformação, nomeadamente a importância da improvisação educativa, que permitiu através da autenticidade, genuinidade e entrega, aceder a estados de espíritos, sensações e sentimentos, os quais dão forma aos conceitos e valores subjacentes à ciganidade. Essa improvisação educativa permitiu-me viver «em cima da corda» (Leandro), num espaço transfronteiriço, entre o doméstico e o público, absorvendo as sensibilidades e as emoções, com uma intensidade e densidade inspiradora do «duende educativo», em que nos sentimos em sintonia com as pessoas e intuimos os seus modos de aprendizagens. Tal como refere [Rodriguez](#), senti que a cultura utiliza a emotividade como meio de conhecimento, fruindo um «conhecimento sensível», baseado nas imagens e sintetizada na expressão «sentir é conhecer». Se conhecer é abrir-se à realidade para apreendê-la, é necessário um ponto de encontro entre a realidade conhecida e o sujeito que conhece/aprende. O conhecimento é sensível porque utiliza os sentidos, enquanto a sensibilidade é a capacidade humana de conhecer através deles. A ciganidade será uma forma de ver, articulando os sentidos externos (os órgãos através dos quais sentimos o mundo) e os sentidos internos (a memória, o senso comum, a imaginação e a avaliação). A cultura privilegia a percepção dos estímulos mais intensos, gerando uma estética assente na intensidade, garantia da eficácia da comunicação. A cultura é sonora e muito visual (*gestalt*), atribuindo-lhe uma grande capacidade de observação e de interpretação do seu interlocutor através dos gestos e do timbre de voz. Esta facilidade para o pensamento visual está na origem da tradicional característica oral da cultura, transmitindo conteúdos através i) de uma *linguagem simbólica* (imagens e sonoridades), ii) de uma *linguagem conotativa*, em que as palavras não apenas transmitem um conteúdo explícito como remetem para a um determinado contexto. Existe um significado não explicitado mas compreendido de forma inconsciente típica das mensagens ricas em contextos atribuídas às sociedades polícronas ([Hall, 1996](#)); iii) de uma *linguagem metafórica* (recurso eficaz mais utilizado pelos falantes ciganos, permitindo construir ideias abstractas sem recorrer a conceitos, associando-as através de similitudes com as experiências);<sup>5</sup> e, finalmente, iv) de uma *linguagem afectiva não-verbal*. Neste sentido, mais importante do que a mensagem em si será quem (pessoa confiável) e como (forma emotiva) a produziu, dando particular pertinência à experiência vivida das pessoas.

---

<sup>5</sup> Leia-se os poemas de Olga Mariano que ajudei a compilar e a publicar durante quatro anos: *Poemas desta vida cigana* (2000); *Festejando a Vida* (2002); *Inquietudes* (2003); *Tesouro da Vida* (2004); todos da Editora Reallmo, Setúbal, sob o nome de Olga Natália.

Os processos sóciocognitivos das pessoas ciganas estão fundamentalmente associados à experiência vivida, pelo seu carácter directo, imediato e autêntico. A própria existência se converte em fonte de conhecimento e a pessoa vai mudando em função dos fenómenos que vive. «A vida vive-se, não se pensa.» Esta visão e forma de conhecimento está na base da valorização das pessoas mais velhas e dos «homens de respeito» sendo estes quem a idade permite acumular um conhecimento-sabedoria. Desta forma, trata-se também de um «conhecimento por confiança e afectivo», dando especial relevo ao testemunho em si bem como à pessoa que testemunha, assente no critério de pertinência, ou não, para a comunidade. Assim, a mensagem é considerada verdadeira se obedecer a três critérios: i) quem a proferir seja de confiança (de preferência um cigano, mas não exclusivamente); ii) que o conteúdo seja experimentável (e não tanto compreensível); iii) que seja do interesse da comunidade. Trata-se, pois, de uma forma de pensar intuitiva, que deverá ser validada pelo consenso pessoal ou verificável pela experiência (Rodriguez, 2011, p. 182).

Ora, a intuição – um conceito prático – que parece ser uma das formas que caracteriza a construção do conhecimento na cultura, foi também a forma de conhecimento que esteve (e está) na base da minha experiência sócioeducativa com as comunidades ciganas.

Quando se afirma que «os ciganos aprendem e conhecem de forma diferente» pretende-se dizer que primam a importância da realidade, privilegiam certas operações lógicas e atribuem um sentido diferente à verdade, sendo que «a verdade seria uma crença colectiva. A verdade não se pode compreender se não for experienciada. O pensamento nocional, um conhecimento baseado na experiência acumulada por gerações, permite ganhar em rapidez, em prática e consenso colectivo ainda que possa perder em precisão, traduzindo-se num pensamento imediatista. Mais do que descobrir a ordem natural das coisas, procura-se perceber em que medida a realidade pode ser utilizada para garantir a vida em comunidade» (Rodriguez, 2011, pp. 131–133).

Este modo intuitivo de apreender o real também influenciou a metodologia de pesquisa que tem caracterizado a minha reduzida experiência académica mas longa experiência enquanto «observadora com presença». E ao encontrar-me recentemente com o estudo de Rodriguez (2011) ecoou em mim o meu próprio caminho metodológico quando afirma que uma proposta de metodologia de estudo sobre «a realidade cigana» deveria ser «um método descritivo-experiencial, intuitivo e dedutivo ao mesmo tempo, que permita a existência de uma identidade cigana acima dos diferentes grupos ciganos» e que permita conhecer «o carácter essencial da identidade cigana que permitirá analisar o aparecimento de novas formas de comportamento» (Rodriguez, 2011, p. 43). Assim, Rodriguez (2011, p. 42) propõe cinco estratégias metodológicas para quem ambiciona «estudar a realidade cigana»: i) a suspensão do juízo de valor parece ser a melhor forma de evitar o preconceito, algo tão usual numa cultura tão estigmatizada como é a cultura cigana; ii) a ausência da carga ideológica permite superar a ideologia implícita, nunca reconhecida, que discrimina; iii) o pragmatismo da análise parece ser útil para interpretar uma cultura que se caracteriza precisamente pelo seu pragmatismo; iv) o uso da intuição como mecanismo de compreensão pa-

rece ser coerente com a epistemologia cigana, baseada na intuição, adoptando uma metodologia endógena para analisar a realidade cigana; v) suspendendo o espaço e o tempo pode abstrair-se a ciganidade do seu contexto sócio-cultural, recompondo os fragmentos de uma identidade disseminada pela Europa.

Termino esta síntese conclusiva com uma das noções que mais me influenciou quando convivi com as crianças e famílias ciganas: a relação com o espaço e o tempo na gestão da proximidade geográfica e afectiva. Efectivamente, aprendi o que significa um tempo e um espaço ser, simultaneamente, longo e curto, fluido e tenso, leve e denso, consoante é vivido e sentido como constrangimento ou como prazer. Nesse sentido, a referência feita por Bento, à noção do tempo ser substancialmente diferente na cultura cigana é também referido por [Rodríguez \(2011, p. 224\)](#) afirmando que «o cigano esquece depressa o passado, se está triste; e raramente pensa no futuro, a menos que seja muito imediato. Vive intensamente o presente, sempre disposto a “sacar” dele o melhor proveito.» Estaríamos perante um paradoxo: de adaptação do tempo passado às necessidades históricas e de adaptação do tempo às necessidades actuais, em simultâneo. Assim, a relatividade do tempo é coerentemente vivida com a mesma relatividade atribuída ao espaço, em que as «coisas» são percebidas de forma mais ou menos próximas consoante a intensidade e densidade afectiva das experiências. É mais importante saber com quem se vive uma situação do que o próprio conteúdo da situação em si. O tempo é sentido como longo e custa a passar quando se está num contexto (não cigano) hostil; o tempo é curto e nem se dá por ele quando se vive em contexto (cigano) afável. O presente (tempo) nunca se pode dissociar da presença (espaço). Nesse sentido, pode afirmar-se que as pessoas ciganas não viraram as costas ao progresso ainda que tenham escolhido, cuidadosamente, o que lhes seria útil para manter uma forma de vida «essencialmente» cigana, enformando o conceito de «resistência feita de flexibilidade», conseguindo «adaptar as condições mutáveis para permanecerem, aparentemente, iguais», fazendo com que a sua identidade seja uma percepção assente no tempo e na história que exige uma interacção contínua entre as pessoas através do tempo. E essa gestão espaço-temporal da proximidade e da distância, geográfica e afectiva, é feita de modo polícrono ([Hall, 1996](#)) ou ao ritmo «lento» da «Tartaruga, dirigindo-se aos Homens»:

## Reino Perdido

Devagar, eu? Nem nisso penso.  
Apenas vou, seguindo o ritmo  
Da natureza a que pertença.  
Eu caminho e vivo  
Como cresce a erva (devagar?)  
Como se enchem de flores as árvores  
E se formam os rebanhos de nuvens no ar.  
Vocês é que vão desenfreados  
E só vêem manchas, bocados do que existe,  
Como se estivesse alguém a empurrar-vos  
... É muito triste!

De corrida em corrida, como a lebre,  
Chegareis antes de mim ao fim  
Da grande corrida que é a vida.  
Só que não ides ganhar, mas perder e, o que é pior,  
Sem ter visto nada,  
Deixando quase tudo por fazer.  
Devagar, cada vez mais devagar  
Eu também lá acabarei por chegar.  
Terei então ganho a corrida  
E, principalmente, a vida.

(Álvaro Magalhães, Edições ASA, Lisboa, 1991, 2ª Edição)

## Referências

- Casa-Nova, Maria José (2009) *Etnografia e produção de conhecimento. Reflexões críticas a partir de uma investigação com Ciganos*, Lisboa: ACIDI.
- Hall, Edward T. (1996) *A dança da vida*, Lisboa: Antropos.
- Hine, Christine (2004) *Etnografia Virtual*, Barcelona : Editorial UOC.
- Liégeois, Jean-Pierre (2004) *Education des Enfants Roms en Europe. Itinéraire Culturel Rom*, Direction Générale IV, Direction de l'Education scolaire, extrascolaire et de l'Enseignement supérieur, Division de la Dimension Européenne de l'Education, Strasbourg: Conseil de l'Europe. Acessível na internet em [http://www.coe.int/t/dg4/education/roma/Source/RomaRoute\\_FR.PDF](http://www.coe.int/t/dg4/education/roma/Source/RomaRoute_FR.PDF).
- Magano, Olga (2004) «Observação “com presença” junto de um grupo de etnia cigana», in *Actas dos Ateliers do V Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia*, pp. 66-71. Acessível na internet em [http://www.aps.pt/cms/docs\\_prv/docs/DPR4628ff73668ba\\_1.pdf](http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4628ff73668ba_1.pdf).
- Montenegro, Mirna (2001) «O que aprendi com as crianças e famílias ciganas», in SOS Racismo (2001) *Saúde e liberdade: ciganos, números, abordagens e realidades*, Lisboa: SOS Racismo, pp. 281-287.
- Montenegro, Mirna (2003) *Aprendendo com ciganos: processos de ecoformação*, Lisboa: Educa.
- Rodriguez, Sérgio (2011) *Gitanidad. Otra manera de ver el mundo*, Barcelona: Kairós.
- Olivera, Martin (2012) *La tradition de l'intégration. Une ethnologie des roms Gabori dans les années 2000*, Paris: Editions Petra.

Pastor, Begoña García (2005) *La educación de la infancia gitana en la ciudad de Valencia. Del barrio a la escuela*, Universitat Jaume I, Facultad de Ciencias Humana y Sociales. Departamento de Historia, Geografía y Arte. Castellón. Acessível na internet em <http://www.tesisenred.net/bitstream/handle/10803/32157/bgarcia.pdf?sequence=1>.

## Programa Escolhas

*Glória Carvalhais\**

O Programa Escolhas é um programa de âmbito nacional, tutelado pela Presidência do Conselho de Ministros e fundido no Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, IP, que visa promover a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, particularmente dos descendentes de imigrantes e minorias étnicas, tendo em vista a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social.

Para esse efeito, nesta 4<sup>a</sup> Geração<sup>1</sup> do Programa Escolhas (2010-2012), encontram-se a ser implementados 131 projetos financiados, por todo o país, estando o Programa presente em 72 concelhos. Sendo cofinanciado pelo OE (ISS, IEFP, ME) e pelo Fundo Social Europeu (QREN/POPH) o Programa Escolhas pretende ativar e mobilizar os recursos locais, alocando recursos adicionais às comunidades.

«São destinatários<sup>2</sup> e beneficiários<sup>3</sup> do Programa Escolhas, crianças e jovens entre os 6 e os 18 anos, provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, nomeadamente descendentes de imigrantes e minorias étnicas, sendo prioritários (...)»<sup>4</sup> jovens que se encontram em abandono escolar, jovens sem escolaridade obrigatória, jovens que estão ou estiveram sujeitos a medidas tutelares educativas e/ou medidas de promoção e proteção, e crianças e jovens residentes em territórios de maior exclusão com poucas respostas institucionais.

Excecionalmente os projetos podem abranger jovens mais velhos, entre os 19 e 24 anos, desde que reúnam determinadas condições: qualquer jovem desta faixa etária desde que o projeto se tenha candidatado à medida II, relacionada com a formação profissional e empregabilidade; qualquer jovem que tenha 18 anos, à data de início do projeto, no âmbito de qualquer medida e jovens que já tivessem sido abrangidos por projetos da 3<sup>a</sup> fase do Programa Escolhas, no âmbito de qualquer medida. Paralelamente, são também considerados como beneficiários os familiares das crianças e jovens destinatários dos projetos, numa

\* Coordenadora da Zona Norte e Centro do Programa Escolhas.

<sup>1</sup> O Programa Escolhas foi criado em Janeiro de 2001, e conta já com 4 fases de desenvolvimento.

<sup>2</sup> «Por destinatários entendem-se os públicos diretos do projeto, nomeadamente aqueles nos quais se verifica uma maior incidência nos riscos de exclusão.» – Regulamento Programa Escolhas, 2009, art.º 4, n.º 1, alínea a).

<sup>3</sup> «Por beneficiários, entendem-se os públicos indiretos, nomeadamente aqueles que, por estarem expostos a riscos mais reduzidos, não são alvo de um acompanhamento tão continuado e individualizado.» – Regulamento Programa Escolhas, 2009, art.º 4, n.º 1, alínea b).

<sup>4</sup> Regulamento Programa Escolhas, 2009, art.º 4, n.º 2.

lógica de corresponsabilização no seu processo de desenvolvimento pessoal e social.

Não obstante o diagnóstico de sinalização dos públicos-alvo dos projetos se basear num levantamento dos principais problemas que os caracterizam, para o Programa Escolhas estas crianças e jovens que vivem em contextos socioeconómicos mais vulneráveis são detentoras de grandes potencialidades, demonstrando uma enorme capacidade para transformar as suas fraquezas em forças e as suas ameaças em oportunidades. Assume-se, nesta perspectiva, que os jovens para além de serem parte do problema, são sobretudo parte da solução.

O Escolhas assenta num modelo de intervenção «Circular» – modelo dos 7P's – em que o enfoque do Programa é dado aos Problemas e Potencialidade das Pessoas, recorrendo claramente às Parcerias do sector Público e Privado para capacitar a intervenção. Paralelamente estrutura-se em cinco medidas de intervenção – a inclusão escolar e educação não formal, formação profissional e empregabilidade, dinamização comunitária e cidadania, inclusão digital e o empreendedorismo e capacitação – que se desmembram em ações e consequentemente em atividades, as quais se apresentam como um meio para atingir um fim e dessa forma contribuir para a mudança efetiva de trajetórias de vida das crianças e jovens que participam nos projetos.

A **medida I** que visa contribuir para a **inclusão escolar e para a educação não formal** admite ações relacionadas com o encaminhamento e reintegração escolar de crianças e jovens que tenham abandonado a escola precocemente; a criação e implementação de respostas educativas específicas para crianças e jovens que tenham abandonado a escola sem a conclusão da escolaridade básica; atividades de prevenção do abandono escolar e de promoção do sucesso escolar, através do desenvolvimento de competências pessoais, escolares e sociais por via da educação formal e não formal e a corresponsabilização das famílias no processo de supervisão parental visando o sucesso escolar e a transição para a vida ativa.

A **medida II**, visa contribuir para a **formação profissional e empregabilidade** e inclui ações como o encaminhamento e integração de jovens para respostas de qualificação ao nível da formação profissional e do mercado de emprego; criação e implementação de respostas de qualificação ao nível da formação profissional e da empregabilidade de jovens; promoção da responsabilidade social de empresas e/ou outras entidades, através de estágios e da promoção de emprego para jovens e o apoio à criação de iniciativas que gerem emprego para jovens, através de emprego apoiado, iniciativas locais de emprego, microempresas ou outras.

A **medida III**, tem como objetivo contribuir para a **dinamização comunitária e cidadania** e admite ações como atividades lúdico-pedagógicas, desportivas e promotoras de vida saudáveis, de cariz artístico e cultural, atividades que promovam a descoberta, de forma lúdica, da língua, valores, tradições, cultura e história de Portugal e dos países de origem das comunidades de imigrantes, visitas e contactos com organizações da comunidade, atividades que promovam informação, aconselhamento e apoio à comunidade, bem como atividades de

mobilização da comunidade para o processo de desenvolvimento pessoal, social, escolar e profissional das crianças e jovens dos projetos.

A **medida IV**, que assume um carácter transversal em relação às outras medidas, visa apoiar a **inclusão digital** e que se traduz por ações relacionadas com atividades ocupacionais de orientação livre, atividades orientadas para o desenvolvimento de competências, cursos de iniciação e de formação certificada em tecnologias da informação e comunicação e atividades de promoção do sucesso escolar e empregabilidade.

Para concretização desta medida são garantidas pelo Programa Escolhas as condições necessárias para a sua implementação, estando previsto em candidatura a aquisição de equipamentos informáticos e de mobiliário e a disponibilização de um formador especializado na área, cujos conhecimentos têm que ser previamente reconhecidos e validados pelo próprio Programa.

No âmbito desta medida, o Programa Escolhas estabeleceu uma série de protocolos com diversas entidades, onde é possível disponibilizar a todos os projetos uma panóplia de recursos cedidos gratuitamente de forma a rentabilizar ao máximo o trabalho com os participantes dos projetos e a promover o acesso ao conhecimento e informação, como é o caso da Escola Virtual, plataforma de educação *on-line* da Porto Editora, os Diplomas de Competências Básicas, da UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento, dos cursos de Literacia Digital da *Microsoft* e os cursos *CISCO Networking Academy*, da *CISCO Systems, Inc.*

Por último, a **medida V** que visa apoiar o **empreendedorismo e a capacitação dos jovens**, através de ações que vão desde a autonomização de projetos protagonizados pelos jovens, com vista à sua sustentabilidade futura; à promoção de dinâmicas associativas juvenis formais e informais; às iniciativas de serviço à comunidade; visitas, estágios, parcerias com organizações que possibilitem o alargamento das experiências e redes de contactos dos jovens; projetos planeados, implementados e avaliados pelos jovens, promovendo a sua participação e corresponsabilização por todas as etapas; atividades formativas que promovam o desenvolvimento de competências empreendedoras nos jovens; promoção da mobilidade juvenil e de intercâmbios dentro e fora do território nacional e campanhas de divulgação, *marketing* social e de sensibilização para desconstrução de estereótipos e preconceitos relativamente aos destinatários e territórios alvo de intervenção do Programa Escolhas.

Decorrido de um contexto experimental, poucos programas governamentais têm tido as repercussões do Programa Escolhas. Os seus mais de dez anos de duração conferem-lhe um carácter particular e transversal mas, sobretudo, permite-lhe uma capacidade reflexiva que tem possibilitado sucessivos ajustamentos às conjunturas históricas, sociais e económicas da última década.<sup>5</sup> Os dados do quadro 1 permitem perceber a progressiva evolução que o Programa tem registado ao nível de um conjunto de indicadores.

<sup>5</sup> Programa Escolhas 2010-2012 – Avaliação externa 1º Relatório de progresso – junho de 2011.

Quadro 1 – Progressão do Programa Escolhas (1<sup>a</sup> à 4<sup>a</sup> Geração)

	Escolhas 1 <sup>a</sup> Geração 2001–2003	Escolhas 2 <sup>a</sup> Geração 2004–2006	Escolhas 3 <sup>a</sup> Geração 2007–2009	Escolhas 4 <sup>a</sup> Geração 2010–2012
Projetos	50	87	120	131
Municípios	17	54	70	72
Participantes	6.712	43.199	85.021	71.390 <sup>6</sup>
Técnicos	170	394	480	822
Parceiros	111	412	776	1031

Os bons resultados alcançados resultam também do facto do Programa desenvolver a sua intervenção com base num conjunto de princípios exigentes, ambiciosos e inovadores. Todos os projetos Escolhas são desenvolvidos com base no **planeamento estratégico**, isto é, compreendendo a avaliação como um ciclo, os projetos deverão estabelecer um diagnóstico claro e consolidado, definir objetivos e metas, identificando as ações e as atividades, bem como o seu impacto nos problemas. Por outro lado, considera-se que este trabalho deve ser feito numa lógica de **parceria**. Assume-se que é na escala local que os problemas melhor poderão ser resolvidos, e assente na lógica da parceria com parceiros locais, os projetos deverão procurar a complementaridade, a articulação de recursos e a corresponsabilização pelas iniciativas, de forma a promover a sustentabilidade das ações. Nesse sentido, entende-se também a **participação** como algo fundamental. Os projetos devem compreender o potencial humano como um fim e um recurso e, conseqüentemente, devem garantir a participação dos jovens, das comunidades e das organizações em todas as etapas do projeto, promovendo processos de capacitação e de corresponsabilização.

São igualmente essenciais os princípios da **mediação** — os projetos deverão favorecer intervenções de proximidade, recorrendo sempre que necessário ao trabalho de rua e à mediação, adaptando-se aos contextos e horários dos públicos, entendendo globalmente a sua intervenção enquanto um processo de mediação social — e da **inovação social** — a procura de novas respostas para velhos problemas, recorrendo à criatividade e à inovação, deverá ser um princípio basilar nos projetos, procurando identificar as potencialidades e os recursos que permitam soluções inovadoras.

Mas um dos princípios fundamentais é também o **Diálogo Intercultural**. Aceitando que no encontro da diferença é possível promover um enriquecimento, os projetos deverão trabalhar a coesão interna das comunidades, procurando uma convivência positiva entre todas as culturas possibilitando, em simultâneo, a criação de pontes com outros indivíduos e comunidades.

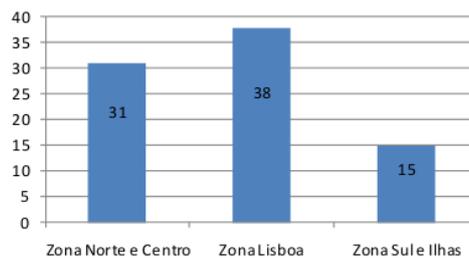
<sup>6</sup> Dados até dezembro de 2011.

A diversidade e a interculturalidade têm sido campos privilegiados de ação dos projetos financiados pelo Programa Escolhas. Assumindo os princípios da cidadania, do direito à diferença e da unidade na diversidade, os vários projetos locais trabalham no sentido de fomentar as relações de confiança, de reconhecimento mútuo, de efetiva comunicação e diálogo, de aprendizagem recíproca, de regulação pacífica do conflito, assim como atuam com o objetivo de facilitar o crescimento de relações de cooperação e convivência.

Com efeito, o Programa Escolhas visa promover a inclusão social de crianças e jovens em risco, nomeadamente pertencentes a minorias étnicas, como as comunidades ciganas. Assim, tem trabalhado no sentido de encontrar respostas adequadas à inclusão das crianças e jovens destas comunidades reconhecendo que existem vários problemas específicos associados às mesmas (como o nomadismo, o facto das crianças não irem à escola e a existência de grandes défices de integração derivada da ausência de hábitos de vida associados à educação e ao trabalho) que têm que ser trabalhados.

Consequentemente, o Programa Escolhas integra na sua 4ª geração vários projetos dirigidos às comunidades ciganas. O trabalho com estas comunidades permanece, ainda hoje, um desafio. Efetivamente, a atuação junto destas comunidades não é recente mas continuam a persistir obstáculos e dificuldades que fazem com que seja importante refletir sobre a intervenção que está a ser desenvolvida.

No final de 2011, após 24 meses de intervenção dos projetos da 4ª Geração, os dados demonstram que dos 131 projetos do Programa Escolhas em funcionamento, 84 (64,12%) intervêm junto destas comunidades. Uma análise por zona de intervenção permite perceber que a maior parte destes 84 projetos se concentra na zona de Lisboa, com um total de 38, enquanto na zona Norte e Centro são 31 os projetos que atuam neste domínio e no Sul e Ilhas esse número é de 15.



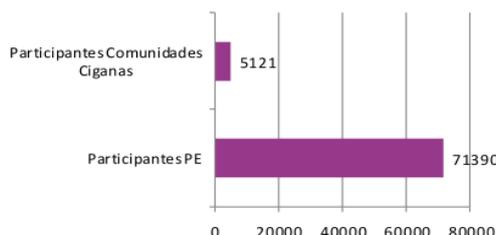
Fonte: Relatório Minorias Étnicas da AGIL – Programa Escolhas

Gráfico 1: N.º de projetos com intervenção com Comunidades Ciganas, por Zona (2010/2011)

Os dados também permitem perceber que em todas as zonas de intervenção a percentagem de projetos que trabalha com as comunidades ciganas é superior a 60%: na zona de Lisboa a percentagem é de 64,41% (38 dos 59 projetos

em funcionamento), na zona Norte e Centro é de 64,58% (31 dos 48 projetos) e na zona Sul e Ilhas é, igualmente, de 62,50% (15 dos 24 projetos implementados).

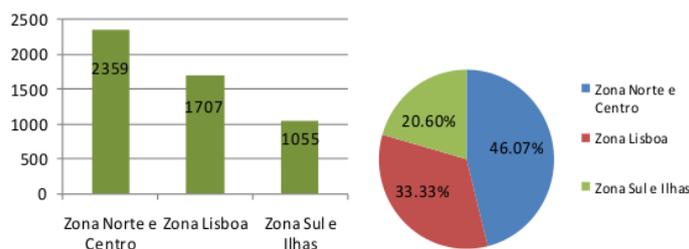
Os 84 projetos abrangem 5121 participantes pertencentes a comunidades ciganas, o que corresponde a 7,17% do total da população envolvida nas várias atividades dos projetos PE 4ª Geração (em 24 meses foram envolvidos 71390 participantes).



Fonte: Relatório de Participantes e de Minorias Étnicas da AGIL – Programa Escolhas

Gráfico 2: N.º de participantes das Comunidades Ciganas, face ao total de participantes do Programa Escolhas (2010/2011)

Mas, se ao nível do número de projetos a maior concentração se verifica na zona de Lisboa, no que concerne ao número de participantes é no Norte e Centro que encontramos uma maior expressividade. Com efeito, do total de participantes pertencentes às comunidades ciganas, 2359 (46,07%) são trabalhados na zona Norte e Centro, 1707 (33,33%) na zona de Lisboa e 1055 (20,60%) na zona Sul e Ilhas.



Fonte: Relatório Minorias Étnicas da AGIL – Programa Escolhas

Gráficos 3 e 4: Distribuição do n.º de participantes das Comunidades Ciganas, por Zona (2010/2011)

O trabalho junto destas comunidades tem-se constituído como um profundo desafio na tentativa de ultrapassar obstáculos, construir pontes e estabelecer ligações. Um dos desafios tem assentado, desde logo, no facto de não existir uma única comunidade cigana homogénea, com características, formas de ser e estar iguais. Apesar de persistirem características de fundo que são comuns podemos dizer que existem diferentes comunidades ciganas o que implica diferentes

formas de intervenção e acompanhamento. Assim sendo, neste caso o **construir pontes implica aprofundar o conhecimento** relativamente à margem (comunidades) até onde queremos chegar, compreendê-la de forma clara e profunda de modo a melhorar a intervenção local, tornando-a mais assertiva, específica e cada vez mais coletiva na lógica de trabalhar com a comunidade em causa.

Outro desafio passará por continuar a apostar em atividades que atuam em áreas como a prevenção do abandono escolar (em especial com as raparigas) e a promoção do sucesso escolar. Esta aposta não tem sido de fácil implementação já que estamos perante comunidades que continuam com graves carências em termos de necessidades básicas. O conhecimento real das comunidades e a intervenção de proximidade tem permitido perceber a necessidade em investir num trabalho direto no apoio às necessidades básicas de acesso a água, habitação, bens de primeira necessidade, entre outros. Neste contexto, e atendendo a esta particularidade, um dos grandes desafios dos projetos que intervêm com as comunidades ciganas é a questão da escolarização. Como trabalhar esta vertente quando aspetos relacionados com necessidades básicas ainda estão por solucionar?

Associado a esta questão surge também outro desafio: a promoção da mediação escola-família de modo a facilitar o processo de comunicação entre a escola e as comunidades. Sabemos que relação que a escola estabelece com a família e esta com a escola está repleta de representações sociais que acabam por ser fatores potenciadores do (in)sucesso escolar. Tal como vários estudos apontam «as relações escola-família não poderão ser interpretadas se a sua análise não tiver em conta que estas relações se processam num espaço simbólico em que se entrecruzam diferentes apropriações, a partir de diferentes leituras que os variados atores sociais fazem dos processos que aí ocorrem e dos problemas por eles vivenciados.» (Cortesão et al., 2005, p. 12)

Assim, tem sido um desafio constante para os projetos PE 4ª Geração assumir esta pluralidade de representações e de interpretações mas ao fazê-lo foi possível alcançar alguma compreensão relativamente aos fenómenos que estão inerentes à relação comunidades-escola e, nesse sentido, desenvolver uma intervenção pertinente e ajustada.

Esta visão simultaneamente macro (atenta às representações, interpretações e sentimentos que caracterizam o contexto de intervenção) e micro (pois considera as particularidades de cada comunidade que está a ser trabalhada) tem permitido alcançar alguns resultados bastante satisfatórios.

Exemplos disso são alguns dos projetos Escolhas, como o «Acreditar» (Zona Norte e Centro), o «Interligar» (Zona de Lisboa) e o «Escolhas Vivas» (da Zona Sul e Ilhas). No primeiro caso a intervenção teve como um resultado positivo o facto de uma aluna de etnia cigana, destinatária do projeto, concluir o 9º de escolaridade, sendo que foi a primeira vez que tal aconteceu no contexto de intervenção do projeto (freguesia de Aldoar, Concelho do Porto). O projeto «Interligar» conseguiu que dos 25 destinatários provenientes de comunidades ciganas, a frequentar o 2º ciclo, 14 reduzissem substancialmente a taxa de absentismo, com 6 deles a apresentarem um registo de zero faltas (Quinta da torrinha,

freguesia da Ameixoeira, concelho de Lisboa). Também na zona Sul e Ilhas existem resultados muito positivos. O projeto «Escolhas Vivas», desenvolvido em Vila Real de Santo António, face à dificuldade de integração da comunidade cigana, criou um grupo de dança de flamenco com forte influência da música cigana, aberto a todos os jovens da comunidade. O objetivo foi o de valorizar a cultura cigana, promover o diálogo intercultural e a inclusão pela arte. Com esta atividade, que integra jovens ciganos e não ciganos, tem-se verificado uma progressiva participação do grupo em vários eventos (festivais interculturais, «mostras da cultura cigana», entre outras) e a diminuição dos comportamentos discriminatórios.



Foto – «Grupo de Flamenco»

Estas práticas promovem o diálogo intercultural, potenciam a construção de novas identidades sendo que a soma das partes dá origem a algo que as transcende, um NÓS plural e coeso. Para além das práticas e estratégias adotadas pelos projetos locais, o Programa Escolhas desafia anualmente os projetos a participarem em Iniciativas Globais – como o Navio Escolhas ou a Aldeia Escolhas – as quais se revelam momentos privilegiados de partilha e interação entre jovens provenientes de contextos e culturas diferentes.

Longe de estar concluído, este trabalho tem evoluído positivamente e os resultados alcançados até ao momento demonstram que o Programa Escolhas tem investido nesta área de intervenção, abraçando os desafios e encontrando «materiais» fortes para a construção de pontes sólidas e consistentes que nos possibilitem chegar, com sucesso, às outras margens!

Como dizia Américo Nunes [Peres](#), «(...) a experiência do encontro com o outro faz parte da condição humana. Só conseguimos ver a diferença a partir da nossa própria identidade (...) Urge, então, ousar sermos nós através do outro, descobrindo-nos na mesmidade.» (1999, p. 49)

Obrigada!

## **Referências**

Cortesão, L., Stoer, S., Casa-Nova, M. J. e Trindade, R. (2005), *Ponte para Outras Viagens – Escola e Comunidade Cigana: representações recíprocas*, Lisboa: ACIME.

Peres, Américo N. (1999), *Educação Intercultural: utopia ou realidade?*, Porto: Profedições, Lda.

# Projeto Geração Tecla: uma referência na inclusão da etnia cigana

*Catarina Certal\**

## 1 Etnia Cigana: singularidades de uma minoria

### 1.1 Dinâmicas de exclusão/integração social da etnia cigana

Antes de mais importa referir que a bibliografia sobre comunidades ciganas em Portugal apresenta esta etnia como uma população que vive, de uma forma geral, processos de profunda exclusão social que se traduzem em fracas condições habitacionais, sanitárias e de salubridade, ténues taxas de alfabetização, marginalização relativa ao mercado de trabalho, incidência de certo tipo de doenças crónicas, segregação social e cultural, conceções e discriminação de que frequentemente são alvo sendo mesmo a etnia sobre quem recaem mais conceções negativas (Bruto da Costa e Pimenta 1991; Castro 1995; *Obra Nacional para a Pastoral dos Ciganos* 1995; Nunes 1996 in Magano e Silva, 2000).

A etnia cigana está em Portugal há pelo menos cinco séculos. As origens do povo cigano levam-nos aos grupos de povos nómadas originários da Índia do Norte, cuja designação era *Manusch* ou *Rom*.

Apesar de refratária à integração social, a etnia cigana não criou grandes problemas no passado às populações, nomeadamente em Portugal. Os problemas maiores começaram a surgir com a tendência recente de sedentarização, voluntária ou forçada (Fernandes, 1995; Bruto da Costa e Pimenta, 1991; Garrido, 1998; Liégeois, 1989; Enguita, 1999).

As situações de pobreza e exclusão social são originadas por um conjunto de problemáticas que na maioria das vezes não existem isoladas, pelo contrário, em grande parte destas situações pode-se verificar uma etiologia multicausal na qual coexistem uma série de factores adicionais de desfavorecimento (Certal, 2007). Por outro lado, as situações de risco e/ou situações problemáticas vivenciadas por esta população têm grandes consequências no seu desenvolvimento e envolvimento em todo o processo de formação e aprendizagem (Carlson, Uppal e Prosser, 2000; Matos e Gaspar, 2003). A estes indicadores juntam-se

---

\*Projeto Geração Tecla, Programa Escolhas, Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Braga.

também factores culturais e condicionantes de carácter subjectivo, que constituem obstáculos significativos ao acesso das minorias, à participação cívica e a direitos constitucionais de acesso a bens e serviços, contemplados na República Portuguesa (Matos e Gaspar, 2003).

Existe um outro indicador extremamente relevante, que contribui largamente para a perpetuação da exclusão social em grupos socialmente desfavorecidos: a habitação. Segundo Blanquart (1997) e Viellard-Baron (1996), a forma como a população é distribuída geograficamente no território nacional tem influência directa nas situações de exclusão social gerando, não raras vezes, processos de segregação espacial e territorial e de consequente «guetização» e separação dos circuitos comuns. A exclusão territorial e geográfica pode ser, inclusivamente, um dos factores mais decisivos de exclusão social.

Grande parte dos problemas sociais intimamente relacionados com situações de exclusão social, ocorrem em contextos espaciais e territoriais específicos, nomeadamente, zonas periféricas de grandes metrópoles, bairros sociais, acampamentos de barracas, bairros de lata e guetos («ilhas») que se caracterizam, na sua maioria, por um conjunto de *handicaps* que desvalorizam o próprio contexto de vida dos indivíduos e a dignidade humana (Delarue, 1991).

Estas zonas territoriais caracterizam-se sobretudo pelas fracas condições habitacionais, sanitárias e de salubridade, sobrelotação dos fogos habitacionais, degradação patente da zona envolvente (associada, não raras vezes, a comportamentos de risco como o tráfico e consumo de drogas, mendicidade, delinquência e prostituição) e insuficiência ou inexistência de equipamentos sociais básicos (Carlson, Uppal e Prosser, 2000; Matos e Gaspar, 2003). Como tal, habitar em bairros degradados é mais um dos factores que contribui largamente para a exclusão social dos indivíduos e «os excluídos não são apenas rejeitados fisicamente (racismo) e materialmente (pobreza), como também são escorraçados geograficamente para autênticos guetos» (Dias, Alves e Valente, 2006, p. 22).

## **1.2 A etnia cigana no Concelho de Braga**

As famílias de etnia cigana do Concelho de Braga, agrupam-se em núcleos familiares mais alargados, como sejam os Pinto, Maia, Monteiro, Soares, Montolha e Ximenes, etc. A família funciona assim, não como uma adição de individualidades, mas como um todo entre os quais se estabelecem laços de solidariedade e ao qual o indivíduo permanece ligado mesmo depois do casamento (Cortal, 2007, 2010).

Pode-se verificar que as profissões desempenhadas no agregado familiar estão grandemente relacionadas com a atividade comercial tradicional cigana, nomeadamente feirante, ajudante de feira e vendedor ambulante.

Os indicadores relativos aos modos de vida das famílias ciganas dão ainda dados mais concretos acerca da sua situação socioeconómica. Assim, um número significativo de pessoas não tem qualquer meio de subsistência própria e são referenciadas como não tendo qualquer modo de vida, o que comprova a grande

precariedade económica destas famílias e a conseqüente situação social muito aquém dos níveis mínimos, repercutindo-se obviamente na situação escolar das crianças. Verifica-se também que a grande maioria das mulheres são domésticas (Cortal, 2007).

Globalmente, os níveis de escolaridade da população de etnia cigana são bastante baixos, embora se verifique uma diferenciação de género bastante relevante, uma vez que a taxa de analfabetismo nas mulheres é muito superior à dos homens. É de salientar que a cultura e as tradições ciganas têm uma grande influência no processo educativo dos alunos (sobretudo mulheres), nomeadamente a tradição do casamento, que marginaliza o acesso da mulher à escola e à educação (Cortal, 2010).

Os pais de etnia cigana são tendencialmente desconfiados relativamente à escola e à sua função. Consideram que a escola pode ser desvirtuadora da cultura cigana que é ágrafa, onde o saber é transmitido oralmente no contexto familiar. Poderá ser esta uma das razões pelas quais muitas vezes estas crianças são consideradas inadaptadas ao contexto escolar e resistem, ao longo do processo de escolarização, à aprendizagem de um saber transmitido por uma pessoa estranha à família (Cortal, 2010).

A prática profissional predominante nas famílias de etnia cigana parece também servir para explicar o pouco interesse pela escola, que se traduz por nela se pretender apenas a aquisição de instrumentos essenciais para a vida futura, como saber ler, escrever e contar, e praticamente não aceitando os valores sociais e culturais por ela veiculados. A feira e venda ambulante são as profissões características na etnia cigana. Profissões estas que requerem escassas capacidades e conhecimentos abstratos que não precisam de ser aprendidos na escola. São saberes que se constroem no exercício da profissão e em permanente interação, coordenação e solidariedade global com os restantes membros da família.

A comunidade cigana é considerada uma minoria étnica, com raízes culturais distintas, existindo uma série de preconceitos relativamente aos ciganos. Têm uma forte tradição cultural, alicerçada em rígidas normas sociais, com modos de vida muito próprios, dos quais sentem orgulho e querem continuar a preservar, que visam a sua autodefesa face a uma sociedade que parece desagregar-se de alguns dos seus valores tradicionais (Cortal, 2010; Casa-Nova, 2009).

As suas formas de agir e estar na vida que se afastam das da sociedade envolvente conduzem a que, involuntária ou voluntariamente, sejam marginalizados pela mesma (Cortal, 2007; Casa-Nova, 2005, 2009).

## **2 Escola e Etnia Cigana**

### **2.1 A relação da comunidade cigana com a escola**

A etnia cigana apresenta um sistema de valores comunitários centrado no contexto familiar e, é com base nas relações familiares, que se constrói a identidade

cultural cigana. Neste pressuposto, a família cigana representa a unidade base da organização social, comunitária, económica e educativa da comunidade cigana, sendo a família cigana encarada como a primeira instituição educativa das suas crianças, cuja personalidade é formada e moldada no seio da interação familiar (Casa-Nova, 2009).

Por outro lado, na cultura dominante a escola é vista como um dos meios privilegiados de socialização e integração social o que, por si só, representa no caso das crianças ciganas um paradoxo em relação ao trabalho feito pelos pais no seio familiar. Ou seja, a escola é vista como uma não continuidade ou uma quebra do trabalho iniciado em casa pela família, provocando uma rutura dos valores assimilados anteriormente.

Os ciganos enquanto minoria étnica que são tentam com muito esforço preservar a sua cultura, mas por outro lado, enquanto membros que vivem no seio de uma sociedade dominante são forçados à integração dos costumes, valores e cultura dominante. Uma das formas de inclusão na sociedade dominante mais abrangente é, indubitavelmente, a frequência escolar das suas crianças, obrigatória por lei, e cujo objetivo se prende com a aquisição de saberes, desenvolvimento de capacidades e competências específicas que permitam às crianças sobreviver, intervir e participar na sociedade como cidadãos de pleno direito (Casa-Nova, 2009; Cortesão, Stoer e Casa-Nova, 2005; Costa, 1996), assim como preparar as crianças para o mundo do trabalho (Amiguinho, 1999; Costa, 1996). Paradoxalmente, como a grande maioria dos ciganos exerce a sua atividade profissional nas feiras e venda ambulante seguindo as suas tradições, a frequência escolar é considerada por uma grande parte das comunidades ciganas como um desperdício de tempo (Dias, Alves e Valente, 2006).

Assim, a relação que a escola estabelece com a família, assim como a relação que esta estabelece com a escola está repleta de representações sociais que potenciam a ocorrência e perpetuação do insucesso escolar (Cortesão, Stoer e Casa-Nova, 2005).

Para esse insucesso escolar contribuem fatores como o elevado absentismo das crianças ciganas; a fraca ou quase nula pressão que os pais fazem para que os filhos vão à escola; a manutenção das crianças no seio da família com o objetivo de garantir a continuidade no processo privilegiado de educação familiar; a dificuldade de adaptação aos horários escolares instituídos e feitos à medida da sociedade maioritária, que contrariam os hábitos da cultura cigana, os ritmos familiares e de vida comunitária (feiras, casamentos, lutos, etc.) serem sobrevalorizados em relação aos horários letivos e à frequência escolar (Casa-Nova, 2009; Cortesão, Stoer e Casa-Nova, 2005; Stoer e Cortesão, 1999; Enguita, 1999; Nunes, 1996).

De uma forma global, o insucesso escolar, o absentismo e o abandono escolar precoce por parte das crianças de etnia cigana são uma realidade indiscutível. Cortesão (1995) considera que para as crianças ciganas,

na escola exigem-se trabalhos para os quais é necessário concentração, trabalhos rotineiros que nada têm a ver com a sua experiência

do quotidiano. Que pode a escola oferecer de aliciante, de suficientemente importante para que justifique ir-se lá de forma assídua e cumprindo horários, a pessoas que circulam ao ritmo das feiras, casamentos e outras festas e que não são aceites pelo mercado de trabalho regular? (p. 39)

Por fim é ainda importante referir a relação que existe dos pais ciganos, no papel de encarregados de educação, com a escola. Os pais ciganos têm uma grande dificuldade em relacionar-se com a escola, demonstram falta de interesse e muitas vezes até hostilidade para com a escola (Stoer e Cortesão, 1999). Enquanto encarregados de educação dos seus filhos são pouco colaborantes, não comparecem à escola ou dificilmente vão mesmo que sejam chamados pelo professor ou diretor da escola, raramente colaboram em atividades desenvolvidas na escola e dificilmente interagem com a restante comunidade escolar (Cortesão, Stoer e Casa-Nova, 2005; Stoer e Araújo, 2000). Estas atitudes comportamentais relativamente à escola refletem a pouca importância atribuída pela comunidade cigana à frequência escolar. Muitos são os casos em que a frequência escolar das crianças ciganas se traduz para os seus pais numa maior facilidade de obtenção de benefícios sociais tais como o rendimento social de inserção, abono de família, etc. Este desinteresse latente revela que os ciganos estão conscientes de que o seu modo de vida e tradições culturais tem dificuldades em se incorporar nas normas da «escola para todos» (Casa-Nova, 2009; Cortesão, Stoer e Casa-Nova, 2005; Stoer e Araújo, 2000; Nunes, 1996).

## **2.2 A influência do género na importância atribuída à escolaridade**

No que se refere à comunidade cigana, não se pode questionar a relação escola/família sem aprofundar as questões que se prendem com o próprio acesso à escola.

É de salientar que a cultura e as tradições ciganas têm uma grande influência no processo educativo dos alunos (sobretudo mulheres), nomeadamente a tradição do casamento que marginaliza o acesso da mulher à escola e à educação. As jovens são preparadas desde tenra idade para o casamento, sendo-lhes atribuídas tarefas domésticas e a guarda dos irmãos ou sobrinhos mais pequenos, como forma de as preparar para as funções de uma mulher casada, seguindo a tradição cigana.

De uma forma global, os níveis de escolaridade da população de etnia cigana são bastante baixos e verifica-se uma diferenciação de género bastante acentuada, uma vez que a taxa de analfabetismo nas mulheres é muito superior à dos homens. Casa-Nova (2009) considera que na atualidade ainda é commumente aceite dentro da comunidade cigana a negação às mulheres de um percurso escolar prolongado embora, por norma, sejam elas quem demonstra um maior desejo de continuar os estudos.

Se, por um lado, a etnia cigana ao longo dos tempos tem sido alvo de concepções que têm contribuído para a sua marginalização e exclusão social, por outro lado, as próprias mulheres ciganas são alvo de concepções ainda mais vincadas e desenvolvidas no seio da sua própria comunidade. O que traduz, por um lado, o etnocentrismo na leitura de outras culturas e, por outro lado, a cultura patriarcal da sua própria comunidade (Marques e Lacerda, 2008; Cortesão, Stoer e Casa-Nova, 2005). Segundo Casa-Nova (2009), as mulheres ciganas são uma minoria dentro de uma minoria, sobre as quais recai a responsabilidade da honra de toda a comunidade.

Desde pequenas, as meninas ciganas são preparadas para o casamento e grande parte das vezes já estão prometidas desde a nascença. Os acertos normalmente são feitos pelos pais dos noivos, que decidem unir suas famílias. O casamento é uma das tradições mais preservadas entre os ciganos, pois representa a continuidade da raça e a honra da família, que é confirmada pela virgindade da noiva (Casa-Nova, 2009; Marques e Lacerda, 2008; Nunes, 1996).

Tendo em conta esta conjectura cultural da comunidade cigana, fácil é entender que uma escolaridade prolongada poderia ter diversas consequências, que poriam em risco a honra das famílias ciganas, nomeadamente, a possibilidade de a jovem cigana se enamorar de um jovem não cigano devido às interações prolongadas que ocorrem nas escolas, e ocorrer um casamento ou união exogâmico (Casa-Nova, 2009, 1999; Marques e Lacerda, 2008).

Na cultura cigana, a partir do momento que as jovens ficam menstruadas, estão preparadas para o casamento e esse é, indubitavelmente o momento mais crítico da sua vivência escolar, pois é nessa fase que grande parte dos pais ciganos as retira da escola.

Um outro fator que contribui para a diferenciação de género no que se refere à escolarização prende-se com o facto de o trajeto casa-escola que as jovens ciganas fazem fora da vigilância do grupo a que pertence, fragilizar a reputação da rapariga cigana dentro do seu grupo de pertença étnico, sendo este um fator inibidor de um futuro comprometimento dessa jovem ou um fator constrangedor para o seu noivo no caso de a jovem já estar prometida. Esta trajetória casa-escola-casa é associada grande parte das vezes, pelos membros da comunidade cigana, como um momento facilitador, tentador e propício à perda de virgindade e a uma possível gravidez (Casa-Nova, 2009, 1999; Marques e Lacerda, 2008; Stoer e Cortesão, 1999; Enguita, 1999; *Leis de Manu*, cit. in *Presencia Gitana*, 1990).

### 3 Síntese

A população pertencente a minorias étnicas é uma das franjas da sociedade que se encontra mais vulnerável (CIG, 2009). Estas pessoas, confrontadas com situações de carência múltipla, têm dificuldades de integração na sociedade em geral e na comunidade escolar em particular.

Na cultura dominante, a escola é vista como um dos meios privilegiados de socialização e integração social o que, por si só, representa no caso das crianças ciganas um paradoxo do trabalho feito pelos pais no seio familiar. Ou seja, a

escola é vista como uma não continuidade ou uma quebra do trabalho iniciado em casa pela família, provocando uma rutura dos valores assimilados anteriormente. Estas atitudes comportamentais relativamente à escola refletem a pouca importância atribuída pela comunidade cigana à frequência escolar. É ainda de salientar que a cultura e as tradições ciganas têm uma grande influência no processo educativo dos alunos.

É com este panorama de pano de fundo que surge então o Projeto Geração Tecla, no âmbito do Programa Escolhas, tutelado pela Presidência do Conselho de Ministros e fundido no Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, IP (ACIDI), com o objetivo de trabalhar de uma forma mais efetiva a inclusão social das crianças e jovens mais vulneráveis residentes no Bairro Social de Santa Tecla, promovendo desta forma a inclusão escolar, a dinamização comunitária e a cidadania das crianças e jovens e a formação profissional dos jovens e jovens adultos de etnia cigana.

## **4 Projeto Geração Tecla**

### **4.1 Caracterização demográfica da Etnia Cigana do Concelho de Braga**

[Cortal \(2010\)](#) fez um estudo de caracterização demográfica da etnia cigana no Concelho de Braga e estima-se que residam no concelho de Braga aproximadamente 900 indivíduos de etnia cigana e aponta-se para a existência de cerca de 200 agregados familiares de cultura cigana dos quais 165 usufruem apoio habitacional assegurado pelo município.

Cerca de 78% da população cigana do Concelho de Braga possui apoio habitacional (668 indivíduos agrupados em apartamentos dispersos pela cidade ou em Bairros Sociais).

No que concerne à estrutura familiar, a maior parte das famílias são biparentais (58,1%), seguidas das famílias alargadas (29,1%). As pessoas isoladas correspondem a 6,4% da população de etnia cigana, sucedendo os casais sem filhos (3,2%) e as famílias monoparentais (3,2%) ([Cortal, 2010](#)).

Dados obtidos no ano de 2008 apontam que, quanto à estrutura etária, 60,2% da população são adultos, com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos e 32,1% da população são jovens com idades inferiores a 14 anos. A população idosa, com 65 ou mais anos, representa 7,8% da população.

Ao nível das qualificações, 36,6% concluiu o 1º Ciclo do Ensino Básico, 27,8% são analfabetos e 31,2% não completou o Ensino Básico e apenas 4,4% têm escolaridade acima do 1º ciclo do Ensino Básico, mas até ao limite da escolaridade mínima obrigatória (9º ano) ([Cortal, 2010](#)).

No que se refere à situação profissional, 31,5% da população exerce uma profissão, predominando a de vendedores ambulantes, 29,8% são inactivos, 14,8% são estudantes, 14,1% pensionistas ou reformados e 9,8% estavam desempregados.

A população de etnia cigana do Concelho de Braga está dispersa pelos cinco Bairros Sociais existentes (Bairro Social de Santa Tecla, Bairro Social das Enguardas, Bairro Social das Andorinhas, Bairro Social da Ponte dos Falcões e Complexo Habitacional do Picoto), por alguns apartamentos dispersos pela cidade (concentrados sobretudo na zona do Fujacal, Rua Conselheiro Lobato Faria, Ferreiros e Dume) e existe ainda uma zona residual de barracas onde vivem 8 agregados familiares (Monte de S. Gregório) (Cortal, 2010).

A representatividade da etnia cigana em cada um dos Bairros expressa-se da seguinte forma:

O **Bairro Social das Andorinhas** é composto por 224 focos habitacionais, dos quais 2 são habitados por indivíduos de etnia cigana (0,9%).

O **Bairro Social de Sta. Tecla** é composto por 182 focos habitacionais, dos quais 64 são habitados por indivíduos de etnia cigana (35,2%).

O **Bairro Social das Enguardas** é composto por 174 focos habitacionais, dos quais 21 são habitados por indivíduos de etnia cigana (12,1%).

O **Bairro Social da Ponte dos Falcões** é composto por 26 focos habitacionais, dos quais 19 são habitados por indivíduos de etnia cigana (73%).

O **Complexo Habitacional do Picoto** é composto por 50 focos habitacionais, dos quais 44 são habitados por indivíduos de etnia cigana, sendo que as restantes casas estão desocupadas (100%).

## **4.2 Caracterização do Bairro de Santa Tecla (Projeto Geração Tecla)**

O Bairro Social de Santa Tecla situa-se na zona sul da cidade de Braga. Aquando da sua construção situava-se na periferia da cidade, mas depressa se integrou na área urbana da cidade devido ao seu rápido crescimento nos anos 80/90.

Este espaço residencial encontra-se dotado de algumas infraestruturas: as ruas são largas e os passeios espaçosos, foram construídos estacionamento e pequenos jardins circundantes aos edifícios, sendo que estes últimos não se encontravam em muito bom estado de conservação, pois os moradores estacionam lá os seus automóveis; nas traseiras do Bairro existe um ringue para a prática desportiva.

Nas caves de alguns edifícios existem salas polivalentes que estavam inicialmente previstas para a instalação de equipamentos sociais. No entanto, devido aos sucedidos atos de vandalismo, não existe até agora qualquer equipamento ou associação sediada no Bairro, à exceção da casa de culto da Congregação Cristã em Portugal, frequentada quase exclusivamente por elementos de etnia cigana.

Trata-se de uma comunidade onde habitam cerca de 504 pessoas numa área relativamente reduzida, num total de 182 agregados familiares, existindo alguma expressão relativamente à comunidade cigana (39%) e onde também estão representados, embora numa percentagem residual, agregados de origem africana.

Será porventura este aspecto multi-étnico e multi-cultural que confere maior especificidade a esta comunidade.

De referir que a nível concelhio, este é o maior aglomerado de elementos de etnia cigana. Muitos deles embora já habitando há alguns anos em apartamentos não respeitam as regras que o tipo de alojamento impõe.

Um fenómeno presente – senão mesmo associado – ao Bairro Social de Santa Tecla é o tráfico de droga.

As notícias nos jornais que ligam o Bairro ao tráfico de droga e à pequena criminalidade a ela associada são frequentes e contribuem para a ideia negativa que a maior parte dos habitantes da cidade fazem dele. O tráfico de droga acarreta consequências para a própria comunidade difíceis de quantificar.

Por um lado, fruto do convívio que muito cedo mantêm com estas substâncias, muitos dos jovens da comunidade têm problemas de toxicod dependência.

Por outro lado, verificam-se profundas transformações no tecido social decorrentes do poder económico que algumas famílias adquiriram com este negócio, pois começam a ser muitas as famílias que, de forma directa ou indirecta, dependem desse dinheiro.

O tráfico de droga faz também com que o Bairro seja frequentado por centenas de pessoas que não têm lá residência, e que se deslocam lá com o único propósito de comprar ou consumir estupefacientes.

A maior parte da população residente é adulta (56,8%), 27,7% têm até 18 anos inclusive, e apenas 15,5% são idosos.

A maior parte dos agregados são constituídos por 3 e 4 pessoas. No entanto, alguns agregados chegam a contar com 10 ou mais pessoas. A dimensão média dos agregados é de 2,9 pessoas/agregado.

Esta comunidade caracteriza-se ainda por níveis de escolarização e qualificação muito baixos, sendo que a maior parte dos residentes possui apenas o 1º ciclo do Ensino Básico, sendo também muito significativos aqueles que não completaram este nível de ensino e ainda aqueles que não possuem qualquer habilitação escolar.

No que respeita à situação profissional, o número de reformados e pensionistas é muito elevado (38%). Seguem-se ainda os que exercem uma profissão remunerada (36%) e os desempregados e domésticas (26%).

Em linhas gerais pode considerar-se que a população apresenta baixos níveis culturais, reduzida preparação académica e profissional, o que acaba por se reflectir na débil relação que mantém com o mercado de trabalho, o que por sua vez condiciona um baixo nível de rendimento disponível.

### 4.3 O Projeto Geração Tecla

O *Projecto Geração Tecla* surgiu no âmbito do Programa Escolhas, que é um programa nacional, tutelado pela Presidência do Conselho de Ministros, e fundido no Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, IP, que promove a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, particularmente dos descendentes de imigrantes e minorias étnicas, tendo em vista a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social.

O projecto procura a complementaridade, a articulação de recursos e a co-responsabilização de todos os parceiros envolvidos e visa essencialmente desenvolver acções interventivas e preventivas de inclusão social, cujos objectivos gerais são:

1. Promover a inclusão escolar das crianças e jovens das comunidades ciganas;
2. Promover a dinamização comunitária e a cidadania das crianças e jovens do Bairro Social de Santa Tecla;
3. Promover a formação profissional e empregabilidade dos jovens e jovens adultos do bairro;

O projecto conta com uma diversidade de acções, nomeadamente:

Medida	Ações
I	Criação de uma turma PIEF Programa <i>Os Sarilhos do Amarelo</i> Despertador ao domicílio
II	Sessão de esclarecimento sobre ofertas formativas
III	Colorir o sábado Colónia de férias Férias desportivas Viagem a Saintes-Marie-de-la-Mer Criação de grupo de música HipHop Idas regulares a espetáculos (musicais, teatrais ou outro) Criação de um grupo de dança flamenca Assistir a uma sessão da Assembleia Municipal e Nacional Périplo pelas organizações do consórcio e outras organizações de interesse da comunidade Recrutamento e seleção de voluntários europeus Formação de professores com alunos/as de etnia cigana
IV	Abertura do espaço internet às crianças e aos jovens Criação e manutenção de um blogue do projecto Criação de turmas para cursos de iniciação às TIC Criação de turmas para formação certificada em TIC Espaço Escola Virtual
V	Organização de uma equipa de futebol Criação de uma associação no bairro de Santa Tecla Organização das festas anuais de Natal Ação de formação em competências empreendedoras

## Referências

- Amiguinho, A. (1999), «Educação/formação dos Ciganos», in Montenegro, M. (org.), *Os ciganos e a educação*, Setúbal: Cadernos ICE (Instituto das Comunidades Educativas).
- Blanquart, P. (1997), *Une histoire de la ville*, Paris: La Découverte.
- Bruto da Costa, A. e Pimenta, M. (Coord.) (1991), *Minorias Étnicas Pobres em Lisboa*, Lisboa: Centro de Reflexão Cristã/Câmara Municipal de Lisboa.
- Carlson, C., Uppal, S., e Prosser, E. (2000), «Ethnic differences in processes contributing to the self-esteem of early adolescent girls» in *Journal of Early Adolescence*, 20 (1), pp. 44–67.
- Casa-Nova, M. J. (1999) *Etnicidade, género e escolaridade-estudo em torno das socializações familiares de género numa comunidade cigana de um bairro periférico da cidade do Porto*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Casa-Nova, M. J. (2001), «Etnicidade e classes sociais – em torno do valor heurístico da conceptualização da etnia como categoria social», in *Educação, Sociedade & Culturas*, 16, pp. 63–82.
- Casa-Nova, M. J. (2005), «Etnicidade e educação familiar: o caso dos ciganos», *Revista Teoria e Prática da Educação*, V. 8, N.º 2, pp. 207–214.
- Casa-Nova, M. J. (2009) *Etnografia e produção de conhecimento. Reflexões críticas a partir de uma investigação com Ciganos*, Lisboa: ACIDI.
- Castro, A. (1995), «Ciganos e habitat: entre a itinerância e a fixação», in *Sociologia, Problemas e Práticas*, N.º 17, pp. 97–111.
- Certal, C. (2007), «Sistema Itinerante Brag@brinca: um projecto comunitário», in *Boletim da Rede Social do Concelho de Braga* (5.ª edição), pp. 10–25, Braga: Câmara Municipal de Braga.
- Certal, C. (2010), «Caracterização sócio-demográfica das comunidades ciganas residentes nos bairros sociais do Concelho de Braga», comunicação apresentada no seminário *Inclusão social das comunidades ciganas no âmbito do Programa ACIDI junto das Comunidades Ciganas*, promovido pelo ACIDI, IP, Braga na Universidade do Minho.
- Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) (2009), *A igualdade de género em Portugal 2009*, Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Cortês, L., Stoer, S. R., Casa.Nova, M. J. e Trindade, R. (2005), *Pontes para outras viagens. Escola e comunidade cigana: representações recíprocas*, Lisboa: ACIME.
- Costa, E. M. (1996) *O povo cigano em Portugal, da história à escola: um caleidoscópio de informações*, Setúbal: Instituto Politécnico de Setúbal.

- Delarue, J. M. (1991), *Banlieues en difficulté: la relégation*, Paris: Syros.
- Dias, E., Alves, I., Valente, N., e Aires, S. (2006), *Comunidades Ciganas: Representações e dinâmicas de exclusão/integração*, Coleção Olhares (Vol. 6), Lisboa: ACIME.
- Enguita, M. F. (1999), *Alumnos gitanos en la escuela paya. Un estudio sobre las relaciones étnicas en el sistema educativo*, Barcelona: Ariel Practicum.
- Fernandes, A. T. (1995), «Etnicização e Racização no Processo de Exclusão Social», in *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, I Série, Vol. I, Porto.
- Garrido, A. (1998), *Entre Gitanos y Payos – Relación de Prejuicios y Desacuerdos*, Barcelona: Flor Del Viento Ediciones.
- Gaspar, T., Matos M. G., Gonçalves, A. e Ramos, V. (2006), «Desvantagem Sócio-Económica, Etnicidade e Consumo de Álcool na Adolescência», in *Análise Psicológica*, 4 (24), pp. 495–508.
- Instituto da Segurança Social (2008), *Estratégia Nacional para a Protecção Social e Inclusão Social (ENPSIS) 2008–2010*, Lisboa: ISS.
- Liégeois, J. (1989), *Ciganos a itinerantes*, Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.
- Marques, A. e Lacerda, M. (Coord.) (2008), *A influência do género*, Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social – Programa para a Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PETI).
- Matos M. G., e Gaspar T. (2003), «Adolescentes Portugueses: Risco e Protecção», comunicação apresentada no *VI Congresso Virtual da Sidanet*, consultado a 10 de Fevereiro de 2012, disponível *on-line* em [http://www.aidscongress.net/html/articleba91.html?id\\_comunicacao=272](http://www.aidscongress.net/html/articleba91.html?id_comunicacao=272).
- Nunes, O. (1996), *O povo cigano*, Lisboa: Edição de autor (2ª edição) em parceria com a Obra Nacional para a Pastoral dos Ciganos.
- Magano, O., Silva, L. (2000), «A integração/exclusão social de uma comunidade cigana residente na cidade do Porto», in *Actas do IV Congresso Português de Sociologia – Sociedade portuguesa: passados recentes/futuros próximos*, Associação Portuguesa de Sociologia: Universidade de Coimbra, pp. 17–19, consultado a 10 de Fevereiro de 2012, disponível *on-line* em [http://www.aps.pt/cms/docs\\_prv/docs/DPR462dc7e530d4e\\_1.PDF](http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462dc7e530d4e_1.PDF).
- Secretariado Diocesano de Lisboa, Obra Nacional para a Pastoral dos Ciganos (1995), *A Comunidade Cigana na Área da Diocese de Lisboa*, Lisboa: Obra Nacional para a Pastoral dos Ciganos.
- Stoer, S. e Cortesão, L. (1999), «*Levantando a Pedra*»: da *Pedagogia Inter/multicultural às Políticas Educativas numa época de Transnacionalização*, Porto: Ed. Afrontamento.

Stoer, S. e Araújo, H. C. (2000), *Escola e Aprendizagem para o Trabalho num País da (semi)periferia Europeia*, Lisboa: IIE.

Viellard-Baron, H. (1996), *Les Banlieues*, Paris: Flammarion.

# Projeto GIRO – Gentes, Identidades, Respostas e Opções

*Susana Gonçalves\**

*Vera Vaz†*

## 1 Escola e educação intercultural

Tendo em conta que o direito à igualdade deve exercer-se com a mesma determinação que o direito à diferença, na sociedade multicultural atual, a educação só pode ser entendida como educação intercultural. A interculturalidade constitui o compromisso de assegurar a interação e a convivência autênticas entre culturas diferentes, possibilitando que as minorias conservem a sua adesão a identidades culturais diversas da cultura maioritária (Dalai-Lama, 2000 cit. in [Antunes, 2009](#)). A educação intercultural salienta, primordialmente, na promoção do contacto com diferentes discursos e diferentes culturas, proporcionar o reconhecimento de diferentes valores e diferenciadas perspetivas de interpretar e compreender a vida, agilizar os processos de superação de preconceitos e fomentar atitudes e predisposições positivas para uma convivência enriquecedora com pessoas de outras culturas. Procurar educar na e para a diversidade, fomentar a convivência plural, neste sentido, não deveria dirigir-se apenas a grupos ou comunidades minoritárias e/ou maioritárias mas abranger todos os cidadãos, todos os grupos e todos os contextos de educação formal, não formal e informal ([Antunes, 2009](#); [Ferreira, 2003](#)).

A má relação escola/ciganos verificada em muitos casos, tem como principal motor os baixos índices de escolaridade em conjunto com o elevado absentismo, associados à discriminação e segregação de que são alvo ([Casa-Nova, 2006](#)). As crianças e jovens ciganos atribuem pouca importância à escola. As razões que para tal contribuem são de ordem cultural, social e de diferenciação de género ([Azevedo, 2011](#)). A população cigana vê a escola como um «*meio que, não lhe sendo hostil, é desconhecido e ameaçador na medida em que não funciona segundo as regras que conhece*» (Casa-Nova & Palmeira, 2008, p. 21, cit. in [Azevedo, 2011](#)). Cada vez mais os pais começam a atribuir mais importância à escola, percebendo-a como uma forma de *empowerment* e perspetivando a educação não como uma ameaça à cultura cigana, mas antes como um meio essencial para a manter viva (Derrington, 2005; Levinson & Sparkes, 2006, cit.

---

\*Projeto GIRO, Programa Escolhas, Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Braga.

†Projeto GIRO, Programa Escolhas, Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Braga.

in Azevedo, 2011). Ainda que as atitudes face à educação por parte dos pais esteja em transformação permanecem factores prioritários em relação à escola (e.g., compromissos de trabalho, doença, parentes hospitalizados, funerais, casamentos ou baptismos). Estes deveres morais quando não entendidos ou subestimados pela escola podem actuar como fonte de tensão numa relação já não muito sólida (Myers et al., 2010, cit. in Azevedo, 2011). Cabe também aos professores empenharem-se na construção de uma base relacional com os alunos fundada na confiança, o que passa em grande medida pelo conhecimento da cultura cigana (Danaher, Coombes & Kiddle, 2007, cit. in Azevedo, 2011).

## **2 O Projeto «GIRO»**

### **2.1 Exposição do projeto e diagnóstico**

Estima-se que residam cerca de 350 indivíduos de etnia cigana no concelho de Vila Verde. Sendo um concelho marcadamente rural, estes encontram-se divididos em pequenas e médias comunidades, maioritariamente em contexto de acampamento marcado por elevados níveis de precariedade habitacional, com especial predominância a sul concelho, na zona da Vila de Prado.

O projeto GIRO trabalha com parte delas, no entanto, aqui serão apenas caracterizadas duas das comunidades, Regalde Cima e de Baixo. Apenas serão retratadas estas tendo em conta que a intervenção regular é maioritariamente nestas comunidades. Poderia falar-se apenas de uma comunidade, não obstante, os próprios residentes e as diferenças organizativas levam a que haja esta diferenciação por parte da comunidade.

Estas duas comunidades estão situadas numa área rural, na freguesia de Oleiros, com acessos única e exclusivamente para estas e separadas por escassos metros. O contexto habitacional destas comunidades é caracterizado por grande precariedade, existindo apenas sete habitações em situação de legalidade e com condições mínimas de habitabilidade para os padrões standardizados (construídas pelo projeto *Entre Margens* no ano 2000). As restantes habitações são «barracas» de madeira, cobertas por zinco ou lona, muitas vezes com chão em terra ou gravilha. Em média as habitações têm pelo menos duas divisões e possuem alguns eletrodomésticos, visto todas terem eletricidade (embora de forma ilegal). Na comunidade de Cima, não existe água potável, sendo necessário percorrer vários quilómetros até ao fontanário público mais próximo. Esta falta de condições de habitabilidade tem originado algumas epidemias/doenças (hepatite, sarna, etc.). Apenas na comunidade de Baixo existem quatro casas de banho e tendo estas ligação direta à água (também esta de forma ilegal).

A comunidade de Regalde de Cima é composta por 23 agregados familiares, num total de cerca de 90 indivíduos e a comunidade de Regalde de Baixo por dez agregados com cerca de 30 indivíduos. Apesar de se tratar de comunidades sedentárias, em média, as famílias encontram-se neste local ou na mesma zona há mais de seis anos, a verdade é que se continuam a apresentar vários traços de nomadismo, ainda que por curtos períodos. Foi possível identificar alguns locais de proveniência comuns – Barcelos, Braga, Aveiro e Matosinhos – facto

revelador dos laços familiares transversais às duas comunidades. Identificaram-se ainda fortes ligações a Espanha, com a presença de quatro indivíduos de nacionalidade espanhola e influências linguísticas. A alteração de números de agregados é constante, ora pelos que partem apenas por alguns meses, por situações tão diversas como visitas a filhos e outros familiares, por problemas com a justiça, situações de rivalidade entre famílias, etc.

No que respeita à estrutura familiar, a maioria das famílias são biparentais na sua estrutura, exceção feita às famílias em que o elemento do sexo masculino está detido (cinco homens detidos), com uma média de quatro indivíduos por agregado. Os dados obtidos apontam para que etariamente cerca de 56% da população é adulta, com idades compreendidas entre os 18 e os 64 anos (no entanto apenas existem dois elementos acima dos 56 anos) e 44% da população jovem com idades inferiores a 18 anos. Existe apenas uma mulher idosa (com 80 anos) nas comunidades. Regista-se também em ambas as comunidades a existência de «casamentos» mistos, três na comunidade de Cima (duas mulheres e um homem não ciganos) e um na comunidade de Baixo (uma mulher), dois quais já existem filhos comuns. Foram também identificados três casos de crianças com deficiência.

Ao nível das qualificações, cerca de 30% da população adulta das duas comunidades não possui qualquer escolaridade, 45% tem habilitações ao nível do 1º ciclo do ensino básico, 30% ao nível do 2º ciclo, 4,5% ao nível do 3º ciclo (de mencionar que apenas dois são de etnia cigana e concluíram através da medida específica PIEF) e apenas um elemento do sexo feminino (não cigana) tem o 12º ano. As crianças e jovens frequentam a escola, ainda que com elevado absentismo e o abandono reflete-se a partir dos 14 anos, especialmente no sexo feminino. Verifica-se a inclusão das crianças em jardim-de-infância ainda que com períodos de grande absentismo, em parte justificado pela não valorização cultural da escola vendo-a como necessária do ponto de vista funcional, na aquisição de competências de leitura e escrita básica.

No que se refere à situação profissional, do ponto de vista legal, não existe qualquer tipo de atividade profissional em ambas as comunidades, verificando-se apenas uma situação de um não cigano emigrado que contribui com parte do seu salário para o seu agregado. Como tal, oito agregados vivem do Rendimento Social de Inserção e abonos de família, vinte e cinco apenas de abonos de família, um com reforma, um com pensão por invalidez e um com complemento por deficiência. Informalmente, verificou-se que cerca de dez agregados retiram dividendos da atividade de sucata possuindo viaturas para o efeito e que um trabalha como segurança noturno numa obra da localidade, não existindo declaração destes rendimentos. Estas comunidades, localmente estão identificadas com ligações ao tráfico de droga, furtos e roubo, encontrando-se neste momento alguns elementos do sexo masculino detidos e a aguardar julgamento.

## **2.2 Implementação do projeto**

O projecto «GIRO» pretende constituir-se como uma oportunidade efectiva de promoção da inclusão escolar e profissional de crianças e jovens, maioritariamente de etnia cigana, provenientes de um contexto socioeconómico desfavore-

cido. Com uma intervenção pautada pelos princípios de proximidade, interdisciplinaridade, co-responsabilização e efectiva participação de todos os actores e intervenientes do tecido social. De referir que a função de regulação social delegada à escola jamais poderá ser conseguida se não nos permitirmos assumir as especificidades destas crianças e jovens que vivem num contexto socioeconómico e habitacional de grande precariedade caracterizado por acampamentos comunitários sem qualquer infraestrutura urbanística e de grande dispersão geográfica face aos recursos comunitários. Num contexto de baixa qualificação e alfabetização, elevado índice de desemprego e abandono escolar precoce torna-se imperioso trabalhar e promover a capacitação e empreendedorismo dos jovens bem, como a dinamização e promoção comunitária. O projecto pretende mobilizar e potenciar as sinergias locais através de um trabalho de complementaridade com os agentes que trabalham no contexto por forma a poder introduzir e criar uma inovação efectiva na tipologia de resposta a disponibilizar aos destinatários. Estão, pois, mobilizadas todas as entidades/organizações e associações com papel relevante para a resolução e prevenção das problemáticas diagnosticadas. Pretende-se assim trabalhar a construção de projectos de vida individual que conduzam à valorização e *empowerment* pessoal, educacional e profissional que minimize as consequências da reprodução geracional da pobreza e exclusão social.

### **2.3 Objetivos**

Os objetivos gerais, enquanto objetivos para a ação proporcionam diretrizes para o delineamento dos planos e programas da ação descrevem, por isso, grandes orientações para a ação (Carmo, 2007). Para este projeto foram traçados os seguintes objetivos gerais:

1. Promover o aumento da inclusão escolar de crianças e jovens por via de um reforço de estratégias facilitadoras do processo de aprendizagem/socialização.
2. Promover o empreendedorismo e a capacitação socioprofissional dos jovens destinatários e/ou beneficiários do projeto.
3. Promover o desenvolvimento comunitário por via de um aumento da participação ativa na comunidade.

### **2.4 Atividades**

Face a uma comunidade em situação de exclusão social, por pertença a uma minoria étnica, investimos em dinâmicas promotoras de integração e inclusão com base em dois núcleos de intervenção, a intervenção de proximidade e a educação intercultural. A partir dos objetivos desenvolveram-se as seguintes atividades:

- Implementação de um programa de autorregulação da aprendizagem «*Sarilhos do Amarelo*» a crianças do 1º ciclo, duas vezes por semana. A implementação da ferramenta «*Sarilhos do Amarelo*» constituiu uma oportunidade para trabalhar com as crianças um leque de estratégias de aprendizagem e de processos de autorregulação, capacitando-as para aprender a aprender e, desta forma, promover o futuro sucesso escolar. A partir da narrativa desenvolveram-se diferentes atividades planeadas e realizadas numa lógica autorregulatória, que foram sendo ajustadas ao perfil das nossas crianças.
- Apoio pedagógico conta com a dinamização do atelier de apoio ao estudo, duas vezes por semana no espaço da sede de projeto. Esta atividade é dinamizada com o apoio de voluntários, numa perspectiva de tutoria interpares.
- Espaço «Bússola» – Formação Profissional é um espaço concebido para disponibilizar informação e esclarecer dúvidas sobre percursos formativos e orientação vocacional.
- Espaço «Bússola» – Emprego é um espaço informativo sobre ofertas de emprego, dinamização de técnicas de procura ativa de emprego, preparação de entrevista, informações sobre constituição do próprio emprego, etc.
- Atelier Culinária com vista à dinamização de atividades que providenciem a criação de uma fonte de rendimento para o desenvolvimento de atividades pelos próprios destinatários. Será feita a venda dos doces no comércio local.
- Atelier Bijutaria com vista à dinamização de atividades que providenciem a criação de uma fonte de rendimento para o desenvolvimento de atividades pelos próprios destinatários. Será feita a venda da bijutaria no comércio local.
- Férias Desportivas no período de férias da Páscoa, durante uma semana, ocorrem diversas atividades de foro desportivo e cultural. Nesta atividade é fornecida a alimentação às crianças.
- Atelier de Desporto conta com a organização semanal de atividades desportivas diversificadas (*rugby*, andebol, natação, capoeira) usando as estruturas locais de apoio ao desporto (ringue da escola, piscinas municipais).
- Clube de Dança visa a promoção aulas de dança que visam a criação de um grupo englobando crianças e jovens do projeto (*breakdance*).

- Celebração de datas festivas (Dia Criança, Carnaval, 25 de Abril, Dia da Comunidade Cigana, Dia da Primavera, Festa de S. Martinho, Festa das Colheitas e Natal) engloba a preparação das datas festivas nas escolas e na sede do projeto em articulação com os parceiros numa perspectiva de envolvimento das famílias. Por exemplo, no Carnaval, com a organização de um Carnaval Intercultural.
- GIRO em Férias conta com a realização de diversas saídas durante as férias de verão, como visitas a museus, piscina, parques naturais, parques aquáticos, praia, cinema, teatro, etc.
- Espaço FÉMINA faz uma abordagem informal sobre assuntos relativos ao papel da mulher. Visto o projeto incidir maioritariamente sobre a etnia cigana, onde a mulher tem um papel secundário e onde jovens com doze anos «casam» e têm filhos, este espaço funciona num âmbito informal, como um lugar de reflexão e informação sobre assuntos relativos à mulher (planeamento familiar, igualdade de género, organização de casa, gestão do orçamento familiar, nutrição, interação pais/filhos, etc.).
- Espaço Cid@Net – Actividades Ocupacionais de Orientação Livre Horário dentro do espaço CID@NET para que os destinatários ou beneficiários possam pesquisar na internet, utilizar as ferramentas de TIC com a orientação do monitor; Promoção de competências básicas em TIC (elaboração das ferramentas de comunicação do «Giro»); Elaboração do site e blogue do projeto, dinamização de conhecimento nas ferramentas do *Office*, etc.; Cursos de formação em Tecnologias da Informação e Comunicação certificados; Organização de cursos certificados pela *CISCO* a jovens; Apoio Pedagógico em TIC: horário dentro do espaço CID@NET para apoio pedagógico com recurso a ferramentas digitais como é o caso da escola virtual, pesquisas na internet e elaboração de trabalhos no *Office*; Técnica de promoção de empregabilidade com o apoio aos jovens e público em geral na pesquisa de portais de emprego, redacção de resposta a anúncios, elaboração de CV's, etc.
- Clubes de Jovens: no Clube de Música é promovida a organização dos jovens por áreas de interesse em reuniões mensais com a supervisão de um monitor. Estes clubes preparam atividades para eles próprios usufruírem ou outros. Esta actividade pretende fomentar o associativismo e o empreendedorismo. Os jovens têm desenvolvido iniciativas próprias através da concretização de apresentações musicais (neste ano letivo houve já a formação de uma nova banda); no clube de comunicação os jovens fazem a elaboração de ferramentas comunicacionais (blogue, jornal do projeto, etc.).

## **2.5 Síntese conclusiva do processo de implementação do projeto**

Efetivamente, a intervenção na comunidade cigana exige uma ação longa e demorada contando com um maior número de avanços e recuos. A falta de condições de habitabilidade e de competências socioprofissionais, o analfabetismo, a depreciação da cultura escolar, e a ligação ao tráfico e consumo de drogas, faz com que a auto e a hétero exclusão social seja um obstáculo muito difícil de ultrapassar. Os dois anos de intervenção permitiram um contacto com a realidade social e cultural do público-alvo que desencadeou um processo de aprendizagem, quer na definição de estratégias específicas de intervenção, quer na focalização de áreas prioritárias de intervenção. Foi feita uma aposta no envolvimento com as famílias, realizando visitas domiciliárias e levando às comunidades as actividades que os jovens realizam no projecto, de forma a mostrar e valorizar as competências adquiridas e promover a auto-estima destes. Apesar das dificuldades é fundamental apostar em processos de educação e formação promotores e estimuladores do diálogo intercultural, da cultura escolar e da inserção comunitária. O estabelecimento e reforço das parcerias formais e informais foram prioritários, conseguindo um envolvimento sério e coeso de todas as entidades do consórcio e de entidades locais que gerem recursos comunitários. O pedido de maior envolvimento por parte da escola, de forma a assegurarmos um maior número de actividades, uma vez que o trabalho desenvolvido pelo projeto está a alcançar resultados significativos junto das crianças/jovens e a relação de confiança estabelecida com as famílias de etnia cigana demonstram a valorização das actividades do projeto no percurso de vida dos seus filhos. O projeto sente-se reconhecido tanto pelos jovens, como pelos técnicos com quem diariamente partilham intervenção, a favor do mesmo público-alvo, com vista à concretização de objetivos comuns. Este projeto tem vindo a formar, sensibilizar e informar sobre questões relativas à multiculturalidade, promovendo iniciativas de carácter intercultural. Simultaneamente, tem vindo a proporcionar a oportunidade de dar a conhecer a cultura cigana criando assim oportunidades para o reconhecimento da cultura desta minoria étnica. Toda a intervenção procura trabalhar no sentido de combater a exclusão social, fomentando a inserção e estimulando o diálogo intercultural. É notório o desenvolvimento comportamental positivo dos jovens que participam com regularidade no projecto assim como se verificou um aumento na qualidade de desempenho escolar e consecutiva valorização da escola, dando indicações claras de que as transformações desejadas são passíveis de alcançar...

## **Referências**

- Antunes, M. (2009), Interculturalidade e Intervenção Comunitária, in *Revista Galego-Portuguesa de Psicologia e Educación*, Vol. 17, 1-2.
- Azevedo, R. (2011), *Explorando uma outra Cultura: Concepções de Aprendizagem nas Crianças de Etnia Cigana*, Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade do Minho.
- Casa-Nova, Maria José (2006), «A relação dos ciganos com a escola pública:

contributos para a compreensão sociológica de um problema complexo e multidimensional» in *Interações*, 2, pp. 155-182.

Casa-Nova, Maria José (2009), *Etnografia e produção de conhecimento. Reflexões críticas a partir de uma investigação com Ciganos*, Lisboa: ACIDI.

Carmo, H. (2007), *Desenvolvimento Comunitário*, Lisboa: Universidade Aberta.

Ferreira, M. (2003), *Educação Intercultural*, Lisboa: Universidade Aberta.

## Oportunidades iguais para realidades diferentes

*Idalina Martins Valente\**

O Centro Novas Oportunidades Ensignaia – Educação e Formação, Sociedade Unipessoal, Lda., tem como objetivo global aumentar os níveis de qualificação escolar e profissional da população adulta ativa dos concelhos de Vila Nova de Gaia e municípios limítrofes, através do seu envolvimento no processo de RVCC, contribuindo assim para o aumento da competitividade e empregabilidade.

Assim, pretendemos acolher todos os adultos que pretendam aumentar as suas qualificações, informando-os e acompanhando-os através do processo de diagnóstico, procurando encontrar o encaminhamento mais adequado ao perfil de cada adulto, partindo do seu percurso de vida. De considerar que efetuamos novamente o diagnóstico prévio das necessidades em termos de certificação escolar e qualificação profissional e concluímos face ao elevado número de pessoas com baixos níveis de escolaridade.

As parcerias abrangem as entidades mais representativas das áreas de influência do Centro (Vila Nova de Gaia, Grande Porto), sendo ainda prioridade a articulação com as equipas do RSI – Rendimento Social de Inserção e com empresas em situação económica difícil, de forma a qualificar esses adultos para o regresso à vida ativa, atendendo à experiência já adquirida.

Neste sentido, foi elaborado um protocolo de cooperação com a Associação para o Planeamento da Família do Norte, no bairro da Biquinha, Matosinhos, no âmbito de desenvolver o processo de RVCC (Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências), nível básico, para os utentes que frequentam este espaço de forma a aumentar a sua escolaridade suprimindo assim algumas das carências diagnosticadas nesta população de etnia cigana.

Pretendo com a minha intervenção desmistificar um pouco a ideia de auto-isolamento da comunidade cigana e demonstrar o seu espírito de abertura a novos desafios e, mais concretamente, o seu interesse e empenho na obtenção de mais e melhor qualificação escolar, desde que estas oportunidades lhe sejam propostas pela sociedade em que se inserem.

A minha experiência, enquanto profissional de RVCC, na comunidade cigana, no âmbito da certificação de competências de nível básico foi muito importante no desenvolvimento pessoal de cada adulto que aderiu a esta oportunidade.

---

\*Centro Novas Oportunidades Ensignaia – Educação e Formação, Sociedade Unipessoal, Lda.

A primeira fase do processo teve início em Novembro de 2010. Decorreu no bairro da Biquinha, nas instalações da APF, tendo terminado no dia 7 de Abril. A segunda fase está agora a decorrer, com mais dois grupos em processo de RVCC. Foram certificadas oito pessoas no nível básico B3, todas do sexo feminino.

Foi gratificante para mim enquanto profissional, verificar o sucesso desta iniciativa e o efeito positivo provocado naquela comunidade, tendo despertado novas emoções e motivação para dar continuidade aos projetos que estavam há muito tempo adormecidos.

Foi enriquecedor para todos a troca de experiências vivenciadas em cada sessão de reconhecimento escolar pois, para quem não conhece, este não é um processo de aprendizagem formal, é antes de mais um processo ao longo do qual cada um demonstra as aprendizagens que efectuou ao longo da vida.

Como diria Paulo Freire, «não há saber maior, não há saber menor, há saberes diferentes.»

Neste sentido, aprendemos todos uns com os outros e é nesta troca, nesta partilha de saberes, que reside o segredo do enriquecimento humano.

## Construção de um Processo de Integração Social – A experiência do Parque Nómada como Centro de Estágio Habitacional

*Rosa Santos\**

O realojamento na Câmara Municipal de Coimbra tem procurado, cada vez mais, contrariar a ideia de condensação de problemas de natureza socioeconómica acentuados, que não favorece a inserção social e profissional das populações realojadas, chegando mesmo a criar, no caso dos grupos mais desfavorecidos, espaços de exclusão social e espacial.

Assim, este conceito de realojamento passa pela criação de um Centro de Estágio Habitacional, antes do realojamento definitivo em habitações dispersas, caracterizado pela sua adequação às necessidades habitacionais das famílias a realojar e às suas características sociais e culturais, prestando particular atenção às populações vulneráveis; à concretização dos direitos das minorias nomeadamente da população cigana, à sua inserção social e profissional, e à concertação de esforços de projectos integrados de desenvolvimento.

O Centro de Estágio Habitacional, transitoriamente, e envolvendo sempre as famílias a realojar na concepção desta solução, oferece as condições para o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais necessárias à autonomia destas famílias num realojamento definitivo, condição fundamental para a inserção.

Este Centro de Estágio em Coimbra, denominado «Parque de Nómadas», é composto por onze habitações de tipologia T2 ou T3 em duas bandas contíguas e um Centro de Apoio Social para desenvolvimento de um plano de actividades multidimensional, levado a cabo por uma equipa pluridisciplinar. Deste modo, o Realojamento surge como uma oportunidade de melhorar, efectivamente, as condições de vida das famílias realojadas não se circunscrevendo à mera atribuição de uma habitação, que não permite a resolução das diversas problemáticas que afligem os públicos mais desfavorecidos, nomeadamente ao nível da empregabilidade.

Desta forma, o Centro de Estágio Habitacional constitui a base do «Modelo Integrado de Actuação com a População Cigana» implementado pela Câmara Municipal de Coimbra que, ao apresentar uma solução transitória para os problemas de natureza habitacional, mobiliza uma rede interinstitucional alargada

---

\*Câmara Municipal de Coimbra, Departamento de Habitação.

na dinamização do plano de actividades, permitindo dar uma resposta integrada, multidimensional e sistémica às necessidades das famílias desfavorecidas a realojar.

Todo o projecto foi e continua a ser desenvolvido com as seguintes palavras-chave:

**População cigana, técnicos e entidades são intervenientes no Problema e na Solução**

Este modelo de intervenção tem despertado o interesse de diversas entidades públicas e privadas, quer do contexto nacional quer internacional, nomeadamente de diversos municípios de norte a sul do país na procura de soluções para as dificuldades que estes têm encontrado na concepção e na implementação de processos de realojamento junto de comunidades ciganas. Constatando-se que a maior dificuldade com que estas entidades se deparam é a escassez de recursos financeiros, considera-se fundamental a criação de apoios à implementação deste tipo de solução habitacional.

## As Comunidades Ciganas e a Saúde: um primeiro retrato nacional

*Maria José Vicente\**

### Introdução

As comunidades ciganas constituem a minoria étnica mais numerosa da União Europeia, vivenciando situações de pobreza e de exclusão social. Neste sentido, é importante o reconhecimento e a promoção da sua cultura, o combate à discriminação direta e indireta de que padecem, o fim da imagem social negativa que lhes é atribuída, assim como a escassa sensibilização do conjunto da sociedade. Todas estas questões são pertinentes, no entanto nunca foram verdadeiramente abordadas e influenciam diretamente o bem-estar e a qualidade de vida destas comunidades.

A saúde é uma das principais necessidades sociais básicas e, como tal, um dos direitos fundamentais, desempenhando um papel central nos processos de exclusão/inclusão social, na medida em que a saúde é um elemento importante de inclusão que permite aceder a outros recursos, serviços e direitos. Desta forma, as desigualdades de saúde e as dificuldades de acesso aos serviços de saúde constituem fatores que promovem, igualmente, a exclusão social que as comunidades ciganas enfrentam diariamente.

Apesar da sua grande visibilidade, as condições de saúde das comunidades ciganas não são «sustentadas» por dados estatísticos fiáveis e objetivos, visto que não existem até ao momento estudos sobre esta temática<sup>1</sup> em Portugal. Neste sentido, foi desenvolvido um diagnóstico a nível nacional referente à situação de saúde destas comunidades, no âmbito do Projeto *As Comunidades Ciganas e a Saúde: análise da situação europeia*.<sup>2</sup>

---

\*Licenciada em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Desenvolve a sua atividade profissional, desde 2003, na EAPN Portugal fazendo parte do Departamento de Desenvolvimento e Formação. Uma das áreas de interesse e de investigação tem sido as Comunidades Ciganas.

<sup>1</sup> Há apenas estudos pontuais referentes a territórios específicos (locais) sem abrangência nacional.

<sup>2</sup> Este projeto foi desenvolvido pela EAPN Portugal no âmbito de uma parceria transnacional: Portugal, Espanha (entidade interlocutora); Roménia, República Checa, Bulgária e Grécia (2007-2009), financiando pela União Europeia – PHEA – Agência Executiva de Saúde Pública.

De forma a concretizar este diagnóstico, o trabalho de campo consistiu na administração de um questionário a um conjunto de famílias distribuídas pelo território nacional. É importante termos presente como premissa fundamental que a informação existente sobre estas comunidades é bastante deficitária<sup>3</sup> em Portugal, impossibilitando a construção de uma amostra representativa de um universo que, de fato, se desconhece. Assim, foram aplicados 367 questionários (164 homens e 203 mulheres), tendo como universo total – 7 154 famílias.<sup>4</sup>

Assim, este artigo pretende, de forma sistematizada, apresentar as principais conclusões do diagnóstico tendo presentes três níveis de análise: o estado de saúde das comunidades ciganas; a utilização dos serviços de saúde e os estilos de vida. Pretende, igualmente, identificar as reais necessidades das comunidades ciganas e a definição de ações prioritárias de intervenção.

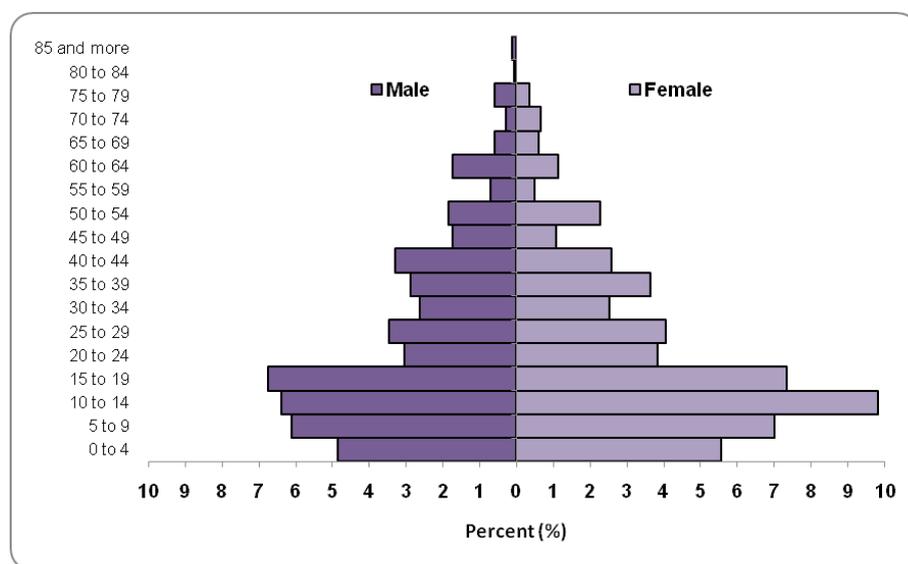


Gráfico 1.1. – Pirâmide Etária das Comunidades Ciganas (elementos dos agregados familiares)

## 1 Caracterização Geral da População Inquirida

Em termos demográficos, podemos considerar que estamos perante uma população caracterizada por alguma sobre representação da população feminina, 885 mulheres (52,9%) e por uma sub-representação de homens – 791 (47,1%),

<sup>3</sup> Não existe um estudo sociológico ou qualquer tipo de aproximação científica a uma caracterização destas Comunidades em Portugal. Se é verdade que muitos estudos foram produzidos sobre as Comunidades Ciganas em Portugal, não é menos verdade que a sua totalidade é parcial e baseada em diferentes metodologias, não permitindo uma visão de conjunto fiável.

<sup>4</sup> Esta amostra representa aproximadamente 5% do total das famílias identificadas.

no total de 1673 membros de etnia cigana. Esta variação é compreensível dado o relativo peso dos efetivos femininos no conjunto da estrutura demográfica portuguesa. Constata-se, igualmente, que a população cigana é essencialmente jovem. Cerca de 60% da população são indivíduos entre os 0-24 anos de idade, englobando 39,7% de crianças com menos de 15 anos de idade. É ainda de referir que cerca de 40% da população insere-se nos escalões etários com mais de 25 anos de idade. Esta distribuição indica uma forte sobrejuvenilidade relativamente à restante população portuguesa, que apresenta uma pirâmide invertida com maior população nos escalões etários com mais idade.

O mesmo não se verifica relativamente à população cigana apresentando uma pirâmide normal, com maior incidência nos escalões etários mais jovens. Este fato poderá ser justificado devido à elevada taxa de natalidade e à fraca presença de idosos. Esta fraca ausência de idosos poderá estar relacionada com uma menor longevidade – esperança média de vida - que caracteriza esta população. É ainda importante salientar que esta situação poderá estar associada às fracas *condições de habitabilidade* que estas comunidades vivenciam e que têm, conseqüentemente, repercussões ao nível da saúde. As comunidades ciganas continuam a viver sem as condições mínimas de habitabilidade, salubridade e higiene, o que acentua ainda mais a sua situação de exclusão social. Assim, grande parte das famílias ciganas inquiridas vive em condições de habitabilidade precárias (52,50% num total de 367).

Ao nível educacional as comunidades ciganas apresentam baixos níveis de escolaridade. Constata-se que 52,3% (48,2% dos adultos e 4,1% das crianças) da população inquirida não possui nenhum nível de escolaridade, sendo de destacar que desses 52,3%, 36,9% (33,9% adultos e 3,0% crianças) são iletrados. É ainda de assinalar que 38,3% da população adulta tem o ensino primário completo e apenas 0,4% possui o ensino secundário completo. Neste sentido, verifica-se a incidência de baixos níveis de habilitações escolares, situação que reforça o contexto de forte vulnerabilidade à exclusão social que estas comunidades apresentam.

Em relação à sua *situação perante o trabalho* apresenta-se maioritariamente como população inativa. Assim, 91,6% dos indivíduos são inativos, destacando-se, de seguida, os desempregados/com trabalho informal com 44,3%, seguido dos indivíduos com reformas e outros benefícios sociais – 27,4%. É ainda de salientar que 8% possuem negócios familiares, negócios que poderão estar associados a atividades esporádicas, como por exemplo a venda ambulante e a venda em feiras. Os restantes 8,5% dos indivíduos constituem população ativa, sendo 4% trabalhadores por conta própria e apenas 2,4% trabalhadores por conta de outrem. Desta forma, encontramos comunidades que vivem de atividades ditas «tradicionais», e uma minoria que envereda no mercado formal de emprego. Uma grande maioria vive ainda da venda em feiras (designada venda ambulante), uns porque gostam de fato do que fazem, sobretudo pelos aspetos que caracterizam esta actividade, outros porque esta é a única a atividade a que têm acesso, devido ao fato de terem baixa escolarização e, historicamente, ser uma atividade que correspondia a uma certa forma de nomadismo normalmente associada a esta etnia. Um dos elementos de produção e reprodução de pobreza e de exclusão social é a ausência da entrada das comunidades ciganas no mercado de

trabalho formal, que os dados acima retratam. Assim, estamos perante uma população que se caracteriza por um certo analfabetismo e não inserção no mercado de trabalho. Esta situação reduz muitos elementos das comunidades ciganas ao desenvolvimento de atividades precárias, ao trabalho informal e à posição de beneficiários de Rendimentos Social de Inserção. No entanto, é importante referir que este cenário tende a modificar-se, visto que 66% das crianças encontram-se a frequentar o sistema de ensino adquirindo recursos escolares para uma maior facilitação de integração no mercado de trabalho.

Em termos de *saúde*, verifica-se que a maior parte dos inquiridos estão inseridos no sistema nacional de saúde. Apesar deste ponto ser analisado no capítulo seguinte de forma detalhada, pode considerar-se que este será porventura um dos principais problemas que enfrentam as comunidades ciganas. Os estudos que foram realizados (e o presente diagnóstico) demonstram que o baixo nível socioeconómico de vida das Comunidades Ciganas tem consequências ao nível dos problemas de saúde, incluindo uma menor esperança de vida comparativamente com a restante população, assim como mais altos níveis de má nutrição e doenças. Os padrões de saúde entre as comunidades ciganas são negativamente influenciados pelos baixos níveis de instrução e limitado acesso aos serviços e cuidados de saúde. Atitudes discriminatórias e preconceituosas são um dos fatores-chave na marginalização e na exclusão de alguns ciganos das campanhas e programas públicos de saúde. As diferenças culturais podem gerar, igualmente, barreiras entre as comunidades ciganas e as instituições de saúde.

## **2 As Comunidades Ciganas e a Saúde**

### **a) O estado de saúde das comunidades ciganas**

*A percepção que a maioria dos indivíduos inquiridos tem sobre o seu estado de saúde é boa (82%). No entanto, 15% dos indivíduos consideram que o seu estado de saúde encontra-se entre o medíocre e o muito mau. Esta percepção é mais consistente nos grupos etários mais jovens, não havendo uma dispersão/distribuição dos indivíduos pelas outras variáveis. Contrariamente, nos escalões etários mais elevados, verifica-se uma maior distribuição da percepção pelas variáveis de bom, medíocre e mau. Este facto é mais visível nos indivíduos com mais de 65 anos de idade. Esta situação poderá estar relacionada com o facto das pessoas com mais idade apresentarem um estado de saúde mais frágil devido às suas próprias condições físicas e por se situarem em idades com determinada debilidade. É ainda de referir que à medida que aumenta a idade, aumenta igualmente a percepção negativa face à sua saúde.*

Relativamente às *doenças* salienta-se que as *doenças respiratórias* assumem um valor significativo junto das comunidades ciganas, designadamente a asma e a bronquite crónica (25%). Seguidamente, apresentam-se as doenças relacionadas com o *colesterol* (15%) e com a *tensão alta* (11%). Se compararmos estes dados com a população geral, verifica-se que não existe uma similitude em termos de prevalência de doenças. Assim, a doença que mais prevalece junto da população geral é a *tensão elevada*, enquanto que as *doenças respiratórias*

assumem valores baixos, não tendo expressão significativa.

No que diz respeito à *ocorrência de acidentes*, nota-se que apenas 7,1% dos inquiridos relataram ter sofrido acidentes nos últimos 12 meses. Contudo, os adultos são mais vulneráveis a acidentes do que as crianças (9,4% e 3,9% respetivamente), e a expressão dos acidentes é mais significativa no género masculino do que no feminino (9,4% e 5,1% respetivamente). O grupo etário onde se verifica maior incidência de acidentes é o grupo dos 30 aos 44 anos. Os acidentes que mais prevalecem são os acidentes domésticos (32%) e os acidentes de viação (24%).

Relativamente à *saúde oral*, cerca de 64% das crianças possuem algum tipo de problema ao nível da saúde oral, destacando 26% que têm cáries dentárias. No que diz respeito aos adultos, cerca de 94% dos entrevistados referiram ter algum problema a nível dentário. As situações mais relevantes são a *extracção de dentes* (21%) e as *cáries* (17%). Estes números são particularmente preocupantes, demonstrando uma saúde oral deficitária.

Em termos de *características auditivas e visuais*, constata-se que apenas 10,5% dos adultos entrevistados têm dificuldades auditivas, sendo mais visível junto dos indivíduos do sexo masculino com um valor de 12,4% em detrimento do sexo feminino – 8,6%. Verifica-se, igualmente, um idêntico cenário nas *dificuldades de visão* (apenas 11,3% da população apresenta dificuldades de visão).

## b) Utilização dos Serviços de Saúde

Em relação ao *consumo de medicamentos*, verifica-se que os medicamentos para os *resfriados/gripe* e para a *febre/dores* assumem valores significativos nas crianças e nos adultos. Nas crianças verifica-se, igualmente, um consumo relativamente elevado de antibióticos. A este nível importa referir que a maior parte destes medicamentos (antibióticos e dos medicamentos para a gripe e para a febre/dores) não são prescritos pelos médicos. No entanto, existem outros medicamentos que também não são prescritos pelos médicos mas são consumidos pelas comunidades ciganas, como por exemplo, o *método contraceptivo – a pílula*, seguido de medicamentos para o *colesterol* e para os *diabetes*. Estamos, assim, perante um elevado autoconsumo de medicamentos – 55,8% da população adulta consome *medicamentos sem prescrição médica* face a 44,2% que só consome *medicamentos através de prescrição médica*.

A população cigana vai regularmente às *consultas médicas*. Essa frequência é mais significativa no período de *mais 2 semanas e menos de um mês* (43,8% para os menores e 48,6% para os adultos), logo seguida da visita anual ao médico – *mais de um mês mas menos de um ano* (25,5% no grupo dos menores e 26,4% no grupo dos adultos). As consultas ocorridas nas *duas últimas semanas* também têm um valor significativo particularmente no grupo das crianças (24,2%). Apesar da população cigana ocorrer na sua maioria aos Hospitais sempre que tem um problema de saúde, no caso das consultas médicas a tendência é para estas decorrerem no Centro de Saúde, logo seguidas das consultas externas no Hospital. A necessidade de ter um *diagnóstico e/ou fazer um tratamento* constituem

as principais razões para a população cigana ir ao médico. Os valores são significativos quer para o grupo dos adultos (58,3%), quer para o grupo das crianças (78,4%), assim como em termos de género (66,7% homens e 69,6% mulheres). Os homens adultos recorreram mais ao médico para fazer *chek up* do que as mulheres adultas.

Se tivermos presente a população entrevistada, denota-se que as pessoas que foram ao **dentista** há *um ano ou mais* (45%), são na sua maioria *adultos* com idades entre os 30 e 44 anos. É igualmente significativa a percentagem de pessoas ciganas que responderam que *nunca foram ao dentista* (36%). Deste grupo a maioria são *menores* dos 0 aos 15 anos. No entanto é também este grupo etário que mais foi ao dentista nos *últimos 3 meses* (17%). Este facto pode estar relacionado com o desenvolvimento de programas de saúde oral estabelecidos entre o Ministério da Saúde e da Educação, fundamentalmente, naqueles casos que ainda se encontram a frequentar o sistema de ensino. Ao contrário das visitas regulares ao médico que são realizadas no âmbito do Sistema Nacional de Saúde, no caso dos Dentistas as consultas são realizadas em médicos privados (63%). Esta situação explica o não acesso destas comunidades ao dentista, visto que estamos perante uma população com fracos recursos económicos. Em termos de **hospitalização**, a maioria da população cigana internada no último ano não passou mais de uma semana no hospital, sendo o *tratamento médico sem ser necessário recorrer a cirurgia* (66%) o motivo com maior incidência. Esta percentagem foi elevada para as duas faixas etárias, embora tenha sido mais relevante ao nível das crianças. Nos últimos 12 meses, cerca da 73% pessoas recorreram ao **serviço de emergência** (Centro de Saúde e/ou Hospital). Dos 73% da população que utilizaram os serviços de emergência, uma significativa percentagem (33%) fê-lo duas vezes nos últimos 12 meses e 29% apenas 1 vez. A percentagem de população que recorreu mais de 5 vezes a estes serviços foi relativamente significativa (11%). Ao contrário do que verificamos nas consultas médicas, sempre que está em causa uma situação de emergência, a maioria da população cigana (90%) entrevistada afirma recorrer aos hospitais.

Em relação à *maternidade*, verifica-se que existe uma elevada percentagem de mulheres que já passaram por esta experiência. Este facto é mais visível junto das mulheres entre os 16 e os 29 anos, o que demonstra que a maternidade decorre bastante cedo ao nível das comunidades ciganas, embora a situação também esteja a mudar a este nível. Por outro lado, apesar da maternidade ser precoce nas comunidades ciganas, verifica-se que as mulheres não recorrem com frequência a **consultas específicas de ginecologia**. Assim, 24% das mulheres entrevistadas referiram que nunca foram a uma consulta desta especialidade médica, sendo mais visível junto da população com idades compreendidas entre os 16 e os 29 anos. Relativamente às mulheres que recorreram a consultas ginecológicas, verifica-se que o principal motivo deve-se à existência de uma gravidez. Ainda neste nível de análise, é pertinente referir que a maioria das mulheres em situação de gravidez, só tiveram uma consulta durante todo o período da gravidez (43%) e apenas 22% afirmou ter tido consultas de 2 em 2 meses. No seguimento da análise anterior, é de salientar que 19% das mulheres **consultaram o ginecologista por outras razões** que não a gravidez, designadamente, planeamento familiar (43,8%), problema ginecológico (31,3%) e para check-up de rotina (25%). Relativamente ao planeamento familiar, denota-se que são

essencialmente mulheres com idades entre os 16 e os 29 anos que recorrem a esta especialidade. Esta situação demonstra que as camadas mais jovens estão mais sensibilizadas para a necessidade de um planeamento familiar, enquanto que as mulheres com mais idade recorrem apenas por questões de problemas ginecológicos e diagnósticos de rotina. Este fato está associado, muitas vezes ao aparecimento de doenças ginecológicas e problemas associados à menopausa. Neste sentido, verifica-se que existe uma **ausência de práticas preventivas ao nível ginecológico**, sendo visível que 76,8% das mulheres nunca realizaram uma mamografia e 87,1% nunca efetuaram o exame de *Papanicolaou*.

## Estilos de Vida

Relativamente ao **consumo de tabaco**, detecta-se que 30,1% dos inquiridos são *fumadores*, contemplando 3,3% de indivíduos que são *fumadores ocasionais*. O consumo de tabaco é mais elevado junto da população masculina e nos escalões etários mais jovens. Verifica-se, igualmente, uma diminuição deste consumo à medida que se avança nos escalões etários. Esta situação é contrária à restante população portuguesa, em que a proporção mais elevada de fumadores concentra-se entre os 35 e os 44 anos de idade.

No que diz respeito ao consumo de *álcool*, observa-se que apenas 37% dos inquiridos respondeu afirmativamente. Neste sentido, constata-se que a idade de início de consumo é muito precoce – 12 anos. No entanto, nos homens a média de idade de consumo é mais prematuro (cerca dos 13 anos) comparativamente às mulheres que só ocorre por volta dos 16 anos. Contudo, em termos gerais, verifica-se que os indivíduos com idades compreendidas entre os 30 e 44 anos iniciaram o seu consumo mais tarde, relativamente aos indivíduos que se situam nos escalões etários dos 16-29 anos e aos indivíduos com mais de 45 anos.

Em termos de *exercício físico*, a maior parte da população cigana (78,4%) realiza pouca ou nenhuma atividade física nos seus tempos livres. Destaca-se assim, que 33% da população inquirida não faz qualquer tipo de exercício físico e 45,4% apenas faz ocasionalmente. Salienta-se ainda que as crianças apresentam níveis de atividade física maiores do que a população com mais de 16 anos.

Relativamente à *alimentação*, o pequeno-almoço típico das comunidades ciganas inclui uma combinação de alimentos: pão/cerais (95,6%); café com leite (73,4%) ou chá e leite (71,6%). Os *alimentos mais consumidos* pelas comunidades ciganas são o pão/cerais, a massa e o arroz. No entanto, denota-se um fraco consumo nos alimentos relacionados com os vegetais (18,3%), os legumes (12,9%) e o peixe (3,4%), sendo de destacar o maior consumo de carne (9,3%) em relação ao peixe. A ausência de um maior consumo de vegetais, legumes e peixe poderá explicar a existência de doenças como o colesterol e a tensão arterial elevada junto desta população.

Em termos de *Índice de Massa Corporal*, constata-se que 41,4% da população entrevistada possui peso acima do normal, 39,7% possui peso normal e, por fim, 13,7% encontra-se em situação de obesidade.

Existe uma tendência paulatina para o aumento do peso acima do normal a partir dos 16 anos de idade, sendo os indivíduos com mais de 45 anos que apresentam a percentagem mais elevada (57,7%). Esta situação, por sua vez, conduz a situações de obesidade que se deve muitas vezes ao tipo de alimentação que esta população tem e à ausência de exercício físico diário.

Através da sistematização dos principais resultados, e tendo presente os indicadores<sup>5</sup> definidos cientificamente para aferir as desigualdades de saúde, considera-se que a situação de saúde das comunidades ciganas é deficiente comparativamente à restante população portuguesa. Aponta-se, assim como síntese, 5 elementos que ressaltam deste diagnóstico:

- As comunidades ciganas apresentam situações de pobreza e de exclusão social que afectam o seu estado de saúde. Refere-se que as doenças respiratórias assumem um valor importante junto destas comunidades, doenças que estão relacionadas com as más condições de habitabilidade. Neste sentido, é necessário apostar numa intervenção ao nível das condições prévias,<sup>6</sup> condições sem as quais as intervenções não terão o sucesso desejável em termos de saúde;
- Inexistência de práticas de prevenção (fundamentalmente em questões como o planeamento familiar, doenças ginecológicas, saúde oral, entre outras), visto que as comunidades ciganas consideram a saúde como ausência de doença. Por isso, só recorrem aos serviços de saúde quando aparecem sintomas e em consequências limitativas e de incapacidade, sendo muito difícil trabalhar o conceito de prevenção;
- Ausência de educação para a saúde de forma a alterar alguns comportamentos e atitudes, predominando a resistência de algumas ideias pré-concebidas relativamente ao corpo, à doença, à saúde e à sexualidade. Esta situação poderá estar relacionada com o enraizamento dos costumes culturais, sendo mais difícil a alteração desses comportamentos;
- Ausência de estilos de vida saudáveis, como por exemplo ao nível da alimentação (inadequada alimentação, alimentação desequilibrada) e ausência de exercício físico regular, que se reflete na elevada percentagem de indivíduos com peso acima do normal e em risco de obesidade. Assim, é premente a realização de sessões de educação para a saúde que deve ser um processo de (in)formação, de responsabilização do indivíduo no sentido de adquirir os conhecimentos, hábitos e atitudes para a defesa e promoção de saúde.

---

<sup>5</sup> Os indicadores são: mortalidade, morbidade, perceção da saúde, comportamentos relacionados com a saúde, limitação da atividade diária, acesso/utilização dos serviços de saúde, entre outros.

<sup>6</sup> A Organização Mundial de Saúde definiu em 1985 condições prévias de saúde como a preservação da paz, alimentação apropriada, condições de habitabilidade suficientes, participação na vida social, entre outros.

- Por fim, é de salientar que existe uma clara situação de desigualdade entre a população cigana e a população geral, sendo necessário, para além do que foi dito anteriormente, uma mudança de atitudes e de comportamentos de saúde. Esta mudança só será possível contando com a colaboração e o envolvimento das próprias comunidades ciganas e dos profissionais de saúde.

### **3 Recomendações de ação**

A análise das principais conclusões permitiu identificar as reais necessidades desta população e definir um conjunto de *estratégias de intervenção* de forma a contribuir para a eliminação das desigualdades de saúde nas comunidades ciganas. No entanto, é importante referir que estas estratégias são transversais, visto que as comunidades ciganas necessitam de uma intervenção integrada e articulada entre as diferentes áreas de intervenção (educação, saúde, habitação, emprego, entre outras). Necessitam, igualmente, de estratégias que permitam melhorar o acesso e a qualidade de saúde, através da capacitação progressiva das comunidades ciganas para o cuidado da sua própria saúde e do desenvolvimento de atitudes de proximidade e pró-ativas tendo em conta a diversidade cultural. Assim, as principais estratégias de ação são:

**Realização de estudos e de investigações** – Em primeiro lugar, antes de definir políticas, é necessário conhecer a população (não existe em Portugal um estudo sociológico sobre estas comunidades). Esta situação conduz, por um lado, a uma quase invisibilidade do fenómeno nas diferentes instâncias decisoras e nos instrumentos de política social existentes e, por outro lado, conduz a uma inadequação das medidas e ações políticas que visam a inclusão social e a eliminação de práticas discriminatórias. Assim, uma primeira estratégia a ter presente é a realização de um maior número de diagnósticos sobre a realidade dos ciganos. Qualquer intervenção nestas comunidades tem que ter presente as especificidades culturais, sociais e económicas de forma a obtermos um conhecimento profundo sobre esta população e, conseqüentemente, uma intervenção mais eficaz. Concretamente, no que diz respeito à saúde, é premente apostar na realização de estudos que proporcionem informação sobre as necessidades e os comportamentos relacionados com a saúde e as comunidades ciganas, tais como: estudos específicos como por exemplo de prevalência de infeção do VIH/Sida, DST, hepatites B e C, consumo de tabaco, consumo de álcool e de outras drogas, entre outras; avaliação de risco e estudos de vigilância comportamental; análise de fatores que influenciam e dificultam o acesso destas comunidades ao serviço de saúde de forma a definir medidas que contrariem esses fatores; monitorização de alguns dados relativamente a questões específicas de saúde nestas comunidades.

**Estratégia integrada para as Comunidades Ciganas** – É pertinente definir políticas e medidas mais ativas de inclusão social, não se restringindo a políticas e a projetos avulso e pontuais que não têm continuidade ou sustentabilidade. Por isso, são necessárias políticas integradas e articuladas entre as diferentes áreas de intervenção (educação, saúde, habitação, justiça, emprego e

formação profissional, entre outras) incluídas numa estratégia direcionada para estas comunidades.

**Fomentar a Participação das Comunidades Ciganas** – É importante fomentar a presença e a participação dos membros das comunidades ciganas na conceção, implementação, execução e avaliação das intervenções. Temos de trabalhar com e não para as comunidades ciganas, pois o trabalho em conjunto é essencial para uma intervenção mais eficaz e mais adequada às suas necessidades e vivências. As próprias comunidades ciganas devem ser parte ativa nos seus processos de inclusão. Assim, é pertinente envolver as associações ciganas, as instituições locais e as comunidades ciganas no sentido de se obter uma consciência coletiva de educação para a saúde.

**Trabalho em rede/trabalho intersectorial e acompanhamento sistemático e continuado das iniciativas desenvolvidas** – É fundamental apostar no trabalho em rede/intersectorial e na transversalidade das intervenções. É necessário concentrar esforços e apostar num forte trabalho em rede, envolvendo vários atores e instituições com ampla experiência neste âmbito, de forma a promover a inclusão da diferença e da diversidade. Neste sentido, a área da saúde deve estar sempre presente nas diversas iniciativas e projetos, de forma a obter alguns dados específicos sobre estas comunidades e, conseqüentemente, a possibilidade de trabalhar temáticas pertinentes. No fundo, é apostar na colaboração e articulação intersectorial e multidisciplinar dos profissionais através do estabelecimento de parcerias, incluindo as diferentes estruturas e sectores de saúde (ministério da saúde, alto comissariado para a saúde, coordenação para a infeção do VIH/SIDA, ministério da educação, comunidades ciganas e outras organizações que trabalham no âmbito das comunidades ciganas).

**Promover a mediação intercultural** – A mediação é um recurso que atua como ponte entre as comunidades ciganas e a sociedade maioritária no sentido em que promove o intercâmbio entre estes intervenientes. Incluir experiências piloto de mediação intercultural nos serviços de saúde permitirá trabalhar com a população cigana aspetos relacionados com a educação para a saúde e o uso adequado dos serviços de saúde. Por isso, é importante continuar a apostar na formação de mediadores para a área da saúde.

**Formação dos profissionais de saúde sobre a diversidade cultural** – Para se obter uma intervenção eficaz junto das comunidades ciganas, deve-se promover a proximidade entre os profissionais de saúde e estas comunidades, tentando criar uma relação de confiança e de empatia no sentido de desmistificar estereótipos e preconceitos existentes. Para tal, é importante o desenvolvimento de um trabalho contínuo de sensibilização de todos os profissionais de saúde através de formação multicultural. Os conteúdos programáticos a abordar devem incidir, essencialmente, no respeito pela diferença/pela diversidade cultural, características e aspetos culturais das comunidades ciganas. Assim, é premente que os profissionais de saúde tenham acesso a esta formação durante o percurso académico e na vida profissional de forma a existir uma congruência entre a prestação de cuidados de saúde e a cultura das comunidades ciganas.

**Identificar profissionais de referência de forma a obter-se um acompanhamento mais próximo e uma relação de confiança** – Em situações de maior intimidade o profissional de saúde deve ser do mesmo sexo do utente no sentido de facilitar a comunicação e evitar constrangimentos. É, igualmente, pertinente promover o intercâmbio entre a equipa de profissionais de saúde no sentido de quebrar a questão do género, visto que algumas mulheres ciganas sentem-se inibidas perante um médico do sexo masculino.

**Campanhas de informação/sensibilização.** – Neste âmbito poderão ser desenvolvidas as seguintes ações:

- Ações que promovam a credibilidade dos serviços através de visitas guiadas e complementadas com folhetos informativos sobre os vários serviços de saúde de forma a contrariar o desconhecimento existente entre as comunidades ciganas e os serviços de saúde;
- Realizar campanhas adaptadas a estas comunidades, sendo os próprios elementos das comunidades os principais agentes e destinatários (utilizar membros-chave das comunidades – as mulheres, associações ciganas);
- Envolver as associações, as instituições locais e as comunidades ciganas em ações de sensibilização e informação sobre as questões de saúde;
- Realização de sessões de educação para a saúde de forma a trabalhar as seguintes áreas: higiene oral e corporal, hábitos alimentares, prevenção de acidente, importância de consultas de rotina, adopção de estilos de vida saudáveis, entre outros;
- Criar grupos de trabalho/fóruns de reflexão para os profissionais de saúde e da área do social no sentido de permanentemente promoverem o acesso destas comunidades aos serviços de saúde e de estarem atentos às dificuldades que estas apresentam (definição de práticas profissionais).

**Apostar em meios de informação/divulgação alternativos** – Devem ser criados materiais adaptados às comunidades ciganas, de forma a que a informação seja devidamente apreendida e identificada. Assim, estas estratégias não podem passar exclusivamente por informação escrita, visto que estamos perante uma população com baixos níveis de escolaridade. Neste sentido, é importante apostar em instrumentos mais apelativos e compreensíveis.

- Estes materiais/instrumentos devem contemplar de forma sistematizada a organização dos diversos serviços de saúde e especialidades médicas.

- Facultar informação sobre doenças, tratamentos e práticas preventivas de forma compreensível, evitando dessa forma, uma linguagem demasiada técnica.
- Elaboração de documentos técnicos adequados à diversidade cultural.
- Apostar em unidades móveis temporárias junto das comunidades ciganas no sentido de informar, orientar e criar laços de proximidade e de confiança entre os profissionais de saúde e os elementos das comunidades ciganas.
- Ações de informação para as comunidades ciganas sobre os mecanismos e os procedimentos de funcionamento dos serviços de saúde, explicando os cuidados primários de saúde, o que são os serviços de saúde, quais são os procedimentos de acesso.

**Medidas para áreas específicas de saúde** – Para além das mencionadas anteriormente, considera-se pertinente definir medidas específicas para algumas áreas da saúde. Assim, apresenta-se de forma sucinta algumas estratégias que foram referidas:

**Planeamento familiar** – a) Organizar sessões no sentido de diminuir o nº. de gestações na adolescência respeitando a cultura cigana no que diz respeito à maternidade, o uso de métodos contraceptivos, necessidade de vigilância na gravidez e de rastreio oncológico; b) Nas consultas ginecológicas, é importante que: i) seja uma mulher (ginecologista) a realizar os diagnósticos ginecológicos regulares; ii) ter em atenção os aspetos da relação profissional-utente; iii) criar um clima de confiança e de compreensão e iv) respeitar os aspetos culturais relacionados com o sexo e com a reprodução; c) Ações informativas sobre a menopausa visto que muitas mulheres desconhecem este processo, essencialmente as transformações que ocorrem no seu organismo.

**Saúde Infantil** – Realizar sessões de educação para a saúde, recorrendo a formas lúdicas e proporcionando a proximidade entre as comunidades ciganas e os profissionais de saúde, de forma a trabalhar as seguintes áreas: vacinação; higiene oral e corporal; hábitos alimentares, prevenção de acidentes, entre outros.

**Estilos de vida** – Campanhas de sensibilização para adoção de estilos de vida (alimentação equilibrada, exercício físico, entre outros) saudáveis e a importância da prevenção, adaptadas a estas comunidades com a colaboração de elementos da etnia cigana e dos profissionais de saúde.

Assim, lutar contra as situações de pobreza/exclusão social e desigualdades de saúde que afetam as comunidades ciganas, «*exigem políticas/estratégias de “pequenos passos”*». *Políticas que têm de ser adaptadas ao contexto em que atuam, às pessoas a que se destinam. A mudança social em contextos desta natureza, produz-se de geração em geração, acumulando vitórias, reconhecendo e avaliando derrotas, recuando por vezes dois passos para poder com persistência, voltar avançar*».<sup>7</sup>

## Referências

- Caritas de Aveiro (2008), *Estudo de Caracterização Sócio-Demográfico das Comunidades Ciganas no Concelho de Aveiro*, Caritas: Aveiro.
- Castro, Alexandra (2007) «Dos Contextos Locais à Invisibilização Política: discussão em torno dos ciclos de exclusão habitacional dos ciganos em Portugal», in *Revista Cidades: Comunidades e Territórios*, N.º 15.
- European Commission Against Racism and Intolerance (2002), *Second Report on Portugal*, adoptado em 20 de Março de 2002, Estrasburgo, 4 de Novembro de 2002.
- European Commission Against Racism and Intolerance (2007), *Terceiro Relatório sobre Portugal*, adoptado em 30 de Junho de 2006, Estrasburgo, 13 de Fevereiro de 2007.
- Instituto Nacional de Estatística (2007a), «4º Inquérito Nacional de Saúde – 2005/2006», in *Destaque*, Agosto de 2007.
- Instituto Nacional de Estatística ,(2007b) *Anuário Estatístico Regional*.
- Rede Europeia Anti-Pobreza-Portugal (1999), *Actuar com a Comunidade Cigana – Orientações para a Intervenção em Toxicoddependência a partir dos serviços de assistência*.
- Rede Europeia Anti-Pobreza – Portugal (2007), *Guia para a Intervenção com a Comunidade Cigana*.
- Rede Europeia Anti-Pobreza –Portugal (2004), *Manual de Sensibilização para a Elaboração de Políticas de Inclusão Social das Comunidades Ciganas*.
- Silva, Luísa et al. (2000), «A Comunidade Cigana e o Etnocentrismo da Instituição Médica de saúde Comunitária», in *IV Congresso Português de Sociologia*, Coimbra.
- SOS Racismo (2000) *Sastipen ta li – Saúde e Liberdade, Ciganos – Números, abordagens e realidades*, Lisboa: SOS Racismo.

---

<sup>7</sup> Sérgio Aires, in Prefácio, *Estudo de Caracterização Sócio-Demográfico das Comunidades Ciganas no Concelho de Aveiro*, Caritas de Aveiro, 2008.

## O doente de etnia cigana

*João José Santos Fernandes\**

Em primeiro lugar gostaria de agradecer o simpático convite que me foi feito para partilhar alguma da minha experiência e é com imenso gosto que o faço, neste Seminário Internacional sobre Ciganos Portugueses. Gostaria também de felicitar a organização pela iniciativa de abordar aspectos relacionados com a diversidade cultural neste Seminário destinado a profissionais que, cada vez mais, se confrontam com esta realidade.

Vou tentar, dentro do tempo que me foi concedido, falar-vos um pouco acerca de uma etnia da qual, apesar de se encontrar no nosso país há cerca de quinhentos anos, sabemos pouco – Os Ciganos.

Foi o meu contacto com doentes ciganos e com as suas famílias por motivos de ordem profissional que me proporcionou algum conhecimento empírico, sobretudo na forma de «negociar» com esta comunidade com o objectivo de, cedendo nalguns aspectos, levá-los a cumprir outros, evitando situações extremas que inviabilizassem qualquer possibilidade de diálogo. Comecei por perceber que, sabendo quem era o «chefe», o «homem das barbas», poderia, de alguma forma, controlar a situação.

Em Algés, onde tenho vivido quase toda a minha vida, habitavam várias famílias ciganas; eu via-as passar com as crianças e as carroças em direcção a Algés de Cima onde se localizava o «Bairro da Pedreira dos Húngaros», ocupado predominantemente por ciganos. Não sei se o nome deste bairro provém do facto dos primeiros a habitá-lo terem sido de origem húngara ou se deriva de «Húngaros» ser um outro termo pelo qual se podiam designar os ciganos em Portugal, Espanha e Itália «... por se confundirem com outras tribos nómadas com modo de vida semelhante, de conduta pouco abonatória» (Nunes, 1996, p. 27). Recordo-me de sentir um misto de curiosidade e de medo; curiosidade porque me parecia uma gente estranha, medo pelas histórias que se contavam – os esfaqueamentos, os roubos das crianças, os outros roubos, as violações, enfim... Por uma série de preconceitos construídos a partir do que se ouvia e não do conhecimento da realidade. Posso mesmo dizer que sempre estive «de pé atrás» com os ciganos.

No início da minha vida profissional, trabalhei naquele que trato com muito carinho como o «Velho Banco de S. José», numa altura em que ali eram observados cerca de seiscentos doentes por dia. Quando aparecia um doente cigano já

---

\*Enfermeiro, Mestre em Comunicação em Saúde e Presidente da Direcção da Associação Portuguesa de Enfermeiros.

sabíamos que íamos ter problemas. Se a causa do internamento tinha a ver com agressões entre ciganos, o problema era muito maior porque «o sangue se paga com sangue» e, quando as famílias se encontravam no hospital, a intervenção de forte contingente policial era indispensável. Recordo-me de ter, em determinada altura, numa das salas cujos doentes estavam ao meu cuidado, uma criança cigana que tinha sido atingida por um tiro de caçadeira quando «apanhava fruta num quintal alheio». Não eram permitidas então visitas no Serviço de Urgência. Como se essa regra valesse para os ciganos. . . Descobriram uma porta de acesso interior por onde tentaram entrar vários elementos da família. O pânico foi geral.

Ao longo dos anos, e isso devo-o ao José Malta, meu chefe de equipa e depois meu chefe de serviço e que é ainda hoje a minha principal referência como Enfermeiro, como líder e como chefe (além de um grande amigo), fui aprendendo a relacionar-me com esta «gente tão complexa». Era necessário demonstrar segurança e falar exclusivamente com o «Chefe», «o homem das barbas», ele é o único capaz de impor disciplina ao grupo. Se a negociação for feita com ele, tudo, ou quase tudo, estará resolvido.

Foi o que passei a fazer e tenho-me dado bem. Entendi cedo, ou talvez tarde, que conhecendo e respeitando a sua cultura, poderemos estar mais seguros e tranquilos na sua presença. Os meus conflitos com os ciganos diminuirão.

Um dia, estava eu a preparar a minha dissertação, vi num dos canais de televisão uma notícia sobre a acção de mediadores ciganos numa escola. Uma dessas mediadoras disse, em determinada altura: «Os meus conheço-os eu, por isso sei como é que os hei-de puxar para a escola». Senti reforçada a minha opinião: é preciso conhecê-los para podermos interagir com eles.

É preciso saber mais porque, na generalidade das vezes, o internamento de um doente de etnia cigana constitui à partida um problema de comunicação em saúde, dando na maior parte das situações lugar à demonstração do poder através da imposição rígida das regras que, em situações semelhantes mas envolvendo não ciganos, são tantas vezes utilizadas com grande flexibilidade. Perceber até que ponto, e de uma forma geral, a cultura influencia a relação com os diferentes aspectos da vida como sejam a escola, o emprego, a saúde/doença, a morte, a família, etc., não é difícil. A dificuldade surge quando particularizamos e sentimos necessidade de perceber o que leva um grupo de indivíduos a adoptar um determinado tipo de comportamento face a diversas questões. Os enfermeiros, enquanto interventores sociais, devem, e passo a citar o Prof. Doutor Hermano Carmo, «conhecer a cultura do sistema-cliente assim como as suas principais especificidades (idade, género, estatuto social, particularidades étnicas e linguísticas, etc.) (...) o interventor social deve tentar entender as pessoas com quem trabalha por dentro, tal como quem observa um vitral: só é possível observar convenientemente um vitral se nos colocarmos do lado de dentro do edifício, de modo a que o sol o ilumine.»

Conhecer os nossos utentes pode marcar a diferença entre, como afirmava o personagem *Patch Adams* no filme com o mesmo nome, tratar doenças e tratar pessoas, que eu aqui ousaria traduzir para cuidar pessoas.

Foi, pois, numa tentativa de contribuir para a melhoria do acolhimento ao doente de etnia cigana na organização hospitalar, que optei por realizar um estudo que permitisse conhecer os estereótipos dos enfermeiros hospitalares face ao doente de etnia cigana. Além deste, tinha também como objectivo conhecer o percurso dos ciganos.

Conhecidos como pedintes, feiticeiros maléficos, sedutores peritos na arte de enganar, ladrões maquiavélicos e traficantes de droga, os ciganos, quando internados em organizações hospitalares, são também alvo de alguma discriminação fruto do desconhecimento dos seus hábitos culturais e da desconfiança que recai sobre eles.

Por um lado, não é prática corrente, salvo raras excepções que os enfermeiros tenham, durante a sua formação qualquer tipo de sensibilização para a questão das minorias étnicas, por outro, o total desconhecimento da cultura cigana, aliado aos estereótipos a ela ligados fazem com que exista uma permanente atitude de desconfiança e até medo perante a sua proximidade.

O próprio secretismo dos ciganos tem também ajudado à criação de mitos e estereótipos acerca desta comunidade mas é graças a esse mesmo secretismo que eles se mantêm vivos, pois talvez não exista nenhuma altura da História em que os ciganos não tenham sido alvo de perseguição. Ainda hoje, a grande maioria das notícias que surgem referem-se aos aspectos negativos como os crimes, o tráfico de droga, etc. Talvez com esta postura consigam manter a alguma distância os gadjé – os não ciganos – que tanto têm feito para desfragmentar as famílias ciganas tornando-as mais fracas e, conseqüentemente mais controláveis.

Nos serviços de saúde este espírito manifesta-se, ainda que inconscientemente, e a atitude dos profissionais passa por uma sensação de incómodo que implica uma pressa relativa na sua alta hospitalar numa tentativa de a eliminar. O conhecimento destes factos, bem como das estratégias a que os ciganos tiveram de recorrer para sobrevirem enquanto «povo sem pátria», como lhes chamou Jean-Pierre Liégeois, ajudou-me a perceber e a compreender a sua atitude de desconfiança face aos gadjé e a facilidade com que se unem relativamente a nós fazendo-nos recordar Kurt Lewin que, relativamente à Teoria das Minorias, nos diz que: «a sobrevivência de um grupo minoritário depende da sua solidariedade interna, que constitui a principal força de coesão.»

Não é fácil confiar naqueles que durante tantos anos os perseguiram, denunciaram, deportaram, proibiram, separaram da família, marginalizaram, mataram. . .

A UNESCO chama a atenção para o facto de não poderem existir culturas subalternas independentemente do seu peso político, económico ou populacional. Cada povo, e passo a citar, «tem o direito absoluto de fazer reconhecer e respeitar os seus valores próprios, libertando-se de todo o tipo de discriminação étnica ou linguística.» (M'Bow, 1984, p. 4)

A questão que se coloca é: como fazê-lo?

Que as instituições estão organizadas em função da maioria parece não ter discussão mas, como poderemos respeitar as minorias se nada soubermos acerca dessas mesmas minorias? Como identificar as suas necessidades se os remetemos à marginalização?

Através da recolha de dados efectuada a uma amostra correspondente a cerca de 94% do total dos enfermeiros que exerciam as suas funções nos serviços de Medicina e Cirurgia de um hospital geral central da cidade de Lisboa, obtiveram-se dados que parecem apontar para uma cristalização de alguns estereótipos tais como «vingativos», «aldrabões», «negociantes», «desconfiados», «barulhentos», «tradicionalistas» e «marginalizados».

Já relativamente aos sentimentos que os enfermeiros referem experimentar face à presença de um doente de etnia cigana, a desconfiança é o que foi mais citado pela amostra. Curiosamente, os ciganos são apontados como «desconfiados» por cerca de 55% dos inquiridos.

Voltando aos sentimentos, e por ordem decrescente de citação, surgem a seguir à desconfiança, a compreensão, a solidariedade, a curiosidade, a ansiedade e a empatia, ou seja, apenas se encontram aqui dois sentimentos que poderão potencialmente dificultar a relação – desconfiança e ansiedade. Ao que parece, os sentimentos negativos não estão cristalizados nos enfermeiros, o que poderá eventualmente estar relacionado com as características da sua formação. Contudo, penso que não devemos minimizar o facto de sentimentos como desconfiança e ansiedade terem sido referidos, respectivamente, por 38 (65,5%) e 28 (48,3%) elementos da amostra, traduzindo alguma falta de à-vontade deste grupo de respondentes face a doentes desta etnia.

No que concerne aos conhecimentos que os enfermeiros afirmam ter acerca dos ciganos e, reportando a aspectos genéricos como a alimentação, a educação, a habitação, a organização económica, a organização familiar, valores e vestuário, os resultados obtidos apontam no sentido de que este grupo profissional conhece pouco a cultura dos ciganos. Através da criação de um índice de conhecimento obtiveram-se os valores mais elevados para aqueles que dizem respeito ao vestuário (conhece razoavelmente) e habitação (conhece razoavelmente).

Aparentemente, o visível é o mais conhecido – a habitação e o vestuário. Quanto mais nos dirigimos para dentro da estrutura da comunidade cigana menos se conhece.

Dados obtidos acerca dos conhecimentos que os Enfermeiros afirmam ter sobre a etnia cigana, são congruentes com os que se obtiveram relativamente à existência de formação sobre esta cultura, pois cerca de 76% dos inquiridos afirmaram não a ter recebido em nenhuma fase do seu percurso apesar da esmagadora maioria, cerca de 91%, ter já tido contacto com doentes desta etnia. Em face destes resultados sai reforçada a opinião de que se torna necessário incluir formação neste domínio durante a preparação dos enfermeiros para a sua prática profissional.

Uma vez que se trata de um povo de cultura ágrafa que apenas conheceu a

escrita a partir da década de sessenta, existem muito poucos documentos escritos pelos próprios que nos permitam conhecer a sua história.

Foi graças a estudos linguísticos que, na segunda metade do século XIX, se apontou para a origem indiana dos ciganos, uma vez que o Romani – a língua que utilizam, está relacionada com o Sânscrito. A sua migração parece ter começado no século III, sendo relativamente difícil encontrar concordância entre os diversos autores no que respeita ao seu percurso até ao século XIV.

A sua presença em Portugal é assinalada num poema de Luís da Silveira, intitulado *As Martas de D. Jerónimo*, de 1510, embora alguns historiadores sejam de opinião que esta deve ter acontecido antes, uma vez que a data da mais antiga prova documental da presença dos ciganos no país vizinho é de 1425 (Costa, 1999).

No nosso país, tal como noutros, os ciganos foram vistos com desconfiança e temor, o que conduziu à sua marginalização. Os documentos oficiais que se encontram são essencialmente destinados a obrigar este povo à sedentarização.

Foram impedidos de entrar em Portugal, foram expulsos, condenados às galés, proibidos de não trabalhar, de viverem juntos, de vestirem os seus trajes característicos, falarem geringonça – o dialecto caló, e de ler a *buena dicha* – a sina. A pena de morte foi imposta em 1592 àqueles que não abandonassem o país ou que não se fixassem nos locais que lhes tinham sido destinados (Costa, 1999).

Foram deportados para as antigas colónias e, nos finais do século XVI, chegam os primeiros degredados ao Brasil e a Angola.

A forma como a legislação era produzida, determinava que os ciganos fossem enviados para locais diferentes, separando-se as mulheres dos seus filhos e dos seus maridos, o que deixa transparecer uma tentativa constante de fragmentação das famílias e de rotura com a cultura cigana. Em 1985, o regulamento interno da GNR determinava uma especial vigilância sobre os «nómadas» e a 10 de Maio de 1993, uma Câmara Municipal ordenou aos indivíduos de etnia cigana que abandonassem o concelho no prazo de 8 dias e que, de futuro, apenas ali permanecessem 48 horas.

Toda esta experiência faz com que os ciganos nos olhem com desconfiança e esta manifesta-se também, ainda que de forma inconsciente, nos serviços de saúde.

A resistência dos ciganos a todos estes «atentados» leva um autor (M'Bow, 1984, p. 4) a considerar que «os ciganos, esses viajantes pela terra inteira, constituem um dos povos mais estáveis no que respeita aos seus pontos de referência éticos e estéticos.»

Apesar de todas as medidas tomadas em relação aos ciganos, foi-me dito, através de várias entrevistas, que os ciganos portugueses se sentem portugueses e querem que os considerem como cidadãos de pleno direito.

Relativamente aos níveis de sedentarização das diversas famílias ciganas, podemos hoje encontrar grandes diferenças. Algumas famílias possuem habitação própria, outras encontram-se instaladas em habitação social e outras continuam a viver em bairros degradados ou continuam nómadas.

Existem já alguns licenciados, muitos comerciantes – sobretudo nos ramos do vestuário e do calçado, mas continuam a existir famílias com muito baixo poder económico e que ainda vivem da migração em busca de trabalho sazonal – apanha do tomate, da azeitona, do morango, da castanha, etc.

Existe uma solidariedade social que mantém unidos todos os membros da família. Eles cuidam e respeitam profundamente os idosos, e os órfãos são sempre acolhidos por alguém. Não faz parte dos seus hábitos internar crianças em orfanatos ou idosos em lares.

Relativamente à doença podemos, ainda hoje, encontrar explicações sobrenaturais: é o espírito mau, é parte de um destino, etc. Era raro, até há algum tempo atrás, recorrer-se aos médicos. Eram os velhos, ou as velhas ciganas, que resolviam as coisas. Em contrapartida, também já se encontram ciganos que procuram ou acederam a cuidados médicos diferenciados. Há alguns anos atrás (2002?), falando com os pais de uma menina cigana com uma doença genética habitualmente associada à existência de parentesco entre os progenitores, perguntei-lhes, quase certo da resposta, se eram primos. Responderam-me que sim mas, a mãe, prontamente me disse que isso não tinha nada a ver com a situação da menina porque já tinham sido seguidos numa consulta de genética.

Quando um membro da família adoece nunca fica só. Mesmo no caso de doenças contagiosas «estamos sempre ao pé dele como se ele não tivesse nada. O que a gente diz é que é tudo como Deus quer. Nós não hostilizamos, não abandonamos, não damos a compreender ao nosso doente, nosso pai, ou nossa mãe que nos estamos a desviar deles» (Fernandes, 2002, p. 188) e, se é internado num hospital, todos os membros da família ficam o mais próximo que os deixarem. «Dormem ao seu lado, se os autorizarem, trazem-lhe comida e informam-se constantemente do seu estado» (Liégeois, 1989, p. 63).

Muitas vezes, é o próprio doente que sabe que tem uma doença contagiosa ou oncológica, aquela doença, que se desvia da família para os proteger quer da doença, quer da angústia de verem o familiar doente.

«Os elementos do clã tentam poupar o familiar mais directa do doente, procurando serem eles a saber as notícias para, de forma mais suave, as darem, mas sempre evitando a sua gravidade.» (T. M. – Mediador Cigano)

Sendo um povo bastante solidário, nunca deixam sós aqueles a que nós chamamos de família mais chegada; um ente hospitalizado faz mobilizar toda a família esteja ela onde estiver – a mulher, os filhos, os pais ou os irmãos nunca se vão sentir sós nesta fase. «O que acontece na prática é isto: se alguém

num bairro está doente e vai para o hospital nem que seja com uma unha partida. . . para além da família que já lá está, vai mais o bairro todo e, se for caso disso, ainda vêm mais outros primos e tios de longe.» (Fernandes, 2002, p. 134)

Existe uma grande crença no sobrenatural. «A convicção do povo cigano é de que se não tratarem bem quem está mal e ocorrer a morte desse ser, ele poderá vir vingar-se do clã depois de morto» (Elizabete Mateus – Técnica de Serviço Social). Por outro lado, esta atitude pode estar condicionada por uma «lógica de troca. . . eu estive, eu apoiei, eu estive cá portanto algum dia se eu estiver mal. . . » (Fernandes, 2002, p. 135)

Quando um elemento de uma família cigana tem uma doença crónica é apoiado e todos tentam que nada lhe falte. Os doentes não são rejeitados ou abandonados. Eles acreditam que a doença, como qualquer outra coisa que de mal lhes aconteça, é obra do destino e isso parece induzir um grande sentimento de solidariedade.

Os sistemas familiares são unidades sociais cujas características variam entre culturas. Em todas, contudo, mudanças num ou em vários elementos perturbam, de uma forma mais ou menos acentuada, a dinâmica do sistema familiar em que estão inseridos. Nas situações de doença, os efeitos da hospitalização fazem-se sentir em primeiro lugar no próprio doente.

No caso do doente cigano, e pelas características da sua organização familiar, são de esperar profundas mudanças na sua família. Por outro lado, a cultura das nossas organizações de saúde não prevê nem privilegia a sua adaptação (da organização) – embora esteja já muito mais receptiva, às necessidades específicas do doente. Por estes motivos, o conjunto de questões que irão ser abordadas terão sempre presentes as três dimensões da problemática.

Começamos então pelo doente. Este encontra-se numa situação de dependência e excluído do seu sistema normal de referências. Ele vê a doença sob a forma de um conceito, de uma imagem, de uma crença, ou seja as três dimensões de uma representação cultural. É com base neste código que o utente interpreta a realidade e lê os actos dos técnicos quer estes sejam implícitos ou explícitos (Lalanda, 1995).

Tal como acontece com todos os outros doentes, é necessário que o enfermeiro faça a apreciação das necessidades do doente cigano, interrelacionando as diferentes fontes (as escritas e as orais, do próprio ou de outros informadores), observando o não dito, expresso pela especificidade da sua expressão, pois o doente é a fonte informativa por excelência. Leininger diz-nos que ao começar a trabalhar com um grupo cultural, o pessoal de saúde deve ter como objectivo principal determinar os seus valores culturais dominantes e só depois determinar qual a melhor forma de assistir essas mesmas pessoas.

Um mediador cigano a trabalhar numa instituição de solidariedade social por mim entrevistado referiu-me que «os ciganos evitam a todo o custo que o próprio doente tenha conhecimento da doença de que sofre, ou que o prognóstico da doença lhe seja comunicado (sobretudo se é uma situação grave)» pelo que,

na maioria dos casos, é através da família mais próxima que esta informação é processada para o doente.

Esse mesmo mediador acrescentou ainda que «relativamente à alimentação, por exemplo, a família sente necessidade de a trazer ao doente, porque para além dos ciganos terem alguma relutância em comerem alimentos não confeccionados em casa, o facto de verem a panela de casa faz com que se sintam mais integrados no meio em que se encontram.»

Parece, assim, importante que os profissionais de saúde compreendam as divergências culturais entre si próprios e os utilizadores de cuidados. Isto permite que os profissionais aprendam a utilizar as interferências culturais, em vez de as recusar e ainda evitar a imposição de certezas científicas que julgam ter (Collière, 1989).

## Conclusão

Em jeito de conclusão poderei dizer que este estudo ficou condicionado pelo reduzido número de doentes de etnia cigana internados durante o período em que se procedeu à colheita de dados, pelo factor tempo e pela escassa bibliografia encontrada no que respeita à população cigana no domínio da saúde.

Contudo, direi que este estudo poderá servir como ponto de partida para outros que visem o aprofundamento do conhecimento desta etnia.

Mas não faria sentido que um estudo não desse o seu contributo para a mudança através de algumas sugestões. Assim gostaria de poder contribuir para essa mudança propondo:

- A análise de episódios de internamento de doentes de etnia cigana em reuniões de serviço, sejam elas acções de formação ou reuniões de passagem de turno;
- A sensibilização dos responsáveis de serviço para as particularidades da etnia cigana.
- Antes de terminar gostaria de deixar aqui duas recomendações:
  - Abandonemos o etnocentrismo com que habitualmente analisamos/olhamos as outras culturas e passemos a utilizar a lente de Lévi Strauss que procura ver a civilização mundial como uma coligação, à escala mundial, de culturas, preservando cada uma delas na sua originalidade própria;

– Sejamos capazes de admitir, como Teresa Vergani, que a personalidade está para o indivíduo assim como a originalidade cultural está para a sociedade e que a originalidade fundamenta a relatividade cultural e a igual dignidade das diferentes culturas, não podendo hierarquizá-las em nenhuma escala linear que permita classificá-las segundo graus superior ou inferior.

## Referências

- Carmo, Hermano (2000), *Intervenção Social com Grupos*, Lisboa: Universidade Aberta.
- Carmo, Hermano (1999), *Desenvolvimento Comunitário*, Lisboa: Universidade Aberta.
- Collière, Marie-Françoise (1989), *Promover a vida, da prática das mulheres de virtude aos cuidados de enfermagem*, Damaia: Sindicato dos Enfermeiros Portugueses.
- Costa, Maria Elisa (1996), *O Povo Cigano em Portugal da História à Escola*, Setúbal: CIOE/ESE.
- Costa, Maria Elisa (1999), «O Povo Cigano e o espaço da colonização portuguesa que contributos?» in AA. VV., *Ciganos e degredos*, Lisboa: Secretariado dos Programas de Educação Multicultural, pp. 49-91.
- Fernandes, João (2002), *O Doente de Etnia Cigana*, Lisboa: Associação Portuguesa de Enfermeiros.
- Lalanda, Piedade (1995), «A Interação Enfermeiro-Doente uma Abordagem Bioantropológica» in *Nursing*, N.º 88 (Maio), Lisboa: Ferreira e Bento, pp. 28-32.
- Leininger, Madeleine (1995), *Transcultural Nursing: concepts, theories, research and practices*, USA: McGraw Hill.
- Liégeois, Jean-Pierre (1989), *Ciganos e Itinerantes*, Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.
- M'Bow, Amadou-Mathar (1984), «Originalidad y Universalidad del Pueblo Gitano» in *El Correo de la UNESCO*: Paris, Outubro, p. 4.
- Nunes, Olímpio (1996), *O Povo Cigano*, Lisboa: Edição do Autor.
- Vergani, Teresa (1995), *Excrementos do Sol a propósito de diversidades culturais*, Lisboa: Pandora.

## Abordagens sobre a saúde dos/as ciganos/as: um dos retratos (Biquinha/Matosinhos)

*Paula Allen\**

O Gabinete de Atendimento Individual (GAI) é uma das ações do projeto Xis da Associação para o Planeamento da Família (APF) e encontra-se em funcionamento no Conjunto Habitacional da Biquinha – Matosinhos, desde o início da intervenção da APF naquele bairro – 2004.

Muito embora os serviços do GAI não sejam destinados exclusivamente à população ROMA, em média, no decorrer do ano de 2011, 84,9% dos atendimentos foram realizados a utentes de etnia cigana.

No conjunto habitacional da Biquinha existem 33 agregados familiares com um total de 144 pessoas, sendo 65 do sexo feminino e 79 do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 0 e os 77 anos de idade.

O GAI tem atualmente 261 utentes inscritos/as. Desses/as 51,7% (n=135) são de etnia cigana (93,8% da população ROMA habitante na Biquinha).

Focando-nos nos utentes de etnia cigana, 45,2% são do sexo masculino e 54,8% do sexo feminino, 17% têm até 9 anos de idade, 29,6% têm entre 10 e 19 anos de idade, 19,3% têm entre 20 e 29 anos de idade, 15,5% têm idade compreendidas entre os 30 e os 39 anos e 18,6% têm 40 anos ou mais. Quanto à sua situação profissional, 58,5% encontram-se desempregados/as, 25,2% são estudantes, 0,7% são auxiliares de ação educativa, 5,2% são feirantes, 2,2% encontram-se reformados/as e 8,2% têm idade inferior à idade escolar.

No que concerne ao nível de escolaridade dos/as nossos/as utentes, 36,2% não frequentaram a escola, 9% encontram-se a frequentar o 1º ciclo, 29,6% concluíram o 1º ciclo, 12,6% concluíram o 2º ciclo, 3,7% concluíram o 3º ciclo, 0,7% terminaram o ensino secundário e 8,2% têm idade inferior à idade escolar.

Como forma de retratar os atendimentos efetuados no GAI reportamos a análise dos dados do ano de 2011.

Foram efetuados 1389 atendimentos a utentes de etnia cigana. Desses, 282 atendimentos aconteceram para a procura de métodos contraceptivos tendo sido entregues 84 embalagens de pílulas e 174 preservativos, e 667 atendimentos aconteceram para procura de aconselhamento/orientação/apoio aos mais diversos níveis. No que concerne à saúde, a organização das consultas médicas e

---

\* Associação para o Planeamento da Família (APF) – Delegação Regional do Norte.

o apoio na toma adequada dos medicamentos foram os motivos mais recorrentes. Também recorrente é a procura para apoio psicoafectivo e emocional e intervenção quer em situações de crise, quer em situações de angústia pessoal, quer em situações de angústia/conflito com outras pessoas. Aconteceram 440 atendimentos para contacto/mediação com outras entidades, nomeadamente hospitais, centros de saúde, gabinetes de imagiologia e outros serviços médicos/medicalizados; escolas, serviços de atendimento integrado da Segurança Social, comissão de crianças e jovens em risco, serviços municipais, entre outros.

## **Considerações finais**

Mais do que o retrato quantificado que nos mostra inconfundivelmente a importância deste gabinete, salientamos agora o que consideramos mais importante, os ganhos qualitativos na promoção da saúde e do bem-estar geral.

A longa relação de terreno permitiu-nos trabalhar *com* esta população e não *para* os mesmos. Uma vez estabelecida a relação de confiança as mudanças tornam-se mais significativas e encontram-se abertas as portas para a possibilidade de se abordarem temas/aspectos do foro mais íntimo.

Uma vez que acreditamos que a saúde não pode ser vista isoladamente, também consideramos um ganho deste gabinete, a orientação dos seus utentes para a aquisição de novas competências escolares. Com o nosso apoio, oito mulheres terminaram o 2º ciclo do ensino básico e cinco concluíram o 3º ciclo do ensino básico.

Outro aspeto não menos significativo é o maior envolvimento masculino, nomeadamente, na procura igual em género no acesso ao gabinete e na divisão de tarefas, promotoras de igualdade. Cada vez mais se orienta o homem para a partilha de tarefas relacionada com a saúde dos filhos e filhas, educação, resolução de questões mais burocráticas e acompanhamento partilhado da gravidez e do parto. Em associação, trabalha-se o emponderamento da mulher na sua família nuclear e alargada permitindo a decisão partilhada de aspetos relacionados com a saúde sexual e reprodutiva, o casamento a indumentária, a escolarização e profissionalização da mulher cigana.

Há uma evidente aquisição de competências pessoais e sociais, nomeadamente ao aumento da autoestima e autoconfiança, maior assertividade, estabelecimento de relação mais adequada e próxima dos serviços de apoio social e de saúde e conseqüente redução de barreiras.

Os ganhos diretamente ligados à saúde são inúmeros, entre outros destacamos o planeamento e a vigilância adequada das gravidezes, a saúde materno-infantil de cariz preventivo com menor recorrência aos serviços de urgência e conseqüentemente a assunção de comportamentos protetores e postura de maior aceitação em relação ao adiar da primeira gravidez e ao número de filhos/as que pretendem ter. Contamos já com quinze gravidezes planeadas, vigiadas e com partos hospitalares.

Também de realçar é o maior cumprimento das consultas e da toma de adequada de medicamentos, assim como a maior capacidade em compreender aspetos da sua saúde.

Por último, mas não menos importante referimo-nos às entidades parceiras (formais e informais) que nos apoiam e facilitam o nosso trabalho, nomeadamente, a ULSM, a CMM, a Matosinhos Habit, a Adeima, a CPCJ Matosinhos, a Segurança Social e o Agrupamento de Escolas Matosinhos Sul, entre outras.

## Relato de práticas – discussão de projectos de intervenção: trabalho com pessoas ROMA em Matosinhos

*Nuno Teixeira\**

A intervenção da Associação para o Planeamento da Família (APF) junto da população residente no Conjunto Habitacional da Biquinha, iniciou-se em 2004 com o projeto «*Aprender a ter Saúde*», que teve inicialmente como eixos de ação principais a promoção da saúde sexual e reprodutiva e da igualdade de género. O público-alvo da intervenção eram todas as pessoas residentes no Conjunto Habitacional da Biquinha e inicialmente poucas pessoas Roma participavam nas nossas atividades. Com o decorrer do tempo estabeleceu-se a relação de confiança e gradualmente, as pessoas Roma começaram a frequentar assiduamente o projeto.

A nossa intervenção assenta numa metodologia de investigação-ação participativa. Dado não existir uma caracterização desta população relativamente à saúde sexual e reprodutiva, realizamos estudos caracterizadores e orientadores da intervenção.

A intervenção comunitária encerra em si alguns pressupostos fundamentais, a confiança, a participação e o *empowerment*, sem os quais um projeto pode estar condenado ao insucesso. A conquista da confiança da população com a qual queremos trabalhar é, sem dúvida, o passo inicial mais importante e o mais difícil de conseguir. Cativar a população para a participação efetiva no desenvolvimento do projeto foi o nosso principal objetivo inicial. A estratégia delineada para a implementação do projeto e estabelecimento de relações empáticas com a comunidade passou por diversas fases. Sem dúvida que o mais importante meio de divulgação foi o contacto interpessoal e a relação empática criada.

Ao longo deste período privilegamos o trabalho em rede. Atuamos sempre numa perspetiva de envolvimento com os parceiros que trabalham direta e indiretamente com a população residente no Bairro. Este trabalho de parceria foi formalizado e exponenciado com a nossa adesão à Rede Social de Matosinhos, através da Comissão Social de Freguesia de Matosinhos.

Com o decorrer do projeto «*Aprender a ter Saúde*» a relação de confiança com a comunidade sedimentada e a participação foi crescendo progressivamente.

---

\*Associação para o Planeamento da Família (APF) – Delegação Regional do Norte.

Em 2006 o nome do projecto alterou-se para «VIHQUINHA». Os eixos de intervenção principais foram a promoção da saúde sexual e reprodutiva, a prevenção do VIH/SIDA e desenvolvimento de competências pessoais e sociais.

Esta população demonstra já alguma resistência aos projetos que criam expectativas e que posteriormente, por variados motivos, deixam de existir. É fundamental perceber que a modificação de comportamentos nestes contextos só é possível a médio e/ou longo prazo. As dificuldades com que nos deparamos foram ainda maiores, se tivermos em consideração que estamos a tentar incidir a intervenção numa esfera íntima da personalidade de cada um, o que provoca necessariamente maiores resistências. A este facto acrescenta-se outra dificuldade dado que a maioria da população com quem trabalhamos é Roma com todas as condicionantes sócio-culturais que os desprotegem em relação aos factores de risco.

Esta população apresenta inúmeras carências e debilidades que resultam de um processo de exclusão social que existe há várias gerações, cujo pouco contato com modelos adaptados e ajustados, torna esta exclusão cíclica e perpetuadora. Mais do que falta de recursos a todos os níveis, verifica-se a falta de competências para gerir os poucos recursos existentes.

As atividades que desenvolvemos têm como objetivo interromper este ciclo. Realizamos treino de competências parentais transversal a toda a família em que tentamos envolver pais, mães, avós/avôs e filhos/as. Criamos grupos divididos por faixas etárias de crianças, pré adolescentes e jovens aos quais dirigimos sessões de desenvolvimento de competências pessoais e sociais e educação sexual. O *empowerment* desta população, apesar de ser trabalhado diariamente, está a ser focalizado num grupo de mulheres ativistas que desenvolvem atividades promovendo a melhoria das condições de vida no conjunto habitacional da Biquinha. A expressão artística nas suas variadas vertentes (música, dança, expressão plástica, teatro, capoeira e fotografia) tem sido uma aposta permanente que permite canalizar as energias das crianças e jovens para actividades ajustadas prevenindo os comportamentos de risco. A nossa intervenção passa também pelo treino de competências de educação sexual, dirigido aos técnicos e técnicas que trabalham com esta população, permitindo dar sustentabilidade ao projeto.

Sendo a auto estima desta população um fator negativo e que precisa de ser trabalhado insistentemente, tentamos melhorá-la através do seu envolvimento na apresentação pública anual do trabalho realizado.

Ao longo deste tempo de intervenção, é notória uma mudança comportamental consubstanciada na aquisição de conceitos chave sobre VIH/SIDA, saúde sexual e reprodutiva e toxicod dependência assim como a adoção de comportamentos protetores face à própria saúde e à dos/as descendentes/as. Para isto, muito contribuiu o trabalho de continuidade efetuado, possibilitando uma integração sólida na população e consequente adesão da mesma às atividades propostas. Além destes conhecimentos verifica-se através do discurso e dos comportamentos (principalmente nos/as mais jovens) que, de uma forma geral, existem já preocupações que não existiam até então, nomeadamente um aumento da asser-

tividade, do respeito pelos outros e do respeito pela diferença. Nos/as adultos/as os conceitos e comportamentos estão muito mais cristalizados o que dificulta a intervenção. Apesar disso é perceptível que os/as adultos/as estão mais informados/as e conscientes podendo exercer o seu papel parental com maior eficácia e responsabilidade.

Outro factor extremamente importante para esta população, e que o projeto «VIHQUINHA» veio facilitar, é o acesso a material contraceptivo, nomeadamente preservativos e pílulas, assim como a informação sobre a correta utilização destes. Distribuímos cerca de 15000 de preservativos desde o início do projeto. Dispomos de um gabinete de apoio à comunidade («Espaço S») que visa conferir ao projeto «VIHQUINHA» uma função de orientação, enquadrado no âmbito mais lato da prevenção, proporcionando assim, um espaço pessoal e confidencial, num contexto de proteção e solidariedade no qual os utentes podem expressar as suas dúvidas e preocupações, assim como, procurar orientação no âmbito da intervenção de carácter psicológico.

O recurso a pessoas com notoriedade social, ditas figuras públicas, tais como atletas profissionais de futebol, é uma estratégia fundamental para ativar aprendizagens e modelar comportamentos. No caso do conjunto habitacional da Biquinha, o clube de referência é o Leixões S.C. pelo que as visitas dos atletas deste clube ao projeto tem-se revelado muito importantes para toda a população.

Ao longo destes anos têm sido trabalhadas as competências pessoais e sociais promotoras de comportamentos igualitários e de não discriminação. Reforçam-se as noções de igualdade de género e oportunidades na construção de um planeamento familiar responsável. A prevenção de gravidezes não desejadas e de infeções sexualmente transmissíveis tem sido uma constante, mas sempre adaptada às características sócio-culturais Roma.

O trabalho na área da sexualidade e educação sexual com grupos Roma, tem como pressuposto fundamental o estabelecimento de uma relação de confiança com o/as técnico/as. Até à idade dos 12/13 anos tem sido possível dinamizar grupos com a presença de elementos de ambos os sexos, sendo que a partir dessa idade existe um afastamento natural por parte dos rapazes que passam a acompanhar mais os pais – homens e irmãos mais velhos – noutras atividades de lazer. A partir deste momento a intervenção com rapazes torna-se muito mais individualizada, descentrando-se do grupo.

Por outro lado, a partir dessa idade, as mães das meninas solteiras e os maridos das casadas não permitiriam que as raparigas frequentassem o grupo caso se verificasse a presença de rapazes. Também as meninas consideram que há assuntos que apenas dizem respeito às mulheres e não consideram correto nem aceitam que sejam abordados na presença de algum elemento masculino. As características do/a técnico/a são assim, fundamentais pelo que o/a técnico/a que dinamiza o grupo terá de ser preferencialmente de mesmo sexo que os elementos do mesmo.

A cultura Roma torna a vivência da sexualidade muito própria e muito diferente da sociedade dominante. Os ganhos a este nível são enormes, percebendo-

se que os/as jovens que têm trabalhado connosco e que, ao longo destes anos, deixaram de ser solteiros/as, têm uma perspectiva diferente acerca do futuro dos/as seus/suas filhos/as.

O trabalho da APF em parceria com os serviços de saúde tem potenciado os comportamentos protetores face à saúde nomeadamente em relação à vigilância da gravidez e a realização de partos em meio hospitalar.

Procura-se constantemente uma maior responsabilização do homem no acompanhamento da gravidez e do parto, acompanhando a mulher em todos os momentos.

Tal como se tem percebido, apesar de etariamente jovens, estes rapazes e raparigas têm necessidades (in)formativas muito particulares com enorme influência da cultura. É fundamental que este/as jovens desenvolvam competências que lhes permitam adotar comportamentos protetores sem desvirtuar as suas características étnicas. As gravidezes continuam a acontecer na adolescência, apesar de mais tarde do que as das suas mães. Para isto contribui decisivamente o uso de métodos contraceptivos sendo que, quando não o fazem na primeira gravidez, fazem-no nas seguintes.

A importância de uma vivência mais gratificante da sexualidade tem levado as jovens raparigas a colocarem questões relacionadas com a satisfação sexual descentrando a sexualidade da vertente da procriação. Estas questões são muitas vezes trabalhadas em grupo mas frequentemente esclarecidas na primeira pessoa isoladamente. Uma vez que a técnica que dinamiza o grupo de jovens dinamiza também o grupo de mulheres ativistas, tem sido possível perceber que apesar de ainda muito jovens, estas mulheres não conseguem ver com tamanha naturalidade a satisfação da mulher na vivência da sua sexualidade, tal como as jovens o fazem.

Em suma, podemos concluir que conseguimos a confiança e participação da população, nomeadamente da mais jovem, alteramos alguns comportamentos e conseguimos uma actuação em rede através de parcerias efectivas e funcionais. Cada vez mais, este já não é considerado um espaço para a comunidade, mas da comunidade.

Também no conjunto habitacional da Biquinha, entre Agosto de 2010 e Setembro de 2011, financiado pela Direção Geral de Saúde, esteve em implementação o projeto ROMA dirigido exclusivamente a pessoas Roma, com os objetivos de diminuir a violência de género nas pessoas de etnia cigana, promover o acesso a um gabinete de planeamento familiar e promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

Desde 2008 e até à presente data a entidade financiadora do projeto é o Instituto da Droga e da Toxicod dependência e a sua denominação passou a ser XIS. Os seus objetivos são a prevenção dos comportamentos de risco e promoção dos comportamentos protetores face à toxicod dependência; o desenvolvimento de competências parentais; o treino das competências de técnicos/as de educação e de saúde na área da prevenção da toxicod dependência; o treino das competências

de estudo em crianças; e a promoção do sucesso educativo em crianças como comportamento protetor face à toxicodependência.

## Ultrapassar fronteiras unindo culturas

*Carla Magalhães Coelho\**

### **1 O Centro Multicultural da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa**

O Centro Multicultural (CM) constitui-se como uma resposta social no seio da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa que desenvolve ações de educação e de formação em várias vertentes, seja ao nível da formação certificada, seja ao nível do desenvolvimento de competências pessoais e sociais no âmbito da educação não formal. Tem como destinatários jovens em situação social vulnerável e mulheres ciganas. No âmbito da educação e formação de jovens, o Centro Multicultural acolhe, integra, forma e apoia jovens em risco de exclusão social, de diferentes culturas e etnias, através de um conjunto de ações estratégicas em que se articulam de forma holística as componentes escolar, profissional e social.

Constitui-se como uma resposta para aqueles que, tendo interrompido o seu percurso escolar sem qualquer especialização ao nível da habilitação e da qualificação têm oportunidade de frequentar percursos formativos alternativos, adquirindo uma qualificação profissional minimamente capacitante para a sua autonomização enquanto indivíduos.

No âmbito da comunidade cigana é desenvolvido o Projeto Romi, destinado a mulheres ciganas que pretendam desenvolver as suas competências pessoais e sociais através da frequência deste projeto.

Constituem objetivos gerais da intervenção:

- Atenuar o absentismo e o insucesso escolar dos jovens;
- Aumentar o nível de escolaridade dos jovens que abandonam prematuramente o sistema regular de ensino;
- Proporcionar a qualificação profissional e desenvolver hábitos de trabalho;
- Promover competências sociais e pessoais para o exercício ativo da cidadania;
- Proporcionar condições para a integração de jovens no mercado de trabalho.

---

\*Centro Multicultural da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Os percursos formativos orientam-se por uma tentativa de adequação das diversas práticas pedagógicas, de forma a proporcionar o envolvimento e responsabilização efetivos dos destinatários, das suas famílias e dos parceiros da sociedade civil com reflexo direto na diminuição do abandono escolar. Esta adequação inscreve-se num princípio de respeito pela diversidade cultural, religiosa e étnica.

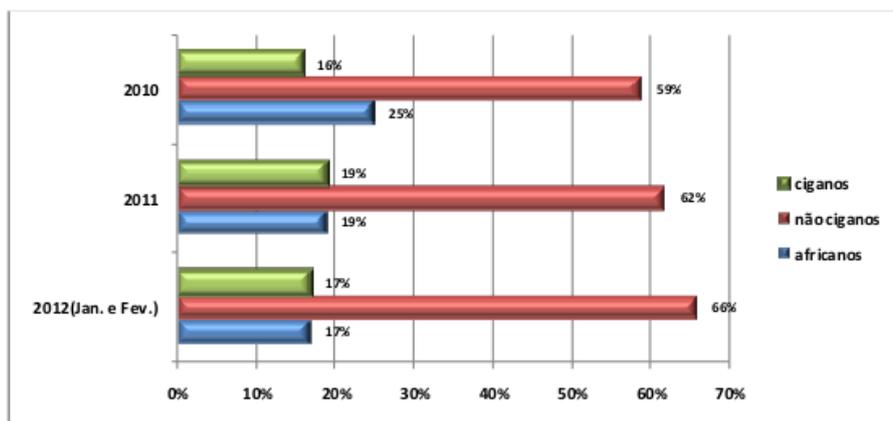
Propõe-se uma pedagogia ativa e democrática criadora de espaço e experiências vivenciais que permitam ao jovem atuar e construir o seu ser pessoal e social.

Esta perspetiva pedagógica constitui igualmente um compromisso ético no sentido da construção de uma sociedade que respeita os direitos de cidadania e aumenta progressivamente os níveis de participação dos seus membros.

O Centro Multicultural é assim um mosaico de culturas onde interagem ciganos, africanos de vários países e etnias, brasileiros, portugueses de ascendência africana e tantos outros. Convivem, lado a lado, culturas e religiões como o islamismo, o cristianismo (católicos, evangélicos, entre outros). Todos e cada um, fazem a diferença nas atividades desenvolvidas na dinâmica de ensino/aprendizagem, na consciência de grupo e no desenvolvimento de laços de pertença.

Considerando a distribuição do número de formandos por grupo de pertença e comparando os dados apurados nos anos 2010, 2011 e 2012 (apenas valores para os meses de janeiro e fevereiro), verifica-se o objetivo de uma educação intercultural é envolver os jovens ativamente no processo de construção no sentido do mundo que os rodeia.

Figura 1.1.: Distribuição dos formandos por grupo de pertença



É importante que eles sejam capazes de pautar as suas práticas sem estereótipos, fazer as suas interpretações críticas, envolver-se pessoal e criticamente e desenvolver sensibilidade para as muitas representações que o mundo

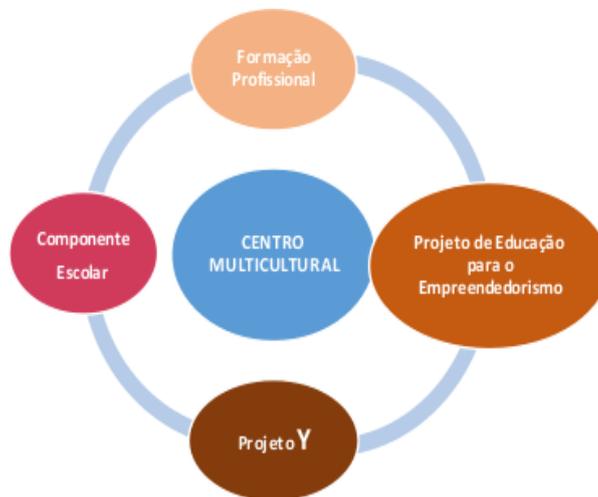
oferece.

Pela exploração de outras identidades culturais há oportunidades que surgem para reconhecer pontos de contacto e de diferença entre culturas. O enfoque da análise deve incidir sobre o lugar onde as culturas se encontram e sobre o desenvolvimento do conhecimento, competências, atitudes e valores que permitem a interação e a negociação entre culturas. O processo de chegar à compreensão dos outros requer autorreflexão e confronto com pontos de vista que por vezes se encontram profundamente enraizados. A educação intercultural constitui um desafio lançado a toda a comunidade educativa/formativa para se compreenderem como se constituem pontos de vista e para tomarem consciência de que o ponto de vista que temos sobre nós próprios é construído em relação ao modo como vemos os outros.<sup>1</sup>

No Centro Multicultural é através de vários projetos de educação não formal (Projecto Y; Projecto de Educação para o Empreendedorismo) que os jovens exteriorizam os seus problemas e experimentam novos desafios de modo a desenvolverem competências sociais e pessoais com vista à sua inserção social numa sociedade maioritária cujas características diferem das suas culturas de origem.

A formação não é suficiente em si própria, mas necessita de estar ligada à transformação das condições sociais necessárias para o progresso económico e social. Essa é a razão que tem levado o CM a promover um entendimento da formação, assente na conceção da educação/formação para o desenvolvimento através da transversalidade de vários componentes, assim:

Figura 1.2.: Intervenção com jovens



<sup>1</sup> *Visual Culture in Cultural European Education (Projecto Visualising Europe).*

- a formação é um processo social, que articula uma componente técnico-pedagógica com valores sociais, nomeadamente o da participação, o da inclusão e o da promoção de capacidades individuais e sociais;
- a formação visa a qualificação dos indivíduos, mas realiza-se num contexto grupal, sendo um processo coletivo, de interações múltiplas e de desenvolvimento em comum;
- a formação tem dimensões cognitivas e de promoção das competências e destrezas, mas insere-se também no domínio da construção de valores e atitudes;
- a formação tem uma utilidade futura: ela é um momento de um processo que se revela num projeto individual e coletivo de relação com o trabalho e com a sociedade.

Figura 1.3.: Modalidades de Formação



A orientação metodológica do Centro Multicultural privilegia uma intervenção próxima dos públicos a que se destina. Os projetos são construídos numa lógica de participação e de investigação-ação, procurando a construção de práticas mais ajustadas e refletidas contribuindo, elas próprias, para a formulação de novos projetos. Têm procurado contribuir para a promoção do desenvolvimento integrado e da luta contra a exclusão social e a pobreza, habilitando os jovens com as condições necessárias a um exercício autónomo da cidadania através da criação de acessibilidades a recursos variados de informação e formação, baseados em modelos flexíveis, construídos a partir da participação dos jovens e à sua medida, de forma a merecerem uma melhor e mais natural aceitação. Grande parte dos públicos envolvidos têm já entrado em rutina com formas mais rotinizadas ou espartilhadas (ensino regular) pelo que este modo de atuação tem conseguido captar níveis de participação e envolvimento assinaláveis.

A organização da oferta formativa respeita e corresponde à diversidade das necessidades educativas específicas de cada grupo alvo desenvolvendo as modalidades de formação enunciadas na Figura 1.3..

A aquisição e desenvolvimento de competências pessoais e sociais é uma prioridade constante no desenvolvimento da atividade formativa do Centro Multicultural, de modo a que os jovens consigam obter o nível de qualificação desejado.

Dado o perfil destes jovens, é necessário desenvolver a resiliência, o cumprimento de horários, o respeito pelos mais velhos, a assiduidade, a resolução de problemas, a autonomia, a iniciativa, e outras competências necessárias ao saber estar, ao saber fazer e ao saber ser.

Os níveis de qualificação dos cursos de formação profissional correspondem aos interesses dos jovens e às suas habilitações de partida. Assim, de acordo com o Despacho nº 978/2011 dos Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social e da Educação os cursos que se inserem na modalidade de ensino PIEF certificam ao nível do 6ºano (Nível 1 do Quadro Nacional de Qualificações) e do 9ºano (Nível 2 do Quadro Nacional de Qualificações); os Cursos de Educação e Formação (Despacho Conjunto nº 453/2004, dos Ministérios da Educação e da Segurança Social e do Trabalho), certificam com o Nível 2 (9º ano) e com o Nível 4 (12ºano).

– Cursos de Educação e Formação de Jovens (CEF)

De acordo com o Despacho Conjunto nº 453/2004, dos Ministérios da Educação e da Segurança Social e do Trabalho, mostra-se necessária, em termos de educação e formação, a prioridade de medidas que visem de forma sistemática, a promoção do sucesso escolar, bem como a prevenção dos diferentes tipos de abandono escolar, designadamente o desqualificado. Estas medidas assumem ainda um papel estratégico no quadro das políticas ativas de emprego, enquanto meio privilegiado de promoção das condições de empregabilidade e de transição para a vida ativa dos indivíduos e de suporte à elevação dos níveis de produtividade da economia.

Os cursos ministrados no Centro Multicultural no âmbito dos Cursos de Educação e Formação são: Curso de Cozinha (nível 2, certificação escolar de 9º ano); Curso de Instalação e Operação de Sistemas Informáticos (nível 2, certificação escolar de 9º ano); Curso de Instalação e Manutenção de Sistemas Informáticos (nível 4, certificação escolar de 12ºano, acrescido de Formação Complementar).

– Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF)

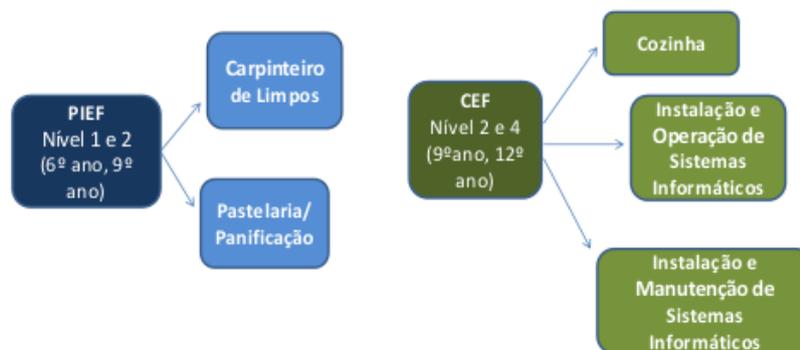
O Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF) é uma medida destinada a reconciliar com a Escola jovens com idade igual ou superior a 15 anos, que se encontram em risco de exclusão social, para os quais nenhuma outra das ofertas educativas e formativas se revelou adequada. Integra um conjunto diversificado de medidas e ações prioritárias orientadas para a reinserção es-

colar/social, através da construção de percursos alternativos, de educação ou formação.

Com a aplicação desta medida o Centro Multicultural pretende possibilitar aos jovens o cumprimento da escolaridade obrigatória através de cursos de nível de qualificação 1 (certificação escolar de 6º ano) e de nível de qualificação 2 (certificação escolar de 9º ano). Os cursos têm perfis de formação que contemplam o reforço de competências pessoais, sociais, relacionais, académicas e a aquisição de saberes numa perspetiva facilitadora da integração do jovem na vida ativa e no mercado de trabalho. A integração e a certificação dos alunos não está sujeita ao rígido calendário escolar, uma vez que pode ocorrer em qualquer momento do ano letivo, possibilitando uma maior celeridade na obtenção da certificação do 2º ou 3º ciclos de escolaridade.

A dinâmica desenvolvida no CM através da medida PIEF é exemplo de uma prática educativa inovadora. Aprender por projetos alicerçados em temas da atualidade desenvolve nos jovens a necessidade de definir objetivos, de planificar a forma e o tempo para os atingir ou concretizar, de refletir sobre os problemas e adequar o plano traçado às contingências da aplicação desta metodologia; tal tem-se revelado francamente positivo e evidencia que apostar em novas estratégias de ensino/aprendizagem, contribui para a construção de uma escola para todos, onde «todos» podem ver assegurado o direito à educação.

Figura 1.4.: Formação Certificada – Níveis de Qualificação (Quadro Nacional de Qualificações)



#### Formação Não Certificada

A formação não certificada desenvolvida no Centro Multicultural destina-se a dois tipos de públicos distintos, por um lado a Pré-Profissionalização e por outro o Projeto Romi.

### Pré-Profissionalização

Tem como destinatários os jovens com idade inferior a 15 anos e que se encontram em situação comprovada de abandono escolar ou em risco de abandono escolar. Esta formação pretende também reforçar as competências do saber estar, saber ser e saber fazer e constitui-se como um tempo de preparação para a frequência dos cursos de formação profissional e posterior encaminhamento para a modalidade PIEF. Tem um cunho de prevenção do abandono escolar já que se desenvolve em estreita parceria com as escolas de ensino regular: os alunos são identificados pelos conselhos de turma das várias escolas e é-lhes aplicado um currículo alternativo em que a frequência do CM é reconhecida como um aspeto bastante positivo na assiduidade dos alunos. Desta forma, os jovens frequentam a Pre-Profissionalização em contra horário com a escola e esta disponibiliza algumas tardes ou manhãs para que os jovens possam frequentar o CM.

### Projeto Romi

O Projeto Romi tem como destinatários as mulheres ciganas que pretendam desenvolver as suas competências pessoais e sociais, através da frequência deste projeto que tem para cada grupo de seis mulheres a duração de três meses. Assim, em cada ano, o Centro Multicultural acolhe dezoito mulheres ciganas nesta formação.

Desde o início do projeto (2007) foram já abrangidas 108 mulheres ciganas diferentes.

A formação consubstancia-se em nove módulos de formação: Costura; Saúde; Cidadania; Escola, Formação e Emprego; Desenvolvimento da Criança e do Adolescente; Iniciação à Informática; Tapeçaria de Arraiolos; Pintura e Decoração; Gestão Doméstica. Transversal a todas as áreas desenvolve-se a área projeto, que consolida as aprendizagens realizadas nos vários módulos.

### Educação Não Formal

Considerando a educação não formal, ela é transversal a todos os formandos que frequentam a modalidade PIEF e é desenvolvida através de dois projetos:

Figura 1.5.: Educação Não Formal



No contexto do Centro Multicultural, a educação não formal pode ser entendida como um processo de aprendizagem social, centrado no formando, através de atividades que têm lugar fora do sistema de ensino formal e sendo complementar deste.

Um processo voluntário, mas intencional, planeado mas flexível, constantemente aberto a alterações de estratégia, que se caracteriza pela diversidade de métodos, técnicas, recursos, âmbitos e conteúdos a que se aplica;

Um programa de aprendizagem pré-existente e planeado mas que é adaptado às circunstâncias de um grupo e que pode mudar consoante as necessidades desse grupo.

As propostas da educação não formal têm como objetivo principal promover o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, onde é promovida a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de capacidades e/ou desenvolvimento de potencialidades.

Um programa de aprendizagem pré-existente e planeado mas que é adaptado às circunstâncias de um grupo e que pode mudar consoante as necessidades desse grupo.

No CM tem-se verificado a necessidade e utilidade de complementar práticas características das modalidades da educação formal com práticas da área da educação não formal. A aquisição de competências técnicas transversais, necessária para quebrar o ciclo da exclusão social é efetuada quer através de contextos de aprendizagem formal, quer de contextos de aprendizagem não-formal.

O Projecto Y surgiu no ano letivo 2008–2009 para colmatar a necessidade de complementar a educação formal promovida na componente escolar e profissional ministrada no Centro. Neste sentido, pretende-se enriquecer o percurso formativo dos jovens através de um curriculum que visa fomentar o desenvolvimento social e afetivo dos jovens de forma a contribuir para a prevenção de problemas comportamentais que podem dificultar o seu processo educativo e desta forma trabalhar para combate à exclusão social.

A metodologia a utilizar é baseada em técnicas da área da psicologia.

O Projecto Y visa desenvolver competências sócio-afetivas, refletindo com os jovens sobre sentimentos. O teatro surge como uma ferramenta para expressar as suas vivências e ultrapassar obstáculos. A oportunidade de experienciar a construção de projetos permite aprender a trabalhar em grupo.

Os objetivos globais são: Análise do Perfil Comportamental dos Jovens; Desenvolvimento de Competências Pessoais e Sociais; Promoção de Práticas de uma Cidadania Ativa.

As sessões com os jovens são dinamizadas com base no Programa de Desenvolvimento Sócio-Afetivo (DAS). São trabalhadas temáticas relacionadas com o saber estar em grupo e aprender estratégias de uma comunicação efi-

caz. Também é trabalhada a questão do auto-conhecimento, promovendo a reflexão sobre os seus sentimentos.

Numa segunda fase as sessões com os jovens são dinamizadas com base na dramatização de situações/problemas, proporcionando diferentes perspetivas para a resolução dos mesmos através do recurso a algumas técnicas de dramatização entre as quais as desenvolvidas pelo Teatro do Oprimido bem como a utilização de textos, filmes, BD, entre outros.

Na terceira e última fases as sessões com os jovens são dinamizadas com base na metodologia do trabalho de projeto, com vista a desenvolver as competências empreendedoras através da construção de um produto final que traduza todo o trabalho realizado ao longo do projeto.

– Projeto de Educação para o Empreendedorismo (PEE)

O Centro Multicultural desenvolve desde 2008, atividades que promovem uma Educação para o Empreendedorismo inserida na sua oferta formativa. São proporcionadas a todos os jovens oportunidades de realização de experiências vocacionais na sua área de interesse, bem como a criação e execução de projetos pessoais e de grupo, com o intuito de desenvolver competências-chave no âmbito do Empreendedorismo, como a autoconfiança, iniciativa, organização, resiliência, inovação e cooperação. O projeto «*Educação para o Empreendedorismo*» (PEE) surge assim com vista à operacionalização dessas atividades.

O PEE, tem também como principal característica, o facto de não procurar cingir o percurso dos formandos do CM apenas à criação de negócios, mas sim trabalhar previamente competências empreendedoras. Esta aposta faz todo o sentido em idades entre os 13 e os 17 anos, sendo que a população-alvo do CM ainda se revela demasiado imatura para abraçar um plano de negócios.

A partir dos interesses manifestados em relação a diversas áreas vocacionais, pretende-se verificar a capacidade empreendedora dos jovens proponentes a estas modalidades, nomeadamente, a sua capacidade de organizar e desencadear os procedimentos necessários à efetivação da sua experiência ou projeto e avaliar a evolução das competências empreendedoras observadas e avaliadas pelos próprios.

Desde o seu lançamento, o PEE tem contribuído para alargar substancialmente o leque de oportunidades à disposição dos jovens que integram os percursos PIEF contribuindo para o enriquecimento do seu currículo pessoal, promoção da sua integração social, alargamento dos horizontes pessoais tendo em vista uma futura orientação e escolha de possíveis saídas profissionais em termos de reforço da sua empregabilidade e de promoção da sua inserção no mercado de trabalho.

Deve ser salientada a boa receptividade por parte dos serviços e responsáveis diretos pelo enquadramento dos jovens nos diversos locais, o que pensamos reforça o incentivo quanto à promoção de práticas inovadoras no contexto global de formação do Centro Multicultural.

– Mecanismos de Inserção Pós Formação

Após a formação no Centro Multicultural é prestado todo o apoio ao jovem na delineação do seu projeto de vida. Este apoio traduz-se na preparação para inserção no mercado de trabalho ou para o prosseguimento de estudos, no qual estão envolvidas algumas variáveis tais como a idade, a vontade do jovem e as expectativas da família (caso dos menores de 18 anos).

Uma vez que a conclusão do curso de formação não deve ser encarada como o encerramento de um processo, a equipa técnica de acompanhamento envia esforços no sentido da elaboração do C.V., na preparação para entrevistas, na ajuda da pesquisa de ofertas de emprego, e no contacto e acompanhamento ao local. No caso dos jovens que desejam prosseguir estudos noutro percurso formativo é feito o aconselhamento das ofertas existentes e posterior encaminhamento e por vezes o acompanhamento dos jovens no ato de inscrição do curso pretendido.

Outra vertente já descrita anteriormente é a realização de estágios pós-formação. Este envolvimento direto com empresas, seja no âmbito da formação profissional propriamente dita, seja por consequência da participação no Projeto de Educação para o Empreendedorismo («*a minha experiência como . . .*»), tem contribuído para uma crescente aproximação das empresas ao Centro Multicultural, que muitas vezes resulta em ofertas de emprego. O estágio é para estes jovens, para além de um espaço de aquisição de um saber-fazer complementar ao saber teórico, um espaço de socialização onde se promovem relações com terceiros.

– Desenvolvimento de Metodologias de Acompanhamento e Avaliação

Ao longo de todo o processo educativo e formativo, os jovens e adultos (Romi) são acompanhados em termos do seu percurso no Centro bem como socialmente.

Quando o jovem entra no Centro Multicultural beneficia de um acompanhamento personalizado levado a cabo por uma equipa interdisciplinar composta por assistentes sociais, psicóloga, educadora social, professores e formadores. A metodologia de acompanhamento passa pela implicação de todos os intervenientes no processo educativo e formativo do jovem com forte implicação da família e das instituições e serviços que o acompanham. Este acompanhamento reveste-se de uma forte componente relacional, passando por entrevistas e reuniões individuais, visitas domiciliárias e visitas a todos os locais de estágio periodicamente estabelecidas. Sempre que o jovem necessita de algum tipo de acompanhamento que os profissionais do Centro Multicultural não estejam habilitados a fornecer, a situação é encaminhada para o serviço competente, nomeadamente serviços de saúde.

A avaliação do percurso do jovem é feita semanalmente, a intervenção é individualizada e as situações despistadas são resolvidas pela equipa alargada (professores, formadores, técnicos) ou encaminhadas para outros profissionais.

Identidade e diversidade são dois dos eixos definidores da Interculturalidade, que tem na Educação os meios de desenvolvimento.

A Educação Intercultural articula-se necessariamente com a educação para a cidadania e as iniciativas que promove correspondem a cinco preocupações/valores: coesão social (procura de uma pertença coletiva); aceitação da diversidade cultural; igualdade de oportunidades e equidade; participação crítica na vida democrática; preocupação ecológica.

A Educação Intercultural não é apenas sobre as diferenças culturais, mas sobre todas as nossas características como indivíduos e como membros de grupos, indo além de costumes religiosos ou étnicos, porque apesar de sermos diferentes, compartilhamos uma humanidade comum.

Uma conceção de educação intercultural que não se aplica apenas ao contexto de educação formal, nem a locais em que a heterogeneidade cultural parece mais aparente. Na escola, na família, no trabalho, no desporto, em qualquer território, educação intercultural implica questionar e aprofundar o conhecimento, abandonar o ego/etnocentrismo e adotar um novo paradigma – «o outro como ponto de partida» (Perotti, 1997). É este desafio de nos (re)vermos e (re)pensarmos a partir do outro, que aqui nos move e a que queremos dar espaço.

É sinónimo de «descentramento» do eu, capacidade de olhar para a si próprio e aos outros de múltiplos pontos de vista, de aliar a dimensão do «conhecimento» à dimensão relacional, numa forma de agir com informação que implica transformação, pessoal e social.

«Ainda segundo Fernand Ouellet (2002), a educação intercultural articula-se necessariamente com a educação para cidadania e pode também definir-se como obedecendo cumulativamente a cinco princípios:

- Abertura à diversidade cultural
- Igualdade de oportunidades e equidade
- Coesão social
- Participação crítica na vida e deliberação democrática.» (M-Igual, s.d, p. 2)

É centrado nesta perspetiva que o Centro Multicultural desenvolve toda a sua ação, permitindo que pessoas de diferentes culturas possam ver reconhecida a riqueza da sua cultura de pertença e concorrer para o desenvolvimento das suas competências.

## Referências

Perotti, A. (1997), *Apologia do Intercultural*, Lisboa: ME/SCPEM.

Carneiro, R. (2008), «A Educação Intercultural», in Lages, M. e Matos, A. (Coord.) *Portugal: Percursos de Interculturalidade, Desafios à Identidade* –

Volume IV, Lisboa: ACIDI, pp. 49–120, consultado em [www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col\\_Percursos\\_Intercultura/4\\_PI\\_Cap3.pdf](http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col_Percursos_Intercultura/4_PI_Cap3.pdf).

Costa, J. e Lacerda, T. (2007), *A Interculturalidade na Expansão Portuguesa (Sécs. XV–XVIII)*, Lisboa: ACIME.

Hackrodt, L. (2006), «Revista Época (Brasil)» in *UNESCO, Guidelines on Intercultural Education*, disponível em [http://eric.ed.gov/ERIC/Docs/data/ericdocs2sql/content\\_storage\\_01/0000019b/80/33/c2/cf.pdf](http://eric.ed.gov/ERIC/Docs/data/ericdocs2sql/content_storage_01/0000019b/80/33/c2/cf.pdf).

M-Igual (s.d), *Interculturalidade. Textos e outros materiais*, consultado em [www.m-igual.org/UserFiles/File/Dia%20Int%20da%20Paz/intDocs\\_doc4a.pdf](http://www.m-igual.org/UserFiles/File/Dia%20Int%20da%20Paz/intDocs_doc4a.pdf).

### **Outras referências**

*Visual Culture in Intercultural European Education – Projecto Visualising Europe*, consultado em [http://ve.esse.ipcb.pt/index.php?option=com\\_content&task=view&id=24](http://ve.esse.ipcb.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=24).

## A intervenção social com vista ao combate ao abandono escolar

*Ana Ribeiro Cruz\**

Quando recebemos o convite para participar neste seminário, pensei que poderia ser uma boa oportunidade para pararmos e pensarmos no trabalho que temos vindo a realizar diariamente. Cada vez mais se exige que os projetos de intervenção social estejam em constante avaliação, mas pouco se reflete sobre as causas que levam à necessidade da nossa existência. A intervenção social procura resultados e descobre rapidamente que tem pouco poder nas questões estruturais que afectam a maioria das populações com que intervimos e não há caso mais representativo que o da população cigana.

### 1 Dados estatísticos

Antes de abordar a questão educativa que me traz aqui, gostaria de relembrar o facto de estarmos perante uma realidade sobre a qual temos poucos dados estatísticos, algo que nos possibilite ter uma visão nacional da realidade desta população (quantos são, como vivem, etc.). Um dos motivos mais apontados para que isto aconteça é o facto da nossa constituição não permitir recolher dados sobre a população cigana. Mas é interessante verificar que na verdade existem vários registos informais: nos hospitais, onde as fichas dos utentes contém o campo «etnia»; nas escolas, onde há vários relatórios que referem as estatísticas referentes aos alunos ciganos; nas fichas de acolhimento da segurança social; nos registos habitacionais das câmaras ou de muitas empresas municipais; e possivelmente numa série de outros sítios, na sua maioria ligados a organismos públicos.

Apesar de não ter uma opinião formada porque infelizmente há uma total ausência de discussão pública sobre o tema, a verdade é que se existem registos, estes devem ser usados para obtermos um conhecimento mais aprofundado sobre a população cigana e não para usos que podem ser indevidos. Afinal, para que servem estes registos? É absolutamente necessário ter um conhecimento abrangente de forma a podermos definir metas e objectivos concretos de intervenção.

### 2 Respostas estruturais

Sou coordenadora do projeto Interligar que intervém desde 2007 no Bairro na Ameixoeira ao abrigo do Programa Escolhas e que tem como principais objeti-

---

\*Projecto Interligar, SOS Racismo.

vos o combate ao insucesso e abandono escolar. Trabalhamos maioritariamente com a população cigana e gostaria de deixar aqui algumas questões que me têm surgido que espero que contribuam para uma reflexão colectiva.

Faço parte de um dos muitos projetos de intervenção local que tem procurado intervir na questão do abandono escolar e que têm nos últimos anos aplicado várias medidas, metodologias e estratégias. Mas será que faz sentido este trabalho sem que sejam implementadas ao mesmo tempo medidas estruturais? Será que faz sentido falar em casos, em bairros, em situações-tipo, sem que haja uma reflexão séria sobre as questões estruturais? Será que faz sentido a tentativa de envolvimento dos próprios na reflexão e construção de um futuro, quando a sociedade portuguesa teima em não discutir o passado e as suas consequências? Será que essa falta de intervenção estrutural não é sinónimo de andarmos muitas vezes um passo para a frente e dois para trás?

### **3 A escola que temos**

Gostaria de começar por trazer para aqui a questão da escola. Parece-me indiscutível que a escola não é um espaço de conforto para a maioria dos ciganos e que isso deve-se não só a uma representação do que é a escola, mas também à realidade do que ela é. É fundamental pensarmos a escola que temos e que queremos, e apesar do cliché da frase, esta questão é mais premente que nunca.

Os números do abandono escolar dos ciganos não podem ser desligados de uma realidade mais alargada que é o abandono escolar na sociedade portuguesa, que é a falta de competências com que muitos saem, que é a barreira entre a escola e uma parte significativa da população que não se revê nela.

A escola é vista, não só pelos ciganos, como um sacrifício. A motivação da escola não pode ser apenas o «futuro», o projecto de vida que se ambiciona, mas infelizmente este é o único argumento que se usa para demonstrar a necessidade da mesma e para muitos isso tem pouco significado. Até porque muitas vezes a escola faz pouco sentido nos projetos de vida que cada um imagina e que não têm que necessariamente corresponder ao projeto de vida que são determinados por mim ou por alguém. Mas a escola deve ser mais do que isso, a escola deve promover a capacidade de imaginarmos, de refletirmos e de aprendermos. Como diz a Mirna Montenegro tem que existir «o prazer de lá estar», que só é possível mudando a escola que temos. Infelizmente pouco ou nada se tem avançado nesta direção em quase 40 anos de democracia.

E será que faz sentido apostar em projetos de intervenção social na área do abandono escolar ao mesmo tempo que se esvazia as escolas de profissionais não docentes? Quando se assiste a um aumento na sobrecarga de burocracias dos professores? Quando se aumenta o número de alunos por turma? Quando caminhamos em direção a uma ideologia que retira importância ao ensino das artes, da imaginação, da reflexão, da cidadania, etc., para reforçar a ideia de um ensino meramente factual, que se resume ao processo de decorar matéria? Quando cada vez mais ouvimos os responsáveis a defender o discurso do mérito,

de que o insucesso é exclusivamente fruto de quem não se esforça?

É cada vez mais frequente encontrarmos professores desanimados, onde o trabalho com os ciganos é encarado como uma sobrecarga. Não são poucas as vezes que o trabalho da nossa equipa consiste em relembrar professores que vale a pena investir nestes miúdos, que ser cigano não é sinal de um destino traçado geneticamente, e que apesar de ser mais fácil, temos que nos esforçar diariamente para nunca desistir de uma criança ou jovem. Mas isto não se deve só às medidas que antes referi mas também à falta de formação, à falta de instrumentos e metodologias que preparem os professores e outros profissionais para a capacidade de envolver todos dentro de um sistema educativo já por si extremamente fechado. É óbvio que muitas vezes conhecemos e admiramos o trabalho dos chamados «professores heróis», que têm um impacto importantíssimo na vida de muitas crianças e jovens. Mas muitas destas acções «heróicas» são feitas mediante grandes sacrifícios pessoais quando na verdade estas acções deveriam ser práticas diárias reconhecidas como sendo parte integrante do que significa ser um «educador». Não acredito que haja professores naturalmente destinados para as chamadas turmas «difíceis» (e esta questão da divisão das turmas seria todo um outro capítulo) nem que a formação para a diversidade seja uma necessidade de apenas alguns. Todos os professores devem ser preparados para a diversidade, para a capacidade de reflexão sobre a escola, para a capacidade de envolver as famílias. Para isso é necessário formação e instrumentos. E sobretudo a possibilidade de trabalhar com base em currículos que não sejam estruturados a partir de uma narrativa hegemónica, que tenham espaço para várias histórias, várias geografias, várias filosofias, várias culturas.

## **4 Mediadores sócio-culturais**

Mas a escola não são só professores e o papel dos não docentes numa verdadeira escola inclusiva é importantíssimo, como é o caso dos auxiliares, dos técnicos e dos mediadores.

A questão dos mediadores é central quando falamos sobre a população cigana. Há anos que andamos a falar de mediadores e há anos que se espera por um enquadramento legal da profissão que valorize e reconheça o importante trabalho dos mediadores ciganos. É também importante deixar de os encarar como os «bombeiros» das escolas, que resolvem tudo o que tenha a ver com ciganos, desde situações dentro da sala de aula, a conflitos ou situações que envolvam familiares, etc..

A mediação é um instrumento, um apoio à escola e não uma forma de resolver conflitos ou de facilitar o trabalho dos professores e funcionários. Para além das dificuldades em compreender a função de mediador, este é muitas vezes colocado sozinho e visto como um «representante dos ciganos» pela escola e visto pelos ciganos como um «representante da escola» quando na verdade o objectivo seria criar pontes e não substituir e tornar mais fácil a comunicação. O que tem vindo a acontecer, é que cada vez se naturaliza a falta de comunicação entre as partes, quando na verdade um mediador deve ser um apoio de

aproximação e não de substituição.

Mas para que haja uma definição clara do seu papel é absolutamente necessário que o seu estatuto profissional seja definido. Quantas escolas são obrigadas a recorrer a estratégias para poder ter mediadores? Ou quantas nem sequer percebem as mais valias de os contratar?

## **5 Estratégias da intervenção social**

Gostaria igualmente de abordar as estratégias na intervenção social que muitas vezes usamos para combater o absentismo e o abandono escolar, embora pense que só este tema daria uma intervenção por si só. Gostaria então de apenas lançar algumas questões para discussão porque há algumas estratégias—tipo que são partilhadas por muitos projectos e uma delas é o apelo ao uso dos subsídios sociais como mecanismo de «chantagem». Fala-se muito do papel do RSI no aumento do número de crianças ciganas nas escolas. Mas é uma estratégia com resultados? Faz algum sentido ter crianças na escola que só lá estão com medo das repercussões económicas? Acredita-se que basta que eles ponham os pés nas aulas para resolver a questão, será assim? Será que não devíamos privilegiar outro tipo de estratégias, principalmente as que assentem numa lógica de participação e de envolvimento dos próprios sujeitos?

## **6 Racismo**

Há contudo algo que considero transversal a todas as problemáticas relacionadas com a população cigana e penso que é nesta questão que falha fortemente a estratégia nacional de integração dos ciganos, que é a de não reconhecer a existência de um racismo fortemente vincado na sociedade portuguesa que tem graves consequências. Este racismo pode ser impeditivo de qualquer medida que se queira implementar. E aqui não posso deixar de aproveitar este espaço e lembrar o papel das universidades na formação de profissionais que são os alicerces das metas traçadas. O racismo é uma realidade que não sofreu alterações. Nos dez anos em que assisti ou dinamizei debates nas escolas de todo o país, uma coisa não mudou: a reacção negativa perante a palavra cigano. É urgente reconhecer o que é óbvio e assumir se queremos ou não implementar verdadeiras medidas de combate à discriminação. Sem elas, dificilmente atingirmos qualquer outro objectivo. Independentemente do nosso profissionalismo e competência somos todos fruto de uma sociedade nada preparada para a diferença e quer queiramos ou não isso condiciona a nossa prática profissional e o sucesso do que pretendemos atingir.

Os professores heróis que falei antes representam apenas o que devíamos ser todos, representam a capacidade de olhar para a sociedade como uma construção permanente em que todos temos responsabilidades. Mas a sociedade tem relações de poder que não podem deixar de ser reconhecidas porque na verdade muitos de nós aqui presentes temos mais responsabilidades e mais poder que a

maioria dos cidadãos. Porque temos o poder de mudar a vida de crianças e jovens, de transformar mentalidades, de dar oportunidades. Mas mais importante é termos o poder de dar voz, de não deixar que as medidas sejam pensadas e aplicadas de cima para baixo, de não deixar que a nossa visão se sobreponha à visão daqueles com quem trabalhamos.

# A Integração Social dos Ciganos através da Promoção Cultural e Artística – o projeto *RomaniArt in Europe*

*Sandra Sofia Brito da Silva\**

## 1 Enquadramento do Tema

Na Europa estima-se que os ciganos sejam mais de 10 milhões de pessoas, constituindo assim o maior grupo étnico minoritário do continente e um vasto mosaico étnico e cultural em cada um dos estados europeus. Mas quem são os ciganos europeus? Qual é a sua relevância política, económica e social? Que desafios se colocam à sua plena integração nos países onde vivem, seja temporária ou permanentemente?

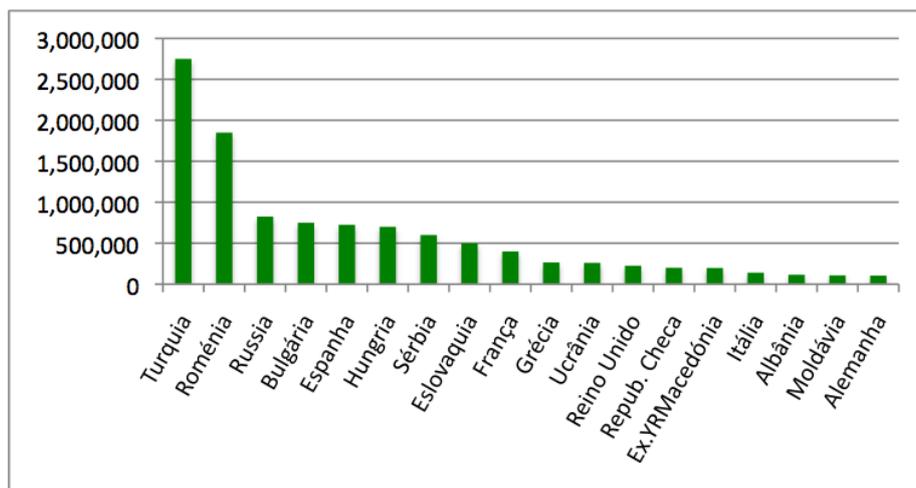
Originários do norte da Índia, os ciganos iniciaram o seu processo de dispersão geográfica por volta do ano 1000 D.C. por motivos ainda não claramente identificados. Por volta do século XV a diáspora cigana já estava presente em toda a Europa, principalmente nos países de leste do continente.

Segundo [Tanner \(2005\)](#) os ciganos eram conhecidos pelas suas aptidões nas seguintes áreas: música, artesanato, militares e até mesmo leitura da sina – este facto permitiu-lhes frequentemente ser alvo de atitudes de acolhimento e respeito, nas localidades por onde passavam ou se estabeleciam. No entanto, a cor da pele, a mobilidade permanente, as hierarquias próprias e rituais sagrados fizeram com que, ao longo da sua história, os ciganos enfrentassem igualmente inúmeras acusações de crime e delinquência, que levaram, muitas vezes, à expulsão da periferia das cidades que inicialmente os acolhia.

Por conseguinte, devemos começar a análise destas comunidades por salientar a grande heterogeneidade interna por debaixo desta designação abrangente «Ciganos». [Crepaldi et al. \(2008, p. 1\)](#) dizem-nos que por toda a Europa existem várias comunidades diferenciadas pelo modelo de fixação, cultura, religião, estatuto legal, língua e período migratório e que essas diferenças têm implicações fortes no seu estatuto, oportunidades e qualidade de vida, mas em particular no seu nível de integração na comunidade nacional mais vasta. Para além disso, muitas destas sub-comunidades sofrem dos mesmos problemas estruturais, nomeadamente: discriminação laboral, défice nos níveis de educação e formação, bem como segregação residencial.

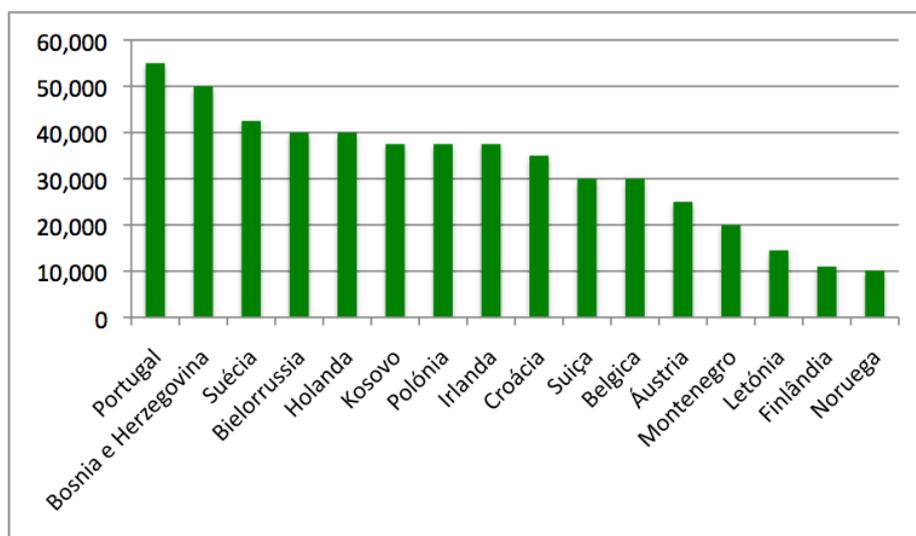
---

\* Técnica do Projeto *RomaniArt in Europe*, Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento, Idanha-a-Nova.



Fonte: Construído a partir de dados do Conselho da Europa, *Roma and Travellers Division*, 2010

Gráfico 1: Países com população cigana entre 100.000 e 3.000.000, no ano de 2010



Fonte: Construído a partir de dados do Conselho da Europa, *Roma and Travellers Division*, 2010

Gráfico 2: Países com população cigana entre 10.000 e 60.000, no ano de 2010

Os mesmos autores (Crepaldi et al., 2008, p. 2) afirmam que, de entre as mais de dezoito categorias que se podem identificar, o Conselho da Europa e a OCDE reconhecem cinco grupos principais, que podem ser posteriormente divididos em dois ou mais subgrupos, distinguidos pelas diferenças culturais, especialização ocupacional e/ou origem territorial. A existência de diferentes grupos é igualmente reconhecida pelos próprios ciganos, por vezes com base nas similaridades, outras nas diferentes tradições, culturas, línguas, etc..

Embora a designação *Roma* seja a mais comum na Europa, por ser usada pela população não-cigana ou pelos próprios ciganos quando se querem diferenciar da população não-cigana (que eles designam de *gadjé*), esta é uma categoria exógena às comunidades ciganas e inclui todos os grupos, não sendo por isso consensual, havendo mesmo alguns autores que distinguem *Roma*, *Sinti* e *Travellers* ou *Viajantes*. Outras designações exógenamente criadas e que normalmente estão associadas a representações negativas das comunidades ciganas são: *Gypsies*, *Tsigane* (França), *Cigano*, *Tzigane*, *Zingari* (Itália), *Gitano* (Espanha), *Cigano* (Portugal) e *Zigeuner* (Alemanha) (Council of Europe, 2006, p. 2-9).

Ainda em relação a este aspeto é de referir que não só as comunidades ciganas não partilham um mesmo território de origem, mas também não existe consenso quanto a aspetos básicos identitários e fundamentais para a coesão do grupo, em particular a existência comum de uma bandeira, hino, língua, etc., e até a própria designação do grupo não é consensual existindo, como vimos, praticamente designações diferenciadas de país para país. Esta realidade pode conduzir-nos a inúmeras questões em particular, sobre construção e representação identitária e nacionalismo/transnacionalismo, com reflexos evidentes na elaboração de políticas ajustadas.

Quadro 1 – Principais Comunidades Ciganas na Europa

Designação (Grupos)	Localização
Sinti	Regiões de Língua alemã – Alemanha, Suíça e Áustria; Norte de Itália; Alguns Países Escandinavos
Manouche	França e Bélgica
Polske	Polónia
Kaló	Espanha, Sul de França, Portugal e Finlândia
Romanichels or Gypsies	Reino Unido <i>A denominação Travellers é bastante utilizada referindo-se aos viajantes, sejam Roma, Sinti ou não ciganos («gens du voyage»), mas que partilham características, estilos de vida e estatuto social semelhante.</i>
Kalderash	Balcãs e Europa Central – Roménia
Erlides (Yerlii or Arlije)	Sudeste Europa – Grécia e Turquia
<i>Outros subgrupos importantes são: Machvaya (Machwaya), Lovari, Churari, Rudari, Boyash, Ludar, Luri, Xoraxai, Ungaritzá, Bashaldé, Ursari e Romungro.</i>	

Fonte: Construído a partir das informações apresentados em Crepaldi et al. (2008, p. 2).

Outro assunto que devemos ter em conta quando estudamos as comunidades ciganas é o seu estatuto socioeconómico e legal, bem como as políticas de

integração na Europa.

De acordo com um estudo realizado para o Banco Mundial, as políticas europeias para com as comunidades ciganas, quer lhes sejam especificamente direcionadas ou sejam integradas em políticas mais vastas, sempre visaram diminuir a visibilidade destes cidadãos e podem ser agrupadas em dois grupos: as que pretendem excluir as comunidades ciganas do resto da sociedade, através de expulsão ou guetização social e geográfica; e as que pretendem a assimilação total das comunidades ciganas na sociedade maioritária, através de medidas coercivas (Ringold, Mitchell e Wilkens, 2005, p. 13). Se as primeiras expressam abordagens políticas históricas, as segundas são mais recentes e espelham as tendências e influências que atualmente marcam o desenvolvimento das políticas europeias. No quadro seguinte encontra-se resumida a tipologia proposta por Ringold, Mitchell e Wilkens (2005, pp. 13-22).

Quadro 2 – Tipologia de Políticas Europeias para os Ciganos

	Coercivas	Baseadas em Direitos
Ciganos enquanto grupo desigual	Exclusão	Direitos das minorias
Ciganos enquanto membros da sociedade global	Assimilação	Integração

*Fonte: Traduzido de Ringold, Mitchell e Wilkens (2005, p. 14).*

Segundo os autores (Ringold, Mitchell e Wilkens, 2005, p. 14), esta tipologia retrata as diferentes formas como as sociedades nos diversos países europeus têm abordado as comunidades ciganas e reflete diferentes respostas para questões fundamentais que surgem em torno destes grupos, como por exemplo, se devemos olhar para as comunidades ciganas enquanto grupos desiguais ou como indivíduos pertencentes a uma sociedade global, independentemente das suas peculiaridades culturais; se devemos centrar-nos em medidas coercivas e de assimilação ou com respeito pelos direitos individuais e diferenças culturais e identitárias.

O relatório (Ringold, Mitchell e Wilkens, 2005, p. 192) conclui que, seja qual for a abordagem utilizada, para que as políticas sociais sejam efetivamente inclusivas devem superar-se divergências, tensões e conflitos e criar bases de entendimento e colaboração entre os diferentes atores sociais nacionais e internacionais: comunidades ciganas e não ciganas, ONGs, governos nacionais e autoridades locais. Em segundo lugar, as iniciativas devem ser diferenciadas, isto é, devem ser pensadas e adaptadas às realidades nacionais, bem como às circunstâncias e múltiplas necessidades das diversas comunidades ciganas. Por último, as políticas sociais direcionadas aos ciganos devem resultar do equilíbrio de três princípios:

- Aumentar as oportunidades económicas, facilitando e promovendo a sua inserção laboral, qualificando-os profissionalmente.

- Construir Capital Humano, melhorando os níveis de educação e saúde.
- Fortalecer o Capital Social e Desenvolvimento Comunitário, facilitando a participação cívica na esfera pública e política; incentivando iniciativas da sociedade civil.

No que respeita ao estatuto socioeconómico e legal das comunidades ciganas na Europa, o estudo de [Crepaldi et al. \(2008\)](#) informa-nos que no continente europeu o estatuto legal das minorias ciganas difere de país para país e de comunidade para comunidade e está relacionado não só com o período migratório dos grupos (pode ser longo ou curto; permanente ou temporário), mas também com o reconhecimento legal de minorias étnicas ou nacionais em cada um dos países (2008, p. 8). Os autores vão mais longe chegando a afirmar que, atualmente, uma grande maioria dos ciganos na Europa são nacionais de países pertencentes à comunidade europeia como por exemplo a Roménia, Bulgária e República Checa e por isso eles têm acesso aos mesmos direitos que o resto dos cidadãos nacionais, como por exemplo, o direito à livre circulação no Espaço *Schengen*. Não obstante, uma percentagem considerável de população cigana nos estados membros europeus não tem qualquer estatuto legal oficial, situação que influencia fortemente o acesso a direitos básicos como saúde, educação e assistência social, assim como dificulta o exercício de cidadania através de uma participação ativa na vida pública e política ([Crepaldi et al., 2008](#), p. 19).

Por fim, chamar a atenção para os desafios complexos e multifacetados que se colocam tanto às comunidades ciganas, como aos responsáveis políticos e que se prendem com duas situações principais:

- a generalizada e duradoura exclusão social destes grupos face ao emprego, educação, saúde e segurança social, com óbvias consequências pessoais, sociais, demográficas e económicas.
- a luta contra os estereótipos que resultam, frequentemente, de atitudes racistas e discriminatórias, sendo reproduzidas frequentemente nos *media*, e que impedem a comunicação e aproximação entre ciganos e não ciganos, agravando dessa forma a situação de isolamento e marginalização destes grupos.

## 2 Comunidades Ciganas em Portugal

A presença de comunidades ciganas em Portugal remonta ao século XV e foi sendo sustentada por sucessivos movimentos migratórios a partir da Estremadura espanhola e taxas de crescimento natural relativamente elevadas, ainda que em contínuo decréscimo.

Desde sempre, estas comunidades foram identificadas por uma origem, língua e cultura próprias. Os Ciganos são considerados – e eles próprios se consideram – uma minoria étnica composta, na sua maioria, por cidadãos portugueses.

Não obstante, e apesar de haver uma convivência de mais de 500 anos, ainda hoje se sabe muito pouco sobre estas comunidades: sabemos muito pouco sobre a sua dimensão, distribuição, características demográficas e sociais, assim como sobre a sua diversidade cultural e identitária; sabemos ou identificam-se, no entanto, situações de pobreza, exclusão e marginalidade que afetam uma parte significativa destas comunidades ([Assembleia da República, 2008](#), p. 1).

Ainda assim, não queremos deixar passar a oportunidade de apresentar alguma informação que foi possível recolher e que, de alguma forma, nos pareceu relevante e indicativa da situação que caracteriza as comunidades ciganas em Portugal.

- Em primeiro lugar dizer que é difícil contabilizar quantas pessoas da comunidade cigana vivem em Portugal. Segundo alguns estudos internacionais ([ERCI, 2002](#); [Machiels, 2002](#)) Portugal conta entre 50 000 e 100 000 ciganos espalhados por todo o país, mas esse número parece estar sobre representado, uma vez que em alguns estudos de âmbito nacional ([SOS Racismo, 2001](#); [Castro, 2007](#); [REAPN, 2007](#)) os números oscilam entre os 22 000 e os 35 000 indivíduos.
- Em segundo lugar, a distribuição espacial das comunidades pelo território nacional é heterogénea e diversificada, ainda que haja uma maior concentração das comunidades nas áreas urbanas do litoral do país, nomeadamente nos distritos de Setúbal, Lisboa, Porto e Faro. Mas se analisarmos o peso das comunidades ciganas no total da população residente, ou seja, o peso relativo das comunidades, surgem outras referências, estas mais no interior do país, como por exemplo, Portalegre, Bragança, Beja, Évora, Guarda e Castelo Branco ([SDONPC, 1997](#); [Castro, 2006](#)).
- Outro aspeto relevante diz respeito ao facto de, durante séculos, terem sido cometidas injustiças, promulgadas leis discriminatórias e promovidos comportamentos abusivos, marginais, não compreendidos, que vieram reforçar a situação de desigualdade, marginalização, isolamento, segregação, exclusão social de que estas comunidades sempre foram alvo. Muitas das dificuldades de acesso à habitação ou emprego, o deficiente acolhimento nos serviços públicos, a falta de conhecimento de traços culturais expressivos na educação e cultura, são evidência dessa convivência distanciada entre as comunidades cigana e não cigana e da existência de uma desconfiança mútua, decorrentes de ideias erradas e estereótipos que se foram desenvolvendo ao longo dos anos ([Mendes, 2005](#)). De facto, a relação entre ciganos e não ciganos é marcada, de ambos os lados, pela existência de percepções estereotipadas e diferenciadas que condicionam o modo de estar, o comportamento e as atitudes das duas comunidades ([Assembleia da República, 2008](#), p. 42).
- Um outro fator que tem marcado as comunidades ciganas ao longo da história é a pobreza. Mais, nos estudos sobre este assunto em Portugal,<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Cf. Coleção *Estudos* do Observatório da Imigração e Coleção *Olhares* do ACIDI, I.P..

é clara a diferença entre estas comunidades e outros grupos que também se encontram em situação de desvantagem, como por exemplo os imigrantes. Segundo o Relatório efetuado pela subcomissão para a Igualdade de Oportunidades e Família da [Assembleia da República](#), no âmbito do Ano Europeu para o Diálogo Intercultural (2008, p. 44), esta singularidade é acentuada devido a um conjunto de fatores, nomeadamente:

- A ausência de competências educativas;
- Os diferentes estilos de vida e isolamento em que muitas destas comunidades vivem;
- Fraca capacidade de autonomização;
- Desconhecimento de direitos e deveres.

Finalmente dizer ainda que, nos últimos anos, tem sido dedicada grande atenção às comunidades ciganas, tanto do ponto de vista social como político e têm sido implementadas várias medidas que tentam dar resposta às dificuldades/problemas vividos por estas comunidades. Em Portugal as intervenções junto das comunidades ciganas têm ocorrido em torno de quatro grandes grupos/áreas estratégicas – educação, habitação, trabalho e respeito pelo cumprimento de direitos básicos (diálogo intercultural, igualdade de género, acesso a serviços públicos, como serviços de saúde e justiça, entre outros) ([Assembleia da República, 2008](#), pp. 47–52). Não obstante, e apesar de estarem a ser desenvolvidos esforços no sentido de alterar a situação das comunidades ciganas em Portugal, não está a ser realizada uma necessária e urgente avaliação do processo de implementação e dos resultados obtidos através destas ações.

Relativamente ao nosso território de intervenção, importa começar por indicar alguns aspetos de caracterização do **concelho de Idanha-a-Nova**:

1. Pertence ao distrito de Castelo Branco; confina a norte com o concelho de Penamacor, a oeste com os concelhos do Fundão e Castelo Branco, a leste e a sul com Espanha (Extremadura, província de Cáceres).
2. Tem uma área de 1.416,3 Km, sendo o quarto concelho mais extenso do país (1.º Odemira com 1.719,7 Km, 2.º Alcácer do Sal com 1.455,9 Km, 3.º Castelo Branco com 1.440,10 Km).
3. Compreende dezassete freguesias com grande disparidade de dimensão: umas de grande extensão, como a freguesia do Rosmaninhal (266,60 Km) e outras freguesias de área muito reduzida, como Idanha-a-Velha (20,8 Km).



Figura 3 – Mapa do Concelho de Idanha-a-Nova

4. Com uma população de 9.716 habitantes em 2011, é um território rural, com problemas de ordem social comuns a outros concelhos de interior, isto é, população envelhecida, falta de mão-de-obra qualificada e escassez de infraestruturas capazes de contribuir para a fixação de população jovem.
5. É o terceiro concelho mais envelhecido do país, depois de Vila Velha de Ródão e Alcoutim, sendo que a percentagem de envelhecimento constante e média é de 40,76%, com um índice de envelhecimento de 453.

No que diz respeito às comunidades ciganas no território de intervenção do Projeto *RomaniArt in Europe*, segundo o estudo de Castro (2006) foram identificados cerca de 2000 ciganos a residir no distrito de Castelo Branco e num recenseamento da população cigana no concelho de Idanha-a-Nova feito em 2010, conclui-se que:

- 31% da população residente no concelho é de etnia cigana;
- Cerca de 90% das famílias vivem no concelho há mais de 15 anos, sendo os motivos apresentados por 94% da população o facto de terem aí nascido, casado ou por já lá terem família;
- Há uma grande concentração territorial da população, já que 66% vive apenas numa freguesia – Zebreira.

O mesmo estudo apresenta alguns dados demográficos e sociais interessantes sobre esta comunidade:

- É constituída por uma população jovem, com uma idade média nos agregados familiares de 24 anos, sendo este composto, em média, por 4 pessoas;
- No que diz respeito à escolaridade, 46% não têm quaisquer habilitações, o que se repercute ao nível do emprego e das baixas expectativas profissionais. Ainda que os filhos sejam em média mais qualificados que os pais, a grande maioria abandona a escola assim que completa o 4º ou 6º ano de escolaridade;
- Relativamente à situação profissional, a taxa de desemprego cifra-se nos 60%, 22% são estudantes e 8% são feirantes, a restante população distribui-se em pequenas percentagens pelo trabalho agrícola, pensionistas ou reformados, domésticas e trabalhadores por conta de outrem e 23% são beneficiários do Rendimento Social de Inserção.
- Em relação à habitação, 75% vivem em casas e 23% em barracas, na maioria dos casos as famílias vivem em casa própria (83%), mas também há uma grande percentagem que vive em casas cedidas (21%) e uma minoria que vive em casas arrendadas (11%). Ainda sobre este aspeto os dados mostram haver deficiências a assinalar nas condições das casas ao nível de infraestruturas básicas como água quente, saneamento, etc..

Estes resultados para a comunidade cigana a viver no concelho de Idanha-a-Nova vão também ao encontro do que sabemos acerca deste grupo étnico português:

- A grande maioria da comunidade cigana é sedentária, nos dias de hoje, e o número da população itinerante está a diminuir constantemente. Alguns ciganos levam uma vida semi-nómada e deslocam-se principalmente durante os meses de verão.
- No que diz respeito a valores e tradições, a organização familiar assenta na família alargada, ainda que o número de filhos por casal tenha vindo a diminuir ao longo do tempo, seguindo os mesmos padrões demográficos da sociedade não cigana.
- As comunidades têm uma memória coletiva bastante forte, regem-se por critérios de sociabilidade específicos e tem as suas próprias leis, aplicadas por «tribunal interno» (apesar de não se conhecer nenhum código sobre a lei cigana).
- As comunidades procuram constantemente conciliar passado e modernidade no sentido de preservar a identidade cultural e coletiva junto das gerações mais novas.
- Existe um respeito imperativo pela família, pela criança e pelos mais velhos da comunidade; o casamento segundo a tradição, a virgindade da mulher e a autoridade masculina são também aspetos culturais ainda bastante enraizados nas tradições destas comunidades.
- Quer na Europa, quer em Portugal, os cidadãos pertencentes a estas comunidades são objeto de uma discriminação consolidada no tempo, quotidiana e institucional, que se traduz numa perpetuação de preconceitos e fechamento das comunidades sobre si próprias, numa cultura de resistência e auto-preservação.

### 3 O Projeto Transnacional *RomaniArt in Europe – Roma Art and Culture in Europe*

#### 3.1 Financiamento



Direção-Geral de Educação e Cultura da  
Comissão Europeia – Programa da Cultura

Medida 1.2.1 da E.A.C.E.A. – Agência Executiva  
para a Educação, Cultura e Audiovisuais

Figura 4 – Fontes de Financiamento do Projeto

### 3.2 Duração

24 Meses (Setembro 2009 a Agosto 2011).

### 3.3 Parceiros



Institución Cultural "El Brocense", Cáceres (Espanha)  
[www.brocense.com](http://www.brocense.com)



Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento,  
Idanha-a-Nova (Portugal)  
[www.cmcd.pt](http://www.cmcd.pt)



Information, Consultancy and Promotion of Roma Centre  
Association, Tulcea (Roménia)

Figura 5 – Parceiros do Projeto

### 3.4 Objetivos

- Aprofundar, divulgar e promover o conhecimento sobre a capacidade artística e cultural das comunidades ciganas, em todas as suas vertentes territoriais e enquanto mais-valia cultural para a Europa.
- Divulgar e promover diferentes expressões culturais e artísticas das comunidades ciganas na Europa: música, dança, teatro, cinema, artes visuais e aplicadas, literatura, património, museus e arquivos, entre outras.
- Identificar oportunidades para artistas à procura de editores, produtores discográficos, galerias de arte, teatros e salas de concerto.
- Divulgar atividades onde as comunidades ciganas poderão ter alguma participação, nomeadamente concertos, concursos literários, exposições, prémios, festivais de teatro, música e dança, etc.
- Contribuir para a integração social das comunidades ciganas em cada país.
- Promover o diálogo intercultural e a coesão social.

### 3.5 Público–Alvo

- Comunidade em Geral | Comunidades Ciganas | Agentes Culturais

### 3.6 Atividades

O programa de trabalhos incluiu as seguintes atividades:

- Criação e desenvolvimento de uma plataforma *web* sobre cultura e as artes ciganas na Europa que funciona como uma base de dados sobre a cultura, as artes e os eventos associados ou de interesse para as comunidades ciganas e serve de estrutura para a promoção dos artistas ciganos. O *website* é bilingue – inglês/espanhol – e pode ser visitado em <http://www.romaniart.eu/>.
- Organização de três seminários de alto nível sobre a temática em Portugal, Espanha e Roménia.
- Realização de campanhas nos *media* com elaboração e distribuição de materiais promocionais e de informação.
- Pesquisa e recolha de dados e documentos sobre cultura e arte das pessoas de origem cigana na Europa.
- Gestão do Projeto, elaboração de relatórios e realização de avaliações.



Figura 6 – DVD *RomaniArt in Europe*

Com o objetivo de reunir e divulgar de forma mais eficiente as diversas atividades desenvolvidas ao longo dos dois anos de projeto, nos três territórios onde

este foi implementado decidiu-se criar um DVD intitulado *RomaniArt in Europe – Diversidade Cultural: Arte e Cultura Cigana na Europa*, onde se poderão encontrar alguns dos resultados alcançados, apresentados em formato vídeo ou imagem. Estes produtos estão organizados segundo o país onde as atividades tiveram lugar e por tipo ação desenvolvida.

De entre as atividades realizadas gostaríamos de destacar as seguintes:

### 3.6.1 Conferência em Idanha-a-Nova | 21 e 22 outubro 2010

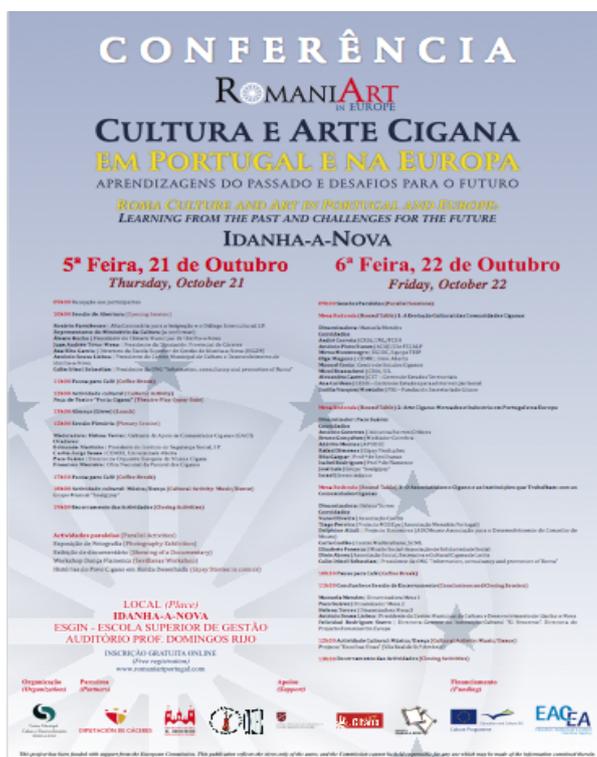


Figura 7 – Poster da Conferência, Idanha-a-Nova

#### «Cultura e Arte Cigana em Portugal e na Europa: Aprendizagens do passado e desafios para o futuro»

A conferência teve lugar em Idanha-a-Nova, na Escola Superior de Gestão, e procurou abranger um leque bastante amplo de aspetos relacionados com a cultura e artes das comunidades ciganas em Portugal e na Europa. A atividade começou com uma sessão de abertura que contou com a presença de entidades políticas, locais e nacionais, bem como os parceiros do projeto; e que pretendeu fazer um enquadramento histórico, social, demográfico e cultural das comunidades ciganas na Europa e em particular em Portugal. A esta seguiu-se a sessão plenária com uma lista diversificada de oradores da área política, terceiro setor

e academia que discutiram os principais desafios que se colocam às comunidades ciganas na atualidade e o impacto das diversas políticas na vida e cultura das comunidades ciganas. No segundo dia do evento tiveram lugar três *workshops* em simultâneo que abordaram temas como A Evolução Cultural das Comunidades Ciganas; Arte Cigana: Mercados e Indústria em Portugal e na Europa; O Associativismo Cigano e as instituições que trabalham com as comunidades; contribuíram para a reflexão sobre os dilemas, dificuldades e estratégias de intervenção junto das comunidades ciganas. Paralelamente, decorreram duas exposições fotográficas de comunidades ciganas, uma de Idanha-a-Nova e outra de Cáceres e uma exposição de artesanato cigano. Para além destas atividades houve ainda lugar à apresentação da peça de teatro «Porta Cigana», à atuação do grupo de música popular cigana *SoulGipsy* e ao desempenho de um espetáculo de danças sevilhanas e flamenco por parte de um grupo intercultural de jovens do projeto «Escolhas Vivas», do Programa Escolhas.

### 3.6.2 Mostra de Cultura Cigana, Abrantes | 9 abril 2011

#### DJELEM DJELEM

Logo: PALHA

www.espalhafitas.org / espalhafitas@gmail.com

**DJELEM DJELEM**  
Mostra da Cultura Cigana  
Abrantes

**6-9 ABRIL 2011**  
CINE-TEATRO S. PEDRO  
ENCANTOS - HISTÓRIAS DOS CIGANOS ENTRE NÓS  
EXPOSIÇÃO DE FOTOGRAFIA E OLGA RAMOS

**6 ABRIL 21H30**  
CIGANOS  
NINGUEM É PERFETO

**7 ABRIL 21H30**  
LATCHO DROM  
YARAF - TRÊS CONTOS E UMA BALADA

**8 ABRIL 21H00**  
GRUPO FLAMENCO

**8 ABRIL 21H30**  
PORTA CIGANA

**8 ABRIL 21H30**  
CONCERTO DO GRUPO SOUL GIPSY

**9 ABRIL 21H30**  
MUSICA INSTRUMENTAL ESPRIGARTE  
MIRANDELA  
MESTRE ESPRIGARTE  
ANA MONTAR  
SALVANDA SERRA  
FRANCIS PINTO  
MIGUEL DE TENDRIL

**8 ABRIL 22H30**  
ENCONTRO E CONVERSA  
FELICIDADE BRONKHORST E ANTONIO LOJA NEVES JORNALISTA  
MIRIAM MONTENEGRO  
GRUPO DE PROJECTO ESCOLA E PROFESSORES  
GRUPO DE PROJECTO ESCOLA E PROFESSORES  
BRUNO GONÇALVES  
GRUPO DE PROJECTO ESCOLA E PROFESSORES  
BRUNO GONÇALVES  
GRUPO DE PROJECTO ESCOLA E PROFESSORES  
BRUNO GONÇALVES

**ESCOLA SECUNDARIA DR. MANUEL FERNANDES**  
8 ABRIL 10H30  
LATCHO DROM  
GRUPO FLAMENCO  
ROMEU E JULIETA  
PROPRIEDADE  
GRUPO DE PROJECTO ESCOLA E PROFESSORES  
BRUNO GONÇALVES  
BRUNO GONÇALVES

**8 ABRIL 14H00**  
WORKSHOP DE DANÇA  
COM A PROFESSORA GRACIA TAVES  
MARCIA A. ESTRELA  
MARCIA A. ESTRELA

**ESCOLA EBI DO ROSSIO**  
8 ABRIL 14H00  
APRESENTAÇÃO DO LIVRO O CIGANINHO CHICO  
GRUPO FLAMENCO  
GRUPO FLAMENCO

**ESCOLA SECUNDARIA DR. SOLANO DE ABRU**  
7 ABRIL 10H30-11H30 / 10H00-11H00  
ROMEU E JULIETA  
PROPRIEDADE  
GRUPO FLAMENCO

**ESCOLA EBI DA CHAINÇA**  
8 ABRIL 11H00  
APRESENTAÇÃO DO LIVRO O CIGANINHO CHICO  
GRUPO FLAMENCO  
GRUPO FLAMENCO

Figura 8 – Programa da Mostra Cultural, Abrantes

Esta atividade foi organizada pela Associação Palha de Abrantes e surge no seguimento das conclusões da conferência organizada pelo Projeto *RomaniArt in Europe*, em outubro de 2010.

Durante esta semana de celebração da cultura cigana foram desenvolvidas várias atividades, a destacar: a apresentação do livro «*O Ciganinho Chico*» de Bruno Gonçalves; a exibição em várias escolas e no Cine-Teatro S. Pedro, das curtas-metragens «*Romeu e Julieta*» e «*Propriedade*», ambos de Marco Mar-

tins e Filipa César; o filme «*Latcho Drom*», de Tony Gatliff; os filmes/documentários «*Ciganos*», de João Abel Aboim e «*Ninguém é perfeito*», de Luciana Fina e Olga Ramos; e uma instalação vídeo do documentário «*Encontros – histórias dos ciganos entre nós*» de Luciana Fina e Olga Ramos, bem como uma exposição fotográfica com base nesse trabalho.



Figura 9 – Concerto de Música Clássica Cigana e Dança Flamenca

Também é de referir que no âmbito desta iniciativa e como resultado da parceria entre o Centro Municipal Cultura e Desenvolvimento de Idanha-a-Nova e a Associação Palha de Abrantes, realizou-se um concerto de Música clássica de inspiração cigana que teve lugar no dia 9 de abril, no Cine-Teatro S. Pedro, em Abrantes. Este concerto foi apresentado pela Orquestra Sinfónica ESPRO-ARTE de Mirandela, sob orientação especial do maestro espanhol Paco Suarez. Para além disso, nessa noite atuaram ainda o grupo *SoulGipsy* e os solistas Ana Montañó, Ostalinda Suarez, Pakito Suarez, Jesus Ortega, Francis Pinto e Miguel de Tena.

### 3.6.3 Conferência em Cáceres | 23-25 fevereiro 2011

#### «1er Seminário Internacional de Arte y Cultura Romaní en Europa»

Esta conferência teve por objetivo criar um melhor conhecimento da cultura cigana na Europa, possibilitando a sua aprendizagem e disseminação. Ajudou também a identificar as políticas que funcionam na promoção da cultura e arte das comunidades ciganas, bem como a sua crescente importância na área do turismo cultural. O programa incluiu uma sessão inicial que introduziu os temas e conceitos em discussão, bem como permitiu a troca de várias experiências internacionais, com apresentação das políticas e programas existentes, possibilitando um maior conhecimento dos atuais contextos em que as comunidades



Figura 10 – Programa da Conferência, Cáceres

ciganas vivem e identificar prioridades para o futuro. Durante os três dias do Seminário foram realizadas seis sessões de apresentação e discussão temática: as organizações ciganas espanholas e o seu trabalho sobre cultura e arte cigana; a cultura cigana através da sua história desde a Índia até à Europa; os museus etnográficos; o flamenco como património cultural imaterial da humanidade; os festivais ciganos; a música popular cigana e a sua influência nas músicas da Europa.

Durante o evento decorreram três exposições, uma de fotografia intitulada «*Conversaciones*», do departamento de imagem da Câmara Municipal de Cáceres; uma de pintura, por Gabi Jiménez; e outra bibliográfica, incluindo alguns livros sobre a obra de Antonio Mairena. Houve ainda lugar para a representação teatral da peça de Federico Garcia Lorca «*La Casa de Bernarda Alba*», à apresentação do livro «*La Casa donde se esconde el Sol*», de Enrique del Olmo, ao desempenho do guitarrista de flamenco Javier Conde e à atuação do cantor Miguel Ortega e da interprete La Kaíta.

### 3.6.4 Curso de Formação | 10-13 maio 2011

#### «Curso de Difusión del Arte y la Cultura Romaní a través de los Medios de Comunicación»

O objetivo desta atividade foi a aquisição de conhecimentos sobre a promoção e difusão da arte e cultura cigana através dos meios de comunicação. Os destinatários foram principalmente mediadores socioculturais e trabalhadores que tenham uma relação próxima de trabalho com a comunidade cigana, no campo da arte e da cultura. Os vários *workshops* abordaram temas tão diversos como a história, idioma, tradições e costumes do povo cigano; bem como, teatro, literatura, música clássica e atual e ainda a televisão, imprensa, o rádio e a *web*.

**CURSO DE DIFUSIÓN DEL ARTE Y LA CULTURA ROMANÍ A TRAVÉS DE LOS MEDIOS DE COMUNICACIÓN.**

Cóceres, del 10 al 13 de mayo de 2011.

**Objetivo:**  
Adquirir conocimientos sobre promoción y difusión del arte y la cultura romaní a través de los medios de comunicación.

**Destinatarios:**  
Principalmente está enfocado a Mediadores culturales, y trabajadores que tengan relación con la comunidad romaní, en el campo del arte y la cultura.

**Lugar de celebración:**  
Complejo Cultural San Francisco, Avenida Ronda San Francisco, s/n, Sala Europa y Sala de Lectura.

**FUNDAMENTACIÓN**  
Adquirir métodos de promoción cultural para los operadores culturales es una herramienta esencial en el desarrollo del trabajo en este área. Recibir un programa de formación sobre promoción cultural, especialmente aplicado a la cultura y arte romaní es muy enriquecedor y útil para la carrera profesional de los operadores y ayudará a promover correctamente la cultura y expresiones artísticas romaní en el ámbito de su trabajo.

El proyecto "Diversidad Cultural: El Arte y la Cultura Romaní en Europa", "RomaniArt", ha sido diseñado para cumplir una serie de objetivos entre los que se encuentra la promoción del diálogo intercultural y el fomento de la integración de la cultura romaní en los escenarios de la cultura europea, conocimientos de difusión, promoción cultural y obras artísticas y artistas.

El diálogo intercultural entre los operadores culturales participantes es innovador y promete un acceso nuevo y participativo entre las instituciones culturales, que tendrán la posibilidad de utilizar los contactos y la adquirir información fidedigna sobre los artistas, actividades culturales y el trabajo de otros promotores culturales, a través de las herramientas existentes, como la base de datos europea, y nuevas herramientas de promoción para el arte y cultura romaní. [www.romaniart.eu](http://www.romaniart.eu).

Los operadores culturales serán entrenados y preparados con las mejores metodologías sobre promoción cultural y su entrenamiento teórico y práctico se aplicará en especial sobre la cultura romaní. El taller de trabajo organizado intenta alcanzar la mayoría de campos culturales y artísticos, y se contará con los mejores expertos y representantes con el fin de garantizar alto nivel formativo.

**PROGRAMA Y CALENDARIO**

La responsabilidad del curso y su desarrollo como curso a cargo de un responsable del Proyecto RomaniArt es la de la Asociación Promotora del Teatro y de la Interculturalidad Cultural (APITIC).

Horario	VIERNES	JUEVES	MÉRCOLES	MARTES	VIERNES
9:00/11:00	Historias / Tradiciones / Costumbres / Idioma Romaní	La Radio	La Radio	Historia / Tradiciones / Costumbres / Idioma Romaní	Historias / Tradiciones / Costumbres / Idioma Romaní
11:00/12:30	Teatro	Teatro	Teatro	Teatro	Teatro
12:30/14:00	La Web	La Web	La Web	La Web	La Web
14:00/15:30	Música clásica	Música clásica	Música clásica	Música clásica	Música clásica
15:30/17:00	Música clásica	Música clásica	Música clásica	Música clásica	Música clásica
17:00/18:30	Música clásica	Música clásica	Música clásica	Música clásica	Música clásica

**Entidades colaboradoras:**  
 D. Aitor Goveas (Historia, Tradiciones, Costumbres, Idioma Romaní)  
 D. Miguel Ángel Páez (Teatro)  
 D. Jorge Álvarez (Lengua)  
 M.ª Inés Latorre (Arte y Web)

**Expertos:**  
 D. Aitor Salazar (Música Clásica)  
 D. Joaquín López Balcázar (Música Clásica)  
 D. Carlos Sáez (Música Clásica)  
 D. Diego Fernández (Radio y Web)

Figura 11 – Programa do Curso de Formação

Tendo presente o enquadramento que acabei de fazer, parecem ser evidentes os desafios que se colocam à implementação de um projeto como o *RomaniArt in Europe – Roma Art and Culture in Europe*. Não obstante, foi com todo o gosto que o Centro Municipal Cultura e Desenvolvimento de Idanha-a-Nova (CMCD),<sup>2</sup> enquanto associação sem fins lucrativos que tem por objectivo a promoção e o desenvolvimento integrado do município de Idanha-a-Nova, nas suas vertentes económica, social e cultural, foi parceiro neste projeto e decidiu embarcar nesta aventura.

Tendo constantemente presente a sua responsabilidade para com as pessoas, para com os cidadãos, todos os cidadãos presentes no território de intervenção, o CMCD está empenhado em estimular o diálogo intercultural, o desenvolvimento cultural dos cidadãos, a promoção de uma sociedade e de um território mais coesos.

No CMCD e através do Projeto *RomaniArt in Europe* pretendeu-se não só aprofundar, divulgar e promover o conhecimento sobre a capacidade artística e cultural das comunidades ciganas, mas também fazer o levantamento efetivo da situação cultural, das expressões artísticas e oportunidades de negócio de e para as comunidades ciganas em Portugal. Para além disso, procurou-se:

<sup>2</sup> Fundado em 1992 para dar resposta às necessidades da população e do território de Idanha-a-Nova, o CMCD procura promover o desenvolvimento da formação e a qualificação da população; desenvolver o empreendedorismo, qualificando os empreendedores e os seus contextos; dinamizar a cidadania, a coesão social e a igualdade de oportunidades, garantindo condições de vida dignas para todos.

1) Conjugar as atividades desenvolvidas no âmbito do projeto com outras atividades de intervenção junto das comunidades ciganas, nomeadamente o Projeto-Piloto Mediadores Municipais.

2) Facilitar o estabelecimento de relações de confiança entre as comunidades ciganas e não ciganas, entre as instituições representativas das comunidades e as instituições governamentais.

3) Estabelecer os alicerces para que surjam parcerias – locais, nacionais e internacionais – capazes de continuar o trabalho iniciado com o projeto muito para além do seu término.

Acredita-se que é necessário um novo olhar sobre as comunidades ciganas. Decisores políticos, técnicos e investigadores têm de parar de olhar para estes cidadãos de forma paternalista, vendo-os apenas um grupo de pessoas económica e socialmente desfavorecidas; têm de adotar-se abordagens que aproximem ciganos e não ciganos, que permitam realçar os aspetos comuns e promovam o respeito pela diferença, numa base de responsabilidade e cumprimento de direitos e deveres, que criem oportunidades, que fomentem a igualdade e estimulem a adoção de novos comportamentos e atitudes.

O Projeto *RomaniArt in Europe* tem esse carácter inovador, trazendo uma abordagem necessária e urgente no que diz respeito às comunidades ciganas e constituiu, sem dúvida, um contributo importante para a concretização dos ideais defendidos pela instituição.

## Recomendações do projeto

A intervenção junto das comunidades ciganas constitui um desafio imenso para todos os intervenientes, sejam eles os próprios ciganos, a comunidade não cigana, os técnicos, as instituições locais e nacionais, intervenientes públicos ou privados.

Um dos desafios mais marcantes quando se quer estudar ou saber mais sobre as comunidades ciganas na Europa é o facto de a informação disponível sobre estas comunidades ser limitada, imprecisa, estar dispersa em vários registos e as metodologias de recolha de dados ser tão diversa que dificilmente se podem fazer comparações ou análises sistemáticas, principalmente em domínios essenciais de caracterização, que nos dêem indicadores sociodemográficos, políticos e económicos. Esta situação deve-se, em grande medida, ao facto de em muitos países o registo étnico ser proibido e em outros as estatísticas oficiais não conterem informação sobre etnicidade ou autoidentificação;<sup>3</sup> e à ideia generalizada, entre os ciganos e outras minorias étnicas, que as estatísticas de base étnica possam ser mal usadas ou interpretadas e contribuir para um acentuar de estereótipos e atitudes discriminatórias. Em Portugal, acresce que para além da ausência de estudos, também existe muito pouca informação estatística e documental atualizada.

---

<sup>3</sup> Cf. Diretiva Comunitária 95/46/EC sobre proteção de dados.

Portanto, uma das recomendações mais relevantes do projeto é a necessidade de se fazer um levantamento exaustivo e sistemático sobre as comunidades ciganas a viver nos vários países europeus, nomeadamente em Portugal. Este estudo iria reunir informação que permitiria simultaneamente:

1. Adquirir um conhecimento mais aprofundado acerca destes cidadãos, de forma a promover o diálogo intercultural, combater estereótipos e preconceitos, e evitar situações de vulnerabilidade e discriminação.
2. Habilitar os decisores políticos com elementos necessários à formulação de eventuais iniciativas legislativas e políticas, promotoras de uma maior inclusão destas comunidades na vida económica, social e política dos países.

Todos reconhecemos que é necessário um enquadramento institucional com uma visão de conjunto, perspectivada num quadro legislativo e político que inclua medidas concretas de cumprimento de direitos e deveres, com respeito pelas liberdades individuais e de grupo, da dignidade humana, da universalidade e da igualdade perante a lei. Este enquadramento deve ser alicerçado num conjunto de ações articuladas que conjuguem estudo/investigação, com intervenção estratégica, sustentada num trabalho em rede e em parceria, independente de boas vontades e temporalidades políticas.

Sabemos que as mudanças são de longo prazo e portanto a intervenção também o tem que ser. Assim, as ações devem ser suficientemente duradouras de forma a permitirem a estabilização das soluções e dos comportamentos; os modelos devem ser contextualizados, experimentados, acompanhados e avaliados.

Também sabemos que o trabalho a desenvolver com estas comunidades deve assentar sempre numa base de confiança mútua e contar com o obrigatório envolvimento dos destinatários, no seu conjunto. Seja qual for a fórmula política/administrativa que venha a ser adotada, deve consagrar formas de audição e participação das comunidades ciganas, no que lhes diz respeito. Neste contexto é extremamente relevante que as comunidades escolham os seus interlocutores, sem paternalismos nem condescendências, e para isso deve apostar-se na capacitação das comunidades para que estas possam desenvolver lideranças e formas de participação ou intervenção ativa, seja pelo desenvolvimento do associativismo, seja através de mediadores sócio-culturais ou de outras formas.

No que diz respeito às artes e cultura, a recomendação vai no sentido de criar e dinamizar um centro de promoção cultural e artística das comunidades ciganas, recorrendo a parcerias internacionais. Este centro deverá ser capaz de criar autoestima, soluções profissionais e preservar a cultura de um povo milenar que muitas histórias terá para contar.

## Referências

- Assembleia da República (2008), *Relatório das audições efectuadas sobre Portugueses Ciganos no âmbito do Ano Europeu para o Diálogo Intercultural*, Lisboa. Disponível *on-line* em: <http://www.ciga-nos.pt/UserFiles/Files/0eb9533e-076d-4aaf-bbbe-fca3e6fee013.pdf> .
- Castro, A., (2006), «Ciganos, Territórios e Itinerância. Análise de um questionário enviado aos postos da Guarda Nacional Republicana» in *Relatório do Projecto «Ciganos e territórios: mobilidade e sedentarização no contexto urbano português»*, Lisboa: CET, Mimeo.
- Castro, A., (2007), «Dos contextos locais à invisibilização política. Discussão em torno dos ciclos de exclusão habitacional dos ciganos em Portugal» in *Cidades, Comunidades e Territórios*, 15. Disponível *on-line* em: <http://cidades.dinamiacet.iscte-iul.pt/index.php/CCT/article/view/78> .
- Council of Europe (2006), *Roma and Travellers Glossary*. Disponível *on-line* em: <http://www.osce.org/odihr/27334>.
- Crepaldi, C. et al. (Coord.), (2008), *The social situation of the Roma and their improved access to the labour market in the EU*, Brussels: European Parliament – Policy Department, Economic and Scientific Policy. Disponível *on-line* em: <http://www.europarl.europa.eu/document/activities/cont/201107/20110718ATT24290/20110718ATT24290EN.pdf>.
- ERCI (2002), *Relatório da Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância - Segundo Relatório sobre Portugal*, Estrasburgo: European Commission Against Racisms and Intolerance. Disponível *on-line* em: <http://www.coe.int/t/dghl/monitoring/ecri/country-by-country/portugal/PRT-CbC-II-2002-033-PRT.pdf>.
- Hübschmannova, M., (2003), *Roma-Sub Ethnic Groups*, Praga: ROMBASE. Disponível *on-line* em: <http://romani.uni-graz.at/rombase/cd/data/ethn/topics/data/names-pr.en.pdf> .
- Machiels, T., (2002), *Garder la distance ou saisir les chances. Roms et gens du voyage en Europe occidentale*, Bruxelas: Réseau Européen Contre le Racisme. Disponível *on-line* em: [http://cms.horus.be/files/99935/MediaArchive/pdf/roma\\_fr.pdf](http://cms.horus.be/files/99935/MediaArchive/pdf/roma_fr.pdf).
- Mendes, M., (2005), *Nós, os Ciganos e os Outros: Etnicidade e Exclusão Social*, Lisboa: Livros Horizonte.
- REAPN (2007), *Guia para a Intervenção com a Comunidade Cigana nos Serviços de Saúde*, Madrid: Fundacion Secretariado Gitano.
- Ringold, D., Mitchell, A. e Wilkens, E. (2005), *Roma in an expanding Europe: breaking the poverty cycle*, Washington, DC: The World Bank. Disponível *on-line* em: [http://siteresources.worldbank.org/EXTROMA/Resources/roma\\_in\\_expanding\\_europe.pdf](http://siteresources.worldbank.org/EXTROMA/Resources/roma_in_expanding_europe.pdf).

Secretariado Diocesano da Obra Nacional para a Pastoral dos Ciganos, SDONPC (1997), *Comunidade Cigana na Diocese de Lisboa*, Lisboa: Imprensa Municipal Câmara Municipal de Lisboa.

SOS Racismo (2001), *Ciganos, Números, Abordagens e Realidades*, Lisboa: SOS Racismo.

Tanner, A., (2005), «The Roma of Eastern Europe: Still Searching for Inclusion», in *Migration Information Source*, Washington, DC: Migration Policy Institute. Disponível *on-line* em: <http://www.migrationinformation.org/Feature/display.cfm?ID=308>.

## **Dossiê 2**

# **Práticas de mediação sócio cultural e de outras práticas profissionais**

## Discriminação da Comunidade Cigana

*José Falcão\**

### **Algumas notas sobre a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC)**

Antes de abordar com algum detalhe o documento, convém contextualizar e lembrar que esta estratégia surge no âmbito europeu tal como foi o caso dos programas que dizem respeito às comunidades imigrantes. Ao contrário do que pretende a propaganda fácil, infelizmente, esta iniciativa surge tarde e emana de instruções europeias no rescaldo da ciganofobia crescente na Europa. A política persecutória de muitos países europeus face à comunidade cigana, encabeçada pela França e Itália nos últimos anos, que tem dado lugar ao ressurgimento de milícias de extrema-direita no Leste da Europa, bem como campos de trabalhos forçados, que são na realidade, o pano de fundo em que se desenrolam as tímidas respostas políticas agora ensaiadas.

Do ponto de vista da metodologia tanto como da substância, este documento encerra uma contradição em si mesmo e uma não estratégia ao pretender responder a problemas cujos diagnósticos se propõe elaborar *a posteriori*, num estudo no âmbito da mesma estratégia. Parece evidente a contradição entre a vontade de responder aos problemas enfrentados pelas comunidades ciganas e a ausência de dados suficientes para pôr em prática tais respostas.

O Estado pretende implementar uma Estratégia Nacional de Integração das Comunidades Ciganas com base num diagnóstico empírico sem antes dispor do conhecimento integral das dificuldades sentidas pelas comunidades, que seria a ferramenta principal para a elaboração de qualquer política séria nesta matéria. Talvez esta incongruência metodológica e substantiva explique por um lado a ausência de políticas públicas face aos problemas que as comunidades portuguesas ciganas enfrentam e, por outro, a indefinição da estratégia como instrumento de resposta política à escala nacional e se resume a um repescar de experiências e dados localizados em intervenções municipais ou associativas.

Ou se trata de uma Estratégia Nacional e como tal projecta soluções de âmbito nacional a serem assimiladas e concretizadas a nível local consoante a realidade de cada município, ou então estamos perante um conjunto de boas intenções que irão depender da boa vontade, da capacidade e/ou competência de cada instituição sem nenhum fio condutor, cujos objectivos e metas seriam

---

\*SOS Racismo.

claramente definidos e assumidos como sendo uma prioridade política a pôr efectivamente em prática.

Um outro aspecto bastante revelador da pouca ambição desta estratégia é o lugar reservado ao racismo contra os ciganos e os instrumentos a implementar para lutar contra o mesmo. De uma forma eufemística, fala-se em discriminação e de medidas transversais para a combater. Mas a verdade é que dentro da estratégia apresentada, a problemática do racismo não só ocupa um lugar muito pouco invejável como não constitui uma das ferramentas mais determinantes para a estratégia a implementar. Aliás, a secundarização do racismo está também patente nos próprios objectivos da União Europeia que servem de referência à estratégia nacional e que, para além de genéricos, camuflam o problema da ciganofobia. Neste sentido, a introdução do documento denuncia a parca importância dada ao problema da ciganofobia uma vez que esta é naturalizada na sua essência e evocada como um fenómeno do passado: «Pode-se imaginar a estranheza que esta gente tão diferente, a falar uma língua estranha, vestida de forma exótica e com hábitos totalmente diferentes, causou na sociedade de então. A sua aura de mistério atraía tanto, quanto afastava. E durante muito tempo esse afastamento foi real, pois o desconhecido, separa.»

Basicamente, os pilares da estratégia da União Europeia resumem-se aos quatro eixos abaixo resumidos:

– **Garantir que todas as crianças ciganas completem pelo menos o ensino primário** – um inquérito realizado em seis países da UE concluiu que apenas 42% das crianças ciganas completam este nível de escolaridade;

– **Permitir o pleno acesso à formação profissional, ao mercado do trabalho e à actividade por conta própria** – as taxas de emprego, em especial para as mulheres, são muito inferiores às da média europeia;

– **Reduzir a desigualdade de acesso aos cuidados de saúde, aos cuidados preventivos e aos serviços sociais** – com uma especial atenção à redução das taxas de mortalidade infantil;

– **Reduzir as desigualdades em matéria de acesso à habitação, nomeadamente à habitação social** – por exemplo, dando-lhes acesso ao abastecimento de água e de electricidade.

E a estes pilares a ENICC acrescentou essencialmente «um eixo transversal, que aborda questões de Cidadania, Combate à Discriminação, Igualdade de Género, Justiça e Segurança»; mas a verdade é que, se nos determos com alguma atenção nas metas e objectivos fixados de forma geral nesta estratégia, a conclusão é que o Estado português, em vez de delinear uma estratégia assente na realidade e com respostas objectivas, limita-se a cumprir o calendário das instâncias europeias. Senão, vejamos:

Do ponto de vista da forma,

a) é incongruente traçar uma estratégia que contempla um estudo que poderá

detectar os problemas que a própria estratégia procura resolver. O Estado tem a obrigação de conhecer a realidade sobre a qual planeia estratégia política e agir em consequência, consoante os resultados obtidos pelo conhecimento da realidade, através de estudos ou compilação de dados já disponíveis e trabalhados;

- b) os instrumentos previstos na estratégia são autocentrados e verticais e assentam numa lógica que pouco ou nada privilegia a participação, o envolvimento e a interacção dos sujeitos na estratégia, nem na definição, elaboração e execução da mesma. A pouca representatividade das comunidades no conselho consultivo e os modelos de constituição do mesmo são disso paradigmáticos.

Do ponto de vista da substância:

1. O facto de o estudo a realizar ser um elemento importante para implementação da estratégia denota de duas, uma coisa: desconhecimento pelo Estado da situação real das comunidades ciganas e má fé e incompetência, porque alguns serviços públicos, nomeadamente a Segurança Social, possuem dados a este respeito e o facto de não estarem centralizados e analisados demonstra o casuísmo que imperou até agora na definição de políticas respeitantes às comunidades ciganas;
2. Se a estratégia é nacional, ela deve definir as prioridades e agenda das mesmas, tendo evidentemente em conta as especificidades territoriais da presença das comunidades, mas não pode depender nem das experiências dos municípios e muito menos da sua boa vontade ou não em implementar uma política de inclusão efectiva dos ciganos;
3. Se o objectivo é superar as dificuldades com que se defrontam as comunidades ciganas, então o enfoque e prioridades das acções devem maioritariamente e positivamente incidir nelas, não numa lógica de controle social como parece ser o caso, mas sim como parte integrante da procura da solução. A aposta excessiva na «qualificação» dos agentes do Estado que estabelecem o controle da relação da comunidade com o Estado em detrimento da qualificação dos ciganos ele(a)s próprios como agentes de transformação da sua condição é, no mínimo, suspeitável!
4. A ausência da dimensão (anti)racista na estratégia a nível das instituições públicas, nomeadamente nas forças de segurança, na justiça e noutros sectores públicos revela duas lacunas graves:
  - A banalização da ciganofobia que se manifesta no racismo institucional quotidiano, de que são vítimas os ciganos na sua relação com as instituições, e legitima a tese de que o problema está do lado dos ciganos e que os problemas de inclusão são assimétricos e dependem quase exclusivamente do grau de capacidade social dos mesmos;
  - Iliba os actores públicos das práticas discriminatórias e desiste de criar instrumentos de combate ao racismo institucional de que são

vítimas as comunidades ciganas. Não faltam motivos para tal, porque para além de múltiplos casos de violência policial sobejamente conhecidos, tivemos ainda recentemente o caso do Fórum da GNR;

5. A abordagem à questão da mediação social é minimalista e pouco séria, porque ela é feita sem ter em conta o vazio legal em que se encontra a figura do mediador sócio-cultural, fixa metas ridículas para o território nacional e mete o enfoque não nas comunidades mas nos agentes do Estado, uma forma de manter o controle social sobre as comunidades; estando previstas até 2020, apenas quatro (4) acções de formação para mediadores para as comunidades e vinte e quatro (24) para outros. Não se prevê nenhum enquadramento legal para as/os mediadoras/es e continua-se a encarar a mediação como um instrumento de remendo e não de acção política; sem assim se equacionar a sua empregabilidade claramente definida num estatuto jurídico consentâneo;
6. Para a educação, para além de minimalistas, as metas estão desfasadas e quase que assumem *a priori*, o encravamento do trajecto educativo das comunidades, porque de facto, entre os 75% inscritos na pré-escolar, os 30% no terceiro ciclo, os 10% no Secundário e os 3% no Superior, muitos terão ficado pelo caminho! O minimalismo desta meta é o sinal de uma desistência num esforço colectivo para não deixar nenhuma criança cigana para trás e revela uma desconfiança na capacidade destas comunidades em realizarem um percurso educativo de sucesso normalíssimo; para além de que estas metas não prevêem nenhum mecanismo (bolsas, regimes especiais em sede de pagamento de propinas, etc.) de facilitação de acesso ao sistema educativo cada vez mais fora de alcance de populações com poucos recursos;
7. A problemática da habitação continua estigmatizante ao prever como solução prioritária o realojamento social e não prevendo nenhum mecanismo de dissuasão, por exemplo, em caso de recusa de venda ou aluguer de casa por motivo de ciganofobia;
8. As soluções para o emprego são vagas e indeterminadas porque numa altura em que todo o comércio tradicional é ameaçado pelas grandes superfícies, para além de medidas de promoção do modelo tradicional das feiras, é imperativo criar mecanismos, não só de formação profissional clássica, mas também de reconversão profissional como alternativa para aqueles que assim o entenderem dentro das comunidades;

Por fim, podemos dizer que as metas estabelecidas na estratégia, na sua larga maioria, variam entre o irrisório e incongruente. E foi por isso que, a título de exemplo, destacamos apenas algumas, não querendo entrar muito na habitual querela dos números porque, de facto, os números reflectem a estratégia e no que respeita às comunidades ciganas, a política dos números sempre foi um instrumento de demagogia política para fomentar a ciganofobia.

## **E os casos concretos ao longo destes anos**

Como se pode perceber, este foi o documento que o SOS Racismo apresentou para a discussão sobre a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas. Mais abaixo vamos falar de casos concretos da xenofobia face à comunidade cigana. Não exaustivos, apenas com vários exemplos e variadas a temática e o tipo de discriminação. Para que se possa ter uma ideia da «imaginação» das atitudes xenófobas, para que se perceba o que é o racismo institucional, para que se saiba o que vai na cabeça de muitos autarcas e dirigentes políticos deste país. E, sobretudo, o que (não) vai pelos nossos tribunais: o Código Civil e a Lei Contra a Discriminação Racial (iniciativa do SOS Racismo e da Associação Portuguesa para os Direitos dos Cidadãos em 1996, levada à Assembleia da República e aprovada em 1999, ratificada em 2000 e começada a ser implementada em 2002), têm sido completamente ineficazes quer para condenar e muito menos para precaver estes crimes. E não apenas por «culpa» destes dois instrumentos. . . Dificuldade na prova, ineficácia dos investigadores e instrutores dos processos, incompetência dos tribunais. . . Inexistência de vontade política.

## **Começemos pela ENICC**

O Governo (e o ACIDI) pode dizer que ouviu a sociedade civil e que recebeu propostas. É um facto. Mas é isto uma discussão pública? Isto é um debate? Quem decide o que se «aproveita» das dezenas de propostas, ideias, soluções? E quais foram? Nós temos conhecimento de algumas (porque nos enviaram os próprios) e discutimos outras em conjunto. Mas, para um verdadeiro debate, o que surgiu não devia ser apresentado às e aos outros intervenientes? E mesmo a quem não o fez? Voltado a ser discutido e ver ao que se chegava? Um verdadeiro debate não será aquele que permite que todas e todos possamos trabalhar as várias propostas e discuti-las? Uma verdadeira discussão não será aquela que permita influenciar ou ser influenciado pelas sugestões das e dos outros? E assim procurar consensos e mesmo soluções?

Mas isso era se, de facto, houvesse vontade política para discutir realmente esta questão! Ora, só se avançou agora porque a isso era, o Estado Português obrigado (pelos organismos internacionais). E faz-se à pressa porque havia prazos a cumprir e se deixou arrastar até serem ultrapassados. . .

E é assim que, tal como tem acontecido com os Planos Nacionais para a Integração de Imigrantes, as propostas apresentadas não são conhecidas por todos, não são discutidas, não são aproveitadas!

E assim se perde mais uma oportunidade de lançar um verdadeiro debate sobre racismo, xenofobia, discriminação. . . Por isso, não é de admirar que o Estado Português, ano após ano, seja condenado nas instâncias internacionais pela forma como trata a comunidade cigana.

## **Autarcas e Autarquias de Norte a Sul**

Mas nem é isso o que nos preocupa mais (e muito menos aos nossos governantes). O que é grave é que se continue a assistir a toda uma série de atropelos

aos direitos humanos, e os sucessivos governos e autoridades municipais continuam a alimentar, como se pode constatar pelos inúmeros exemplos que se vão conhecendo, o ódio racista e xenófobo na acção, mas também por omissão.

14/3/1993 – *Público* – Mata Cáceres (PS), presidente da Câmara de Setúbal, dirigindo-se a algumas dezenas de ciganos afirmou: «desde que deixaram de andar de carroça e passaram a andar de automóvel, estragaram isto tudo.»

10/5/1993 – A 10/5/1993, o executivo camarário de Ponte de Lima (distrito de Viana do Castelo) deliberou no sentido da expulsão dos indivíduos da etnia cigana do Concelho e da proibição, para o futuro, da sua permanência por período superior a 48 horas. Motivo: todos, ou quase todos os ciganos são passadores de droga (por sinal, o tráfico de droga é anterior à presença dos ciganos no concelho). (...) Em virtude do clima emocional criado, parte da população cigana já abandonou o Concelho. Como o fizeram por sua «livre e espontânea vontade», a Câmara atingiu parcialmente os seus objectivos ficando isenta (inclusive judicialmente) de qualquer responsabilidade.

15/5/1993 – O vereador Daniel Campelo (PSD), afirmou que «*Ponte de Lima não será ninho, nem refúgio dos ciganos.*» Deliberações camarárias de 10/5 (que deliberava que toda a pessoa de etnia cigana abandonasse o concelho num prazo não superior a 8 dias), e depois a de 24/5 (esta para «disfarçar» os traços discriminatórios), que ordenavam a expulsão de todos aqueles que vivessem em barracas ou acampamentos situados no concelho.

20/7/1993 – SOS Racismo – Após pressão popular, o acampamento cigano de Francelos, Vila Nova de Gaia, foi parcialmente demolido, durante uma acção.

20/9/1996 – *Público* – O Presidente da Junta de Freguesia de Gulpihares, Alcino Lopes, referindo-se à comunidade cigana de Francelos, afirma que «*é sempre com reservas que vejo a saída para um caso tão complicado como este. Para a população, a melhor seria provavelmente a saída pura e simples dos ciganos para outro Concelho.*»

Novembro/1996 – SOS Racismo – Martinho Gonçalves, deputado do PS por Braga, ficou tristemente célebre pela sua actuação xenófoba e racista no caso de Oleiros, sobretudo por causa da famosa frase: «*o traficante lusitano não perturba o meio rural*», ao passo que a mesma actividade por parte dos ciganos já seria perturbadora.

26/3/1997 – O presidente da Junta de Freguesia de Gandra/Paredes, Armando Costa (PSD), afirma «os ciganos nasceram para roubar quem trabalha»; «Dou mil contos a quem me trazer um cigano

sério (...) se estivesse em Lisboa, referia-me aos negros, que lá são muitos e toda a gente sabe que roubam mais...» Acabou por ser condenado anos mais tarde por estas afirmações!

23/4/1997 – *Público* – Manuel Monteiro (PP) não está nada satisfeito o candidato do seu partido à Câmara de Braga, Miguel Brito. Tudo porque este advogado assumiu a defesa jurídica de João Garcia.

21/3/2000 – SOS Racismo – O país conhecia o teor de um comunicado aprovado pelo executivo da Câmara de Vila Nova de Poiares no distrito de Coimbra. Moradores tinham-no feito chegar ao SOS Racismo, pensando tratar-se de uma brincadeira. Eis extractos do comunicado: «(...) cada um dos Poiaresenses (...) defende a todo o custo a tentativa de infiltração de elementos que não mostrem ter condições de idoneidade de comportamento (...) é indispensável afastar aqueles que sejam reconhecidamente contrários ao cumprimento da ordem estabelecida e aos princípios defendidos pelos Poiaresenses (...). Deve pois ser principal preocupação evitar quem não se identifique com os valores defendidos por todos nós Poiaresenses, não seja admitido no nosso convívio, particularmente membros de grupos étnicos ou nómadas que nada têm a ver com a nossa vivência (...) A venda ou aluguer de casa a pessoas que não preenchem as condições de garantia de uma boa integração no nosso convívio, será de rejeitar pelos males que trará a todo o nosso espaço.» O presidente da edilidade, Jaime Soares, afirmava (16/3/2000) que só pessoas de má fé e mal intencionadas podiam dizer que o comunicado era racista e xenófobo. E no dia seguinte sentia-se «aborrecido» com a «leitura distorcida» que tinha sido feita do documento.

15/6/2000 – *Visão* – «*Ciganada... fora!*» – Anúncio da edição da biografia de Ferreira Torres, presidente da Câmara Municipal de Marco de Canaveses (CDS), onde se dá alguma relevância a afirmações racistas por parte do autarca.

16/6/2001 – Em Elvas, as famílias ciganas queixam-se de discriminação no realojamento. «*Eu não vou atrás de ciganadas*», diz o presidente da Câmara, José António Rondão de Almeida: «... desde 1997 que é proibida a fixação de novos ciganos na cidade...»; «é impensável dar condições a todos os ciganos que se quiserem aqui fixar.»

27/7/2002 – *Público* – O presidente da Junta de Freguesia de Arcozelo, Ponte de Lima, manifestou-se «frontalmente contra» o alojamento de famílias de etnia cigana nos novos fogos sociais construídos no bairro da Poça Grande. «*Já há duas famílias nesse bairro e não queremos lá mais nenhuma*» (Manuel Alves Soares), alegando «*incapacidade de integração daquela comunidade*». «*Os ciganos, quando isolados, não têm grande inconveniente, mas todos juntos provo-*

*cam graves problemas que são difíceis de resolver, e nesse bairro vivem pessoas honestas que não estão para ser constantemente chateadas...»*

28/4/2003 – SOS Racismo – Nesta data, a Junta da Freguesia de Fornelos (Concelho de Barcelos) e a JSD recusam a presença de mais ciganos na freguesia.

21/7/2003 – A Câmara Municipal de Faro (José Vitorino) decidiu que não serão aceites no concelho ou que o terão de abandonar as populações nómadas, particularmente os ciganos, por praticarem roubos ou desacatos. Desta decisão já foi mandado afixar Edital nos locais públicos. Denunciado pelo SOS Racismo.

4/3/2004 – Denúncia do SOS Racismo – Setúbal, fecho do Mercado da Camarinha.

Julho/2004 – Na Assembleia Municipal de Castelo Branco, o presidente da Câmara, Joaquim Morão, foi peremptório: *«Nem os ciganos querem ser integrados, nem a cidade os quer integrar»*; *«nenhum cidadão quer o cigano à sua porta.»*

23/3/2006 – Presidente da Junta Freguesia de Rio de Mouro disse que 60% da criminalidade da freguesia é praticada por imigrantes, bem como cerca de 80% da prostituição.

16/7/2010 – O «muro da vergonha» de Beja que isola o Bairro das Pedreiras, habitado pela comunidade cigana, do centro da cidade.

24/9/2010 – *«Na terça-feira fui dinamizar uma formação a técnicos sobre história e cultura cigana, e almoçar com o vereador da habitação social daquela câmara (Borba). Este comentava com uma técnica de serviço social a propósito do realojamento das comunidades ciganas em contentores e a técnica comentou que as coisas não estavam fáceis com alguns agregados, que não aceitam ir para contentores, que são pequenos para o tamanho do agregado e sem privacidade. Ele, em tom militar, disse: “Se eles virem umas G3 à frente têm que sair mesmo!” Eu confrontei-o com aquela barbáridade, e disse lhe que fica mal a uma pessoa do poder local dizer aquela estupidez. Depois de almoço falei com a comunidade cigana que me mostraram os novos contratos unilaterais, assinados apenas pelas pessoas da comunidade, e que contém uma adenda que diz que aquele realojamento é pelo período de 2 anos.»* (Bruno Gonçalves)

17/2/2011 – Lusa – ERRC preocupada com condições da comunidade da Vidigueira, Beja, onde cerca de 70 pessoas vivem por detrás das ruínas do Castelo medieval e onde constataram que a autarquia

(com a GNR) destruiu a única fonte de água, aliás antes instalada pela própria autarquia.

Durante estes últimos anos, Paulo Portas (e agora os seus amigos do governo) passou o tempo a insultar a comunidade cigana (e imigrante), através das críticas às e aos beneficiários do Rendimento Social de Inserção, esquecendo-se propositadamente que apenas cerca de 4% dos seus beneficiários são dessa comunidade, esquecendo-se que se trata de um subsídio que não chega aos 90 euros por pessoa, e esquecendo-se que esta é a prestação social mais fiscalizada pelo Estado. Tivesse o mesmo ocorrido (fiscalização) com o negócio dos submarinos...

Enquanto em França ou no Reino Unido ministros são condenados e comentadores e deputados são despedidos (até o Galliano) ou demitidos por comentários racistas ou nazis, aqui, quer o Alberto João, como antes Nogueira Pinto, Filipe Meneses ou Diogo A. Pires (J. F. Benfica – várias acusações de discriminação), podem dizer o que lhes vier à cabeça que nada se passa... Mas que fazer quando os «maus exemplos» (afirmações sobre a guerra colonial e o «Dia da Raça») vêm da própria presidência?

## Habitação

Sobre a habitação, já antes de nós SOS Racismo, a Pastoral e algumas, poucas, associações vinham alertando para o completo abandono destas comunidades. A construção de guetos proliferou... E a colocação destas (e dos imigrantes e portugueses pobres) populações nas margens ou mesmo longe ou fora das localidades ainda é a cultura da grande maioria dos dirigentes quer autárquicos, quer governamentais. Aqui pode ainda falar-se dos empreiteiros sem escrúpulos e da conivência dos serviços de fiscalização das câmaras, utilizando materiais pouco apropriados (Quinta do Mocho, Quinta da Fonte, por exemplo), dos contentores de lixo sempre insuficientes e da inexistência de higiene (Bela Vista/Setúbal) por os serviços não porem lá os pés, da água cortada para impedir o seu uso ou da dificuldade em ter acesso à electricidade. Bairros isolados, em terrenos sobre velhas minas abandonadas (Rio Maior), sem acessos condignos (Castelo Branco) e transportes que ajudem à mobilidade cada vez mais dificultada.

Os acampamentos sem água ou luz, apesar das pocilgas e praça de touros mesmo ao lado da comunidade (Sobral da Adiça) terem direito às duas coisas, só porque as autoridades locais não deixam (ainda bem que os animais têm esse benefício...); ainda no Sobral, lixeiras a céu aberto alimentadas pelo presidente da Junta apesar das autoridades sanitárias, após vários problemas de saúde, inclusivé a morte de uma criança, a terem mandado encerrar; fontes de água que são fechadas (Cabeça Gorda) só para obrigar a comunidade a se deslocar mais longe; uma cidadã com cinco netos a viver numa parte de carrinha apesar das casas vazias pertencentes à Igreja (Vila Nova de S. Bento); as condições de habitação em muitos lugares; os tapumes para «esconder» a comunidade do resto da população (Montemor-o-Novo, Pombal)... Esta é a realidade de um

governo que não quer reconhecer a segregação a que vota esta comunidade.

24/2/2009 – O calvário por que passou Rui Maia para comprar uma casa nas Colinas do Cruzeiro, em Odivelas, após ter assinado um contrato-promessa com a *Patrimonium* (empresa de mediação imobiliária que trabalha com a *Obriverca*) e após ter feito um aditamento ao contrato para que pudessem instalar-se. Após uma visita dos familiares, aperceberam-se que se tratava de ciganos, mudaram a fechadura e impediram o usufruto da casa. . .

25/3/2011 – Arripiado (Chamusca) – Quando o Presidente da Câmara (Sérgio Carrilho/CDU) decidiu alojar, numa escola primária já abandonada há muitos anos e a precisar de obras que iriam ser efectuadas, uma família cigana a viver em condições miseráveis, logo se levantou um coro de protestos por parte da população e do presidente da J. F. do Carregado, Joel Marques/PS. Durante anos não se preocuparam com «este património» a apodrecer. . . Mas para os ciganos. . .

25/11/2009 – *Público* – 25 famílias ciganas romenas e do Estado Espanhol, foram obrigadas a sair do parque de campismo de Beja por acusação de desacatos.

6/1/2010 – Desmoronamento de parte das muralhas do Castelo de Campo Maior devido às fortes chuvadas, colocou em risco as habitações de 49 famílias ciganas que ali residem já há vários anos.

5/8/2010 – Três acampamentos ciganos onde vivem dezenas de ciganos amontoados às portas da cidade de Bragança à espera de solução há mais de dez anos.

31/3/2011 – Denúncia de Marisa Oliveira – Recusa de alugar casa (gerente Maria do Carmo/*Marprédios*) na Figueira da Foz, após preenchimento do contrato e depois de se ter apercebido que era uma família cigana.

13/4/2011 – *Jornal de Notícias* – Rua 4 da Urbanização Lidador (Maia) – Crianças desalojadas dormem ao relento e dentro de carros depois de as habitações precárias onde viviam com os familiares terem sido destruídas. Para lá do apoio de alguns vizinhos, os ciganos desalojados, a braços com algumas crianças doentes e sob a vigilância da GNR, queixam-se de terem sido votados ao abandono.

24/5/2011 – Ciganos de Vialonga – Várias famílias despejadas da Granja de Altriate (Vialonga/V. F. Xira) em Março de 2008 e «temporariamente» instalados, pela Segurança Social.

23/6/2011 – *Jornal de Notícias* – «*Família despejada dorme há 2 dias ao relento*» – Vizinhos indignados com ordem do tribunal (na Quinta da Princesa, há quase 19 anos) feito sem aviso prévio. A Câmara do Seixal, ao tomar conhecimento da situação, está já a tentar encontrar solução.

8/11/2011 – *Lusa* – O Comité Europeu dos Direitos Sociais considerou hoje que Portugal não garante à comunidade cigana residente no país condições de habitação adequada, violando o direito da proteção contra a pobreza e exclusão social. A decisão do Comité Europeu dos Direitos Sociais surge no seguimento de uma queixa apresentada no ano passado pelo Centro Europeu para os Direitos dos Ciganos (ERRC), que considerava que os programas de realojamento em Portugal não conseguiram integrar os ciganos e, muitas vezes, resultaram em «segregação espacial» e habitações «inadequadas» com infra-estruturas «pobres», além do acesso aos serviços públicos ser «limitada» ou «nenhum». Segundo o ERRC, a forma como o Governo encara a situação habitacional dos ciganos é «discriminatória», mantendo-os «excluídos» e «marginalizados» através da «segregação residencial» e «qualidade inferior de realojamento». O Comité Europeu dos Direitos Sociais concluiu, por unanimidade, que houve violação da Carta Social Europeia, nomeadamente no que toca à não discriminação, habitação adequada, direito da família à proteção social, jurídica e económica, além do direito à proteção contra a pobreza e exclusão social.

15/12/2011 – Condições miseráveis de habitabilidade de sete famílias da comunidade cigana – Vila Nova de São Bento.

O surgimento há 22 anos da nossa associação ajudou a ampliar o coro de denúncias (com a ajuda de associações ciganas que começaram a aparecer). Mas isso não impediu, nem impede, o que tem acontecido um pouco por todo o país. De Bragança a Faro, de Vila Nova de Poiares a Elvas passando por Beja, Sobral da Adiça, Viseu, Portel, Castelo Branco, Braga, Estremoz, Montemor-o-Novo, Setúbal, Coimbra, Viana do Castelo, Vila Verde, Ponte de Lima, Lisboa ou Porto, etc., etc., as situações são mais que muitas. Claro que há, felizmente, exemplos de boas práticas, mas continuam a ser muito poucos para as necessidades.

## **Educação**

No que diz respeito à discriminação na educação, começando nos manuais escolares, passando pela ausência de uma educação para a diferença e pelos direitos humanos e continuando nos casos de discriminação em escolas como as aqui descritas ou outras (turmas só com ciganos, impedimentos de participação nas escolas), os maus exemplos continuam a ser o que faz notícia, e não apenas pelo interesse comercial da maioria da imprensa. Não se pode esquecer a falta de

preparação que é dada nos Institutos Superiores de Serviço Social.

Também aqui, o *Entreculturas*, nos anos 90, ou o *Escolhas*, actualmente, são as excepções. E este programa vai continuar?

Toda a rábula do Estatuto dos Mediadores Socioculturais, serve para a demagogia do Alto Comissariado com os «seus mediadores municipais». Mas a sua existência deve-se mais aos fundos comunitários do que a uma vontade política real. . . É por isso que se acabam os projectos de mediadores em serviços públicos (hospitais, autarquias, segurança social, etc.) mais depressa do que começaram.

8/10/2003 – SOS Racismo – Um grupo de pais e encarregados de educação dos alunos da Escola do 1º Ciclo de Rebordinho/Teivas, em Viseu, decide expulsar as 14 crianças ciganas que frequentavam esse estabelecimento de ensino público. O Centro de Área Educativa (CAE) de Viseu, em vez de resolver o problema, transferiu as crianças.

5/12/2003 – Pais ameaçam boicotar as aulas se a escola E.B. 2/3 Augusto Moreno (Bragança) admitir turmas com alunos ciganos.

30/3/2011 – E.B. 1 das Sesmarias – Um alegado caso de surto de sarna levou a escola a impedir as crianças ciganas de irem à escola. Estas crianças foram ao Centro de Saúde de Albufeira e aí se verificou que não tinham qualquer problema de saúde (e informaram a escola). Na mesma altura, o PS apontou outro caso: a C. M. Albufeira (transporte escolar) levava primeiro os meninos de etnia cigana e só depois os outros.

6/7/2011 – Na E.B. 1 de Ermida (S. Mamede de Infesta): questionário estigmatizante.

12/7/2011 – Público – «Agrupamentos de escolas de Beja recusam receber 70 crianças de etnia cigana» do Bairro das Pedreiras. A questão é que, por serem ciganos, os querem distribuir por outras escolas que não a da sua residência. . .

13/2/2012 – Denúncia de Catarina Ferreira (através do SOS Racismo) - «Sou mãe de uma criança que frequenta o 3º ano do ensino básico. Chamo a vossa atenção para o livro “Pirilampo – Estudo do Meio 3”, manual escolar da autoria de Noémia Torres, editora Novagaia. Nele, num capítulo designado por “Outras culturas da comunidade” estão brevemente retratados, além da etnia cigana, a comunidade chinesa e a comunidade cabo-verdiana. Para além de informações desatualizadas como “os ciganos são um povo nómada”, as duas comunidades imigrantes são retratadas da seguinte forma, e

*passo a citar: “a comunidade chinesa em Portugal dedica-se essencialmente à restauração, comércio e artesanato” e “a comunidade cabo-verdiana trabalha principalmente na construção civil”. Isto é TUDO o que é dito em relação a estas comunidades...».*

27/2/2012 – *Público* – Mediadores sócio-culturais nos hospitais com funções suspensas porque acabou o financiamento comunitário.

## Outros casos

20/5/2005 – *Correio da Manhã* – Mário Machado, dirigente da extrema-direita foi um dos cinco cabeças-rapadas identificados sexta-feira pela GNR de Coruche. Diz que foi ao local para ajudar a população e promete voltar com mais «skins»...

18/12/2005 – INEM/112 recusou-se a ir a Farejais Novas por lá morarem ciganos, para atender um cidadão que se sentiu mal e chamou a ambulância.

3/10/2008 – Segundo informação do *Expresso*, num dos concessionários da Mercedes, a C. Santos, os vendedores da empresa são fortemente aconselhados a não venderem viaturas a ciganos.

20/7/2010 – Na paróquia da Ajuda, o velório é mais caro 95 Euros porque, segundo o pároco, os ciganos «são violentos e porcos».

3/8/2010 – Três vídeos intitulados «*Porrada nos ciganos*» publicados no *You Tube* por um jovem de 14 anos residente em Elvas, revelam violência contra comunidade cigana.

19/11/2010 – *Público* – Lojas em Beja usam sapos de barro para afastar ciganos.

2/3/2011 – *Facebook* de Rita Ferro – «*pergunto, eivada da mais conflagradora ignorância e genuína humildade: não existirá um único observatório de direitos humanos que chame a etnia cigana XENÓFOBA, por não se misturar com outras, e RACISTA, por castigar quem transgride? Não constituirá também – a outro nível, a outra escala e com outras cores – uma forma de arianismo?*» E de seguida um debate, em oito páginas, por onde passam mais de uma dezena de personagens (Lídia Franco incluída) a destilar o seu ódio racista e xenófobo e a demonstrar a mais conflagradora ignorância e a muito pouca humildade. ([http://www.facebook.com/#!/permalink.php?story\\_fbid=1662948533418&id=1228365192](http://www.facebook.com/#!/permalink.php?story_fbid=1662948533418&id=1228365192)).

7/5/2011 – Denúncia feita a propósito do cancelamento de contratos de concertos (dos Ciganos D'Ouro), de Norte a Sul do país, por receio de que apareçam outros ciganos para assistir. Uma banda cujo último álbum tem cerca de 80% de música portuguesa e cujo nome é bem significativo: «*Fado Flamenco*»...

18/7/2011 – No *Facebook* do ISSS de Beja retirado do *Jornal Alpiarcense* – Uma romena cigana recebe mais de subsídio durante um mês que uma portuguesa a trabalhar quatro meses.

## **Violência Policial e Impunidade**

A impunidade da actuação policial, continua a subsistir e, apesar da recente condenação de dois polícias por agressão, casos como o de Álvaro Cardoso e Romão Monteiro (Aldoar 1994 e 2000), ou de outros mais recentes, continuam a mostrar que a justiça tem, de facto, dois pesos e duas medidas.

29/1/2002 – Coruche – No Bairro da Desgraça, rusga da GNR num ataque aos mais elementares direitos humanos denunciado por várias associações (entre as quais o SOS, a Pastoral e mesmo o Miguel Sousa Tavares).

20/3/2007 – Xenofobia, Prepotência e Ilegalidades cometidas pela GNR no Distrito de Beja (SOS Racismo) – Durante anos a GNR tem obrigado a Comunidade Cigana a assinar uma declaração completamente ilegal quando esta comunidade necessita de espaços para realizar as suas festas (casamentos, baptizados, etc.). O SOS Racismo teve acesso a este documento que foi fornecido no posto da GNR de Vila Nova de S. Bento a um elemento do SOS Racismo e a uma pessoa do *European Roma Rights Centre* (organização sediada em Budapeste–Hungria e que desempenha um papel consultivo junto do Conselho da Europa, bem como junto do Conselho Económico e Social das Nações Unidas). Eis o teor da Declaração:

*«(...) venho através desta Declaração assumir perante o Comandante do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana de Salvada toda a responsabilidade de quaisquer descaltos, alterações de ordem pública, furtos e danos que possam vir a ser provocados pelos convidados no decorrer do casamento (...). Assumo ainda que qualquer dos convidados do referido casamento não se deslocará para os bares e cafés do interior das localidades da Salvada e Cabeça Gorda.»*

Já não bastava a dificuldade que os elementos desta comunidade têm para encontrar espaços para as suas festas, como ainda por

cima têm que se sujeitar a esta humilhação e ilegalidade (aliás reconhecida pelo próprio agente da GNR quando afirmou que «*ainda bem que dava esse documento porque se a IGAI descobrisse iriam ter problemas...*» Ainda há quem pense que a IGAI faz alguma coisa actualmente...

Várias agressões têm vindo a ser perpetradas sem dar origem a queixas por causa do medo das autoridades que também se «entretêm» na caça à multa quando estes munícipes vão buscar o RSI, por falta de espaço para estacionamento (Moura).

15/7/2008 – *Jornal de Notícias*, citando uma notícia veiculada pela SIC, informa que a PSP da Amadora está a ser investigada por ter causado a morte de uma mulher ao mandar parar um carro (com uma família cigana, dois quilómetros à frente do Bairro do Zambujal) que seguia a alta velocidade para o Hospital Amadora-Sintra, tendo assim impedido que a vítima chegasse ainda com vida ao hospital. Quer a PSP, quer o Ministro da Administração Interna, Rui Pereira aguardam o resultado do Inquérito... E qual foi?

12/8/2008 – *Público* – «... *Criança cigana de 12 anos abatida em perseguição pela GNR*» – A Helena Matos pergunta se «ninguém é responsabilizado por levar uma criança para um assalto.» Não satisfeita em colocar as forças policiais de um Estado de direito no mesmo plano que delinquentes que roubam meia dúzia de patacos, Helena Matos parte do princípio de que é legítimo utilizar uma arma de fogo para parar um assalto que não coloca ninguém em risco. Mais a mais quando omite, deliberadamente, que existe um lugar para se responsabilizar os pais da criança. Chama-se tribunal. É lá que se deve fazer justiça, não é com a desproporcionada utilização das balas dos agentes da GNR. Os mesmos que, como é costume, já mudaram duas vezes a versão dos factos.

9/6/2011 – *Esquerda.net* – Dois agentes policiais foram condenados por crime de ofensa à integridade física e incorrem igualmente num processo disciplinar por terem agredido, de forma brutal e totalmente injustificada, um cidadão de etnia cigana.

Junho de 2007 – Paulo Espanhol, residente no bairro do Lagarteiro, no Porto, foi brutalmente espancado por dois agentes policiais na esquadra das Antas. Em resultado das agressões, este cidadão teve, inclusive, que receber assistência hospitalar. Quatro anos depois, os dois agentes são agora condenados a vinte meses de pena de prisão, suspensa por vinte meses, e serão alvo de um processo disciplinar, que entretanto teria sido suspenso durante o processo judicial. Paulo Espanhol e o seu filho menor dirigiram-se, em Junho de 2007, à esquadra das Antas após terem sido informados de que uma familiar havia sido detida na sequência de uma rusga ao Bairro do Lagar-

teiro, e que não existiria, como se veio a confirmar, qualquer queixa pendente sobre a mesma.

Ao tentarem obter algum esclarecimento por parte dos agentes, ambos terão sido agredidos, ainda que o processo referente ao filho de Paulo Espanhol tenha sido entretanto arquivado e a sua agressão não tenha vindo a ser provada. Perante a impossibilidade de justificar as inúmeras lesões apresentadas por Paulo Espanhol, os elementos das forças policiais acabaram por acusar o cidadão de ter invadido a esquadra, acusação da qual o mesmo foi absolvido, e viriam mais tarde a alegar que as suas lesões seriam resultado de uma queda pelas escadas.

A associação SOS Racismo, que acompanhou este caso, congratula-se pelo facto.

21/11/2011 – Apenas o *Correio do Brasil* e o *Esquerda.net* fizeram eco desta notícia, talvez porque a restante imprensa se recuse a acreditar que no país que vão tentando pintar de «tolerante», se possa fazer afirmações tão graves.

*Expulsar, Prender, Castrar, Afogar, Incinerar...* Eis algumas das sugestões de agentes da GNR para a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas. No dia em que o Centro Europeu para os Direitos dos Ciganos (ERRC) voltou a criticar Portugal por discriminação laboral e violência policial, a associação anti-racista denunciou os comentários xenófobos colocados por alegados agentes da GNR num fórum na Internet. «Não dá para acreditar», diz a associação SOS Racismo sobre o que leu no fórum da Internet frequentado por militares da GNR. Nos comentários a uma notícia sobre a ENICC podem ler-se várias mensagens racistas e ofensivas, como a de alguém que se apresenta como cabo da GNR e defende que a integração destas comunidades deve passar por «enfia-los todos em cadeias, pois só lá é que estão no seu ambiente». Uma enfermeira aposentada diz que «primeiro de tudo, mereciam ser castrados para não terem mais filhos» e outros militares defendem que «integrar sim pode ser, mas na nossa vizinha e amiga Espanha ou Marrocos». Outros sugerem a barragem do Alqueva ou uma câmara de incineração, havendo mesmo um autodenominado furriel a acrescentar que «Hitler tentou integrá-los aí num sitiozinho...».

## Justiça?

Não só se lêem e ouvem coisas como estas relatadas aqui abaixo, como a disparidade da justiça é gritante.

18/6/2004 – Segundo o *Jornal de Notícias*, o Tribunal de Bragança hoje condenou uma mulher a cinco anos de prisão efectiva por agressão e coacção, à professora primária dos filhos. Foi a primeira vez que

alguém foi condenado por agressão a professores. . . Claro. . . Era cigana.

5/3/2008 – Dirigente do SOS Racismo condenado a vinte meses de prisão suspensa e 4.000 euros de multa, por difamação ao colectivo de Juízes que, em Setúbal, absolveu o polícia que assassinou o Toni à queima-roupa com dois tiros de *shotgun*. Após recurso, a pena de prisão foi retirada. . .

7/8/2008 – «Mudar de Vida» – A juíza Ana Gabriela Freitas, do Tribunal de Felgueiras, na sentença proferida em 29 de Julho em que condenou cinco ciganos por confrontos com a GNR, acusou por junto os ciganos de serem «marginais» e «traíçoeiros», de terem «pouca higiene» e de serem «integralmente subsídio-dependentes» do Estado.

5/6/2011 – Agente da PSP condenado a 20 meses de pena suspensa pela morte de Mc Snake (homicídio por negligência grosseira). E o juiz presidente, Jorge Melo, votou vencido pois ao contrário do Ministério Público que o acusava de homicídio qualificado, pretendia a absolvição.

9/6/2011 – *Esquerda.net* – Dois agentes policiais foram condenados a 20 meses de pena de prisão, suspensa por vinte meses.

## Imprensa

A imprensa com os seus «arrastões» (o de Carcavelos, mas também a Quinta da Fonte/Apelação) vai mostrando estar mais interessada em inventar acontecimentos para vender, do que a relatar o que se passa. Está mais interessada em desenvolver os estereótipos e servir-se dos temores das populações, do que em praticar uma verdadeira política de informação, esquecendo-se muitas vezes (demasiadas vezes) do seu próprio Código Deontológico. «Comentadores», entre outros, como Barra da Costa e «humoristas» (Café Central, Bruno Nogueira,/João Quadros, etc.), contribuem para a propagação e enraizamento de estereótipos negativos que dão azo à exclusão social e à discriminação.

27/12/2005 – Associação Cigana de Coimbra apresenta uma queixa contra Fernando Rocha («*Levanta-te e Ri*», na SIC), que leva este (honra lhe seja feita) a pedir desculpa à comunidade cigana.

20/7/2008 – Discriminação «*Eixo do Mal*/SIC Notícias» – Denúncia de Bruno Gonçalves.

13/10/2008 – *Jornal de Notícias* – Jornalista Carlos Rui Abreu conta que uma menina cigana de 12 anos foi agraciada com o prémio des-

tinado aos dois melhores alunos do 4º ano da sua escola, em Fafe. Nada disto seria extraordinário se Abreu não tivesse comentado a notícia do seguinte modo: «*uma aluna de etnia cigana que, contrariando a tendência das crianças da sua raça, gosta de estudar e sonha tirar um curso superior*».

26/3/2009 – «*Boa noite Dr. Miguel Sousa Tavares, hoje no telejornal da TVI ouvi atentamente o que disse dos ciganos por causa daquela confusão na escola de Viseu. É lamentável que aconteçam estes casos e eu como cidadão português cigano repudio todos esses tipos de actos. Sr. Miguel, é lamentável o seu violento discurso contra os ciganos na generalidade, os seus lapsos ao evidenciar o nosso estrangeirismo, ao dizer que metade dos ciganos recebe RSI. É triste e se calhar decepcionante para si ouvir de um cigano que o sr. da sua craveira esteja tão mal informado, não comente aquilo que não sabe! Não dê tiros no vento! (...)*

*Primeiramente, para lhe dizer que o sr. defendeu a causa de Oleiros porque na época precisava de algum protagonismo, pois não passava do filho da Grande Sophia de Mello Breyner e de ser conhecido apenas por ser adepto do F.C. Porto.*

*Desde o seu artigo “Pobres e Mal Agradecidos” no Verão que evidencia uma aversão aos ciganos que parece profunda, mas aceito que não goste de nós... Sr. Miguel deixe-me lhe dizer que os ciganos já cá estão há mais de 500 anos, por isso não temos país de acolhimento, por sinal há mais tempo que a família Andresen. Outra, você não paga nada para mim porque eu também pago impostos, menos do que o sr. porque ainda não tentei fazer nenhum plágio (...). O relatório sobre as comunidades ciganas que saiu na terça feira refere 5000 famílias a receber o RSI, somos cerca de 50000 em Portugal, não enchemos o estádio da Luz! Como eu existem outros ciganos que são cidadãos dignos e contribuintes neste país... .*

*Como vê o sr. equivoca-se plenamente, anda a ler muito pouco... . (...). Mas, como sou mais comedido do que o Sr. e porque respeito e sei diferenciar, não o coloco em certos “sacos”.*

*O caso da Casa Pia: algumas pessoas da sociedade maioritária estão a ser acusadas do crime de pedofilia, mas são algumas pessoas, não é toda a sociedade maioritária!? Mas o Sr. faz acusações colectivas quando algum indivíduo cigano comete algo... O sr. anda a faltar muito às aulas por isso é que só diz disparates que me fazem rir!*

*P.S. – Chamo-me Bruno Gonçalves e faço parte do Centro de Estudos Ciganos, e graças à escola que você me paga já sei ler e escrever! É claro que ainda a juntar as letras!>*

EXº SR.

SE VOCÊ QUISESSE REALMENTE DISCUTIR ALGUMA COISA  
SERIAMENTE E NÃO APENAS INSULTAR, EU TERIA MUITO  
GOSTO EM RESPONDER-LHE. ASSIM, NÃO.

Miguel Sousa Tavares

*Já é um abuso!*

*Não só vivem à pala do RSI, como ainda por cima ousam responder a tão grande sumidade... Pois é Miguel, é mais fácil agredir uma comunidade sem ter ninguém que nos conteste do que, depois, retorquir às críticas...*

*Mas como vivemos numa sociedade democrática, cheia de igualdade de oportunidades, há os que têm o “direito” de insultar... e aqueles que têm que se limitar a “venerar”. “Por isso porque é que me havia de rebaixar a responder a um insignificante elemento dessa comunidade que se limita a gastar os nossos impostos...” debes ter pensado. Tens toda a razão... O que me admira é teres desperdiçado meia dúzia de segundos do teu precioso tempo.»*

José Falcão

5/4/2009 e 13/3/2009 – Artigos no *Correio da Manhã* – desagrado de Ana Cruz (SOS Racismo) sobre duas reportagens saídas no jornal sobre o Bairro da Ameixoeira, muito pouco éticas.

30/3/2011 – Denúncia de Bruno Gonçalves (através do SOS Racismo): «assistindo televisão em casa do meu pai enquanto almoçava, ouviu o Sr. Barra da Costa, comentador no programa da TVI citado a falar de um caso de uma violação a uma criança de 3 anos por um suposto jovem de 13 anos de etnia cigana. Este senhor chegou ao ridículo de dizer que a polícia tem medo dos ciganos, que eles vivem num clima de impunidade e que esta situação só acontece porque: “Já viram algum cigano com uma enxada na mão!? Já viram algum cigano a tirar a carta!?” O apresentador Manuel Luís Goucha tentou interrompê-lo dizendo que isso não é generalizado, mas ele não aceitou!

*Primeiramente, condenar a notícia que aponta o crime a um jovem de etnia cigana, porque achamos que nada acrescenta à notícia pois a se confirmar esse triste crime nada acrescenta se o indivíduo é de uma nacionalidade ou etnia... O Dr. Barra da Costa nunca se despiu de agente da Polícia Judiciária nem nunca prescindiu do seu distintivo, pois há muito que não fala enquanto antropólogo mas sim como polícia cheio de preconceitos.*

*A própria ERC criticou a actuação de Barra da Costa e da própria TVI.»*

Coisa que de nada serve pois sua excelência continua a dizer os maiores disparates (3/4/2012) como considerar as prostitutas «criminosas», fazer a apologia do «Genocídio» ou aconselhar o cemitério para «gente desta», referindo-se ao «Pecas» e à sua etnia.

18/5/2011 – Denúncia de Manuela Rocha (através do SOS Racismo) – *«É com muita mágoa e preocupação que tenho testemunhado, comportamentos e atitudes raciais, veiculadas pela televisão. Esta noite, cerca das 0H30, por mero acaso, liguei para a RTP2 e eis senão quando, me confronto com um programa intitulado, Café Central, cujo conteúdo, absolutamente racista me revoltou grandemente. Será que a Constituição Portuguesa não condena o racismo?»*

*O facto é que constantemente os pivots das televisões, os locutores das rádios, têm atitudes racistas, fazendo piada com isso (...)*

## **Dos Autarcas às/aos Governantes. . .**

O escassear das feiras e mercados, a ausência de um Estatuto do Vendedor Ambulante, a dificuldade (e perseguições) que se coloca a este sector da sociedade em contraste com as benesses para a construção das grandes superfícies e o fechar de olhos a todos os atropelos aos direitos das e dos trabalhadores, torna ainda mais complicada a vida desta comunidade.

O que tem faltado é, essencialmente, VONTADE POLÍTICA!

Também entre os dirigentes políticos se pode ver como é mais fácil estigmatizar e perseguir esta comunidade, que condenar quem ajuda a fomentar o ódio, o racismo e a discriminação. Também aqui, a impunidade continua a ser a LEI.

Dos casos focados referentes a autarcas, apenas um foi condenado pelos tribunais. . . As e os governantes podem dizer o que lhes vem à cabeça que nada lhes acontece (mesmo que haja associações ou pessoas que apresentem denúncias).

As denúncias nem chegam a originar processos. . . Quando tal acontece são arquivados. . . Se têm o azar de ir à barra dos tribunais, são absolvidos. E se, mesmo assim, existe uma condenação, as penas são ridículas. Sim, RIDÍCULAS.

Os tribunais tão subservientes face aos actos de Racismo e Xenofobia, já não são nada parcós no que toca à condenação de qualquer ilícito praticado por algum elemento desta comunidade (e dos imigrantes, dos pobres).

E se não, vejam bem: em dez anos de vigência da Lei contra a Discriminação, apenas um, UM caso chegou até ao fim, com a condenação em três

salários mínimos (uma empresa de aluguer de automóveis) – pouco mais de 1.000 Euros (2001, ainda no tempo do 1º Alto Comissário). E mesmo assim, o Padre Vaz Pinto (que sucedeu ao José Leitão) tardou mais de um ano a cobrar essa sentença!

Excepções também as há e a atitude de Pedro Bacelar de Vasconcelos (Governador Civil de Braga em 1996) nos acontecimentos de Vila Verde não pode deixar de ser referida. . . Até como contraponto aos populismos de Portas, Jardins e outros. Ainda hoje podemos observar em Feliciano B. Duarte ou em Miguel Relvas algumas das «virtudes» destes seus correligionários.

É pois fundamental que também aqui, no âmbito da discriminação, que a lei seja cumprida.

E o mais triste é que conhecemos projectos já tentados pela própria comunidade e anuladas por falta de apoios (Oficinas Romani/Algés, ciganos de Águeda, de Coimbra, etc.). Projectos que deviam passar pela educação nas escolas superiores onde se formam os assistentes sociais, por um estatuto de mediador socio-cultural (oportunidade perdida em 2001), pela criação do estatuto do vendedor ambulante e sua uniformização (oportunidade perdida por falta de vontade dos municípios), por pôr em prática os mecanismos legais que condenam os actos de discriminação (de que tem servido a lei?), pela sensibilização dos juízes, agentes policiais e todos aqueles que mais contactam com esta comunidade.

É necessário programas escolares com currículos que respeitem a diversidade de um povo, de uma cultura milenar, que discutam e interajam de forma a combater a xenofobia e a discriminação. Políticas de habitação (e não o desenvolvimento de guetos), de emprego. Políticas para serem discutidas com as comunidades e não a serem impostas sem as consultar, sem as implementar em conjunto. O paternalismo e a caridade são a continuação da estigmatização. A luta pela melhoria das condições de vida das comunidades ciganas é a luta pela sua dignidade e pela nossa dignidade.

## Projecto Multivivências

*Tânia Fonseca\**

O projecto Multivivências, surge na sequência do projecto Vivências Multiculturais, financiado pelo Programa Escolhas. Tem uma duração de 36 meses e iniciou a sua intervenção em Janeiro de 2010. Este projecto trabalha com a comunidade cigana do concelho de Espinho, e tem como objectivos:

- Promover a inclusão escolar desta comunidade;
- Contribuir para a formação profissional e empregabilidade;
- Favorecer a dinamização comunitária e cidadania, promovendo o empreendedorismo e a capacitação desta população.

Sou Dinamizadora Comunitária do projecto Multivivências desde Outubro de 2010. Desde então que faço parte da grande família que é o Programa Escolhas. Eu mesma sou da etnia cigana e fui contratada pelo projecto, por esse mesmo motivo. Sou mediadora cultural e faço a ponte de comunicação e principalmente sirvo como modelo de referência no meio do público, sendo este todo por inteiro, da mesma etnia que eu.

A minha experiência neste terreno não é nada, em comparação com os meus colegas, que trabalham há mais anos do que eu nesta área, mas já posso afirmar que acredito na presença do mediador, ou neste meu caso, do dinamizador comunitário étnico e no seu impacto na intervenção.

O mediador é uma fonte privilegiada de informação e com isso consegue criar esses laços de comunicação entre as duas extremidades. Tendo em conta que não somos uma ferramenta que concede milagres, mas sim uma ferramenta proveitosa que complementa as estratégias de intervenção.

O trabalho realizado no meu projecto é de excelência, mesmo antes de eu ter chegado, acredito no entanto, que a minha imagem cria um reforço maior na sua mediação.

Para quem intervém com esta população, sabe que o facto de um indivíduo da etnia cigana, ter um emprego (pelo menos em Portugal) é um caso invulgar. Uma mulher cigana muito menos. E com apenas este testemunho de vida, que os meus colegas e eu apresentamos, já por si só tem o seu embate na vida das

---

\*Mediadora Sócio-cultural, projecto Multivivências, CERCI de Espinho.

peessoas.

Este estilo de vida, pessoalmente para mim, acaba por não ser fácil. Pois andamos em constante movimento, com o intuito de provar à nossa comunidade que é possível ser-se 100% cigano, porém 100% cidadão português. Tentando também, provar ao resto do mundo que nos rodeia, que ser cigano é mais do que o rótulo que nos foi colocado.

Trabalho e estudo, porém mantenho sempre o meu sotaque vincado e as minhas argolas enormes. Não faço questão de esconder ou mudar quem eu sou por nada.

O meu percurso até aqui tem sido difícil mas muito enriquecedor, estou a tentar candidatar-me ao Ensino Superior e penso até futuramente publicar um livro.

Tenho consciência de que o meu historial profissional e académico é pequeno e simples, mas muito grande em força de vontade e com fome de mudança.

Tive muito apoio e acredito que sem essa força externa que recebi, não teria chegado até aqui com tanta boa disposição. Agradeço o Programa Escolhas pelo grande incentivo que me dão, especialmente à Dra. Júlia Santos, que além de ser a técnica responsável por mim é também uma amiga. Os meus «primos» e colegas de trabalho que possuem o mesmo objectivo do que eu, pois quando me sinto desanimada eu lembro-me deles. Lembro e agradeço sempre à minha formadora do ensino secundário Marta Antunes, que sempre sublinha o quanto acredita em mim, e nesta mesma balança coloco a minha amiga e exemplo a seguir, Dra. Mirna Montenegro.

E recompensar à minha família, pois sem os seus testemunhos de vida, eu não teria um suporte tão forte, a minha família é sem dúvida a minha fonte de inspiração.

Hoje aprendi que não necessito de provar ao meu povo, nem tão pouco ao meu país e às entidades, que posso ser uma pessoa «*inserida*» na sociedade.

É o nosso modo de viver a vida e de conviver com o próximo que nos define como ser humano, e não o rótulo que nos estipulam. Eu, ao contrário de muitos, não o assumo e nem assino por baixo.

O que aprendi foi que devo provar-me a mim mesma, que apesar de muita gente me dizer «não», eu sou capaz. E mais do que nunca tenho gosto em dizer que ser cigano é um orgulho.

## Projecto-piloto Mediadores Municipais

*João Seabra\**

### Introdução

O objectivo desta comunicação é apresentar a experiência profissional desenvolvida enquanto mediador sócio-cultural na Câmara Municipal de Aveiro. A intervenção da mediação municipal visa promover a melhoria de acesso dos equipamentos locais por parte das comunidades ciganas a serviços e equipamentos locais e na facilitação da comunicação entre grupos culturalmente diferentes, investindo-se na tradução dos conteúdos da interacção, prevenindo e gerindo conflitos.

É apresentada uma breve descrição das diferentes funções que um mediador municipal pode desenvolver, por exemplo, questões habitacionais, Rendimento Social de Inserção, educação, formação de técnicos, divulgação de conhecimentos e da cultura cigana.

### Projecto-piloto Mediadores Municipais

- Aprovado pelo Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural
- Entidade Gestora – Caritas Diocesana de Aveiro
- Entidade Interlocutora – Câmara Municipal de Aveiro
- Mediador Municipal – João Seabra
- Início do Projecto: 01 de Outubro/2009
- Através deste Projecto encontra-se ao serviço da Autarquia um Mediador Municipal, cuja intervenção incide, sobretudo, na melhoria do acesso das comunidades ciganas a serviços e equipamentos locais e na facilitação da comunicação entre grupos culturalmente diferenciados, investindo-se na tradução dos conteúdos da interacção, prevenindo e gerindo conflitos.

---

\*Mediador Sócio-cultural, Câmara Municipal de Aveiro.

## **Objectivos do projecto**

- Promover o diálogo intercultural;
- Estreitar relações de proximidade entre a comunidade, técnicos e serviços;
- Dotar as famílias de competências facilitadoras da sua autonomia e integração social;
- Promover boas práticas de trabalho com a comunidade cigana;
- Prevenir conflitos no seio das comunidades;
- Sensibilizar a comunidade geral para a cultura cigana;
- Actualizar os dados que integram o estudo «Retrato Social da Comunidade Cigana no Concelho de Aveiro»;
- Elaborar um estudo acerca dos núcleos habitacionais que integram os bairros clandestinos do Concelho.

## **Problemáticas identificadas na Comunidade Cigana**

- Baixa Escolarização e formação;
- Desemprego;
- Dependência de apoios económicos e serviços;
- Precariedade habitacional;

### **Para atingir estes objectivos:**

#### **Mediação**

– Visa, através do envolvimento das partes a resolução dos seus conflitos, desbloqueando posições intransigentes fomentando a adopção de atitudes conducentes à busca de soluções participadas;

– Assumida como um recurso fundamental que procura um contacto intercultural através da comunicação.

No centro da Mediação estão então subjacentes factores de vária índole:

- pessoais, familiares, emocionais, situacionais, bem como, factores culturais.

Compreender o cidadão cigano implica:

- Contextualizar historicamente a sua cultura, onde a exclusão social foi factor conducente à adopção de atitudes de fortalecimento dos costumes como forma de preservarem a sua identidade;
- Perceber os papéis familiares desta comunidade, onde:
  - O homem assume um papel de organização, autoridade e protecção contra o exterior;
  - A mulher providencia o sustento da família e organiza a vida do núcleo familiar;
- Aceitar a especificidade cultural característica desta comunidade.

Em resumo, a integração de uma etnia, seja ela qual for, não lhe pode exigir o abandono de uma identidade e exige o reforço do sentimento de cidadania tornando possível que se sintam cidadãos PORTUGUESES de ETNIA CIGANA.

Quadro 1 – Distribuição das famílias de etnia cigana pelos diversos empreendimentos de habitação social (propriedade da Autarquia e do IHRU)

Bairro	N.º famílias	N.º elementos	N.º crianças 0 – 6 anos	N.º crianças 7– 16 anos	N.º crianças 17– 18 anos	Beneficiárias Rendimento Social de Inserção
Cova do Ouro	4	17	5	2	2	4
Cacia	1	7	2	3	-	1
Mataduços	1	6	3	1	-	1
Santiago	15	62	9	14	2	14
Covilhã	2	14	2	5	1	2
Caião	5	23	1	5	3	4
Griné	9	37	9	3	2	9
Agras	9	41	12	11	-	8
Total	46	207	43	44	10	43

Núcleos familiares ciganos a residir em contexto de construção clandestina:

- Freguesia de S. Bernardo

Quadro 2 – Caracterização da comunidade cigana de S. Bernardo

	N.º famílias	N.º elementos	N.º crianças 0 – 6 anos	N.º crianças 7– 16 anos	N.º crianças 17– 18 anos	Beneficiárias Rendimento Social de Inserção
S. Bernardo	5	25	6	8	-	5
Total	5	25	6	8	-	5

– Freguesia de Esgueira – Ervideiros

Quadro 3 – Caracterização da comunidade cigana da freguesia de Esgueira – Ervideiros

Bairros Ervideiros	N.º famílias	N.º elementos	N.º crianças 0 – 6 anos	N.º crianças 7– 16 anos	N.º crianças 17– 18 anos	Beneficiárias Rendimento Social de Inserção
1º Bairro	10	36	6	9	--	9
2º Bairro	9	36	9	9	--	8
3º Bairro	10	42	11	10	3	9
4º Bairro	2	11	4	3	--	2
Total	31	125	30	31	3	28

– Intervenção do Mediador Municipal – 2009

Actividades	Objectivos
Acção de sensibilização sobre a importância da Escola em articulação com equipa de protocolo de RSI – Santa Casa da Misericórdia de Aveiro N.º de destinatários = 29	Sensibilizar as famílias para a importância da Escola no seu processo de socialização e inclusão.
Participação em actividade lúdico cultural: ida ao cinema com as crianças do 1º ciclo da Quinta do Simão N.º de destinatários = 45	Promover espaços de convívio intercultural e de abertura à cidade de modo a veicular a valorização pessoal, o comportamento assertivo e ainda promover a participação social e cívica.
Participação em seminário Nacional sobre a saúde nas comunidades ciganas	Obter informação actualizada na área da saúde.
Elaboração/calendarização do plano de intervenção actividades a desenvolver e sua calendarização.	Definição das áreas de intervenção.

– Intervenção do Mediador Municipal – 2010

<b>Actividades</b>	<b>Objectivos</b>
Actualização dos agregados familiares residentes nos Ervideiros Nº de destinatários abrangidos: 30 agregados familiares	Actualização dos elementos dos agregados familiares atendendo que se trata de uma população flutuante existindo uma desactualização constante de dados específicos da população.
Aplicação de questionário desenvolvido pelo centro de saúde, para diagnóstico das necessidades das famílias Nº de destinatários abrangidos: 18 indivíduos	Auscultar junto da população os temas de interesse na área da saúde para dinamização de acções de sensibilização.
Reuniões com a equipa técnica do projecto «MultiSendas»  Nº de reuniões: 12	Disponibilização de informação acerca da população alvo de intervenção; Definição de estratégias articuladas e convergentes de intervenção do Mediador Municipal.
Participação nas reuniões de conselho de turma do agrupamento de Escolas de Esgueira  Nº de reuniões: 20	Devolver aos pais a preocupação sobre o absentismo escolar, tendo em vista os benefícios para o aluno; Partilhar preocupações, definir estratégias de aproximação dos alunos à Escola.
Visitas domiciliárias aos acampamentos de Ervideiros e das Agradas  Nº de visitas: 26	Percepcionar as causas relacionadas com o absentismo escolar e sensibilizar as famílias para a importância da Escola; Sensibilizar a população para uma participação activa nas actividades promovidas pela equipa de protocolo de RSI- Santa Casa da Misericórdia e pela equipa do projecto «MultiSendas».
Acompanhamento dos processos individuais dos alunos de etnia cigana do agrupamento de Escolas de Esgueira  Nº processos acompanhados: 21	Articulação com a Escola; Mediação junto dos pais para uma aproximação à Escola; Sensibilização dos alunos para a frequência escolar.
Acompanhamento dos processos individuais dos agregados de etnia cigana a residir em habitação social  Nº processos acompanhados: 10	Visitas domiciliárias em articulação com as técnicas de Habitação Social aos agregados que solicitam atribuição de habitação social, para efeito da avaliação das condições socioeconómicas dos mesmos; Articulação e partilha de informação com os técnicos de outras instituições a intervir com as famílias de etnia cigana.
Atendimento aos agregados de etnia cigana  Nº de atendimentos: 27	Numa lógica de proximidade são realizados atendimentos em conjunto com o Mediador como facilitador da comunicação entre técnicos e famílias
Acompanhamento dos técnicos do DSU aos acampamentos de Ervideiros e das Agradas Nº de acompanhamentos: 8	Visita conjunta com os técnicos do DSU para avaliação dos pedidos de obras.

– Intervenção do Mediador Municipal – 2010 (continuação)

<b>Actividades</b>	<b>Objectivos</b>
Acompanhamento na implementação de um sanitário, adquirido pela autarquia no 1º bairro de Ervideiros	Visita conjunta com os técnicos do DSU para definição da implementação do sanitário no sentido de promover melhores condições higieno-sanitárias; Promover a gestão comunitária do sanitário.
Apoio ao exercício da cidadania N° de destinatários abrangidos: todos os agregados familiares dos bairros de Ervideiros	Sensibilização das famílias para a importância dos subsídios escolares para os seus filhos; Sensibilização para a necessidade de se proceder ao preenchimento dos documentos necessários para atribuição do subsídio escolar, dentro dos prazos estipulados; Apoio às famílias nas diligências a efectuar.
Acolhimento da peça de teatro «Porta cigana» N° de destinatários abrangidos: 300 pessoas de várias faixas etárias, provenientes de escolas, instituições particulares de solidariedade social e comunidade em geral.	Sensibilizar a opinião pública em geral, para a realidade vivida, ao longo dos anos pelas comunidades ciganas; Promover uma maior empatia entre as comunidades ciganas e não ciganas
Ida à praia e visitas ao jardim Oudinout com as crianças de Ervideiros em articulação com a equipa técnica do projecto «Multisendas» N° de destinatários abrangidos: 20 crianças e jovens	Promover actividades que, por razão de carência económica, se revelam, habitualmente inacessíveis aos participantes; Promover o comportamento assertivo no grupo; Proporcionar às crianças o contacto com realidades diferentes do dia-a-dia; Realizar actividades desportivas em diferentes espaços.
Participação em vários ateliers, em articulação com a o Projecto «MultiSendas» e direccionado para as crianças de Ervideiros: - Férias culturais - Caminhada saudável - Atelier de teatro N° de destinatários abrangidos: 20 crianças e jovens Em articulação com Equipa de protocolo de RSI – Santa Casa da Misericórdia de Aveiro e direccionado para a população cigana nas Agrad participações nos ateliers: - Dia do pai - Dia da mãe - Mascaras de carnaval N° de destinatários abrangidos: 15 crianças e jovens	Tomar contacto com o conceito de cultura; Identificar algumas culturas existentes; Inculir nas crianças comportamentos e hábitos saudáveis; Desenvolver o relacionamento interpessoal e espírito de grupo; Promover o convívio e o desenvolvimento da criatividade nas crianças e jovens; Sensibilizar de forma lúdica cultural para a importância destas actividades e extrapolá-las para o contexto escolar tentando aumentar a sua motivação e adesão a outras actividades (dentro e fora do contexto escolar)
Participação como orador no seminário «Mediar para incluir – mediação sócio-cultural – com as comunidades ciganas»	Proporcionar uma reflexão conjunta e partilhada, das várias formas e procedimentos de mediação sócio-cultural.
Participação como orador no evento «ACIDI junto das comunidades ciganas»	Partilha da experiência no Projecto-piloto – Mediadores Municipais, nomeadamente no que respeita aos factores de sucesso e insucesso, obstáculos encontrados e ganhos adquiridos.

– Intervenção do Mediador Municipal – 2011

<b>Actividades</b>	<b>Objectivos</b>
Realização de visitas domiciliárias aos agregados familiares residentes nos Bairros de Ervideiros e das Agradas Nº de visitas realizadas: 18	Sensibilizar a população para uma participação activa no percurso escolar dos filhos
Acompanhamento dos agregados familiares ao atendimento com a Directora de turma dos seus filhos Nº de acompanhamentos: 5	Aumentar o diálogo com com os directores de turma e os pais dos alunos
Participação no almoço nas escolas do 1º ciclo de Ervideiros (uma vez por semana de 15 em 15 dias) e na do 2º, 3º ciclo Aires Barbosa (duas vezes por semana) Nº de participações: 15	Acompanhar os alunos de etnia cigana na hora do almoço Sensibilizar os alunos para as regras existentes na cantina escolar; Minimizar os comportamentos desadequados dos alunos durante a hora do almoço
Presença do Mediador uma vez por semana no intervalo da manhã na Escola E,B 2,3 Aires Barbosa Nº de presenças do Mediador: 3	Diminuir os comportamentos desadequados dos alunos no intervalo
Participação como observador na sala de aula de E.V.T na Escola E.B . 2º e 3º Ciclos Aires Barbosa Nº de participações: 1 Observação das dinâmicas existentes entre professores e alunos na sala de aula	Delineação de estratégias de intervenção para adequação de comportamentos por parte dos alunos dos conteúdos de interacção
Atendimento aos agregados de etnia cigana Nº de atendimentos: 51	Numa lógica de proximidade são realizados atendimentos em conjunto com o Mediador
Acompanhamento dos processos individuais dos agregados de etnia cigana a residir em habitação social  Nº de processos acompanhados: 7	Visitas às habitações em articulação com os vários departamentos da Câmara Municipal, com vista à viabilidade da resolução dos problemas inerentes às habitações dos agregados familiares de etnia cigana; Visitas domiciliárias em articulação com as técnicas de Habitação Social aos agregados que solicitam atribuição de habitação social, para efeito da avaliação das condições socioeconómicas.
Participação nas reuniões de conselho de turma do agrupamento de Escolas de Esgueira  Nº de reuniões: 14	Devolver aos pais a preocupação sobre o absentismo escolar, tendo em vista os benefícios para o aluno; Partilhar preocupações, definir estratégias de aproximação dos alunos à Escola.
Reuniões de conselho de turma nas Escolas: Jaime Magalhães Lima – 2 EB 2,3 de Eixo - 2 EB 1 de Santiago - 1 Colégio D. José I - 1	Devolver aos pais a preocupação sobre absentismo escolar, tendo em vista os benefícios para o aluno; Partilhar preocupações, definir estratégias de aproximação dos alunos à Escola.
Participação no projecto «Muda o Bairro» - Programa Escolhas Nº de destinatários que participaram: 12 adultos + 6 crianças	Participação na sessão de esclarecimento e sensibilização para a limpeza e pintura do muro pela população residente no 1º Bairro – numa 1ª fase. Numa 2ª fase: Participação na limpeza e pintura do muro do 1º Bairro de Ervideiros. Promover junto da e com a comunidade residente no Bairro as rotinas e acções necessárias à limpeza dos espaços e reciclagem Implicar a população na defesa de uma melhor imagem interna e externa do Bairro.
Participação numa sessão do clube « Línguas e Cultura» sobre cultura cigana e língua caló. Nº de destinatários que participaram: 20	Compreender a visão dos alunos acerca da sua história, origem da sua cultura e da língua caló. Aumentar o nível e a consciência linguística dos alunos.

– Intervenção do Mediador Municipal – 2011 (continuação)

<b>Actividades</b>	<b>Objectivos</b>
Participação em acção de sensibilização sobre escolarização, formação profissional e emprego para os beneficiários de RSI dos agregados familiares residentes nas Agradas  Nº de destinatários que participaram: 12	Despertar nos beneficiários de RSI uma atitude de empenho para as propostas de educação, formação profissional e emprego apresentadas pelas técnicas gestoras dos processos Sensibilizar para a importância da qualificação/formação dos indivíduos como forma de potenciar a integração no mercado de trabalho.
Reuniões com a equipa técnica do projecto «MultiSendas»  Nº de reuniões:7	Disponibilização de informação acerca da população alvo de intervenção Definições de estratégias articuladas e convergentes de intervenção do Mediador Municipal
Participação nas reuniões do grupo consultivo local da EAPN do qual o Mediador Municipal faz parte  Nº de reuniões: 5	Observar no concelho as situações de extrema pobreza e exclusão social Planificar, desenvolver e monitorizar campanhas de sensibilização junto dos órgãos de comunicação social e governamental bem como da sociedade civil relacionada com a pobreza e exclusão social de algumas comunidades
Participação numa acção de formação da EAPN	- Aprofundar o conhecimento do trabalho desenvolvido pela EAPN
Participação na preparação do Fórum Nacional a realizar pela EAPN subordinado ao tema «Pessoas em situação de pobreza»	- Desenvolver conhecimentos/competências na área das pessoas em situação de pobreza»
Participação como orador no 3º Fórum Nacional «Pessoas em situação de pobreza e exclusão social» realizado pela EAPN.	
Participação como orador na audição pública sobre «A integração dos ciganos em Portugal e na União Europeia»	- Partilhar conhecimentos sobre a situação dos ciganos em Portugal e sobre a experiência de cidadão cigano - Partilhar a experiência no projecto-piloto – Mediadores Municipais
Participação como orador no Seminário Ibérico «Propostas para a inclusão das comunidades ciganas	- Apresentação de propostas que visam a inclusão das comunidades ciganas em Portugal, visto estar a ser elaborado um Plano Nacional e Europeu «Plano de inclusão das comunidades ciganas na Europa – «Plano 2020»
Participação como orador no debate «O papel da comunicação social na criação de representações, atitudes e comportamentos face à pobreza e à exclusão social»	-Responsabilizar e sensibilizar a comunicação social para que tenha um papel preponderante na luta contra a pobreza e exclusão social, dos cidadãos que vivenciam situações de pobreza e exclusão social.
Participação no Workshop «Emprego e empregabilidade»	Despertar para os actuais desafios desafios do emprego Adquirir conhecimentos acerca das actuais respostas ao nível do emprego existentes no Centro de Emprego e Formação Profissional
Participação no encontro multicultural «Djelem, Djelem Cultura cigana»	Desenvolver os saberes adquiridos Promover a partilha de conhecimentos e estratégias de intervenção para a divulgação do valor cultural e artístico do trabalho produzido pelas comunidades ciganas

- A intervenção do mediador tem privilegiado a área da educação, uma vez que se reconhece que esta área é fundamental para a inclusão dos indivíduos, imprescindível para o exercício de uma cidadania plena, não alcançável sem se obter a redução dos índices de absentismo e desistência escolar, ainda patentes numa parte significativa das crianças e jovens de etnia cigana, em idade escolar.

Assim verifica-se que a situação da escolarização das crianças ciganas residentes no Lugar de Ervideiros tem sido objecto de uma progressiva melhoria. Em termos de frequência e sucesso escolar, existe ainda um longo percurso a percorrer para que todas as crianças residentes obtenham a escolaridade obrigatória.

**Quadro 4 – Frequência escolar de Crianças e Jovens de Ervideiros**

	2009–10		2010–11		2011–12	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Jardim de Infância	0	0	6	6	7	10
1º Ano	2	1	3	2	1	4
2º Ano	7	1	3	4	4	2
3º Ano	3	5	2	5	2	4
4º Ano	1	6	0	1	5	2
5º Ano	3	1	3	4	3	3
6º Ano	5	1	6	4	4	3
7º Ano	0	1	1	2	1	1
8º Ano	0	0	0	0	3	2
Total	21	16	24	28	30	31

*«Para que uma acção/intervenção para a mudança/inação seja fecunda, ela deverá ser uma acção lenta, e evolutiva, respeitando o equilíbrio dinâmico das relações de força presentes numa comunidade social.» (Goguelin, 1991)*

– Plano de Intervenção para 2011/12

– Plano de Intervenção para 2011/12

Área de Intervenção	Objectivos da Actividade	Actividade	Metodologia
Educação	Educar para a escolarização	Aumentar as taxas de frequência/sucesso escolar	Acompanhamento da frequência escolar dos alunos de etnia cigana; Promoção de reuniões com os Conselhos Executivos das Escolas do concelho para a apresentação do Mediador
	Fomentar a participação dos pais no percurso escolar dos seus filhos	Sensibilização aos pais dos alunos para a necessidade da participação nas reuniões escolares e outros eventos	Deslocação quinzenal a casa dos agregado familiares dos alunos; Promoção de acções de sensibilização para os pais em articulação com a equipa técnica de acompanhamento do Rendimento Social de Inserção
	Recreativa Lúdico Cultural	Educar para a Integração Cultural	Promover a partilha e o contacto entre população cigana e não cigana; Inculcar uma evolução cultural sem romper com as tradições e aspectos culturais da comunidade.
<b>Demografia</b>	Actualização da caracterização dos agregados familiares; - Elaborar um estudo acerca dos núcleos habitacionais que integram os bairros clandestinos de Aveiro.	Realização de visitas domiciliárias; Aplicação de questionário.	Análise documental através de pesquisa bibliográfica, análise de documentos; Observação directa e indirecta; Tratamento do questionário no sentido de actualização dos agregados familiares;

## Mediação Sócio-cultural na área da saúde

*Bruno Oliveira\**

### **Propostas de Intervenção Social no Combate à Discriminação e Xenofobia nos Serviços Públicos: Mediação Preventiva, Mediação Passiva e Mediação Ativa**

#### **Mediação Preventiva**

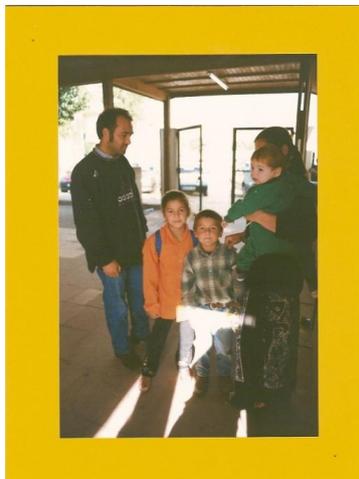


A mediação sócio-cultural preventiva tem um conjunto de medidas para evitar o aparecimento de conflitos. Uma delas é criar laços de confiança com os familiares que têm a criança internada no Hospital D. Estefânia, de maneira que se for necessário passar para a mediação ativa, exista um maior sucesso na resolução dos conflitos. Por exemplo: falar com os familiares apresentando-me como mediador cigano, falando com eles no nosso dialeto.

---

\*Mediador Sócio-cultural, Hospital Pediátrico D. Estefânia.

### **Mediação Passiva**



A mediação sócio-cultural passiva existe quando o mediador está num lugar estratégico a desempenhar funções com os utentes onde quase de certeza irá interagir com pessoas de etnia cigana facilitando a comunicação e a assimilação das regras do serviço hospitalar. Por exemplo: na consulta externa e no controlo de visitas.

### **Mediação ativa**



A mediação sócio-cultural ativa, define-se quando o mediador é chamado aos serviços onde já existam conflitos entre os utentes e os profissionais ou quando solicitado pelos utentes de etnia cigana. Neste caso, o mediador é um facilitador de comunicação fazendo um filtro entre utentes e profissionais passando toda a informação por ele, podendo até fornecer algumas estratégias de resolução. Às vezes, o mediador faz a ponte entre os utentes e o seu líder espiritual.

Como mediador cultural pertencendo à etnia cigana, julgo que o combate à exclusão social e o acesso aos serviços públicos só se resolve quando o **ACIDI** trabalhar no terreno junto das instituições públicas como observadores independentes e efetuarem relatórios para averiguar se as instituições públicas têm efetivamente meios que protejam os utentes da discriminação e da xenofobia e se esses meios são eficientes na proteção contra a discriminação.

Na minha perspetiva e de acordo com a minha experiência de trabalho, o **ACIDI** deve propor uma formação obrigatória que deve dar aos técnicos que trabalham com a população cigana, nomeadamente no que se refere à importância do diálogo intercultural e da compreensão da cultura cigana. Esta formação deveria ser anual nos hospitais e noutras estruturas de saúde que têm utentes de origem cigana.

Outro aspeto que gostava de salientar é sobre a necessidade de nos serviços de atendimento serem facultados impressos próprios aos utentes de etnia cigana que se sintam discriminados para serem mais tarde observados e examinados por alguém do ACIDI, a fim de se concluir se existiu efetivamente discriminação ou não. Para fazer este trabalho de acompanhamento deveria ser criado um Observatório das práticas dos profissionais de saúde.

O Mediador Cultural é útil? **SIM**, muito. Mas o Mediador Cultural só existe porque a instituição assim o quer, podendo dispensá-lo quando quiser. Por isso mesmo, um observador independente e competente nesta área tem, a meu ver, mais peso no combate à discriminação e xenofobia contra os utentes ciganos do que só o Mediador Cultural.

Nem tudo é dinheiro! Às vezes é preciso ter boa vontade e trabalho.

*«O que me preocupa não é o grito dos maus.  
É o silêncio dos bons.»*

**Martin Luther King**

«Sim. . . mas não à nossa porta!»

*Céu Neves\**



Não sou cientista, técnica, autoridade, dirigente política ou associativa. Sou uma jornalista que observa a realidade com a intenção de a descrever a um público o mais alargado possível, amplificando muitas das situações, dos problemas, dos projetos, das iniciativas e das histórias de vida da população, nomeadamente das comunidades ciganas. É este o contributo que pretendo trazer a este painel.

Estima-se que sejam 50 mil os ciganos portugueses, mas poderão ser cem mil ou até mais. A imprecisão dos números é propositada, porque significa que não se conhece a real dimensão de uma comunidade que faz parte de Portugal há mais de 500 anos, embora muitas vezes surja associada ao tema da imigração. A que se junta mais dois temas (ou subtemas): racismo e discriminação. Os estudos científicos demonstram que a etnia cigana é das mais discriminadas, cidadãos considerados pela população como «parasitas», que não pagam impostos e que são os grandes beneficiários do Rendimento Social de Inserção. Os comentários aos trabalhos jornalísticos sobre os ciganos (muitos deles anónimos, é verdade) são, também, elucidativos dessa discriminação.

A discriminação é real em Portugal, mas também na União Europeia, o que é reconhecido pelo Conselho Europeu ao instigar os governos a redefinir as estratégias nacionais para a integração dos ciganos. Eis os objetivos a alcançar até 2020: garantir que as crianças ciganas completem pelo menos o 1º ciclo; permitir o acesso à formação profissional e ao mercado de trabalho; reduzir a desigualdade de acesso aos cuidados de saúde, aos cuidados preventivos e aos serviços sociais; reduzir a desigualdade em matéria de acesso à habitação.

---

\*Grande repórter do *Diário de Notícias*.  
Fotos de Rodrigo Cabrita.

É no acesso à habitação que as políticas nacionais mais têm falhado. É esse, aliás, um dos principais motivos que leva Portugal a ter nota negativa e a sentar-se no banco dos réus no que diz respeito à integração de algumas comunidades, tanto por parte da Agência Europeia para os Direitos Fundamentais (FRA), como do Centro Europeu dos Direitos dos Ciganos e da Amnistia Internacional.

«Promover um acesso não discriminatório à habitação, nomeadamente à habitação social e a serviços públicos essenciais (água, eletricidade e gás), tendo também em conta as necessidades dos ciganos não sedentários», recomendou o Comité das Regiões da União Europeia, numa reunião realizada em Bruxelas em Dezembro de 2011.

Eu diria que não basta ter uma casa, água e luz. É preciso que os ciganos tenham um real acesso aos espaços públicos, ou melhor, que partilhem os espaços públicos, as vias públicas, os bairros e zonas residenciais como os outros cidadãos. Obviamente, respeitando-os e participando na melhoria desses mesmos espaços, sujeitando-se às regras exigidas a todos os cidadãos. E, em Portugal, estamos sobretudo a falar de ciganos sedentários, o que representa mais de 90% da comunidade.

Estive em acampamentos e bairros sociais de ciganos para uma reportagem que realizei com o fotógrafo Rodrigo Cabrita sobre as condições de habitação desta comunidade que publicámos no *Diário de Notícias* em Novembro de 2010.

Os ciganos vivem na periferia das cidades, das aldeias e das localidades, em terrenos sem rentabilidade, junto a zonas industriais e de difícil acesso, a paredes-meias com lixeiras e animais, acantonados. Estão retirados da restante população, dos equipamentos públicos, nomeadamente de escolas e dos centros de saúde, e que constituem mais um desincentivo à escolaridade e aos cuidados médicos.

Pretendo mostrar alguns exemplos (cinco negativos e um positivo) e que provam que a integração é possível, se as medidas para o acesso à habitação tiverem em conta as pessoas em vez das etnias e dos grupos.

## Bairro das Pedreiras, Beja



O Bairro das Pedreiras, em Beja, foi construído em 2005, habitação a custo controlado, o que no caso presente significa má construção. Ao fim de quatro anos as casas mais pareciam ter 40. Os autarcas de então chamaram-lhe o Bairro das Pedreiras, mas quem ocupou as habitações batizou-o de Bairro do Canil por estar localizado junto a dois canis, um municipal e outro privado, plantado entre uma estrada e uma linha de caminho de ferro desativada.

Escondeu-se quem lá vive com um muro de tijolos de cimento num recinto onde se entra por um portão, a não ser que se achessem a linha de ferro desativada ou os canis. «O cemitério dos vivos», chamou-lhe Joaquim Estrela, o patriarca da comunidade cigana ali residente.

Alojaram no bairro, sem espaços verdes e equipamentos coletivos, 57 famílias, cujo número de elementos por agregado aumentou entre o momento do recenseamento e o da entrega das casas, o que acontece sempre, sobretudo quando o tempo de espera para o realojamento é demorado, o que também acontece sempre. A etnia cigana tem um índice de natalidade elevado, além de que as raparigas acompanham os maridos quando casam, o que troca as contas da assistência social. Uma dezena das famílias partilha a casa com um outro agregado familiar.

Quem «idealizou» o bairro, fez com que as entradas das casas ficassem viradas uma para as outras, sem perceber que uma coisa é conviver na rua, prática habitual destas comunidades, e outra é expor o interior das habitações. Não resultou, o que também potenciou alguns conflitos.

O Bairro das Pedreiras foi objeto de queixa junto da Amnistia Internacional e do Centro Europeu para os Direitos dos Ciganos, o que obrigou a que fizessem alterações. Muito foi discutido sobre as soluções, tendo a atual autarquia optado por não mandar abaixo o muro, preferindo um rebaixamento com a justificação de que poderia ser perigoso para as crianças por não haver uma separação da estrada, de grande movimento.

Está prevista a construção de um telheiro para as festas da comunidade, melhoria das habitações e um novo levantamento das famílias que estão em habitações desajustadas à sua dimensão, que são praticamente todas, além de um recálculo do valor da renda. Há dois anos pagavam 32 euros por mês, mas não chegavam aos dedos de uma mão aqueles que cumpriam. Neste momento, 20 famílias estão a pagar regularmente a renda e a amortizar a dívida.

## Acampamento da Vidigueira



O acampamento da Vidigueira fica nas traseiras das ruínas do castelo medieval da Vidigueira, constituído por barracas de zinco, sem água, luz ou casa de banho. Emília Cabeças, 73 anos, tem um papel assinado em como o espaço foi cedido à sua família pelos responsáveis autarcas de há mais de 22 anos. Mais recentemente, a autarquia acabou por instalar «bocas de água» na entrada do acampamento e que teve de fechar por falta de pagamento dos consumos. Apenas Emília vai saldando as suas contas.

Quinze famílias vivem neste espaço, onde se cruzam os Cabeças e os Azul, casamentos combinados, hábitos e tradições que estão bem mais cimentadas do que as casas que os acolhem. Desculpam a ausência das crianças nas salas de aula com as más condições em que vivem, nem sequer podem tomar o banho.



## Sobral da Adiça, Moura



O acampamento de Sobral da Adiça fica num declive nas costas da aldeia, mesmo à saída, onde não há água nem eletricidade, embora estes bens essenciais estejam acessíveis bem perto das barracas. São os geradores que fornecem a luz, quando há dinheiro para pagar o gasóleo, o que acontece nos primeiros dias do mês e após receberem o Rendimento de Inserção Social.

Sérgio Reis é o mediador municipal, que tenta sem êxito uma ligação de água a um dos chafariz locais e que está bem perto, a 12 metros, apesar de estar acompanhado na luta por técnicas sociais. Tem cinco filhos, a filha mais velha, de 15 anos, casou e foi viver com a família do marido. Vivem na barraca de zinco, um bebé e mais três crianças, estas últimas a frequentar a escola e os tempos livres. O Serginho, de 11 anos, é um cliente assíduo da biblioteca local.

Aqui vivem 16 famílias: os Reis na sua maioria.



## Contentores em Borba



Tive conhecimento deste bairro através de um grupo de residentes em Borba que protestava contra o realojamento de ciganos em contentores que não «tinham o mínimo de condições», tendo denunciado a situação junto do *Diário de Notícias*.

Na tentativa de perceber o que se passava, até porque as acusações de falta de condições de alojamento faziam sentido, verifiquei que os dinamizadores da queixa tinham um espaço de turismo de habitação bem perto dos contentores.

O processo para impugnação do realojamento chegou aos tribunais, o que fez retardar em seis anos a passagem das famílias ciganas para o bairro. Não tive conhecimento da continuação do movimento contra este realojamento depois dos ciganos ali residirem.

Mais uma vez, as casas revelaram-se insuficientes para a constituição e o crescimento dos agregados familiares nesses seis anos. Acabaram por ali se instalar todos, num faz e desfaz das camas, com os colchões enrolados, para desocupar os espaços de dormida durante o dia. As famílias assinaram contratos de cedência por dois anos, onde só constam as assinaturas dos realojados, instalações temporárias mas cujo contrato refere destinar-se «à morada efetiva e permanente».

No momento de recenseamento para o realojamento contabilizaram-se 22 famílias num total de 92 pessoas, quando foram realojados já havia mais sete casais e respetivos filhos.

## Bairro do Arunca, Pombal



Os prédios do bairro têm melhor construção do que muitos outros bairros sociais e a sua dimensão está mais adequada aos agregados familiares. Inaugurado em 2007 revela, no entanto, um fator comum: a má localização e longe de tudo.

As habitações ocupam um triângulo à saída da cidade de Pombal numa zona industrial, ladeadas pela antiga EN1, pelo rio Arunca e pelo caminho de ferro. No início, apenas possuíam um carreiro que os ligava à cidade e que representava um perigo para a segurança dos residentes, sobretudo as crianças, já que estava junto a uma linha do comboio e era necessário atravessar por uma via de grande movimento. Havia uma passagem subterrânea que os poderia levar à cidade sem terem que passar pela estrada nacional e que dava para um terreno com lotes para vivendas, mas houve alguém que o encheu com cimento impedindo tal travessia. Não há certezas sobre quem o fez.

Depois de denúncias e muitos protestos, a autarquia mandou construir uma ponte por cima do rio Arunca, mas para a zona industrial.

Ali foram realojadas 55 famílias, mais de 200 pessoas.

## O que poderia ser um bom exemplo: António Cabeças



António Cabeças, filho de Emília Cabeças, morava nas barracas do acampamento da Vidigueira. Em 2009 foi contratado pela autarquia para mediador municipal e, segundo as assistentes sociais locais, estava a fazer um bom trabalho, nomeadamente na sensibilização da comunidade para o cumprimento das obrigações. Existem atualmente 20 mediadores municipais.

António exerceu um ano a tarefa de mediação entre os organismos públicos e a comunidade cigana, o que lhe deu outras condições para organizar a vida familiar. Mudou-se para uma pequena habitação nas imediações do acampamento, mais tarde substituída por outra maior. O contrato de trabalho não foi renovado ao fim de um ano e os 800 euros que ganhava mensalmente foram substituídos por seis meses de subsídio de desemprego, período que terminou.

António Cabeças deixou de ter condições para pagar uma renda e não tem atualmente uma morada certa, encontrando-se a viver num acampamento de familiares em Portel. Tem um filho que vai fazer cinco anos e só pensa ter mais crianças quando tiver condições, decisão que não é comum entre a etnia. Vive de biscates enquanto vendedor ambulante e de gado, sendo o comércio do gado uma atividade ainda comum nesta zona do País.

## O que é um bom exemplo: Prudêncio Canhoto



É quando se conhece a família de Prudêncio Canhoto que se acredita que a integração da comunidade cigana é possível. Os Canhoto nasceram e vivem

em Salvados, zona residencial de Beja, numa das características casas brancas alentejanas. Os pais de Prudêncio já residiam no bairro, os filhos alugaram ou compraram casas em redor à medida que constituíram família. E foram construindo anexos ao ritmo do crescimento do agregado familiar, como outros ciganos fazem nos acampamentos de barracas, mas que já não o podem fazer nos bairros sociais. Prudêncio construiu um anexo na casa para o filho, o Juvenal, que se juntou com a prima que lhe estava prometida desde criança.

Prudêncio Canhoto é mediador municipal há três anos na Câmara Municipal de Beja, função bem aceite pelos responsáveis dos organismos locais, mas também pela sua etnia, conciliação que nem sempre é fácil de conseguir. A família Canhoto tem como vizinhos outros alentejanos de Beja. Mantém os hábitos e costumes da etnia sem que isso represente um problema para a vizinhança, também se adaptando às regras locais. Aqui não há queixas de que fazem barulho, nem são acusados de atos de vandalismo.

O exemplo da família Canhoto demonstra que a integração é possível, mas que não o será certamente colocando as comunidades nas periferias, segregando-as, o que tende a reforçar as suas diferenças e a extremar hábitos e tradições.

## **Conclusão**

Visitei aqueles cinco bairros, construídos em momentos e em regiões do país diferentes e que obedeceram a estratégias de inserção na sociedade portuguesa diferentes, mas todos com um dominador comum: a localização periférica do centro populacional, com todas as implicações negativas para a integração destas comunidades.

Fui encontrando pelo caminho famílias sem residência fixa, que um dia estão com um membro familiar e no outro dia com outro, o que depende de uma doença, de uma celebração ou da proibição de permanecerem no local por parte das autoridades. E, também, alguns nómadas.

Cheguei à conclusão de que estamos a falar de um problema sem solução e de que nunca se conseguirá a integração destas famílias se as continuarem a agrupar segundo a etnia, sem uma ligação efetiva (e afetiva) à sociedade. Porque o que parece ser uma luta inglória encontra esperança quando verifico que há quem consiga quebrar a barreira, quem não viva em bairros de ciganos, quem vive em zonas residenciais, como a maioria dos cidadãos portugueses

Imaginem se, de repente, começassem a construir bairros para loiros, para morenos, para altos, para baixos, para gordos ou para magros. Uma outra ideia poderia ser agrupar a população por simpatias clubísticas ou partidárias. Os exemplos poderia nunca mais acabar e a conclusão sempre a mesma: um absurdo!

## De igual para igual

*Joana Henriques\**

Costumo contar um episódio profissional que represente ao meu olhar sobre a forma como a sociedade portuguesa, onde incluo os *media*, se relacionam com as questões da discriminação.

Em 2005 entrevistei em Paris um *rapper* francês, Hamé, a propósito dos motins nos subúrbios nesse ano. Sociólogo formado na Sorbonne, filho de argelinos, Hamé respondeu-me quando lhe perguntei se sentia mais argelino ou mais francês: «Sou plenamente fruto da minha história, fruto da imigração e a imigração é plenamente fruto da história francesa. Sim, sou francês, resultado da imigração argelina, mas sou também artista, militante e muitas coisas.»

Confesso que me senti envergonhada com a minha pergunta, com o facto de pôr a hipótese de ele não se sentir francês. E percebi que esse era, na verdade, o ponto crítico dos discursos, inclusivamente o meu, sobre minorias.

De forma muito simples, Hamé confrontou-me com o óbvio: que o facto de os seus pais terem nascido noutra país não faz dele imigrante; que não há uns que são mais «nacionais» do que outros; que a população de um país é feita de uma massa heterogénea de raças, etnias, religiões, culturas; e que, as próprias «minorias», são diversificadas.

Ora isto fez-me reflectir na questão que me traz a este congresso: como é que os *media* em Portugal falam das minorias? O que é que está a faltar na fotografia? Quais os aspectos em que nos concentramos e quais os que esquecemos? Que história é que não estamos a contar? Mas, sobretudo, até que ponto vemos esta relação como de igual para igual, sem paternalismos, nem exotismos?

Antes de responder a algumas destas perguntas, julgo ser importante referir um ponto que toca a todos, *media*, sociedade, academia, entidades oficiais.

Tem sido hábito ouvir responsáveis políticos elogiar as «políticas de imigração» portuguesas e o sucesso dos resultados nacionais comparados com outros países europeus. E ainda recentemente o ministro dos Assuntos Parlamentares, Miguel Relvas, disse que em matéria de racismo «ninguém dá lições a Portugal».

Mas o inebriamento com as «boas performances», que são discutíveis e não cabe aqui discutir, cai na armadilha do discurso sobre minorias em Portugal: a

---

\*Jornalista do *Público*.

associação intrínseca com a imigração. Por exemplo, a própria forma como se nomeiam os portugueses negros – que é em si um termo polémico – traz em si colada a palavra «estrangeiro»: «novos portugueses», descendentes de imigrantes, imigrantes de segunda geração. E em relação aos ciganos, são raramente olhados como portugueses: quando o são, normalmente são ciganos primeiro e portugueses depois.

Temos, como sociedade, medo de falar da raça, como se fosse uma palavra maldita. Assim como temos medo de falar de etnia num país onde a única minoria étnica nacional oficialmente reconhecida é a cigana. Somos assim tão pouco diversos como população?

Tendo vivido em dois países, Estados Unidos e Inglaterra, onde as palavras raça e etnia fazem parte do vocabulário do quotidiano e estas questões são discutidas de forma desempoeirada na «rua», confesso que é uma das coisas que mais me impressiona nos discursos sobre minorias em Portugal. É um debate demasiado circunscrito à academia, como se tivesse que ter lugar em segredo.

Daí que seja fácil os *media*, mas também às entidades oficiais e a própria academia, caíram nas armadilhas do debate sobre o politicamente correcto «multiculturalismo».

Imaginando que estas armadilhas têm uma escala de 1 a 10, o número 1 seria a discriminação, a xenofobia e o racismo, e o número 10 o exotismo e o paternalismo. É uma escala cheia de alçapões onde até os mais bem-intencionados caem – inclusivamente eu própria.

Os preconceitos e estereótipos são fruto de uma história social de séculos dos quais não nos despimos de um dia para o outro.

Não se limitam a ofensas verbais e atitudes descaradamente xenófobas e racistas, mas espelham-se também em coisas mais subliminares como assumir que um português negro tem de dançar bem ou que um português cigano tem jeito para o negócio. Estes exemplos são uma caricatura. Mas o facto de, por exemplo, o Alto Comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI) nunca ter tido alguém de uma minoria a liderar não é.

Isto serve para introduzir a primeira pergunta que me trouxe aqui: como é que os *media* portugueses falam das minorias? Usando a analogia das armadilhas e sua escala, começo pelo número um, quer dizer, pela discriminação, a xenofobia e o racismo explícitos.

Segundo informações do ACIDI, há apenas três acórdãos da Procuradoria-Geral da República que aplicaram o crime de Discriminação Racial entre 2006 e 2011.

Os dados fariam pensar que a discriminação não é um problema em Portugal. Mas vários estudos mostram que as queixas não podem servir de bitola uma vez que há muita gente que tem medo em queixar-se e que muitos não estão sequer informados sobre o que constitui discriminação e portanto não têm

a certeza que a sofreram.

Se estes casos não chegam às devidas instâncias, também não chegam aos *media*. O que, obviamente, não é desculpa porque a nossa função não deve ser a de meros agentes passivos.

Seria obviamente limitativo cingir a questão da discriminação, da xenofobia e do racismo às peças jornalísticas que fazem denúncias sobre o assunto, sem fazer uma reflexão sobre a forma como a própria comunicação social contribui para isso. Recordo o infeliz episódio do «arrastão» em Oeiras há uns anos, em que se falava de um *gang* de 500 negros que teriam assaltado a praia; a forma como os ciganos são associados ao tráfico de droga e às rixas; as histórias de máfias russas e das redes de prostituição; a associação minorias-bairros sociais e por aí a fora.

Fala-se de minorias nos *media* sobretudo quando há problemas ou para reportar problemas; toma-se a parte pelo todo e dá-se uma imagem homogénea e generalizada das «minorias», como se, em si, não fossem tão diversas quanto as «maiorias». Nas poucas vezes em que se fala de casos de sucesso das comunidades negras, por exemplo, eles são ou o desporto ou música – o que muito facilmente cai no espectro 10 da armadilha, o exotismo.

A maior parte das vezes são jornalistas, académicos, analistas brancos a comentar e raras vezes se procuram dentro das comunidades vozes com discurso articulado para contar e enquadrar estas histórias.

O que é que está a faltar na fotografia? Que vozes é que não estamos a incluir nas histórias que contamos sobre Portugal?

Julgo que é tão importante centrarmo-nos no espectro 1 como no 10. E aqui há um problema de base que é o facto de se irem buscar as vozes das minorias apenas para comentar casos relacionados com discriminação, com as suas comunidades.

Esta ausência e invisibilidade tem o perigo de reforçar estereótipos e preconceitos: se as vozes destas comunidades só têm visibilidade quando há problemas, parece que não se reconhece autoridade para emitir uma opinião sobre assuntos que são de todos.

É neste esforço de diversificação das fontes, das personagens das histórias, nesta relação de igual para igual que me parece ser cada vez mais importante investir. Da mesma forma, é importante introduzir a perspectiva racial ou étnica em determinados temas que exijam essa reflexão, assim como desmontar as associações que se fazem de determinados grupos étnicos a características específicas da personalidade ou traços físicos.

Finalmente, e não menos importante: na maioria das redacções não existe diversidade racial ou étnica alguma. Estamos a contar histórias de brancos, escritas por brancos, e para brancos. Perguntar-se-ão se esta divisão, assim, faz sentido. O que é isso de histórias para brancos? É óbvio que a divisão é artifi-

cial. Não penso que tenham que existir histórias para ciganos, e histórias para asiáticos, histórias para negros e histórias para brancos. Mas parece-me que num país racial e etnicamente heterogéneo seria natural que os *media*, fazedores de opinião – assim como o parlamento, e os lugares de liderança na sociedade portuguesa, assim como a própria universidade – reflectissem essa diversidade. Não o sendo, estamos a deixar de fora vozes que são uma parte importante daquilo que somos. Estamos a deixar de fora uma parte importante da fotografia de Portugal.

## O associativismo como barreira ao racismo e à xenofobia

*Vítor Marques\**

### **Introdução**

A década de 1990 pode caracterizar-se como a década dos acontecimentos políticos. Enquanto a Europa dos 15 tentou conseguir a unificação europeia e monetária, na Europa de Leste assistiu-se a novas mudanças políticas. Foi também a década do ressurgimento de um fenómeno social já esquecido, denominado racismo e xenofobia, que não é específico da sociedade portuguesa, mas que recai também na Europa.

Determinadas minoria étnicas que conviveram e convivem (Ciganos; Africanos; Árabes; Judeus, etc.) na Europa, estão a sofrer os efeitos de comportamentos aberrantes por parte de sectores minoritários de populações em que os princípios da igualdade e tolerância se põe em questão e estão em quebra.

No entanto, continuamos a realçar um dado político esperançador a nível internacional, a Carta de Paris de 21 de Novembro de 1990, resultado da Cimeira da Conferência de Segurança e Cooperação Europeia, onde os Estados assinantes se comprometem a lutar contra o racismo, a xenofobia, ou outra qualquer forma de discriminação social, racial, política, assim como à protecção da identidade étnica e cultural das minorias étnicas.

Esta carta constitui um dos reptos para conseguir a igualdade de minorias, incluindo a minoria cigana, com o resto dos cidadãos.

### **Discriminação/Rejeição da População Cigana**

Ser cigano é sentir-se cigano, ser participante de um sistema de valores que impregna todo o corpo e peneira a percepção exterior na base de uma cultura milenária.

A luta da comunidade cigana por conseguir em pleno desfrutar dos seus direitos de cidadãos tem múltiplas facetas que vão desde a exigência de que nos respeitem e aceitem como somos, portadores dessa cultura milenária e donos do

---

\*União Romani Portuguesa.

seu próprio destino, até às reivindicações mais urgentes com vista à conquista dos meios indispensáveis para viver com dignidade.

Os ciganos são cidadãos portugueses e como tal têm que fazer parte activa dos destinos do nosso país. A Constituição da República Portuguesa é um marco de entendimento entre todos os portugueses e nela está consignado que ninguém pode ser discriminado quer pela raça, religião, cor da pele ou sexo. No entanto temos assistido a várias situações de discriminação e/ou rejeição.

## **Saúde**

Na saúde, os ciganos continuam a ter um atendimento deficitário e prolifera ainda a falta de informação sobre o encaminhamento no que respeita à prevenção e/ao tratamento de doenças.

Casos há, em particular nas urgências hospitalares, em que são atendidos com desconfiança e indiferença o que leva, em alguns casos, a ter atitudes inatenciosas, mas compreensíveis para quem recusa ser rejeitado e tratado de forma diferente.

## **Habitação**

No que se refere à habitação, não é fácil a um cigano, por muito dinheiro que tenha, conseguir arrendar uma casa apenas e só por ser cigano.

Quanto às habitações sociais criou-se, infelizmente, nos detentores do poder em Portugal e concretamente nos autarcas, a ideia de construir bairros para ciganos, dando assim origem a «guetos» e a situações de mal estar tanto para os próprios ciganos como para os não ciganos.

Por outro lado, as construções não são condizentes com a forma de ser e de estar do povo cigano, ou seja, não têm em conta a sua especificidade cultural, dificultando assim uma verdadeira inserção na sociedade maioritária.

## **Educação Escolar**

Quando falamos de escola temos que analisar que escola temos e a quem está dirigida. A Lei de Bases do Sistema Educativo ao não contemplar a diferença de culturas, uma vez que se trata de uma Lei de âmbito generalizado e de visão global, coloca-nos perante uma escola monocultural. Uma escola criada apenas para a denominada maioria dominante e é neste aspecto, para nós de relevante importância, que surge a divergência, porque o que ansiamos é por uma escola intercultural onde uma criança cigana se sinta bem e não tenha que viver uma dupla cultura. Ou seja, que não tenha que deixar a sua cultura à porta da escola para a reassumir após o toque da campainha que dá por terminado o

tempo escolar.

Enquanto a escola não for realmente intercultural, ela própria é exclusora e tenderá a contribuir para a criação de novos actores para a exclusão, uma vez que não detém um discurso capaz de desmontar as visões estereotipadas com que a maioria das crianças chega à escola.

Enquanto segundo factor de socialização a escola tem a obrigação de preparar os jovens para a relação com a sociedade e, por isso, não deve imiscuir-se na educação familiar mas antes estabelecer relações com a comunidade para que possa haver uma interacção entre escola e a comunidade e vice-versa. Ninguém beneficia com o voltar de costas entre comunidade e escola.

Enquanto a escola se mantiver irredutível à mudança, está a contribuir para o insucesso escolar e/ou para absentismo das crianças pertencentes a culturas diferentes, pelo que desta forma, não é possível fazer uma plena e tão desejada escolarização das crianças ciganas.

## **Mercado de Trabalho**

Quanto ao mercado de trabalho, o que se assiste é ao constante encerramento das suas portas aos elementos de etnia cigana.

Diz-nos a experiência que de nada adianta estar a fazer-se ou promover-se cursos de formação profissional, a não ser para aquisição de conhecimentos, já que uma vez que terminados estes cursos não há qualquer saída para quem os conclui.

Esta situação é gravemente desmotivadora e muito responsável pelo sentimento de revolta dos ciganos para com a sociedade maioritária levando-os ao descrédito sobre o que é, ou antes, deveria ser, o objectivo das formações.

Estes resultados, acrescidos de desmotivação e descrédito criam um enorme constrangimento em quem pretende ter um papel activo na sociedade e assim, pode tornar-se como um dos factores causadores do possível encaminhamento dos ciganos e em particular dos jovens para os caminhos da marginalidade, única saída possível, para manutenção da sobrevivência.

## **Justiça**

Sobre a justiça, o que normalmente se verifica é que os ciganos chegam aos tribunais, de forma geral, como sujeitos passivos e não como sujeitos activos.

Esta situação tem a ver com o facto de os tribunais julgarem apenas acções e não valores, como sendo a honra ou a dignidade, valores estes que para a comunidade cigana são mais importantes que o acto que pode motivar a ida a tribunal.

Mesmo assim, quando um cigano é presente a tribunal já tem sobre si o julgamento e a condenação efectuada na praça pública, quando os actos são mediatizados. Ao invés, e a história referencia-nos isso, quando a vítima é um cigano procuram-se as mais variadas formas de influenciar a opinião pública e pressionar os tribunais para que os autores dos crimes sejam ilibados. Transformando-se até os agressores em vítimas, dando quase a entender que matar um cigano foi um serviço útil prestado ao país porque afinal se tratou de acabar com alguém pertencente ao grupo dos indesejáveis.

## **Órgãos de Comunicação Social**

Desde a criação da União Romani Portuguesa em 1993 que temos vindo a pedir aos órgãos de comunicação social que deixem de utilizar a terminologia cigano quando noticiam algum aspecto criminal relacionado com alguém da nossa etnia.

Esta identificação potencia nos cidadãos a crença nos estereótipos criados, que em nada nos beneficia e propicia os rebentos racistas e discriminadores da sociedade em geral com o povo cigano.

Dado que a sua eliminação está nas mãos dos órgãos de comunicação social, continuamos a insistir juntos dos profissionais da comunicação para que não diferenciem os gitanos dos restantes cidadãos quando noticiam acções de má conduta.

## **Poder Local**

Tratando-se das instituições políticas de maior proximidade com os cidadãos era expectável uma relação positiva com o movimento associativo, aproveitando a mais-valia da sua representatividade das camadas populacionais e a função importante da mediação.

Contudo o que se tem assistido nos últimos anos, principalmente na cidade do Porto, é ao aniquilamento do movimento associativo e muito em particular do movimento associativo cigano.

As seis Associações Ciganas existentes na cidade, neste momento, não passam de existir administrativamente dada a falta de infraestruturas que as capacitem para desempenhar eficazmente a função para a qual se constituíram. O motivo prende-se, maioritariamente, com a discordância para com a forma anti-social com que se efectuaram as supostas renovações em bairros camarários pela Câmara do Porto, onde as mesmas se encontravam sedeadas e, no caso particular da Associação «Os Viquingues», com documento timbrado da Câmara e assinado pelo Vereador do Pelouro reconhecendo a existência da sede da Associação.

Só que, dado o empenhamento do seu Presidente em defesa de uma política social, todo o equipamento da Associação encontra-se guardado nos armazéns da Câmara. A sede foi destruída e até hoje não foi entregue qualquer espaço para a mesma funcionar e continuar a desenvolver projectos quer ao nível da formação, quer ao nível da ocupação, em particular dos jovens, que a caracterizaram no passado e a catapultaram para um exemplo a seguir.

## **Integração Social**

A integração não pode ter como subjacente a aculturação. Neste aspecto, a União Romani Portuguesa tem vincado constantemente uma clara e inequívoca postura que se centra na não aceitação do progresso pelo progresso sem memória do passado. Ou seja, não aceitamos uma integração que não respeite os nossos rituais, a nossa forma de ser e estar, a nossa história, a nossa especificidade cultural, porque só no respeito pela diferença é que na realidade se produz uma verdadeira inserção na sociedade maioritária. Pretendemos ser inseridos mas jamais assimilados.

## **Em jeito de conclusão...**

Uma das bandeiras que com mais afincio desfraldam as etnias minoritárias que vivem em condições de subordinação face às grandes comunidades, é conseguir o reconhecimento da diversidade cultural, porque os povos respiram a sua cultura e necessitam dela para viver.

Na nossa perspectiva, cultura é uma composição onde se mistura o saber e o sentimento, e que permite dar sinais de identidade dos povos. Daí que os costumes, a gastronomia, os sistemas de valores, a história o idioma, etc., façam com que nós ciganos nos sintamos ciganos e nos reconheçamos como tal.

Todavia, a vida cigana tem sofrido mudanças importantes nos últimos anos porque o processo de mudança que experimenta a sociedade maioritária tem também reflexos na nossa vivência, de forma que, a incorporação paulatina da nossa gente no processo de desenvolvimento que sofrem as grandes cidades, tem gerado no nosso povo novas carências e necessidades que até há uns anos nos eram alheias.

Esta mudança, ao coincidir com uma nova visão do mundo, da relação de produção e propriedade das coisas determina o momento crucial em que se produz o despertar do povo cigano, reclamando um lugar digno na sociedade em que lhe tocou viver.

É pois, frente a esta realidade, que está a nossa concepção de vida ancorada em parâmetros antigos de relações familiares interdependentes que são o eixo sobre o qual gira a nossa existência quotidiana.

Contudo, a pressão constante da sociedade maioritária, tem-nos obrigado a perdas persistentes de hábitos e costumes que não se adequam à forma de vida da maioria, adquirindo outros em seu lugar.

Porém, não obstante esta pressão, o povo cigano tem sabido resistir, ao longo da história, a todo o tipo de comportamentos agressivos que perseguiam o desaparecimento dos ciganos quer pela via da integração forçosa, quer pela desaparecimento física da população.

Daí que esta constante tentativa de aculturação nos tenha obrigado a estratégias defensivas de preservação da cultura e da nossa própria existência. Ainda que nos tenhamos confrontado com intentos externos para absorção na cultura maioritária, perseguições históricas, acções de marginalização, etc..

Amados por uns, odiados por outros, marginalizados por muitos, mantemos viva a esperança na segurança de que, ainda que os perigos sejam eminentes, as novas gerações ciganas saberão tomar nas suas mãos o testemunho dos mais velhos com a capacitação de que a cultura, a história e a tradição ciganas jamais desapareçam.

## Minorias étnicas: relação entre os profissionais da polícia e a comunidade cigana

*Paulo Rodrigues\**

Fazendo uma breve análise à história de Portugal chegamos à conclusão que a comunidade cigana é a comunidade étnica com quem os cidadãos portugueses convivem há mais tempo em território Português, as monografias apontam para o século XIV. Mas facilmente chegamos à conclusão que esta convivência nunca foi fácil. A justiça em geral e a polícia em concreto tiveram sempre um papel importante nesta correlação.

Esta constatação leva-nos a colocar algumas questões.

Como é possível Portugal ainda não ter encontrado uma solução adequada e eficaz de integração dos ciganos nas comunidades locais em que se inserem?

Como é possível que a comunidade cigana ainda não tenha a confiança necessária para se abrir a uma integração que lhes proporcione apoio social e laboral?

Será que a responsabilidade é apenas da sociedade em geral, ou deverá ser partilhada com a comunidade cigana?

Nesta questão, onde a cultura e os aspectos sociais são fulcrais para o encontro de soluções, estaremos todos, incluindo a comunidade cigana, a fazer o necessário?

Não terão esta ambiguidade e ineficácia do sistema transformado, instintivamente, esta frágil relação num caso de polícia?

Haverá aqui falhas de parte a parte que urge resolver, para que nem o ostracismo seja uma realidade em relação à comunidade cigana, nem a comunidade cigana aja com desconfiança em relação quer à sociedade em geral, quer em relação às forças de segurança em particular.

---

\*Agente da Polícia de Segurança Pública e Presidente da Associação dos Profissionais da Polícia de Segurança Pública.

**NOTA:** *As opiniões em referência advêm de respostas verbais às questões colocadas da mesma forma pelo autor. Não são amostragens, nem foi realizado nenhum estudo.*

Há uma verdade insofismável: não pode integrar-se quem não quer ser integrado. Assim, importa acima de tudo sermos claros, e afirmar sem receios, que há uma espécie de xenofobia recíproca, que mais abaixo se explica. A comunidade cigana tem de abrir-se à restante sociedade, dando a conhecer os seus hábitos e costumes, ao passo que a sociedade tem de preparar-se para conviver com eles.

A mudança de mentalidades é um trabalho que leva décadas, um desafio quase geracional, pelo que quanto mais tarde este trabalho for iniciado, mais tarde trará resultados satisfatórios.

Importa também neste contexto de crise profunda que atravessamos, que a própria comunidade cigana se proteja em relação à opinião pública. Que se proteja, precisamente abrindo-se, relatando o seu quotidiano e as dificuldades por que passam muitos deles, mostrando que sofrem tanto com a crise como qualquer outro cidadão.

Na verdade, a maior parte das medidas adoptadas pelos sucessivos Governos na integração dos ciganos na sociedade envolveram directamente, antes, durante e após, os polícias.

Um exemplo bem claro foi o realojamento das famílias ciganas. Onde os polícias eram e são solicitados para a resolução de problemas de convivência intercultural mas que a sua actuação, além de não resolver o problema, origina outros de resolução complexa, até para os próprios polícias. Situação recorrente são também as ocorrências de violência doméstica, nomeadamente sobre as mulheres aceite, não raras vezes, na comunidade cigana.

Se questionarmos um qualquer cidadão sem relação directa com a comunidade cigana, sobre o que pensa dela, a primeira imagem transmitida é de «medo», apontando aos ciganos:

- Grupo de pessoas à margem da Lei;
- Violentos;
- Uns dos responsáveis pela criminalidade directamente ligada ao tráfico, de armas ou droga;
- Vingativos;
- Utilizando a vitimização como capa de autodefesa.

Mas, ao mesmo tempo, se perguntarmos ao mesmo cidadão qual o papel da polícia na intervenção junto da comunidade cigana, a resposta é directa:

- Os polícias têm medo;
- Os polícias não os fiscalizam;

- Eles sabem que se agirem, os ciganos vingam-se;

Questionando um polícia sobre o que pensa da comunidade cigana, obtemos:

- Violentos;
- Ignoram completamente as regras de funcionamento da sociedade, não respeitam as leis nem as autoridades;
- Uma comunidade que impõe a sua própria cultura sem olhar a meios;
- Uma comunidade que utiliza a vitimização com objectivos de autodefesa.

E os ciganos, qual a opinião sobre a intervenção dos Polícias:

- Para os polícias, os ciganos estão sempre à margem da Lei;
- Quando intervêm partem sempre do pressuposto que o cigano é o culpado;
- A polícia não respeita a nossa cultura.

Percebemos assim que a nossa sociedade está ainda longe do que se pretende no que diz respeito à integração da comunidade cigana. Essa distância começa desde logo pela dificuldade em perceber as diferenças culturais e a importância, para o melhor convívio, de uma consciência mais aberta e mais correcta da nossa parte, mas também da comunidade cigana.

Chega-se à conclusão que, apesar de os polícias continuarem a ter um papel importante nesta questão, deixá-los-á numa fronteira de extrema complexidade, onde a incompreensão das diversas partes poderá condicionar o seu trabalho, com reflexos negativos.

